

Terra Livre

**Leituras geográficas
do mundo**



Associação dos Geógrafos Brasileiros

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional (Gestão 2012-2014)

Diretoria Executiva Nacional

Presidente: Renato Emerson dos Santos (Seção Rio de Janeiro)
Vice-Presidente: Paulo Cabral Lage (Seção Belo Horizonte)
1ª Secretária: Renata Ferreira Silveira (Seção Porto Alegre)
2º Secretário: Paulo Roberto Raposo Alentejano (Seção Rio de Janeiro)
1º Tesoureiro: Silvio Marcio Montenegro Machado (Seção Florianópolis)
2ª Tesoureira: Lara Schmitt Caccia (Seção Porto Alegre)
Coordenador de Publicações: Claudio Ubiratan Gonçalves (Seção Recife)
Auxiliar de Coordenador de Publicações: Charles da França Antunes (Seção Niterói)
Representantes no CONFEA: Lucimar Fátima Siqueira (Seção Porto Alegre)
Suplente: Lenilson Campos (Seção João Pessoa)

COLETIVOS

Secretaria

Evelin Biondo (Seção Porto Alegre)
Livia Corigliano (Seção Florianópolis)
Vitor Bessa Zacché (Seção Vitória)

Tesouraria

Fernando Conde (Seção Belo Horizonte)
Angelo Menegatti (Seção Curitiba)
Karina Araújo (Seção Niterói)

Publicações

Claudinei Lourenço (Seção Belo Horizonte)
Theo Lima (Seção Porto Alegre)
Paulo Cesar Scarim (Seção Vitória)

Articulação dos GTs

Lucimar Fatima Siqueira (Seção Porto Alegre)
Thalimar Gonçalves (Seção Vitória)
Marília Guimarães (Seção Porto Alegre)
Leonardo Debossan (Seção Belo Horizonte)
Isabela Pasini (Seção Viçosa)
Pedro Gomes do Nascimento (Seção Fortaleza)

Comunicações

Daniel Baliu Fiamenghi (Seção São Paulo)
Ricardo Antônio (Seção Juiz de Fora)
João Marcelo Vela (Seção Florianópolis)
Antonielle Pinheiro (Seção Recife)
Felipe Mariano (Seção Niterói)
Diogo Gomes (Seção São Paulo)

Secretaria Administrativa

Caio Tedeschi de Amorim (Seção São Paulo)

ISSN 0102-8030

Terra Livre

*Publicação semestral da
Associação dos Geógrafos Brasileiros*

**ANO 28 - Vol. 2
NÚMERO 39**

Terra Livre São Paulo Ano 28, Vol. 2, n.39 p.1-196 Jul-Dez/2012

Terra Livre

Conselho Editorial: Adriana Maria Bernardes da Silva | Seção Local Campinas/SP; Alexandre Peixoto Faria Nogueira | Seção Local João Pessoa/PB; Ana Maria Hoepers Preve | Seção Local Florianópolis/SC; Anderson Bem - Seção Local Mal. Candido Rondon/PR; Azucena Arango Miranda - Universidad Humboldt de Berlín, Alemanha UNAM, México; Carlos Alexandre Leão Bordalo | Seção Local Belém/PA; Charlles da França Antunes (DEN); Claudinei Lourenço | Seção Local Belo Horizonte/MG; Claudio Ubiratan Gonçalves; Clay Anderson Nunes Chagas | Seção Local Belém/PA; Cristiane Cardoso | Seção Local Rio de Janeiro/RJ; Edima Aranha Silva | Seção Local Três Lagoas/MS; Eduardo Karol | Seção Local Niterói/RJ; Eliane Tomiasi Paulino | Seção Local Londrina/PR; Fabrício Gallo | Seção Local Campinas/SP; Fernando Conde | Seção Local Belo Horizonte/MG; Flávia Elaine da Silva Martins | Seção Local Niterói/RJ; Flávio Palhano | Seção Local Vitória/ES; Gabriel de Melo Neto | Seção Local Catalão/GO; Gilmar Alves de Avelar | Seção Local Catalão/GO; Gustavo Felipe Olesko | Seção Local Curitiba/PR; Gustavo Prieto | Seção Local São Paulo/SP; Jeani Delgado Paschoal Moura | Seção Local Londrina/PR; João Fabrine | Seção Local Mal. Candido Rondon/PR; Jorge Ramón Montenegro Gómez | Seção Local Curitiba/PR; Lucas Panitz | Seção Local Porto Alegre/RS; Marcelo Garrido - Universidad Academia de Humanismo Cristiano, Chile; Margarida Pereira - Universidade Nova de Lisboa, Portugal; Marisia Buitoni | Seção Local Rio de Janeiro/RJ; Marleide Sergio | Seção Local Aracaju/SE; Natalia Freire | Seção Local São Paulo/SP; Nazareno José Campos | Seção Local Florianópolis/SC; Nilo Almeida | Seção Local Recife/PE; Pedro Vianna | Seção Local João Pessoa/PB; Raimunda Aurea | Seção Local Aracaju/SE; Raquel Daré | Seção Local Vitória/ES; Rosemeire Aparecida de Almeida | Seção Local Três Lagoas/MS; Saulo Costa | Seção Local Recife/PE; Sinthia Batista | Seção Local Porto Alegre/RS; Verônica Ibarra - Universidad Autonoma do México, UNAM; Willian Rosa Alves (*In memoriam*) | Seção Local Belo Horizonte/MG

PARECERISTAS AD HOC DA TERRA LIVRE N.39: DOUGLAS SANTOS (PUC-SP); ANDRÉ LUIZ CARVALHO SILVA (FFP/UERJ); PEDRO HENRIQUE (UFMG); OTÁVIO MIGUÉZ DA ROCHA LEÃO (FFP/UERJ); MANOEL FERNANDES DE SOUSA NETO (USP); FABIANO DE OLIVEIRA BRINGEL (UEPA); MÓNICA COX DE BRITTO PEREIRA (UFPE)

EDITOR RESPONSÁVEL: PROF. DR. CHARLLES DA FRANÇA ANTUNES

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: LETRA E IMAGEM EDITORA

IMPRESSÃO: NOVA LETRA GRÁFICA E EDITORA

CAPA: ANDRÉ MACHADO **ILUSTRAÇÃO:** COLETIVO QUATRO E VINTE CINCO

TIRAGEM: 1000 EXEMPLARES

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (DEN) – AV. PROF. LINEU PRESTES, 322 – EDIFÍCIO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA – CIDADE UNIVERSITÁRIA – CEP. 05508-900 – SÃO PAULO – SP – BRASIL – TEL. (11) 3091-3758

Ficha Catalográfica

TERRA LIVRE, ANO 1, N.1, SÃO PAULO, 1986 - V. ILS. HISTÓRICO:

1986 - ano 1, v. 1	2000 - n.15
1987 - n. 2	2001 - n.16, n.17
1988 - n. 3, n.4, n.5	2002 - ano 18, v.1, n.18; v.2, n.19
1989 - n.6	2003 - ano 19, v.1, n. 20; v.2, n.21
1990 - n.7	2004 - ano 20, v.1, n.22; v.2, n.23
1991 - n.8, n.9	2005 - ano 21, v.1, n. 24; v.2, n.25
1992 - n.10	2006 - ano 22, v.1, n.26; v.2, n.27
1992/93 - n.11/12 (editada em 1996)	2007 - ano 23, v.1, n.28; v.2, n.29
1994, 95,96 - interrompida	2008 - ano 24, v.1, n.30; v.2, n.31
1997 - n.13	2009 - ano 25, v.1, n.32; v.2, n.33
1998 - interrompida	2010 - ano 26, v.1, n.34; v.2, n.35
1999 - n. 14	2011 - ano 27, v.1, n.36 v.2, n.37
	2012 - ano 28, v.1, n.38; v.2, n.39

Sumário

EDITORIAL | 11

ARTIGOS

A NATUREZA SOCIAL DO DISCURSO GEOGRÁFICO | 19

Alexandrina Luz Conceição

**TERRITÓRIOS PARADIGMÁTICOS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA:
UNIDADE, DIVERSIDADE E DIFERENCIALIDADE | 37**

Janaina Francisca de Souza Campos e Bernardo Mançano Fernandes

**INTERESSE PÚBLICO E JUSTIÇA DISTRIBUTIVA NA REESTRUTURAÇÃO
DAS PERIFERIAS METROPOLITANAS DE BELO HORIZONTE: ESBOÇO
DE UMA CRÍTICA À PERSPECTIVA JURÍDICA DA EMANCIPAÇÃO | 67**

Luiz Antônio Evangelista de Andrade

**DA CRISE AO NEODESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO:
CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE CONTEMPORÂNEO | 95**

Catia Antonia da Silva

GEOGRAFIA: SOBRE SUA UNIDADE E FRAGMENTAÇÃO | 121

Rodrigo Dutra Gomes e Antonio Carlos Vitte

A GEOGRAFIA, O GEOGRÁFICO E A LINGUAGEM | 149

Felipe Moura Fernandes

GRUPOS DE TRABALHO (GTs)

**MINERODUTO E MINERAÇÃO: A LÓGICA DES-ENVOLVIMENTISTA
E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA | 165**

Luiz Henrique Vieira, Isabela Leão Ponce Pasini, Jaqueline Rocha, Renan Ferreira Nascimento, Lucas Magno e Nina Zamagno Pinheirom

(GT-Meio Ambiente da AGB-Seção Viçosa)

NORMAS | 189

Summary

FOREWORD | 13

ARTICLES

THE NATURE OF SOCIAL GEOGRAPHIC SPEECH | 19

Alexandrina Luz Conceição

**PARADIGMATIC TERRITORIES OF THE AGRARIAN GEOGRAPHY:
UNITY, DIVERSITY AND DIFFERENTIALITY | 37**

Janaina Francisca de Souza Campos e Bernardo Mançano Fernandes

PUBLIC INTERESTED AND DISTRIBUTIVE JUSTICE INTO THE RESTRUCTURING OF METROPOLITAN OUTSKIRTS IN BELO HORIZONTE: DRAFT OF A CRITICISM OF THE LEGAL PERSPECTIVE ON THE EMANCIPATION | 67

Luiz Antônio Evangelista de Andrade

**FROM ECONOMIC CRISIS TO BRAZILIAN NEW DEVELOPMENTALISM:
A CONTRIBUTION TO THE CONTEMPORARY DEBATE | 95**

Catia Antonia da Silva

GEOGRAPHY: ABOUT YOUR UNITY AND FRAGMENTATION | 121

Rodrigo Dutra Gomes e Antonio Carlos Vitte

GEOGRAPHY, GEOGRAPHIC AND LANGUAGE | 149

Felipe Moura Fernandes

WORKING GROUPS (WGs)

**PIPELINE AND MINING: A DEVELOPMENTAL LOGIC AND ITS
ENVIRONMENTAL IMPACTS IN THE MICROREGION OF VIÇOSA (MG) | 165**

Luiz Henrique Vieira, Isabela Leão Ponce Pasini, Jaqueline Rocha, Renan Ferreira Nascimento, Lucas Magno e Nina Zamagno Pinheirom
(GT-Meio Ambiente da AGB-Seção Viçosa)

STANDARDS | 189

Sumario

EDITORIAL | 15

ARTICULOS

LA NATURALEZA SOCIAL DEL DISCURSO GEOGRÁFICO | 19

Alexandrina Luz Conceição

TERRITORIOS PARADIGMÁTICOS DE LA GEOGRAFÍA AGRÍCOLA:
LA UNIDAD, DIVERSIDAD Y LA DIFERENCIALIDAD | 37

Janaina Francisca de Souza Campos e Bernardo Mançano Fernandes

INTERÉS PÚBLICO Y JUSTICIA DISTRIBUTIVA EN LA REESTRUCTURACIÓN
DE LAS PERIFERIAS METROPOLITANAS DE BELO HORIZONTE:
PRIMERA CRÍTICA A PERSPECTIVA JURÍDICA DE LA EMANCIPACIÓN | 67

Luiz Antônio Evangelista de Andrade

DE LA CRISIS ECONÓMICA AL NEO-DESAROLLISMO BRASILEÑO:
CONTRIBUCIÓN PARA EL DEBATE CONTEMPORÁNEO | 95

Catia Antonia da Silva

GEOGRAFÍA: ACERCA DE SU UNIDAD Y FRAGMENTACIÓN | 121

Rodrigo Dutra Gomes e Antonio Carlos Vitte

LA GEOGRAFÍA, LO GEOGRÁFICO Y EL LENGUAJE | 149

Felipe Moura Fernandes

GRUPOS DE TRABAJO (GTs)

PIPELINE Y LA MINERÍA: UNA LÓGICA DE DESARROLLO Y SUS IMPACTOS
AMBIENTALES EN LA MICROREGIÓN DE VIÇOSA (MG) | 165

Luiz Henrique Vieira, Isabela Leão Ponce Pasini, Jaqueline Rocha, Renan Ferreira Nascimento, Lucas Magno e Nina Zamagno Pinheirom

(GT-Meio Ambiente da AGB-Seção Viçosa)

NORMAS | 189

EDITORIAL

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) torna disponível mais um número da Revista Terra Livre. Desde 1986, a AGB, por meio da Terra Livre, vem cumprindo a tarefa de publicar contribuições do pensamento crítico. São quase trinta anos publicando, de maneira plural e democrática, a produção geográfica brasileira.

Este número busca trazer ao campo central do debate da geografia brasileira contribuições originais que discutam o fazer/pensar geográfico, seja no tocante à práxis, seja no tocante ao trabalho de exegese e pensamento. Trata-se de evidenciar de modo analítico as questões desconcertantes e possíveis às elaborações do arranjo e domínio do Estado e capital. Como estão sendo apreendidas e tratadas, nos diferentes meios, as formas de ser-estar no território? Que aprendizados estão emergindo no saber fazer a luta a partir da resistência? Quais protagonismos possíveis estão sendo despertados a partir da consciência da coexistência?

Como parte da política editorial, definida Diretoria Executiva Nacional (DEN), e pelas Seções Locais da AGB, a revista torna pública mais uma contribuição dos Grupos de Trabalho (GTs) da associação. O presente número apresenta o trabalho realizado pela Seção Local Viçosa, por meio do GT de Meio Ambiente, que elaborou um importante e consistente estudo sobre os impactos socioambientais da mineração e dos minerodutos na microrregião de Viçosa.

Nos artigos presentes neste número, o leitor terá acesso a um conjunto de reflexões bastante amplo e diversificado, produzido a partir das experiências de diferentes autores da geografia brasileira. O primeiro artigo reflete sobre as fronteiras e delimitações do pensar geográfico nos diferentes discursos das ciências sociais, examinando o pensamento geográfico a partir de estruturas construídas no contexto histórico em que prescrevem as ideologias na configuração das concepções teóricas dos sujeitos que discursam. No segundo artigo, os autores trazem reflexões sobre a unidade, diversidade e a diferencialidade no pensamento geográfico brasileiro. Seu objetivo principal é a identificação e análise dos temas e paradigmas da geografia agrária. Já o terceiro artigo problematiza a urbanização de Belo Horizonte refletindo sobre seu papel atual nas estratégias de Estado na viabilização da reprodução de relações sociais de pro-

dução, incorporando dois níveis de análise que lhes são pertinentes - os direitos humanos e sua presença no âmbito da chamada justiça distributiva; e o papel das políticas de Estado ligadas à urbanização. O quarto trabalho analisa os discursos no contexto da crise econômica da década de 1990 e reconhece algumas estratégias de inserção do país como uma potência econômica que emerge, assim como os impactos territoriais da modernização em curso na década de 2010 e o modo de ver a crise como estando relacionada com a ordem da globalização ou com alguma desordem do capitalismo. O quinto trabalho presente neste número da Terra Livre pretende discorrer sobre aspectos da situação da unidade e fragmentação da geografia como disciplina acadêmica, objetivando oferecer um olhar inicial e genérico para potencializar as discussões em âmbito nacional sobre o estado da fragmentação e necessidade de diálogos intra e interdisciplinares. E, por último, temos um ensaio que apresenta uma tentativa de sistematização teórica para o desenvolvimento de pesquisas em história do pensamento geográfico brasileiro e que expõe três reflexões sobre elementos de naturezas distintas: a geografia (ciência), o geográfico (como algo que adjectiva a ciência) e a linguagem (em uma perspectiva ontológica).

Boa leitura.

Coletivo de Publicações

FOREWORD

The Association of Brazilian Geographers (AGB) turns available another magazine Terra Livre issue. Since 1986, AGB, through Terra Livre, has been fulfilling the task of publishing critical thinking contributions. For nearly thirty years, the magazine has been publishing plural and democratically the Brazilian Geographic production.

This issue intend to bring to the central debate original contributions of Brazilian geography which discusses the geographic doing / thinking with respect to praxis, or with respect to the work of exegesis and thought. This is a way to point out in an analytical way perplexing issues and possible elaborations due to the State and capital domain. How are being handled and treated the ways of living in the territory? What lessons are emerging from the struggle of learning from resistance? What possible protagonists are being awakened from the consciousness of coexistence?

As part of the editorial policy, defined National Executive Board (DEN), and through the Local Sections of the AGB, the magazine turns public a further contribution of Working Groups (WG) of the public association. This issue presents the work produced by the Local Section Viçosa, through its Working Group on Environment, which has produced an important and consistent study of the environmental impacts of mining and pipelines in the microregion of Viçosa

In this issue, the reader will have access to a set of popular and diverse reflections produced from the experiences of different authors of Brazilian geography. The first article reflects on the borders and boundaries of the geographic thinking in different standpoints of social sciences by examining geographical thought from structures built in the historical context in which prescribe ideologies in the setting of the theoretical concepts from discussing subjects. In the second article, the authors offer reflections on the unity, diversity and differentiability in the Brazilian geographical thought. Its main purpose is the identification and analysis of themes and paradigms of agricultural geography.

The third article discusses Belo Horizonte urbanization reflecting on his current role in the State strategies in facilitating the reproduction of social relationships of production, incorporating two levels of analysis that are relevant

to them - human rights and their presence in the so called distributive justice; and the role of state policies related to urbanization.

The fourth paper examines the discourses in the context of the 1990s economic crisis and recognizes some countries' inclusion strategies for as an emerging economic power, as well as the territorial impacts of the 2010s ongoing modernization and the way of looking at the crisis as related to the globalization order or some capitalism disorder.

The fifth work presented in this issue of *Terra Livre* aims to discuss aspects of the situation of unity and fragmentation of geography as an academic discipline, aiming to provide an initial and generic look to enhance nationwide discussions on the state of fragmentation and the need for intra and interdisciplinary dialogues. Lastly, we present an essay that shows a systematic theoretical attempt to develop research in the Brazilian geographical history of thought that exposes three reflections on elements of different natures: Geography (Science), geographical (as an adjectival science) and language (in an ontological perspective).

Enjoy your reading.

Coletivo de Publicações

EDITORIAL

La Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) hace disponible un número más de la Revista Terra Livre. Desde 1986, por medio de la Terra Livre, la AGB cumple la tarea de publicar contribuciones del pensamiento crítico. Son casi treinta años publicando, de forma plural y democrática, la producción geográfica brasileña.

Este número busca traer al campo central del debate de la geografía brasileña contribuciones originales que discutan el hacer/pensar geográfico, ya sea por la praxis o bien por el trabajo de interpretación y pensamiento. Se trata de evidenciar de modo analítico las contradicciones de las relaciones entre el Estado y del capital. ¿Cómo están siendo aprehendidas y tratadas, en los diferentes medios, las formas de estar en el territorio? ¿Qué aprendizajes están emergiendo del saber hacer de la lucha a partir de la resistencia? ¿Qué protagonismos posibles están despertando a partir de la consciencia y de la coexistencia?

Como parte de la política editorial, definida por la Diretoria Executiva Nacional (DEN) y por las Seções Locais de la AGB, esa revista hace pública las contribuciones de los Grupos de Trabajo (GTs) de la Asociación. Ese número presenta el trabajo realizado por la Seção Local Viçosa, por intermedio del GT de Medio Ambiente, que elaboró un importante y consistente estudio sobre los impactos socioambientales de la minería y de los mineraloductos en la microrregión de Viçosa.

En los artículos presentes en este número el lector tendrá acceso a un conjunto de reflexiones bastante amplias y diversificadas, producido a partir de las experiencias de diferentes autores de la geografía brasileña. El primer artículo reflexiona sobre las fronteras y delimitaciones del pensar geográfico en los diferentes discursos de las ciencias sociales, examinando el pensamiento geográfico a partir de las estructuras construidas en el contexto histórico en que prescriben las ideologías en la configuración de las concepciones teóricas de los sujetos que enuncian. En el segundo artículo, los autores hacen consideraciones acerca de la unidad y la diversidad del pensamiento geográfico brasileño. Su principal objetivo es la identificación y análisis de los temas y paradigmas de la geografía agraria. El tercer artículo problematiza la urbanización de Belo Horizonte y su papel actual en las estrategias del Estado y en la viabilidad da

la reproducción de las relaciones sociales de producción, incorporando dos niveles de análisis que les son pertinentes – los derechos humanos y su presencia en el ámbito de la llamada justicia distributiva; y el papel de las políticas del Estado relacionadas a la urbanización. El cuarto trabajo analiza los discursos en el contexto de la crisis económica de la década de 1990 y reconoce algunas estrategias de inserción del país como una potencia económica que emerge, así como los impactos territoriales de la modernización en curso en la década de 2010 y la forma de ver la crisis relacionada con el orden de la globalización o con algún desorden del capitalismo. El quinto trabajo presente en este número de la Revista Terra Livre versa sobre los aspectos de la situación de la unidad y fragmentación de la geografía como disciplina académica, buscando ofrecer una mirada inicial y genérica para potenciar las discusiones en el ámbito nacional sobre el estado de fragmentación y las necesidades de diálogos intra e interdisciplinarios. Por fin, tenemos un ensayo que presenta una tentativa de sistematización teórica para el desarrollo de la investigación en historia del pensamiento geográfico brasileño, que expone tres reflexiones distintas sobre los elementos de la naturaleza: la geografía (ciencia), lo geográfico (como algo que adjetiva la ciencia) y el lenguaje (en una perspectiva ontológica).

Buena lectura.

Colectivo de Publicaciones

Artigos

A NATUREZA SOCIAL DO DISCURSO GEOGRÁFICO

THE NATURE OF SOCIAL GEOGRAPHIC SPEECH

LA NATURALEZA SOCIAL DEL DISCURSO GEOGRÁFICO

ALEXANDRINA LUZ CONCEIÇÃO¹

Resumo: Este texto objetiva refletir sobre as fronteiras e delimitações do pensar geográfico nos diferentes discursos das ciências sociais. Pensar o pensamento geográfico a partir de estruturas construídas no contexto histórico em que prescrevem as ideologias, na configuração das concepções teóricas dos sujeitos que discursam. A análise proposta tem como fundamentos a teoria e o método do marxismo e da filosofia da linguagem, sustentados na análise do discurso de Michael Bakhtin. Objetiva-se, assim, aferir que todo discurso tem uma estrutura polifônica, estando simultaneamente na dimensão diacrônica/sincrônica, inscrito em diversos tempos históricos, já que a natureza do enunciado é social, e não individual, e esta não existe fora de um contexto social. Todo discurso tem, no seu enunciado, a posição de uma classe social. Ao posicionar-se o discurso (desde que nele não haja neutralidade), este é feito em nome de uma classe social, portanto, todo discurso assume a tensão de um objeto que deve ser exposto por um sujeito em múltiplos sujeitos que o representam.

Palavras-chaves: pensamento geográfico, natureza social do discurso, signo dialético, polifonia do discurso, método.

Abstract: This paper objective to think about the boundaries and delimitations of geographic thinking in different approaches of the social sciences. Thinking about geographic thought from structures built in the historical context in which prescribe the ideologies, the configuration of the theoretical concepts of the subjects speeches. The proposed analysis is based on the marxism's theory and method and the philosophy of language sustained in the analysis of discourse by Michael Bakhtin. The objective is to ascertain that all discourse has a polyphonic structure being simultaneously in diachronic/ synchronous dimension enrolled in various historical times, the nature of the enunciation is social and not individual, it does not exist outside of a social context. All discourses has in its statement the position of a social class. By positioning itself in speech (since there is no neutrality speech), this is done on behalf of a class,

.....
1 Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGeo) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) / AGB – Seção Aracaju. E-mails: aluzcon@hotmail.com; aluz@oi.com.br

so all discourses takes the strain of an object that should be exposed by a subject in multiple subjects that represent them.

Keywords: geographical thinking, social nature of discourse, ideology, sign dialectical polyphony of speech, method.

Resumen: Este texto objetiva reflejar sobre las fronteras y delimitaciones del pensar geográfico en los diferentes discursos de las ciencias sociales. Pensar el pensamiento geográfico a partir de estructuras construidas en el contexto histórico donde prescriben las ideologías, en la configuración de las concepciones teóricas de los sujetos que discursan. El análisis propuesto ha como fundamento la teoría y método del marxismo y de la filosofía del lenguaje sostenidas en el análisis del discurso de Michael Bakhtin. Objetiva-se evaluar que todo discurso tiene una estructura polifónica estando simultáneamente en la dimensión diacrónica/sincrónica inscrito en diversos tiempos históricos, la naturaleza del enunciado es social y no individual, esta no existe fuera de un contexto social. Todo discurso ha en su enunciado la posición de una clase social. Al posicionarse en el discurso (desde que no hay neutralidad de discurso), este es hecho en nombre de una clase social, por lo tanto todo discurso asume la tensión de un objeto que debe ser expuesto por un sujeto en múltiples sujetos que lo representan.

Palabras Clave: pensamiento geográfico, naturaleza social del discurso, ideología, signo dialéctico, polifonía del discurso, método.

COMEÇANDO A TECER O DISCURSO DOS DISCURSOS

Objetiva-se, neste artigo, refletir sobre as fronteiras e delimitações do pensar geográfico nos diferentes discursos das ciências sociais. Pensar o pensamento geográfico a partir de estruturas construídas no contexto das determinações históricas e na configuração de suas concepções teóricas, que se definem a partir das categorias fundantes, dos sujeitos que discursam, e no campo das ideias, no contexto histórico em que prescrevem as ideologias, ou seja: o que e o porquê, na dimensão da contextualização dos seus pensadores.

Concordamos com Moraes (1988) que não se deve reduzir a história do pensamento geográfico à sua institucionalização, mas ao seu acervo histórico socialmente produzido. Para Moraes, os temas geográficos emergem de diferentes contextos discursivos acerca do espaço e da superfície terrestre: variedades de estilos, relatos, narrativas, fábulas, preceitos, cosmogonias, poemas e mitologias, e das representações sistemáticas e normatizadas da consciência do espaço terrestre elaboradas da realidade pela sociedade. Os discursos geográficos variam de lugar, época e sociedade em que foram gerados.

Há um consenso, entre diversos autores, de que, no século XIX, o pensamento geográfico estava associado às outras ciências sociais, e, assim como outras disciplinas, foi dominado pelo determinismo ambiental ou racial, sob os alicerces das ideologias científicas do darwinismo social, do positivismo e do neolamarckismo. A produção geográfica refletia, portanto, os problemas teóricos e metodológicos germinados e vividos na Europa, nesta época (Petrone, 1979).

Não discordamos de que, ao introduzirmos o texto no contexto, deve-se levar em conta as ideias de uma época e o dominante do pensamento de uma elite pensante, entretanto, entendemos que não se deve engessar o pensamento do autor às ideias dominantes, sem buscar no(s) seu(s) texto(s) os fios que entrelaçam as suas diferentes falas. Os textos são intrinsecamente dialógicos.

O TEXTO NO CONTEXTO – O CONTEXTO E O TEXTO

Para Bakhtin (1995), o texto é o objeto da comunicação. Sua organização e estrutura respondem a um contexto social e histórico. O texto é tecido polifonicamente por fios dialógicos de vozes, que polemizam entre si, que se complementam ou que respondem umas às outras. Segundo Fairclough (2001 *apud* Knoll, 2010), “o texto é produto, e o discurso é o processo que engloba todas as dimensões sociais (contextuais) que o produzem”. Portanto, ele é embrenhado em determinações sociais-ideológicas.

No livro *Estética da criação verbal*, Mikhail Bakhtin compreende o *enunciado do discurso como a unidade da comunicação verbal*. Conforme este autor, o contexto do discurso está relacionado com todo o contexto que o rodeia. Se, de uma forma, a sua posição, no contexto, reflete um enunciado, por outra, a época, o meio social e o micromundo possuem os seus enunciados, que servem de normas e dão o tom do discurso. A enunciação é apenas uma fração de uma corrente ininterrupta da comunicação verbal e da amplitude do contexto social. O discurso se molda sempre à forma do enunciado, que pertence a um sujeito falante (o sujeito do discurso-fala) e não pode existir fora desta forma. Suas fronteiras são delimitadas e estabelecidas conforme a intuição do querer-dizer do locutor, e são determinadas pela alternância dos sujeitos falantes (os locutores). Sua escolha depende da posição social, do tempo histórico e do relacionamento pessoal dos parceiros envolvidos na comunicação, mas também expressa a individualidade do locutor (no aspecto emocional do seu intuito discursivo).

No processo da comunicação verbal, o enunciado, seu estilo e sua composição são determinados pela relação valorativa que o locutor estabelece com o enunciado. As formas de enunciação se apoiam sobre as formas da comunicação verbal, determinadas pelas relações de produção e pela estrutura sociopolítica. Logo, a natureza do enunciado é social e não individual – é produto da interação social (Bakhtin, 1995).

Cada enunciado é um elo de uma cadeia muito complexa de outros enunciados anteriores, imanentes dele mesmo ou de outro, ao qual está vinculado por alguma relação; portanto, o locutor é também um respondente. A enunciação como réplica do diálogo social é a unidade de base da língua. Ela não existe fora de um contexto social. Cada locutor tem um horizonte social, assim, ela é de natureza social e, portanto, ideológica (Bakhtin, 1995).

Ao contrário dos estruturalistas, que fazem da língua um objeto abstrato ideal, como sistema sincrônico e homogêneo, e rejeitam as manifestações individuais (a fala), Bakhtin valorizou a fala e propôs o signo dialético, dinâmico, vivo, ao sinal inerte. Para ele, todo signo é ideológico. Para toda modificação da ideologia, há uma modificação da língua. A língua não é um sistema sincrônico abstrato, de sinais constantemente iguais a si mesmos e isolados, mas sempre mutável. A classe dominante é que tem interesse em torná-la monovalente.

Diferentemente dos estruturalistas, que compreendem as palavras no movimento do “em si”, como definidoras do sujeito, ou mesmo em contraposição à análise dos discursos e práticas de Foucault, no que se refere principalmente aos seus dois livros: *As palavras e as coisas*, e *A arqueologia do saber*, que defende a elisão do sujeito como fundamento da história, a linguagem, para Bakhtin, não existe por si mesma, mas como produto da atividade humana, o que o distingue também da leitura de Lacan que considera o sujeito servo da linguagem; ou mesmo em contraposição ao dogmatismo dos formalistas russos que separam a forma do conteúdo.

Nossa posição, neste artigo, é a de negar a teoria da *desconstrução na análise literária* ao considerarmos a realidade como uma construção social e subjetiva, interpretando o texto em estruturas de recortes (a)temporais, que se espalham em uma pluralidade de sentidos e que se fundamentam no paradigma da linguística estruturada por Ferdinand de Saussure (1994). Buscamos costurar os fios nos rastros, sem, contudo, congelar o tempo linear, mas recapitulando o entendimento de que a geografia é escrita na história.

Endossamos as afirmativas de Bakhtin (1995) de que, na análise, não se pode:

1. separar a ideologia da realidade material do signo (colocando-a no campo da “consciência” ou em qualquer outra esfera fugidia e indefinível);
2. dissociar o signo das formas concretas da comunicação social (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social organizada e que não tem existência fora dele, a não ser como objeto físico);
3. dissociar a comunicação e suas formas de sua base material (infraestrutura).

Todo signo resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados, no decorrer de um processo de interação. Suas formas são, portanto, condicionadas não só pela sua organização social, como também por suas interações. O signo se constitui numa natureza viva, móvel, plurivalente.

AS PRÁTICAS IDEOLOGIZADAS NO DISCURSO DO PENSAMENTO SOCIAL

Ferdinand de Saussure² concebia a linguagem como um sistema de significação. E distinguia a fala da língua. A fala, para Saussure, era um ato individual de vontade e de inteligência. Era absolutamente individual. Por se constituir de atos individuais, tornava-se múltipla, imprevisível, irreduzível: “É na fala que se encontra o germe de todas as mudanças” (Saussure, 1994, p. 87). A fala, ao contrário da língua, por se constituir de atos individuais, tornava-se múltipla, imprevisível, irreduzível a uma pauta sistemática.

Para este autor, “a palavra” era como um “signo” (formado por conceito e som – significado e significante), com funções relacionais e inteiramente arbitrárias. O sistema linguístico era constituído por diferentes níveis de estrutura, que se combinavam e contrastavam, formando unidades de nível superior. Pela sua natureza homogênea, os fatos linguísticos sociais formavam um sistema, estabelecendo um corte entre sincronia e diacronia, considerados como dualidade opositiva.

Para Bakhtin (1995), ao se fazer o corte entre a língua e a fala, considera-se a fala na dimensão individual e assistemática, tornando o sujeito soberano, fonte do sentido. A língua se opõe à fala como o social ao individual. Como acervo linguístico, a língua é um conjunto dos hábitos linguísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender. A língua é um sistema de signos distintos correspondentes a ideias distintas. Ao considerarem a língua

.....

2 A partir dos escritos de seus alunos de um curso sobre linguística geral (1907 a 1911).

uma instituição, ou melhor, uma representação do real, Ferdinand Saussure e os estruturalistas afastavam-se da história.

Na análise bakhtiana, a unidade real da língua não é uma enunciação monológica individual e isolada. Há, pelo menos, duas enunciações – ou seja, o diálogo. A estrutura da enunciação é social, só se torna efetiva entre falantes. O discurso e o contexto narrativo unem-se por relações dinâmicas, complexas e tensas (Bakhtin, 1995, p. 147-8). O sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. De fato, há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis. Entretanto, deve-se considerar que os contextos não estão simplesmente justapostos, indiferentes uns aos outros, mas se encontram em interação, em conflito tenso e interrupto.

Há diferenças essenciais entre enunciações de outrem, no interior de um contexto. Segundo Bakhtin (1995, p. 146), “a transmissão leva em conta uma terceira pessoa – a pessoa a quem estão sendo transmitidas as enunciações”, em articulação, conforme a época, o grupo social a que pertence e o contexto que se apresenta. Por meio do discurso, a comunicação é, ao mesmo tempo, assegurada e incerta. Pelo discurso e no discurso, as pessoas são alienadas, afastadas da sua prática, da sua criação (Lefebvre, 1966, p. 336). Para Bakhtin (1995, p. 147), “aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas, ao contrário, um ser cheio de palavras interiores”. A evolução da língua é inseparável da evolução da comunicação social, de suas bases materiais. É esta que determina a estratificação da sociedade, a sua estrutura sociopolítica, fatores “que geram o lugar, o momento, as condições, as formas, os meios de comunicação verbal” (idem, p. 189).

Bakhtin contrapôs-se à análise saussureana, considerando que “a língua, no seu uso prático, é inseparável do seu conteúdo ideológico ou relativo à vida” (1995, p. 96). E afirmou: o destino da palavra é o da sociedade que fala. Não se pode dissociar o estudo da evolução da língua do “ser social que nela se refrata e das condições socioeconômicas refratantes” (idem, p. 194), pois “não é a palavra que constitui a expressão da personalidade interior, mas ao contrário, esta última constitui uma palavra contida ou interiorizada. A palavra é a expressão da comunicação social, da interação social” (idem, p. 188).

Para Lefebvre (1966, p. 331), “a práxis não dá influência e conteúdo à consciência senão através dum indivíduo que fala: que toma a palavra. A criação dum objeto, dum representação, dum ideia ou dum conceito não se realiza senão com e por meio de uma Palavra”.

O espaço interacional no texto, entre o *eu* e o *tu* ou entre o *eu* e o *outro*, é definido, por Bakhtin, por dialogismo. O dialogismo é o princípio constitutivo

da linguagem. A palavra não pertence unicamente ao falante, nenhuma palavra é nossa, “a palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros [...]”. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor.” (Bakhtin, 1995, 113). As relações dialógicas são amplas, heterogêneas e complexas.

Conforme Fiorin (1994), a ilusão da liberdade discursiva ocorre porque o discurso é individual, mas o discurso não é único, fechado sobre si mesmo. Todo discurso é social. Um discurso discursa outros discursos; é um lugar de trocas enunciativas: “Em todo discurso, são percebidas vozes (distantes, anônimas, quase impessoais, quase imperceptíveis ou próximas que ecoam simultaneamente no momento da fala)” (Fiorin, 1994, p. 35). Ou, como bem afirmou Edward Lopes,³ “o discurso é uma trapaça: ele simula ser meu para dissimular que é do outro” (*apud* Fiorin, 1994, p. 35).

As ideias, os pensamentos e as palavras configuram um conjunto que se instaura por meio de várias vozes. Não apenas um conjunto de ideias, mas um polivocalismo, um heterovocalismo, múltiplas vozes sociais urdidas na tessitura do discurso.

Pensar o pensamento geográfico, na literatura, deve ter como diretriz a leitura das categorias tempo e espaço. Embora Bakhtin (1993, p. 211) tivesse a leitura da unidade indissociável de tempo e espaço (cronotopo), para ele, o princípio condutor do cronotopo era o tempo. Ele considerava o cronotopo uma categoria conteudística-formal que mostrava, principalmente nos textos literários, a interligação das relações espaciais e temporais. Entendemos que é no cronotopo que se pode identificar o movimento das vozes. A representação literária é temporal, não há reflexo de uma época fora do curso do seu tempo. Assim, “a atualidade, tomada fora da sua relação com o passado e o futuro, perde a unicidade, decompõe-se em fenômenos e coisas isoladas, torna-se um conglomerado abstrato” (Bakhtin, 1993, p. 263).

O CRONOTOPO DOS DISCURSOS

Tomaremos dois romances como exemplos, na literatura, por apresentarem cronotopos relativamente diferenciados. Em um e noutro, nos quais o tempo é o princípio condutor, a geografia se inscreve na história e a história na geografia. Referimo-nos aos romances *Grande sertão: veredas*, de João Guimarães

.....
3 Refere-se Fiorin ao livro de Edward Lopes: *Discurso, texto e significação: uma teoria do interpretante*. São Paulo: Cultrix/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia.

Rosa, e *Os sertões*, de Euclides da Cunha. E, no gênero retórico (um híbrido), falaremos da obra de Tobias Barreto, pesquisada no meu doutorado.

A leitura de *Grande sertão: veredas* apresenta uma perspectiva linguística ideológica verbal, na qual autor e narrador se entrelaçam numa conjugação dialógica em que, num discurso direto, o autor utiliza o diálogo para permanecer “neutro” no plano linguístico. Neste plano, o autor se sente livre e dá ao narrador autonomia semântico-verbal. Bakhtin (1993, p. 120) já observara que “a linguagem do autor parece uma e comedida, direta e francamente intencional, no entanto, atrás desse plano liso e unilíngue, descobrimos uma prosa tridimensional, um prurilinguismo profundo.”

A estrutura monológica aparente é narrada a um terceiro que, de forma híbrida, neutraliza o autor. No romance homofônico ou monológico, as vozes perdem a sua imiscibilidade e as consciências se tornam dependentes da consciência una do autor. O que questiona Riobaldo de forma prosaica? As dúvidas, as incertezas, a busca da verdade fazem parte de sua narração, que se apresenta sempre incompleta. A estrutura dialógica é explícita nas séries de perguntas, e, em geral, sem respostas. O cronotopo é a unidade de representação, em *Grande sertão: veredas*.

O texto rosiano em questão reflete e refrata a intensa riqueza de metáforas, que criam a tensão dialógica e polifônica (em um aparente narrador) e que se desvelam nas veredas do Grande Sertão, revelando um lugar sertão que está em todas as partes. Sem ter a pretensão de buscar definir o gênero do discurso, nem fazer sua análise linguística, a clareza de que dispõe Guimarães Rosa, nas palavras do contador de estória, é história viva e contextualizada do sertão.

Embora a trilha que Riobaldo percorra tenha a entonação da busca da subjetividade do existir, de uma vida de sertanejo, do medo e da coragem, ao mesmo tempo, ele fala de “um grande sertão”, “um sertão sem fim”, sem delimitações de espaço e de tempo, na dialética do *ser e não querer ser* – mas *sendo* –, na encruzilhada, perdido nos tempos e espaços, além das veredas, num “grande sertão”. Na (in)definição de tempo e espaço, entre cronologias e topologias, o cronotopo do romance *Grande sertão: veredas* permite constatar, como afirmou Franco Moretti (*apud* Finazzi-Agró, 2001, p. 77-78),⁴ que “a geografia é reescrita como história” e “a história torna-se uma gigantesca metáfora da geografia”.

Negando o método cartesiano da precisão dos limites espacial e temporal, a dialética espacial apresentada por Guimarães Rosa está dividida de forma

.....

⁴ Ettore Finazzi-Agró se referiu ao livro de Franco Moretti *Opere mondo. Saggio sulla forma epica dal Faust a Cent'anni di solitudine*, Torino: Einaudi, 1994.

objetiva pelo poder: o poder do demo e dos coronéis (na imensurável subjetividade do desconhecer o conhecido, do iletrado dominado, colonizado, sujeito obediente, sem a consciência dos porquês, mas que tem a clareza do lugar vivido, percebido e concebido). Assim, sertão é lugar em um espaço infinito da produção das relações sociais, culturais:

Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador [...]. Os *gerais* corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões... O sertão está em toda parte. (Guimarães Rosa, 2001, 24).

No livro *Os sertões*, de Euclides da Cunha, diferentemente de *Grande sertão: veredas*, o sertão apresenta-se limitado, com fronteiras definidas. É o sertão representado não de forma imagética, simbólica, mas no drama real da aldeia de Canudos. A narração é direta: narrador e autor estão colocados, no plano do discurso, como um único, entretanto, a estrutura monológica aparente é narrada não de forma híbrida, neutra.

Euclides narrou o conflito (a luta de Canudos) com o olhar realista daquele que via e não queria ver. Foi obrigado, como fotógrafo da República, a comprovar o que não queria ser visto pelo poder do Estado republicano. E aclamou:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história resistiu ao esgotamento completo (...) caiu no dia 05, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados (Cunha, 1979: 400).

Em uma linguagem viva, a tragédia é narrada em contraposição, ao que mais Euclides é identificado na academia, o positivismo cientificista: “Trouxeram depois para o litoral, onde deliravam multidões em festa, aquele crânio. Que a ciência dissesse a última palavra. Ali estavam, no relevo de circunvoluções expressivas, as linhas essenciais do crime e da loucura” (Cunha, 1979, p. 401-2).

No capítulo VII, sob o título “Duas linhas”, há uma única oração: “É que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades” (Cunha, 1979, s/n); nestas duas linhas, há uma imensurável riqueza de discursos inscritos, um polivocalismo, vozes que estão superpostas na crítica radical à

política das nacionalidades. Com tal afirmativa, porém, não se nega na sua análise, a influência do determinismo ambiental ou racial, sob os alicerces das ideologias científicas do darwinismo social, do positivismo e do neolamarckismo.

Influenciado pela concepção naturalista da história de Hipolyte Taine, Cunha enfatizou o peso do meio (terra: clima, solo e relevo) e do determinismo racial. Ainda nas notas preliminares, Euclides se referiu às sub-raças sertanejas, entretanto, neste mesmo parágrafo (na polifonia do seu discurso), denunciou o peso da civilização como moderno e responsável pela sua destruição, com o objetivo da intensa migração para o urbano, ao que se denominava “civilização”. Denunciou Euclides, na expressão de uma única palavra, o peso da tensão das múltiplas vozes na tessitura do discurso: “crime”. Nesta palavra, aparentemente, não houve representação de um significado ou significante, mas a expressão da intensidade de múltiplas vozes.

Na sua biografia sobre Euclides da Cunha, em livro publicado *post-mortem*, no qual consta um belíssimo caderno iconográfico, com fotografias tiradas pelo autor de *Os sertões*, Roberto Ventura (2003) considerou que Euclides superou o determinismo geográfico “ao transformar a natureza em personagem dramático” (2003, p. 201). E, mesmo quando discordou da leitura interpretativa da grande maioria dos autores que criticavam a visão etnocentrista de Euclides (embora concordasse com estes sobre a entonação dada por Euclides em *Canudos*), Ventura ressaltou a sua forma contraditória de observar que “o sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral.”

O texto de *Os sertões* é tenso de conteúdos ideológicos. Ao lê-lo de forma fragmentada, separando os seus capítulos (“A terra”, “O homem e a luta”, até o capítulo final, “Últimos dias”), perdem-se os fios da trama polifônica, na qual o metadiscorso deixa explícita a crítica, a política das nacionalidades e a negação das categorias, que dão sustentáculo teórico ao positivismo nos signos da modernidade, do progresso e da civilização. Como exemplos disto, escolhemos dois trechos do referido livro, a seguir: “(...) e com arrojo digno de melhores causas, batemo-los a cargas de baionetas, reeditando por nossa vez o passado, numa entrada inglória, reabrindo nas paragens infelizes as trilhas apagadas das bandeiras” e “eram, realmente, fragílimos àqueles pobres rebelados. Entretanto enviamos-lhes o legislador Comblain; e esse argumento único, incisivo, supremo e moralizador – a bala” (Cunha, 1979, p. 271 e 274, respectivamente) [grifos nossos]. A “bala”, no caso, assumiu um significado que interagiu com a palavra crime, em fios tecidos na urdidura do discurso. Seu significante foi apresentado numa fala irônica e trágica.

No metadiscorso dos dois romances, utilizando-nos da concepção de Moraes (2002-3), o sertão se singulariza pela intervenção da sociedade, como espaço a ser conquistado, incorporado à economia nacional: uma área de expansão. Como visto *in loco*, em pesquisa de campo nos sertões dos estados de Sergipe, Bahia, Alagoas e Pernambuco, os canais de irrigação, para a transposição do rio São Francisco, construídos com alta tecnologia, que cortam os sertões onde vivem as populações camponesas, em total estranhamento; porém, só há uma única certeza: nada é para seu benefício.

Ao analisar o discurso híbrido (jurídico, político, literário, filosófico) de Tobias Barreto, identificam-se nas suas falas, compreendidas no contexto das relações sociais, signos ideológicos, reflexos das estruturas sociais, marcados ideologicamente na contradição aparente entre a unicidade e a pluralidade de sua significação histórica.

Na leitura bakhtiana, o discurso retórico se diferencia do discurso literário. Pela própria natureza de sua orientação, este não é livre na sua maneira de tratar as palavras de outrem. Ou, como Barros (1994, p. 6-7) reinterpreto Bakhtin, “polifonia caracteriza um certo tipo de texto, aquele em que se deixam entrever muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos (típico dos textos autoritários), que escondem os diálogos que os constituem”. Para reconstituí-lo, é preciso recuperar a polêmica escondida.

Com base nessas reflexões, não se pode ter uma estrita definição do discurso de Tobias Barreto. Há a presença de vários gêneros, que estão claramente visíveis em sua obra, como um todo. Pontuamos a presença singular de dois gêneros que formam, possivelmente, uma especificidade a ser estudada. O seu discurso apresenta-se em uma espécie de caráter não oficial, na perspectiva de opor-se a todas as formalidades características da razão iluminista. Ao utilizar-se das fontes populares, da literatura cômica do povo, busca ser o mais democrático possível. Seu humor satírico permite a superinterpretação dos seus escritos devido à condição de ambivalência do uso do riso (Conceição, 2001). As manifestações emotivas, valorativas da depreciação, se, de um lado, podem demonstrar atitudes grotescas, de injúria, de outro, também podem ser compreendidas a partir da concepção do riso.

Na nossa explicação, não reduzimos o discurso de Tobias Barreto a um debate entre pares, embora observemos a forte tonicidade do seu uso. Porém, não compreendemos o seu discurso como uma polêmica isolada, desde que o analisemos como uma inter-relação de enunciados. Tobias utilizava o recurso da expressividade da entonação, da inflexão do irônico por meio da paródia, com a finalidade da ridicularização. Mas seu enunciado refletia sua visão de

mundo. O uso da crítica traduzia manifestações de imagens verbais dirigidas para “um universo maior”, que era o povo. Seu desejo era mostrar a ideia, a visão do mundo, do outro, como condição negativa de pensar e mudar “a sociedade brasileira” (Conceição, 2001).

A negatividade estabelece o grau da réplica do diálogo. Ao provocar a polêmica, o locutor se põe na condição de sujeito emergente do seu próprio enunciado. Exige de si a réplica – a resposta, o esclarecimento. Provoca para ser provocado. O diálogo é a condição do aprofundamento da comunicação.

As concepções de Tobias sobre povo, nação, sociedade e Estado eram concebidas por diferentes vieses, afastando-o do pensamento homogêneo na defesa do positivismo e aproximando-o, pelo seu germanismo, da contracorrente romântica alemã.

Ao defender o germanismo, Tobias Barreto se aproximou do pensamento contrarrevolucionário do romantismo alemão, da Escola Histórica de Direito Alemã, da velha restauração da ordem, renascida da autoconsciência da alma popular, do espírito do povo. A Escola Histórica de Direito Alemã se relacionava com o pensamento político romântico, defendendo a tese de um sujeito supraindividual – o povo – como comunidade coletiva histórica. O romantismo significou uma reação às hegemonias política e cultural francesa, nos Estados alemães. Diferentes da ideia racional e voluntarista, as teses contrarrevolucionárias romperam com a tradicional identificação entre soberano e monarca e a identificaram como soberania e nação. A relação romantismo e nacionalismo fez a nação ser concebida como entidade emotiva (Conceição, 2001).

Contrapondo-se ao universal, definido no reconhecimento da superioridade da França e da Inglaterra, a proposta herderiana defendia as diferenças, o particular que se estabelecia historicamente na origem. A busca da origem permitia perceber as diferenças, valorizava, nos tempos medievais, a ausência do poder central e defendia o modelo local/universal. Defendia a formação de pequenas comunidades como condição da formação. A história era vista como um todo, dentro da qual cada particularidade se manifestava como um todo, mas que só se revelava como singularidade quando vista no todo de que fazia parte. Para Herder (1995), os povos eram dotados pela Providência na sua capacidade de escolher, de definir a satisfação dos seus desejos. A felicidade nacional era a realização dos seus objetivos. Eram as inclinações nacionais que distinguiam cada povo.

Observa-se uma forte influência herderiana na concepção das categorias geográficas região e nacional, nos discursos de Tobias Barreto. A construção ideológica de nação, na sua análise, se expressou no tempo de “longa duração”, da construção histórica do meio/lugar/município. A nação era pensada como

idealidade, realidade a ser construída como trajetória para a liberdade, afastando-se da ideia romântica que a encarava como resultado da natureza, ou da concepção rousseauriana. Defendia que a ideia liberal deveria estar acima dos interesses particulares, e a defesa da democracia como princípio único e não de grupos, princípio que deveria ser alimentado e aquecido no coração popular, pois era só do povo que ele poderia esperar o seu triunfo. Era no povo que creditava a confiança da democracia, e não nos partidos políticos e na constituição:

Diante dos princípios, todos somos pequenos e bem pequenos. Importa-nos mais saber o que pensa o homem do povo, sensato e magnânimo, sobre os negócios do país, do que saber o que dizem os empresários de política, interesseiros e fátuos. Por isso, é sobre o povo que devemos convergir o nosso estudo e atenção (Barreto, 1990a: 71).

Na opinião de Tobias, o povo era soberano, não devendo aceitar ser tutelado, mas livre, contar apenas consigo e recorrer ao seu próprio gênio; deveria desconfiar de todo o mundo, confiar apenas nele, desde o seu nascimento. Ele teria em si mesmo as causas de sua destruição.

A sua concepção humanista permitia que ele acreditasse nas suas utopias, e, com otimismo, associando a concepção de liberdade à vontade do povo, ele depositava neste último, e só nele, a sua própria redenção. Quando tudo lhe faltasse, restaria o instinto indômito. Restaria sempre o dever, o pudor, a justiça, o seu caráter. Caráter que era uma força, fonte de honradez, sinceridade, fecundador das capacidades humanas em submissão. Vontade, fé inabalável.

No Estado teológico-político alemão, a partir do romantismo, o povo se manifestava como cultura: língua, costumes, sentimentos. A nação não era posta como soberania popular, mas como “vida comum” do mesmo povo (*Volkegeist* – realidade espiritual). Povo e nação sobreviviam por intermédio de outra realidade espiritual – o Estado. O Estado nacional era a realização de uma vontade consciente de si (Conceição, 2001).

O criticismo de Tobias Barreto era uma forma de observar, refletir e colocar-se em uma posição de julgador de todos os atos. Ou, como se referiu Antônio Cândido (1989, p. 102), as suas ideias não obedeciam a um desenvolvimento linear, “mas um vaivém, retomada incessante, tensão de opostos, visão simultânea do verso e do reverso”.

A análise do discurso de Tobias, a partir da compreensão bakhtiniana, permite-nos entender o seu discurso como ideológico. As suas representações envolviam ações produzidas nos conflitos sociais.

Segundo Mikhail Bakhtin (1992), no processo da comunicação verbal, o enunciado, seu estilo e sua composição são determinados pelo objeto do sentido e pela expressividade, ou seja, pela relação valorativa que o locutor estabelece com o enunciado. As formas de enunciação se apoiam sobre as formas da comunicação verbal, determinadas pelas relações de produção e pela estrutura sociopolítica. Portanto, a natureza do enunciado é social, e não individual: é produto da interação social.

O contexto do discurso está relacionado com todo o contexto que o rodeia. Se, de uma forma, a sua posição, no contexto, reflete um enunciado, por outra, a época, o meio social e o micromundo possuem os seus enunciados, que servem de norma e dão o tom do discurso. A enunciação é apenas uma fração de uma corrente ininterrupta da comunicação verbal e da amplitude do contexto social. O discurso se molda sempre à forma do enunciado, que pertence a um sujeito falante. Suas fronteiras são delimitadas e estabelecidas conforme a intuição do querer-dizer do locutor. É esta que define a escolha do gênero do discurso.

O humor satírico de Tobias Barreto permite a superinterpretação dos seus escritos devido à condição de ambivalência do uso do riso. Embora destinada a divertir, o seu objetivo é fazer a crítica da realidade a partir da sua visão do mundo. Desta forma, explicita seu conteúdo ideológico. Mas a franqueza da fala familiar pode ser interpretada como cinismo, principalmente se esta é lançada contra dogmas que representam o poder constituído, como podemos ver, num escrito seu (“Teoria do peruísmo ou Filosofia do peru”) de 1883, no *Diário de Pernambuco*, expressando as suas ideias contra os sistemas e crenças das religiões espiritualistas (Barreto, 1990b, p. 173-5).

O efeito do uso da manifestação de uma brincadeira popular, carregada de jocosidade na figura do peru, simbolizando uma “ideia” religiosa, provocou muitas polêmicas e, inclusive, foi a maior causa para a sua condição final de relegado à mendicância. Os interesses, as esperanças, os pensamentos mais radicais do povo e a política da corte estavam sempre presentes no riso rabelaisiano. O riso era uma forma de aproximar-se do povo. O riso não recusa o sério, mas, de forma ambivalente, ele expurga da consciência a seriedade mentirosa. A sua função não deve ser a de escandalizar, mas a sua ambivalência está em purificar o ser sério – purificar “do dogmatismo, do caráter unilateral, da esclerose, do fanatismo e do espírito categórico”. (Bakhtin, 1987, p. 105). Desta forma, ele se completa e se torna universal: “o riso impede que o sério se fixe e se isole da integridade da existência cotidiana” (ibidem).

Neste sentido, os discursos de Tobias Barreto não apresentam direcionamentos revolucionários que visem a bruscas mudanças. Sem observar as con-

tradições advindas das suas próprias ideias, preso pelo limite de uma sociedade capitalista em formação, delega, nas vertentes herderiana e renaniana, a vontade como único critério legítimo de progresso. A nação é concebida como uma grande solidariedade, o consenso, o desejo expresso de continuar a vida em comum. Resulta de um agrupamento de homens de espíritos sadios e corações ardorosos que criam uma consciência moral – que se chama nação – a partir das pequenas comunidades como condição da formação: lugar como definidor do espaço nacional.

Como última referência, adentrando no presente, debrucemo-nos sobre a tese de Fabrícia Oliveira Santos. Esta autora analisou um periódico da Associação Agrícola de Sergipe, editado entre 1905 e 1908, dedicado à lavoura, ao comércio e às indústrias. Este periódico contém seções com artigos e notas relacionados aos problemas enfrentados pela classe rural sergipana: inovações técnicas e científicas relacionadas a lavouras, a taxas de exportação, a problemas com a força de trabalho, a estudos técnico-científicos para questões do meio rural, a correspondências e anúncios. A análise de Santos tem indicado que o conteúdo veiculado, nesta revista, produzia discursos sobre o campo sergipano por meio de notícias temáticas sobre o meio rural, palavras e expressões de um vocabulário que formavam uma linguagem, uma troca social, uma enunciação de outrem unida a um contexto, por relações dinâmicas, complexas e tensas, que possibilitam questionamentos sobre o porquê da publicação destas informações e em que medida elas corroboraram na produção do espaço agrário sergipano. Analisar esses discursos, mediante a leitura bakhtiniana, na dimensão de sua polifonia, permite situar o cronotopo que seu repertório apresenta em distintas formas de comunicação socioideológica, nos diferentes espaços e tempos.

Ao selecionarem-se palavras-chaves e metáforas, sem enveredar-se na tessitura da polifonia do discurso, fica-se preso às estruturas linguísticas e perde-se a pluralidade de seus significados, o que coloca o discurso na condição de reivificado. O que falta são precisamente as determinações objetivas e as mediações socio-históricas pelas quais as categorias analíticas possam adquirir suas dimensões histórica e dialética.

As palavras, deslocadas do contexto, assumem significados ideológico e apologético, ocultando os antagonismos estruturais na sociedade capitalista. A tendência é que haja uma avaliação acrítica, uma hipostasia. O homem, como ser uno, único, é o responsável pelas reivificações.

Na reflexão bakhtiana, não se deve separar a ideologia da realidade material do signo. Cada signo é um fragmento material desta realidade, portanto, a

realidade do signo é totalmente objetiva. Mas o signo não existe apenas como parte de uma realidade, estando sujeito aos critérios de avaliação ideológica. Segundo Bakhtin (1995, p. 32-33), “o domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes”.

No que pese a leitura do pensamento geográfico, sua descontextualização, em tempo linear, cronológico, impossibilita identificar o cronotopo. Identificando-se as contradições na sua unidade dialética, a análise tempo-espacial só é possível ser capturada na polifonia do discurso.

REFLEXÕES FINAIS

Neste discurso, o que buscamos é cuidar para que não se congele uma narrativa em uma visão linear, compreendida numa organização e estrutura sistêmica, e, assim, se perca a riqueza de conteúdos tecidos nos fios e rastros de uma narração polifônica. Ou, como já afirmamos, num artigo ainda não publicado (“Limites e possibilidades do pensamento geográfico: uma leitura a partir dos/nos espaços e tempos da geografia da miséria”), considerando-se que o discurso tem uma estrutura polifônica, estando simultaneamente na dimensão diacrônica/sincrônica, inscrito em diversos tempos históricos, todo discurso é denso, não há neutralidade. Todo discurso tem, no seu enunciado, a posição de uma classe social. Ao posicionar-se no discurso (desde que não haja neutralidade de discurso), este é feito em nome de uma classe social, portanto, todo discurso assume a tensão de um objeto que deve ser exposto por um sujeito em múltiplos sujeitos que o representam (de quem se fala; o que se fala; para que se fala; quem fala), cuidando-se para deixarem explícitos os planos das falas, uma vez que cada fala é carregada nos planos do poder do real e do simbólico. São vozes distintas, diferentes, opostas, na disputa semântica em que estas se apresentam, nos fios e nos rastros do verdadeiro, falso e fictício,⁵ como produtoras de discursos desiguais.

.....
5 Faço referência à leitura da representação do discurso no livro de Carlo Ginzburg: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*, tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas na ciência da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, 7ª edição. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Tradução do russo por Aurora Fornoni Bernadini, José Pereira Júnior, Augusto Góes Júnior, Helena Spryndis Nazário, Homero Freitas de Andrade. 3ª edição. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

_____. *Estética da criação verbal*. Tradução a partir do francês por Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *A cultura popular na Idade Média (o contexto de François Rabelais)*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. Brasília: Hucitec/UNB, 1987.

BARRETO, Tobias. *Crítica política e social*. Brasília: INL. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1990a.

_____. *Crítica de religião*. Rio de Janeiro: Record. Brasília: INL, 1990b.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. “Dialogismo, polifonia e enunciação”. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (orgs). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: EDUSP, p. 01-09 (Ensaio de Cultura, 7), 1994.

CÂNDIDO, Antônio de Mello e Souza. *O método crítico de Silvio Romero*. São Paulo: EDUSP, 1988.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. *Às margens do Beberibe e do Capibaribe: a crítica de Tobias Barreto nos meandros da geografia*. São Paulo: USP. Tese de doutorado (Doutorado em Geografia). 2001.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, p. 13-87, 1979.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. “Local, global, trivial” e o Capítulo IV “Sertão-Nação”. In: *Um lugar do tamanbo do mundo: tempos e espaços da ficção em João Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 73-122, 2001.

FIORIN, José Luiz. “Polifonia textual e discursiva”. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (orgs). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: EDUSP, p. 29-36 (Ensaio de Cultura, 07), 1994.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução: Maria Betânia Amoroso. 6ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KNOLL, Graziela Frainer. *Intertextualidade: o anúncio publicitário como produto de relações dialógicas*, 2010. Disponível em http://ww.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_010/artigos/artigos_vivencias_10/113.htm Acesso em janeiro de 2013.

HERDER, Johann Gottfried. *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade: uma contribuição a muitas contribuições do século* (escrito em 1773). Lisboa: Antígona, 1995.

LEFEBVRE, Henri. *A linguagem e a sociedade*. Lisboa: Ed. Ulisseia, 1996. Tradução de José Antônio Machado do original *Le Langage et la Société*, Paris: Éditions Gallimard, 1996.

MORAES, Antônio Carlos Robert. “O sertão – um “outro” geográfico”. In: *Revista Terra Brasilis*, anos III-IV, nº 4 e 5, São Paulo, p. 11-23, 2002-2003.

_____. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1988.

PETRONE, Pasquale. “Geografia humana”. In: FERRI, Mário; MOTOYAMA, Shozo (org). *História das ciências no Brasil*. São Paulo: EPU/Edusp, v. 3, p. 303-330, 1979.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1994.

VENTURA, Roberto. *Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TERRITÓRIOS PARADIGMÁTICOS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA: UNIDADE, DIVERSIDADE E DIFERENCIALIDADE¹

PARADIGMATIC TERRITORIES OF THE AGRARIAN GEOGRAPHY: UNITY, DIVERSITY AND DIFFERENTIALITY

TERRITORIOS PARADIGMÁTICOS DE LA GEOGRAFÍA AGRÍCOLA: LA UNIDAD, LA DIVERSIDAD Y LA DIFERENCIALIDAD

JANAINA FRANCISCA DE SOUZA CAMPOS²
BERNARDO MANÇANO FERNANDES²

Resumo: Este artigo traz reflexões sobre a unidade, a diversidade e a diferencialidade do pensamento geográfico brasileiro. Seu objetivo principal são a identificação e a análise dos temas e paradigmas da geografia agrária. O escopo da análise deteve-se à investigação dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo, espaços de socialização do conhecimento que constroem territórios paradigmáticos ao compartilhar paradigmas – o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA). Por meio da proposição da leitura dos territórios paradigmáticos, observamos a conflitualidade presente no pensamento geográfico, em que os estudos desenvolvidos pelos grupos, na busca de firmarem poderes explicativos de interpretação do espaço geográfico, conformam territórios paradigmáticos distintos e apontam para a unidade, a diversidade e a diferencialidade da geografia agrária paulista e brasileira.

Palavras-chaves: paradigma, grupo de pesquisa, temas, PCA, PQA.

Abstract: This article reflects on the unity, diversity and differentiability Brazilian geographical thought. Its main objective is the identification and analysis of themes and paradigms of Agri-

.....
1 Este artigo traz parte das contribuições da tese de doutorado, intitulada *Leituras dos territórios paradigmáticos da geografia agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), no ano de 2012, orientada pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes.

2 Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) – Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT)/ Departamento de Geografia/Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). E-mails: janaina@fct.unesp.br; bmf@fct.unesp.br

cultural Geography. The scope of analysis was arrested for investigation of research groups in the state of São Paulo. Groups are spaces of socialization of knowledge building paradigm territories while sharing paradigms – Paradigm of Capitalism Agricultural (PCA) and Paradigm of Agrarian Issues (PQA). Through reading the paradigmatic proposition territories observe this conflict in geographical thought in the studies developed by groups in search of enter into explanatory powers of interpretation of space, conform distinct paradigmatic territories and point to the unity, diversity and the differentiability Agricultural Geography São Paulo and Brazil.

Keywords: paradigm, research group, themes, PCA, PQA.

Resumen: En este artículo se reflexiona sobre la unidad, la diversidad y diferencialidad del pensamiento geográfico brasileño. Su objetivo principal es la identificación y análisis de los temas y paradigmas de geografía agraria. El objeto de análisis fue arrestado por la investigación de los grupos de investigación en el estado de São Paulo. Los grupos son espacios de socialización de conocimientos territorios paradigma edificio, mientras que el intercambio de paradigmas – Paradigma del Capitalismo Agrario (PCA) y Paradigma del Cuestiones Agraria (PQA). A través de la lectura de los territorios de proposición paradigmáticos observan este conflicto en el pensamiento geográfico en los estudios desarrollados por grupos que buscan entrar en los poderes explicativos de interpretación del espacio, conformar territorios paradigmáticas distintas y apuntan a la unidad, la diversidad y la diferencialidad Agrícola Geografía San Pablo y Brasil.

Palabras clave: paradigma, grupo de investigación, temas, PCA, PQA.

SITUANDO O DEBATE: NOTAS INTRODUTÓRIAS DE UM MÉTODO DE ANÁLISE EM CONSTRUÇÃO

Neste artigo, procuramos refletir sobre o pensamento geográfico brasileiro a partir de um método (Morin, 2008) de análise que vem sendo consolidado, nas últimas décadas, no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp). Buscamos contribuir, por meio dos territórios paradigmáticos, para a identificação e a análise dos temas e paradigmas da geografia agrária mediante a produção científica dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo, cujos estudos demonstram a diversidade e a diferencialidade do pensamento geográfico.

A geografia, desde a sua gênese, percorreu inúmeros caminhos teórico-metodológicos, marcada por momentos de superação na construção do conhecimento. O pensamento geográfico “não é homogêneo, mas contraditório e múltiplo”.

tiplo”, e “se justapõe e se supera, movimentos que não podem ser limitados, nem definidos claramente” (Carlos, 2002, p. 163). A diversidade de abordagens fomenta o constante debate em torno da ciência geográfica, questionando o seu papel frente à sociedade. A geografia é um campo disciplinar plural, fator fundamental para o desenvolvimento de todos os campos científicos (Andrade, 1995).

De fato, no início do século XXI, a produção intelectual da geografia brasileira continua marcada pela pluralidade do pensamento, sendo representada, neste artigo, pela unidade, diversidade e diferencialidade paradigmáticas. Para iniciar esta discussão, é impreterível esclarecer o que entendemos por unidade, diversidade e diferencialidade paradigmáticas, noções fundamentais deste estudo.

Os paradigmas são pensamentos socializados e compartilhados por pesquisadores que, por meio de seus estudos científicos, constroem interpretações e visões de mundo sobre os temas selecionados.³ Eles estão vinculados a um conjunto de *dimensões* – teorias, métodos, conceitos, ideologias e intencionalidades – e *propriedades estruturais* que possibilitam uma leitura crítica do pensamento construído no interior da geografia, remetendo esta área do saber aos auspícios da pluralidade teórico-metodológica. A pluralidade implica em *diversidade* da organização das formas do pensar, isto é, na diversidade paradigmática que envolve os estudiosos na interpretação do campo. Do mesmo modo, a pluralidade também revela a *unidade*, de forma que cada grupo de pesquisadores elege determinados temas e paradigmas para fundamentar suas interpretações. A *diferencialidade* dos paradigmas é constituída pelas distintas visões de mundo construídas. A unidade, a diversidade e a diferencialidade manifestam a pluralidade da geografia agrária, seja considerando o temário ou os paradigmas de estudo.

É neste campo que são analisados os *territórios paradigmáticos*. Como expressão do pensamento geográfico e da produção intelectual da geografia agrária, os grupos de pesquisa são territórios paradigmáticos, espaços científicos, teóricos, políticos e ideológicos que constroem e socializam o conhecimento. Eles conduzem seus estudos e podem ser interpretados por paradigmas que são selecionados, direcionados e amplamente compartilhados pelos pesquisadores que possuem mais do que pesquisas, projetos e temáticas em comum, e que compreendem diferentes modelos de desenvolvimento para o campo brasileiro,

.....
3 Os limites e as possibilidades do conceito de paradigma para a interpretação do pensamento geográfico partiu da análise crítica das obras de Thomas Samuel Kuhn e Ludwik Fleck, e podem ser mais bem apreendidos em Campos (2012), no capítulo 2, no qual foram discutidas as propriedades estruturais e as dimensões que compõem os paradigmas. As propostas destes dois autores serviram como referência, e, partindo da perspectiva dialética adotada, entendemos que seus limites e possibilidades não podem ser ignorados e/ou negados, mas superados pela geografia.

ou seja, diferentes visões de mundo. É considerando esta premissa que tratamos a unidade, a diversidade e a diferencialidade paradigmáticas da geografia agrária sob a ótica dos grupos de pesquisa.

Os grupos são territórios materiais que constituem territórios imateriais por meio da construção dos paradigmas. A preocupação, manifestada na tese de doutorado, foi a de revelar a pluralidade do pensamento, em que a unidade, a diversidade e a diferencialidade são partes inerentes da história do pensamento geográfico e dos grupos de pesquisa, este último expressão da produção intelectual da geografia brasileira.⁴

Alves (2010), ao estudar a produção da geografia agrária nacional, também apontou para a pluralidade metodológica ocorrida a partir da década de 1990. Esta pluralidade também é evidente nos grupos de pesquisa (Alves, 2010). O levantamento realizado nos anais do Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA) (Campos; Fernandes, 2009), um dos principais eventos da geografia agrária brasileira, chamou a atenção para um dado singular: o domínio de estudiosos ligados a grupos de pesquisa. Mais do que um espaço acadêmico que recentemente foi institucionalizado pelas agências de auxílio e fomento para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, pelas políticas educacionais e pelas universidades e faculdades brasileiras, os grupos de pesquisa estabelecem e selecionam temas e paradigmas de estudo que são compartilhados por seus membros. Orientados por interesses em comum e fundados em teorias, métodos, conceitos, ideologias e intencionalidades, os grupos tomam frente no processo de construção do conhecimento e representam uma das mais ricas fontes para o estudo do pensamento geográfico.

Um amplo levantamento crítico da produção de oito grupos de pesquisa do estado de São Paulo⁵ foi realizado, incluindo teses de doutorado e livre-docência,

.....
4 Sabe-se que a formação de grupos de estudos e pesquisas não teve origem com a formalização via Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB), nem mesmo com a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), embora já existisse, nas universidades, a aproximação de pesquisadores interessados na produção do conhecimento. Os grupos não são a totalidade e nem o ponto de partida da construção de saberes, mas constituem parte de um processo que envolve os pesquisadores e que tem marcado a prática científica no Brasil. Porém, não se pode ignorar que todos os grupos de pesquisa em geografia agrária, pelos mais variados motivos (recursos, verbas, temáticas, paradigmas, editais ou pós-graduação), estão vinculados à base do DGPB, e, de alguma forma, inseridos num contexto burocrático e institucional-acadêmico.

5 Considera-se que todos os grupos de geografia agrária do estado de São Paulo foram analisados, neste trabalho. A seleção dos oito grupos de pesquisa obedeceu a dois procedimentos principais: 1) *recorte espacial*: a) grupos de pesquisa localizados no estado de São Paulo; 2) *recorte temático*: a) grupos de pesquisa em geografia cadastrados no DGPB; b) grupos de pesquisa cujas linhas e coordenadores se dedicam, em especial, a estudos associados à geografia agrária; c) grupos de pesquisa localizados em instituições que oferecem os cursos de graduação e pós-graduação em geografia; e d) grupos de pesquisa formados

dissertações e trabalhos publicados em eventos científicos. Sabemos que estamos incorrendo em um debate polêmico, mas que urge ser realizado. A intenção deste trabalho não é exaltar a hegemonia dos grupos frente à produção do conhecimento, mas elucidar que se tratam de territórios paradigmáticos, espaços que compartilham paradigmas distintos e representam parte da unidade, diversidade e diferencialidade da geografia agrária. Entender o território para além dos seus significados clássico e tradicional e adentrar a natureza material e imaterial dos paradigmas da geografia agrária são umas das propostas deste trabalho.

Interpretar o pensamento geográfico por meio dos territórios paradigmáticos é, ao mesmo tempo, entender os paradigmas como estudos científicos compartilhados e socializados, que projetam visões de mundo sobre o campo, e também como método de análise para que seja apreendido o movimento de construção do conhecimento de que a geografia agrária participa. Na geografia, o método é “um sistema intelectual que permite, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista (...) não é um dado em si, um dado a priori, mas uma construção. É nesse sentido que a realidade social é intelectualmente construída” (Santos, 1996, p. 62). É com o método que o pesquisador constrói um sistema de conceitos, e é nele que está a sua visão de mundo. O método possibilita ao pesquisador manipular a realidade estudada segundo a sua lógica. A lógica é construída pela liberdade e autonomia de escolha dos referenciais teóricos, que pode ser constituída pelo seu próprio pensamento ou pela subordinação a outros pesquisadores (Fernandes, 2009). O método “é atividade pensante do sujeito” que refaz, a todo instante, as teorias (Morin, 2008, p. 337).

Ao apresentar a leitura dos territórios paradigmáticos da geografia agrária, dois paradigmas orientaram a nossa análise: o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA). É claro que esta é apenas uma proposição de leitura, entre tantas outras que o pensamento geográfico possui. Ela não se resume em si, tampouco é única ou totalizante, mas sinaliza outra possibilidade que, além de identificar temas e paradigmas, também evidencia a postura política-ideológica adotada pelos pesquisadores no entendimento do campo brasileiro. Nela, estão relacionados temas, questões teórico-metodológicas e políticas de cada um dos paradigmas que deixam explícitas e/ou implícitas as perspectivas e tendências de desenvolvimento do espaço agrário. Trata-se de compreender o discurso político no bojo da geografia agrária, isto é, desvendar as leituras que as dissertações e teses defendem,

.....
por pesquisadores vinculados à mesma instituição acadêmica, isto é, que não possuem abrangência interinstitucional.

seja para a (re)criação e o fortalecimento do campesinato, ou na luta contra o capital, ou na aliança com o capital e/ou integração ao mercado, desprovido da perspectiva de superação e de enfrentamento da classe camponesa.

Os grupos de pesquisa não são, em hipótese alguma, espaços neutros. Como instituições sociais, podem reproduzir paradigmas e atuar como territórios propícios que alimentam paradigmas. Na construção de leituras sobre o desenvolvimento do campo, a diferencialidade teórica, o método, a metodologia, a postura política e ideológica entre os paradigmas são dimensões que se manifestam em publicações e pesquisas, instrumentos que demarcam com clareza a conflitualidade existente no interior do pensamento geográfico e, conseqüentemente, entre os grupos de pesquisa. Esta conflitualidade acadêmica “é salutar e não pode ser impedida pela ausência de debates entre os grupos de pesquisadores, que possuem diferentes paradigmas para ler as mesmas realidades” (Fernandes, 2005, p. 22).

Não se trata de instituir uma leitura dual ou dicotômica sobre a produção construída pela geografia agrária, tampouco agrupar ou classificar pesquisadores e grupos, mas evidenciar a conflitualidade que toda forma de conhecimento abriga. “Trata-se, isso sim, de construir as explicações das diferenças, demarcá-las e revelá-las por inteiro” (Oliveira, 2004, p. 30), já que

o debate e o confronto das ideias são também função básica da produção acadêmica e da reflexão intelectual. Abrir a discussão sobre as múltiplas dimensões que envolvem as análises sobre o campo significa mergulhar no debate político, ideológico e teórico (...) (Oliveira, 2004, p. 29).

Ao tentar teorizar sobre os caminhos paradigmáticos da geografia, “é necessário ter uma abertura que permita a cada estudioso seguir seus próprios caminhos filosóficos, epistemológicos e políticos, e que ele seja capaz de se adaptar a cada situação com que se defronte” (Andrade, 1995, p. 12). Tendo em vista esta abertura, o intento é incitar um debate até então não realizado, concebendo os grupos de pesquisa como espaços políticos e ideológicos de socialização do conhecimento que podem ser interpretados à luz dos paradigmas. Ao argumentar contra a neutralidade científica, assim como Oliveira (1978), propomos uma geografia para a transformação da sociedade que revele um sentido político à produção científica, já que cada autor se compromete, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, com paradigmas específicos que transmitem visões de mundo, posicionamentos políticos, intencionalidades e ideologias.

Antes que a análise da produção dos grupos de pesquisa seja devidamente delineada, é preciso também que sejam realizadas algumas considerações sobre o que entendemos por territórios paradigmáticos.

TERRITÓRIOS PARADIGMÁTICOS

Sugerimos, neste trabalho, construir uma leitura espacial e geográfica para a compreensão do pensamento geográfico. Para isso, a unidade, a diversidade e a diferencialidade temática e paradigmática dos grupos de pesquisa serão interpretados à luz do enfoque territorial. Os grupos de pesquisa são territórios paradigmáticos da geografia brasileira, porque sustentam e defendem *poderes explicativos* para a compreensão do campo, ao serem analisados a partir de paradigmas de estudo. Por poderes explicativos entendemos as ações intelectuais que contêm as intencionalidades das visões de mundo dos grupos de pesquisa e seus paradigmas. Eles determinam, compartilham, selecionam, focam, orientam e dirigem a compreensão dos temas estudados.

Interpretar a unidade, a diversidade e a diferencialidade temática e paradigmática dos grupos como territórios paradigmáticos faz parte da perspectiva dialética adotada para a compreensão do conceito de paradigma, na qual a superação é uma das condições fundamentais. Lefébvre (1983) enfatizou a importância da superação, em que é necessário ultrapassar os conteúdos, ao mesmo tempo em que também é preciso reconhecer a sua importância, porque só a partir da superação é que o conhecimento pode ser construído e qualificado. Realiza-se um esforço crítico-reflexivo que, ao apropriar-se dos conceitos de paradigma e território, argumenta que a geografia deve realizar um exercício filosófico rumo à reflexão, ao questionamento, à superação e à autonomia (Santos, 1988).

Para a interpretação paradigmática do pensamento geográfico, o espaço do qual estamos tratando é o espaço social (Lefébvre, 1991). Os sujeitos (produtores) são responsáveis pela produção de espaços, ao mesmo tempo em que são produtos dele. O espaço é produzido a partir das relações sociais, da natureza e da artificialidade, sendo o espaço social uma das inúmeras dimensões que o espaço geográfico contém (Fernandes, 2005). Estes espaços são frutos de intencionalidades⁶ que estão contidas nas relações sociais, em ações promovidas

.....
6 A intencionalidade caracteriza-se por ser um modo específico e direcionado de compreensão dos fatos, isto é, consiste numa visão de mundo intrínseca a grupos e classes sociais para a materialização

por sujeitos que selecionam suas próprias leituras sobre o mundo e os lugares onde praticam ações.

Ao construir uma leitura do espaço a partir de uma dada intencionalidade, os pesquisadores vinculados a grupos de pesquisa pensam o campo organizando e criando poderes explicativos, disputando e debatendo suas ideias na procura de garantir a soberania diante da comunidade científica. Neste momento, o território – como espaço geográfico específico – é produzido: “O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder” (Fernandes, 2005, p. 27). “O espaço é a prisão original” e o “território é a prisão que os homens constroem para si” (Raffestin, 1993, p. 142).-

Como fração do espaço, o território também está imerso na natureza e nas relações sociais. Ele é formado a partir do espaço e possui relações atinentes ao poder. Embora distintos, espaço e território são complementares e estão inter-relacionados (Saquet, 2005). Fernandes (2005) afirma que o território faz parte de uma totalidade restrita gerada pela intencionalidade, cuja diversidade de relações sociais cria diversos tipos de territórios, formados por diferentes escalas (multiescalaridade) e dimensões (multidimensionalidade).

Além da multiescalaridade e da multidimensionalidade, interessa-nos destacar a natureza do território, que interfere no conhecimento e no pensamento e que é fundamental para a leitura aqui proposta sobre os territórios paradigmáticos, considerados por Fernandes como *territórios (i)materiais*. Como ocorreu com a noção de espaço – na tentativa de superar a compreensão do território como algo uno, singular e imutável –, chamamos a atenção para a importância desses territórios (i)materiais:

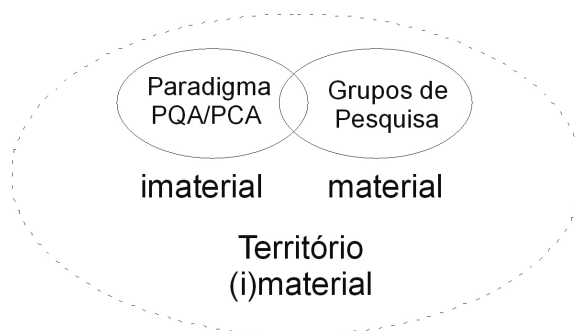
O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial. *O conhecimento é um importante tipo de território, daí a essencialidade do método que são espaços mentais (imateriais) onde os pensamentos são elaborados.* Para um uso não servil dos territórios dos paradigmas, é necessário utilizar-se da propriedade do método (Fernandes, 2005: 28). [grifo nosso]

.....
de sua existência (Searle, 1995). Todos os sujeitos carregam intencionalidades, pois é preciso delimitar e diferenciar suas leituras sobre o espaço geográfico (Fernandes, 2005). A intencionalidade determina a representação do que ver e como agir, e se constitui como uma forma de poder que mantém sua representação materializada ou imaterializada no espaço (Fernandes, 2005).

Como *produtores de e produzidos por* paradigmas, os grupos de pesquisa compartilham diferentes leituras espaciais da realidade por meio do emprego, disputa e defesa de teorias, métodos, conceitos, ideologias e intencionalidades, dimensões que compõem os paradigmas (PQA e PCA). Eles carregam a unidade, a diversidade e a diferencialidade do pensamento geográfico, e estão em permanente conflito, pois disputam o poder explicativo de seus pensamentos no processo de construção do conhecimento dos grupos. Por conter esta relação de tensão e conflito, marcada pela disputa paradigmática, e como parte das relações sociais que interagem junto ao espaço, os paradigmas conformam territórios (i)materiais (Fernandes, 2009). Denominamos de territórios paradigmáticos um dos tipos destes territórios.

Como expressão do pensamento geográfico, os grupos de pesquisa são territórios que compartilham temas e paradigmas (Organograma 1). Eles se materializam pelos/nos grupos de pesquisa e revelam posturas político-ideológicas na disputa pelo poder explicativo na interpretação do espaço agrário. As práticas, ações e temáticas são mecanismos que disseminam os seus paradigmas, alimentando-os.

Organograma 1: Constituição do território (i)material entre paradigmas e grupos de pesquisa



Elaboração: Janaína Francisca de Souza Campos

Nesses dois paradigmas que a leitura dos territórios paradigmáticos é realizada. O conhecimento compartilhado pelos pesquisadores de grupos de pesquisa são territórios imateriais que procuram contribuir com o desenvolvimento de territórios materiais, no qual o campo é o espaço de vida e de reprodução social. O conhecimento, a produção das ideias e o pensamento, elementos que

fazem parte da imaterialidade, estão intimamente conectados à realidade material na qual os indivíduos interagem.

Imaterialidade e materialidade são complementares e não podem, em hipótese alguma, serem dissociadas do entendimento sobre o território. É a mobilidade dos territórios imateriais sobre o espaço geográfico, por intermédio da intencionalidade, que determina a construção de territórios materiais (Fernandes, 2005). A intencionalidade é um aspecto da (i)materialidade do território, e que cerceia a sociedade: “O movimento do pensamento em sensações, percepções, leituras, reflexões é um aspecto do abstrato que é inerente aos processos territoriais, significando, ao mesmo tempo, objetividade” (Saquet, 2007, p. 171-172).

A universidade participa da luta política por meio da dominação e do conflito científico, na qual a disputa e a concorrência são características que não podem ser desprezadas (Bourdieu, 2002; 2008). Como parte desse campo político, os grupos de pesquisa não são espaços neutros, estão estruturados num sistema de relações que os põem em conflito acadêmico ao produzir e reproduzir paradigmas.

O poder explicativo está presente nos campos de produção intelectual que permeia a construção intelectual dos grupos de pesquisa. Os grupos de pesquisa devem ser entendidos dentro do campo do poder, representado pela disputa paradigmática da qual participam. O território (i)material é caracterizado pelas relações de poder explicativo dos paradigmas que os grupos tomam para si. Isto quer dizer que a disputa, a tensão e o conflito paradigmático fazem parte do pensamento geográfico. Na busca de uma leitura da realidade, eles participam de um espaço de luta teórica que abrange todo um aparato político-ideológico. Sem essa disputa paradigmática, o pensamento geográfico não avança, sendo o diálogo e a conflitualidade o par condutor que qualifica o conhecimento.

A disputa territorial não pode ser compreendida apenas com foco na materialidade, isto é, como espaço físico, de governança, mas deve ser concebida desde a natureza do território, em que a existência de paradigmas distintos conforma territórios (i)materiais. Dependendo da posição político-ideológica assumida pelo pesquisador, os paradigmas constituem-se em territórios teóricos e políticos que contribuem na transformação da realidade ou para a manutenção da ordem vigente (Fernandes, 2005). Os grupos de pesquisa são territórios paradigmáticos que defendem visões de mundo diferentes sobre o campo.

A estrutura de socialização dos grupos de pesquisa é orientada para o desenvolvimento do conhecimento e faz parte das estratégias de difusão e de

fesa dos seus paradigmas. Estas estratégias são formas de alcançar o poder explicativo para convencer o outro sobre a força do seu paradigma por meio de sua produção, expressa em monografias, teses, dissertações, livros, revistas, eventos e proposição de políticas públicas que também podem acontecer pelas redes de socialização (Organograma 2).

Organograma 2: Estratégias de difusão dos paradigmas e dos poderes explicativos dos grupos de pesquisa



Elaboração: Janaína Francisca de Souza Campos

Feitas as considerações sobre o que entendemos por territórios paradigmáticos, buscaremos revelar, nas próximas linhas, a leitura sobre o conjunto da unidade, diversidade e diferencialidade temática dos grupos, que é compartilhado por seus membros. Daremos foco aos paradigmas, destacando as linhas de pesquisa, as principais temáticas, os conceitos, as categorias e as teorias.

TERRITÓRIOS PARADIGMÁTICOS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA PAULISTA: PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA (PQA)

Os paradigmas estudam o desenvolvimento da agricultura no capitalismo. O Paradigma da Questão Agrária (PQA) tem se dedicado a estudar o desenvolvimento desigual da agricultura no capitalismo, destacando a permanência e o fim do campesinato, assuntos polêmicos e emblemáticos que têm gerado profícuos e intensos debates, há mais de um século, no mundo todo. Na geografia agrária brasileira, até a década de 1980, Oliveira (1995) destacava duas

correntes teóricas: uma delas defendia a destruição do campesinato através da sua proletarização, que aconteceria por meio da diferenciação interna produzida pelas contradições inerentes ao processo de integração no mercado capitalista, pois os camponeses seriam, inevitavelmente, atingidos pela penetração das relações capitalistas de produção no campo; a outra corrente defendia a permanência do campesinato – que não foi destruído e nem proletarizado –, categoria constantemente destruída e recriada em virtude do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no campo e da produção capitalista de relações não capitalistas de produção (Fernandes, 2005). Estas duas interpretações, a *proletarização* e o *campesinato*, são tendências do PQA e têm três principais elementos de análise: “a renda da terra, a diferenciação econômica do campesinato e a desigualdade social gerada pelo desenvolvimento do capitalismo” (Fernandes, 2005, p. 11).

A gênese do PQA está em pensadores como Karl Marx, Karl Kautsky, Vladimir Lenin, Alexander Chayanov, Rosa Luxemburg e Teodor Shanin (Fernandes, 2005; Felício, 2011). Com inúmeras e distintas interpretações, eles são referenciais seminais para o estudo da questão agrária. Mesmo defendendo o fim do campesinato frente ao avanço do capital no campo, que ocorreria a partir dos processos de expropriação, diferenciação ou sujeição do campesinato, Kautsky (1986) vislumbrou a existência de grandes proprietários de terras e camponeses, ou seja, discutiu a conflitualidade das duas lógicas de desenvolvimento em disputa, em finais do século XIX. Tanto Kautsky como Lenin admitiram a conflitualidade, em que o enfrentamento, a luta de classes e a resistência deveriam ser considerados.

A perspectiva de Kautsky (1986) exaltou os camponeses como sujeitos ativos na luta contra o capital, na superação do sistema capitalista e no advento do sistema socialista. Kautsky sugeriu a organização coletiva socialista dos camponeses em cooperativas para enfrentar o processo de industrialização da agricultura, promovido pela inserção da agricultura capitalista no campo:

A transformação da sociedade capitalista numa sociedade socialista transformará os camponeses e os trabalhadores rurais, sem dúvida alguma, em uma força de trabalho especialmente respeitada. (...) depois que as cooperativas socialistas tenham demonstrado a sua vitalidade, que tenha desaparecido os riscos ainda hoje inerentes a qualquer empresa econômica, o camponês poderá perder o medo de proletarizar-se (Kautsky, 1986, p. 149; 390).

A conflitualidade é um conceito importante para o PQA na análise dos modelos de desenvolvimento para o campo. O movimento de destruição e recriação de relações sociais demonstra a conflitualidade entre diferentes modelos. Fernandes esclarece sobre o método do PQA:

O foco do método do Paradigma da Questão Agrária dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que destrói e recria, como também enfrenta estratégias de resistências do campesinato, em constante diferenciação e reinvenção social, permanecendo ele mesmo e mudando em seu tempo presente, projetando o futuro e transformando o passado em história (Fernandes, 2005, p. 20).
[grifo nosso]

Por aceitar a conflitualidade, o escopo de análise deste paradigma não se limita à lógica do capital. O enfrentamento a este modo de produção é condição para a (re)criação do campesinato. Pesquisas que trazem a perspectiva da luta pela terra, como movimentos sociais/socioterritoriais, assentamentos rurais, ocupações de terras, disputas territoriais, políticas públicas de emancipação camponesa e manifestações, por exemplo, revelam o enfrentamento à lógica imposta. São pesquisas que não se limitam à reprodução econômica e enveredam para a reprodução da existência do campesinato como conjunto de sujeitos políticos, capazes de promover mudanças e transformações. Para este paradigma, a questão agrária é um problema estrutural, e a proletarização e a recriação do campesinato no capitalismo são tendências internas (Felicício, 2011). A participação no mercado faz-se concomitante às lutas pela terra e pela reforma agrária, por meio da subalternidade.

Com visões de mundo que acreditam em diferentes modelos de desenvolvimento do campo, no PQA, há grupos que direcionaram suas análises para o enfrentamento e a superação da sociedade capitalista, como o grupo Geografia Agrária, o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), selecionando, compartilhando e orientando estudos atinentes à (re)criação do campesinato e à luta pela terra. A diversidade temática dos grupos e a presença de duas tendências no PQA – a do campesinato e a da proletarização – mostram a heterogeneidade deste paradigma e da própria geografia agrária.

Tendo como preocupação o estudo do campesinato, o grupo Geografia Agrária, criado pelo professor Arioaldo Umbelino de Oliveira, desenvolve seus trabalhos desde 1980, ano em que este estudioso iniciou suas atividades na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). A partir da linha

de pesquisa “Questão agrária no Brasil”, suas temáticas de estudos vão desde a luta pela terra e movimentos sociais, a relação campo-cidade e/ou rural-urbano, a questão agroenergética, com destaque para os biocombustíveis, até as práticas da agricultura orgânica/agroecológica e a agricultura familiar/camponesa.

A teoria do desenvolvimento contraditório e combinado do território, em que a (re)criação das relações não capitalistas de produção tem na resistência do campesinato uma forma de concretização, é elementar. O enfrentamento ao capital e o projeto de transformação da sociedade são delineados pelos estudiosos. A luta pela terra, a sujeição da renda ao capital, a resistência, a exploração, a reforma agrária, os movimentos sociais, o anarquismo, a territorialização camponesa e o monopólio agroindustrial são algumas das discussões selecionadas e compartilhadas pelo grupo, que expressam a tendência do campesinato no PQA.

Quanto ao conceito geográfico empregado, o território ocupou centralidade nas pesquisas deste grupo, articulado a outros, como movimento social e campesinato, interpretados, sobretudo, à luz de pensadores como Karl Marx, Teodor Shanin, Alexander Chayanov, Rosa Luxemburg, Vladimir Lenin, José de Souza Martins e do próprio coordenador, Arioaldo Umbelino de Oliveira.

O grupo Geografia Agrária teve forte influência na propagação do PQA na geografia agrária brasileira, principalmente para os pesquisadores que desenvolveram pesquisas sob a orientação do professor Arioaldo e que passaram a coordenar outros dois grupos de pesquisa: o CEGéT (Antônio Thomaz Júnior) e o NERA (Bernardo Mançano Fernandes).

Fundado em 1996, o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) é ligado à Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Unesp, baseado no *campus* de Presidente Prudente/SP, e é coordenado pelos professores Antônio Thomaz Júnior e Marcelo Dornelis Carvalhal. Este grupo defende a realização de uma “geografia do trabalho”, compartilhando estudos sobre as múltiplas formas de expressão do trabalho e o processo metabólico do capital. A relação capital *versus* trabalho é o cerne das discussões do grupo, para o qual as redefinições do trabalho se constituem como o ponto de partida para as questões relacionadas ao gênero, à agroecologia, ao cooperativismo, aos movimentos sociais, à luta pela terra e ao discurso do agronegócio, por exemplo. A perspectiva de superação do capital e o enfrentamento político colocam os pesquisadores deste grupo junto ao PQA, e a tendência aos estudos do campesinato e da proletarianização está presente no grupo.

Para o tratamento desta temática, o CEGéT centra seus esforços em duas linhas de pesquisa: “Estrutura societal e formas de uso e exploração da terra no Brasil: as consequências para o trabalho e para os movimentos sociais” e

“Reestruturação produtiva e movimentos sociais: processualidade e dinâmica territorial do trabalho e da sociedade”. A temática do trabalho se relaciona a outras, como a luta pela terra e pela água, os conflitos que mediam esses espaços de disputa, sindicatos e movimentos sociais urbanos e rurais, as práticas da agricultura mecanizada e os impactos na organização da produção familiar. O agronegócio e as relações de trabalho são temáticas que circundam e entram em contato com a temática principal. Outra temática que recentemente tem sido trabalhada refere-se ao estudo das comunidades amazônicas e suas relações de trabalho, bem como a análise do discurso jornalístico do agronegócio.

O referencial teórico-metodológico para a discussão *capital versus* trabalho traz autores como Karl Marx, Ricardo Antunes, François Chesnais e István Mészáros, além da interlocução com Giovanni Alves e Ricardo Antunes. Os conceitos trabalho, reestruturação produtiva e metabolismo do capital são os que mais predominam. Os conceitos de território, espaço e lugar têm em Ruy Moreira, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, Milton Santos, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Neil Smith, David Harvey, Richard Peet e Doreen Massey seus principais referenciais.

Criado em 1995 e oficializado em 1998 pelo professor Bernardo Mançano Fernandes, o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) também está vinculado à Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Unesp. As linhas de pesquisa do grupo foram baseadas em seis temáticas: “Impactos socioterritoriais”, “Territórios paradigmáticos”, “Mapeamento da representação documental da história da luta pela terra”, “Territórios do saber”, “Movimentos camponeses: espacialização, territorialização e mundialização” e “Desenvolvimento territorial”.

A grande temática é a disputa territorial, organizada sob os seguintes temas: luta pela terra (ocupações de terras, assentamentos rurais, estrutura fundiária, movimentos sociais e manifestações), impactos socioterritoriais (agricultura camponesa, agronegócio e desenvolvimento territorial) e territórios do saber (educação no campo, ensino de geografia, representação documental da luta pela terra, pensamento geográfico e debate paradigmático).

Os estudiosos vinculados ao NERA têm a luta pela terra, a disputa territorial e a conflitualidade como as principais discussões que questionam a ordem vigente, direcionando suas pesquisas para a superação e o enfrentamento à lógica do capital. Como alternativa de (re)produção social camponesa, as ocupações de terra, os acampamentos, os assentamentos rurais, as cooperativas, os movimentos socioterritoriais e a reforma agrária constituem-se, assim, em estratégias de resistência e de enfrentamento ao capital. Expressa pela dispu-

ta territorial, a conflitualidade mostra-se como elemento inerente ao desenvolvimento do campo, em que a (re)produção social camponesa não é vista apenas pelos vieses produtivo e econômico, mas pela consciência política da luta como instrumento de transformação. São desenvolvidos estudos que não veem apenas a integração ao mercado e a comercialização dos produtos, mas os espaços que contestam as relações capitalistas de produção que expropriam, das mais variadas formas, as famílias camponesas. O debate paradigmático e a cartografia crítica também são temas em que transparece a conflitualidade no tratamento da questão agrária.

Espaço, território e movimentos socioterritoriais são os conceitos compartilhados que se interligam a outros, como campesinato, reforma agrária, ocupações, assentamentos e cooperativismo. O referencial teórico está nas obras de Karl Kautsky, Alexander Chayanov, Teodor Shanin, Vladimir Lenin, José de Souza Martins, Bernardo Mançano Fernandes e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, intelectuais que trazem a perspectiva de superação e enfrentamento à lógica capitalista e defendem a (re)criação do campesinato por meio da luta pela terra. O campesinato é a tendência predominante deste grupo.

TERRITÓRIOS PARADIGMÁTICOS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA PAULISTA: PARADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO (PCA)

A gênese do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) está nas obras de Henri Mendras e Hugues Lamarche (Fernandes, 2005; Felício, 2011). Entretanto, este paradigma ganhou força na década de 1990, com a tese de doutorado do economista Ricardo Abramovay, publicada em formato de livro no ano de 1992, intitulado *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Nesta obra, o autor opôs-se à visão marxista e defendeu que os países ricos capitalistas, em vez de passarem pela proletarização, estariam integrados no mercado, já que, nestes países, a agricultura familiar apresentou uma participação expressiva.

Para o autor, o problema não reside no capitalismo, que expropria os sujeitos de seus territórios, mas no campesinato, que, por ser caracterizado como uma sociedade parcial e de mercado incompleto, não se adéqua ao sistema capitalista. Segundo Fernandes (2005, p. 15), “Abramovay inverte o sentido dado pelo Paradigma da Questão Agrária: o problema não está no capitalismo, mas sim no campesinato.”

O uso do conceito de agricultura familiar, discutido por Ricardo Abramovay, coloca o campesinato em um processo de metamorfose, portanto, como

categoria inferior e que precisa ser substituída. Cabe a esta classe adequar-se ao sistema, metamorfoseando-se, como única saída para a sua sobrevivência no campo. A diferença entre camponês e agricultor familiar existe apenas na adoção de um paradigma ou outro (Fernandes, 2005). Os dois paradigmas são visões de mundo diferentes de análise do desenvolvimento da agricultura. As diferenças marcadas pelo conceito de agricultura familiar, argumentado por Ricardo Abramovay, dicotomizam o mesmo sujeito social e evidenciam o processo de diferenciação do campesinato.

O método do PCA assenta-se nos processos determinantes e dominantes do capital, transformando (metamorfoseando) o sujeito camponês para integrá-lo ao mercado, isto é, para transformá-lo em agricultor familiar. As relações que fazem parte do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura possibilitam compreensões distintas e, por isso, permitem que o camponês seja metamorfoseado, colocando-o dentro de paradigmas divergentes (Fernandes, 2005). Com o intuito de ocultar o universo camponês, decidiu-se negá-lo, defendendo a sua metamorfose em um “outro sujeito” – o agricultor familiar (Thomaz Jr., 2006). Para o PCA, a busca pela integração ao mercado interessa ao capital, no qual o camponês é encarado como mero produtor de mercadorias e não como sujeito produtor de princípios que transponham e contraponham a lógica do capital.

Ao contrário do PQA, que entende a questão agrária como um problema estrutural, o PCA entende esta mesma questão como um problema conjuntural. Neste paradigma, a solução depende de uma mudança na conjuntura socioeconômica, determinada pelo desenvolvimento do capitalismo (Fernandes, 2005). A superação é aceita dentro do próprio sistema, em que as relações devem correr paralelamente com as estruturas nacionais de mercado e no controle do Estado. O capitalismo é entendido como sistema capaz de solucionar os problemas do campo, tendo nas políticas públicas (como o Programa Novo Mundo Rural, Procerá, Pronaf e o Pronera, por exemplo) um dos meios para o desenvolvimento da agricultura. Assim, “basta ao campesinato lutar ao lado do capital tecnificando e se integrando no processo produtivo, promovendo a metamorfose do camponês em agricultor familiar” (Felício, 2011, p. 5-6). A diferença entre os dois paradigmas está na perspectiva de superação do capitalismo (Fernandes, 2006).

Como o PQA, o PCA também tem duas tendências internas: a agricultura familiar e o agronegócio. Neste paradigma, não existe lugar para a conflitualidade ou o antagonismo de classes, de maneira que ambas as tendências dão continuidade ao desenvolvimento do modo capitalista de produção. A

lógica do PCA não dá foco à luta pela terra como um instrumento de superação, mas nas políticas públicas de Estado, na pluriatividade e nas novas ruralidades. A agricultura familiar faz parte do sistema capitalista, que, ditado por essa lógica, não pode se afastar de suas premissas, porque ela é hegemônica e totalizante:

A lógica do paradigma do capitalismo agrário cria um estado de mal-estar, quando o assunto a ser discutido implica em contestar o capitalismo, porque isso lhe atinge o âmago. Este é o limite de sua ideologia. A desobediência só é permitida dentro dos parâmetros estipulados pelo desenvolvimento do capitalismo. A partir desse ponto, é subversão. A “integração plena” carrega mais que um estado de subordinação contestada, contém o sentido da obediência às regras do jogo comandado pelo capital. Neste paradigma, o camponês só estará bem, se integrado plenamente ao capital (Fernandes, 2005, p. 23-24).

Neste paradigma, foram reunidos os grupos Núcleo de Estudos Agrários (NEA), Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro, Geografias da Modernidade e Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA). Mesmo participando do mesmo território paradigmático (o PCA) e tendo a tendência da agricultura familiar como predominante, os grupos analisados a partir deste paradigma mostraram temáticas heterogêneas.

Embora muitos grupos de pesquisa deste paradigma apresentassem linhas de pesquisa e temáticas que problematizavam o agronegócio, nenhum deles compartilhou estudos que defendiam esta tendência. Os grupos não posicionaram suas pesquisas a favor da territorialização e do desenvolvimento do agronegócio, pelo contrário, observaram os processos excludentes e destrutivos a que camponeses e/ou agricultores familiares foram submetidos, denunciando a agricultura empresarial e patronal. Ao imputar este posicionamento político-ideológico, o agronegócio foi concebido apenas como linha de pesquisa e temática, e não como concepção argumentativa dos grupos de pesquisa.

Para os pesquisadores do PCA, a transformação da realidade só existe no interior do capitalismo, e, para os pesquisadores do PQA, esta transformação está na superação do capitalismo, todavia ainda sem perspectivas de se efetivar. A diferencialidade destas posturas paradigmáticas está na direcionalidade que as visões de mundo propõem. Para os grupos que perfilham o PQA, além do reconhecimento dos limites do capitalismo, existe uma postura teórica e político-ideológica bem demarcada de superação, fazendo desta questão a cen-

tralidade de suas pesquisas. Concordamos com o célebre pensamento de Marx e Engels (1998, p. 103) ao se referirem à necessidade de superação da inércia dos discursos ideológicos que atuam na manutenção do *status quo*: “os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras, do que se trata é *transformá-lo*” [grifos nossos]. É preciso tomar partido de nossas ações e levá-las ao plano concreto, e as pesquisas constituem-se como canal para esta prática.

Ao depreendermos os grupos que compartilham do PCA, entendemos que suas pesquisas trataram a transformação da realidade do campo dentro de uma lógica capitalista, desprovida do movimento de superação, e em que as estratégias de reprodução são geridas pelo próprio sistema. Isto também inclui os grupos cujas pesquisas não se preocuparam em selecionar, direcionar e compartilhar seus estudos nesta questão. Como já foi aludido, a intencionalidade também está impressa de forma inconsciente, pois o fato de não discutirem determinadas questões faz parte de uma questão ideológica, tanto no PCA quanto no PQA. Analisar os grupos diante da abordagem paradigmática é exaltar o caráter teórico, político e ideológico que toda forma de conhecimento abriga. Mesmo os grupos que não pronunciaram, em seus estudos, o enfrentamento ao capital revelaram o seu paradigma, cuja apatia frente ao mundo não concebeu o movimento de superação. Assim, “a partir de diferentes matizes, os grupos de pesquisas, os pesquisadores e as instituições apresentam suas colorações, enquanto algumas, para não revelarem suas cores, camuflam-se” (Silva; Fernandes; Valenciano, 2006, p. 22).

Coordenado pelo professor Enéas Rente Ferreira e pela professora Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, o Núcleo de Estudos Agrários (NEA) foi criado em 2008 e está ligado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) da Unesp, situado no *campus* de Rio Claro/SP. Entre os grupos analisados, o NEA desponta como o mais novo – o que não significa que não eram desenvolvidas pesquisas antes da constituição deste grupo. Por se tratar de um grupo em fase de consolidação, o NEA ainda procura definir sua identidade temática.

Este grupo atua por meio de três linhas de pesquisa: “Questões fundiárias, modernização do campo e reforma agrária”, “Agricultura familiar e multifuncionalidade do espaço rural” e “Abordagens teórico-metodológicas da geografia agrária”. Os temas centram-se, sobretudo, na abordagem teórico-metodológica da geografia agrária, no turismo rural e na pluriatividade, nos impactos da modernização da agricultura e o avanço do setor canavieiro, na agricultura familiar e na multifuncionalidade, na questão da migração e na relação campo-cidade e rural-urbana, nas dinâmicas de pequenos municípios e sua relação com aspectos da ruralidade.

Os trabalhos acadêmicos do NEA tomados como instrumento de análise selecionaram para estudo a influência das novas ruralidades e permanências na organização do espaço, a forma com que políticas públicas se materializaram no espaço, o processo de transformação das comunidades faxinalenses na simultaneidade entre a modernidade e a tradição, a viabilidade econômica da agricultura urbana e a modernização do campo em conjunto com o Estado e as agroindústrias da cana. A unidade familiar camponesa foi estudada na perspectiva de integração do mercado via Complexo Agroindustrial (CAI), em que a (re)criação do campesinato se deu com a articulação de cooperativas e agroindústrias.

Questões relativas à teoria e ao método em geografia também foram tratadas pelo grupo. Em nenhum desses temas, o enfrentamento, a luta de classes e a conflitualidade latente do campo foram debatidos. A perspectiva de superação do capitalismo não compareceu como preocupação, tampouco uma questão agrária. A análise temática do grupo mostrou-se plural, o que pode ser explicado pela sua recente formação. Contudo, fica claro que as pesquisas realizadas caminham para o entendimento do campo sem que o movimento de transformação da realidade e o enfrentamento à lógica capitalista compareçam. Quanto ao aparato conceitual, a ruralidade (novas ruralidades) e o campesinato/a agricultura familiar foram as principais referências. Quanto ao aparato conceitual geográfico, destacam-se lugar, paisagem, espaço e rede.

Coordenado pelo professor Ricardo Abid Castillo, na Unicamp, o grupo Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro desenvolve suas atividades desde 2001, junto ao Instituto de Geociências (IG). O grupo despontou como o primeiro centro de pesquisa em geografia agrária da Unicamp, e delimitou seus estudos em três linhas de pesquisa: “Logística de produtos agrícolas no território brasileiro”, “Regulação dos sistemas de transporte e energia elétrica no Brasil” e “Tecnologias da informação e território brasileiro”. A primeira linha de pesquisa é a principal e faz interseção com as outras duas linhas de pesquisa.

As principais temáticas do grupo são: geografia agrária, rede e fluxos e análise regional. Estas três temáticas sintetizam as quatro “entradas” de estudos do grupo: análise da região, análise da infraestrutura logística, análise do circuito espacial do produto e tecnologias da informação e agricultura/questão agrária.

Para este grupo, o PCA materializou-se no compartilhamento de estudos que envolviam o debate sobre os usos corporativos do território brasileiro. O grupo tem uma unidade paradigmática bastante coesa em torno do referencial de Milton Santos, no qual o território brasileiro é interpretado diante do acelerado processo de intensificação da racionalização produtiva, em que os usos corporativo e empresarial se colocam à frente dos interesses da sociedade local.

Embora se admitam os problemas que a lógica capitalista carrega e propaga, os trabalhos não estão focados na discussão da agricultura familiar ou camponesa, e não trazem a superação e o enfrentamento do sistema como perspectiva central. Tratou-se de desvendar o papel das normas e das técnicas para a regulação e o controle do território, seja via tecnologia da informação, logística de produtos agrícolas (*commodities*) ou sistemas de transporte. O entendimento da agricultura familiar e camponesa não foi alvo dos estudos desenvolvidos pelo grupo.

Os conceitos abordados direcionaram-se ao entendimento das normas e das técnicas no uso do território. Lugar e território são os principais conceitos do grupo, tendo no referencial de Milton Santos o principal embasamento teórico-conceitual.

O grupo Geografias da Modernidade: Geografia e Gênero, Família e Trabalho é coordenado pela professora Rosa Ester Rossini, e está ligado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. Entre os grupos de geografia agrária de São Paulo, junto com o grupo Geografia Agrária, este se revelou um dos mais antigos, uma vez que o trabalho em equipe vem sendo desenvolvido desde 1982. Com o trabalho de livre-docência da coordenadora, o grupo voltou-se para o interesse sobre a questão da modernidade tecnológica da cana-de-açúcar, com destaque para o gênero, a tecnificação agrícola e a evolução espacial da ocupação. As principais temáticas desenvolvidas dividem-se em três grandes grupos: gênero, migração e modernização tecnológica/trabalho/cana-de-açúcar, sendo a última a temática unificadora.

A questão da modernização tecnológica do campo constitui-se como temática central e faz contraponto com o trabalho do circuito inferior no campo: mão de obra volante e queda gradativa de ocupação da força de trabalho. A partir desta questão, o grupo voltou-se ao compartilhamento de temáticas como o êxodo rural, a migração, a proletarianização e a subordinação do pequeno produtor, as relações do Estado no processo de modernização agrícola, as políticas públicas e as relações de gênero. A mulher foi tratada como uma categoria de análise, cuja atividade e força de trabalho deram tônica aos estudos deste grupo.

Seus pesquisadores, mesmo vislumbrando a contradição capital/trabalho e criticando veementemente a exploração decorrente do modo de produção capitalista, mantiveram seus olhares fora da perspectiva de superação e de transformação da sociedade, e, em algumas vezes, também sem a perspectiva da conflitualidade. No que concerne aos conceitos empregados, o grupo trabalhou com urbanização teórica, êxodo rural, migração, trabalho, gênero e espaço.

O Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA) foi criado em 1999, e é coordenado pela professora Rosângela Aparecida de Me-

deiros Hespanhol e pelo professor Antônio Nivaldo Hespanhol, vinculado à Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Unesp, situado no *campus* de Presidente Prudente/SP. O grupo trabalha projetos de pesquisa em três linhas de pesquisa: “Estratégias de reprodução econômica e social de produtores rurais”, “Os efeitos socioespaciais dos sistemas agroindustriais” e “Políticas públicas, dinâmica regional e desenvolvimento territorial”.

A primeira linha de pesquisa prolonga a temática da renda agrícola e não agrícola, associativismo e cooperativismo rural, organização e a formação de núcleos urbanos, com destaque para as relações campo/cidade e/ou rural/urbano e a questão do envelhecimento no meio rural. A segunda linha trabalha com o temário das cadeias produtivas, a interação da agricultura com a indústria – com destaque para os projetos que investigam a produção de leite, os seringais e a fruticultura –, as relações de independência, as formas de viabilidade e a adoção de inovações tecnológicas. A terceira linha focaliza a questão das políticas públicas. O grupo também trabalha, de forma mais específica, com temáticas referentes a assentamentos rurais, agronegócio e modernização do campo. Também já foram estudadas temáticas que tangenciaram a questão da descentralização, com a organização de conselhos municipais, bem como questões que enfatizaram a discussão sobre desenvolvimento regional e capital social.

O conceito de campesinato não faz parte do referencial teórico do GE-DRA, e, em alguns casos, é explicitamente negado. Seus estudos direcionaram a atenção para a complexidade e a diversidade existentes no campo, entendendo que o conceito de agricultura familiar é que permite apreender esta realidade. A estratégia de (re)produção social está baseada na integração ao mercado, na diversificação produtiva, nas novas ruralidades, nas atividades agrícolas e não agrícolas e na pluriatividade, estratégias que possibilitam o aumento das opções de renda de inúmeras famílias e a sua permanência no campo.

A agricultura familiar é tratada numa perspectiva econômica, privada do conflito e da contradição da questão agrária. Para o grupo, o Estado é a entidade responsável por prover as condições de distorção engendradas pelo modo capitalista de produção, mediante a criação de programas, políticas públicas, associações, cooperativas e agroindústrias, entendidas como estratégias que garantem a reprodução social e a integração no mercado da agricultura familiar.

O grupo centra suas discussões no conceito de agricultura familiar. Os principais referenciais teóricos são Ricardo Abramovay, Maria N. B. Wanderley, José Graziano da Silva, Maria José Carneiro, João Tedesco, Hugues Lamarque, Sérgio Schneider e José Eli da Veiga. Estes autores dão fundamentação teórico-metodológica à produção do grupo, em que as abordagens econômica

e sociológica são predominantes. As interpretações do grupo não deixam de evidenciar as relações de exploração sofridas pela agricultura familiar, selada pelo Estado e dirigida pelo grande capital, contudo, a alternativa para a sobrevivência respalda-se na integração das famílias ao capitalismo, sistema que possibilita a recriação social e econômica da agricultura familiar. Junto à agricultura familiar, despontam a pluriatividade, a diversificação produtiva, as políticas públicas e as ruralidades (novas ruralidades). Território e região são os principais conceitos geográficos empregados.

Na análise dos territórios paradigmáticos, ainda encontramos um grupo localizado no que denominamos “faixa de contato” entre os dois paradigmas aqui referidos, o grupo Agricultura e Urbanização, que evidencia e reafirma a pluralidade e a conflitualidade paradigmáticas, traduzida pela unidade, diversidade e diferencialidade da geografia agrária. Coordenado pelo professor Júlio César Suzuki, o grupo iniciou a sua atuação em 2003, junto à FFLCH-USP. Sua principal temática é o estudo das relações campo/cidade e agricultura/urbanização, consideradas sua “linha dorsal”. O grupo desenvolve também pesquisas específicas sobre estudos agrários ou urbanos, com destaque para as pesquisas entre geografia e literatura e geografia e cinema, atuando como perspectivas complementares da temática principal do grupo.

Entre os trabalhos analisados, existem aqueles que discutiram as formas de resistência e recriação das relações não capitalistas, exaltando a força do campesinato e a luta pela terra, como alguns trabalhos que se abstiveram deste debate e não questionaram a lógica do capital,⁷ outros que se dedicaram a descrever o processo de modernização do campo, a relação cidade/campo e a mercantilização e apropriação do espaço.

O referencial teórico está fundado em Karl Marx, Teodor Shanin, Alexander Chayanov, Rosa Luxemburg, José de Souza Martins, Claude Raffestin, Rogério Haesbaert, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Bernardo Mançano Fernandes. Os conceitos campesinato, reforma agrária e renda da terra são os que mais comparecem em suas discussões. Espaço e território são os conceitos geográficos predominantes.

.....
7 Nos trabalhos de mestrado e doutorado do coordenador Júlio César Suzuki, as relações campo/cidade e rural/urbano foram analisadas, mantendo-se a interlocução com o sociólogo José de Souza Martins e Karl Marx, principais referências que serão compartilhadas pelos demais estudiosos do grupo analisado. Esta temática permanece, para os demais integrantes, e cimenta o estabelecimento da unidade temática. Entretanto, o coordenador não tomou em sua análise o debate sobre a questão agrária e nem o enfrentamento e a superação da lógica do capital, o que pode ser explicado pela sua aproximação com os estudos urbanos, ramo em que o debate paradigmático não transitou.

TERRITÓRIOS PARADIGMÁTICOS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA PAULISTA

Os dois paradigmas e os grupos analisados mostraram a unidade, a diversidade e a diferencialidade temática e paradigmática da produção da geografia agrária paulista. As pesquisas a respeito do campo e da agricultura, elaboradas pelos grupos aqui referidos, podem ser interpretadas a partir do debate paradigmático, cuja conflitualidade guia a nossa análise. A conflitualidade se faz presente nas pesquisas empreendidas pelos grupos e na busca de se firmarem poderes explicativos que deem conta da “leitura” da realidade. Mesmo reconhecendo os limites que este tipo de análise contém, ela se faz extremamente necessária e significativa, pois, além do reduzido número de trabalhos desta natureza, a abordagem política e dialética é ainda menos expressiva nos estudos sobre o pensamento geográfico brasileiro.

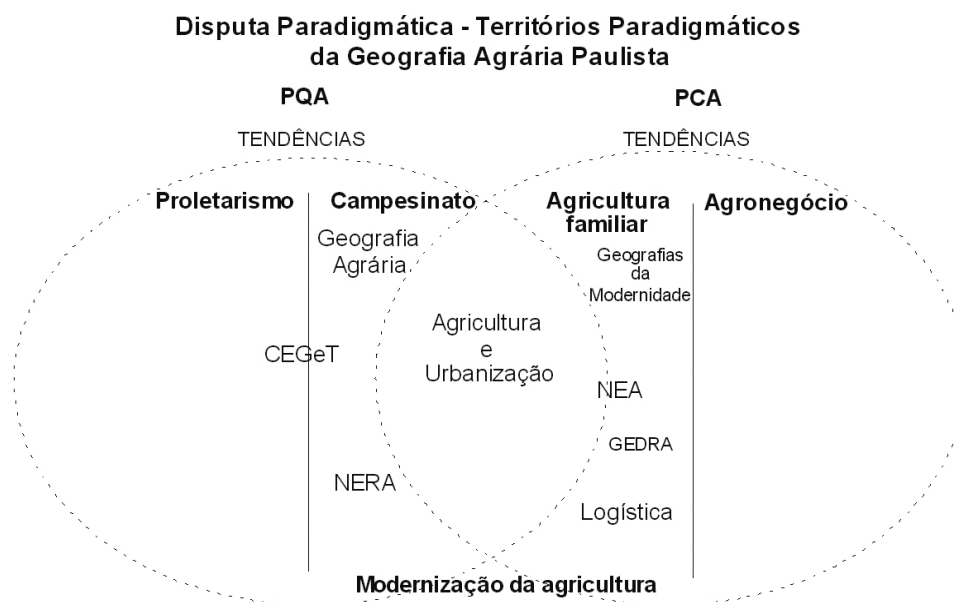
Cada grupo seleciona questões que direcionam os olhares dos pesquisadores para a leitura do campo. Ao optar por qualquer um desses paradigmas ou grupos, a questão não é situá-los no âmbito qualitativo, demonstrando uma suposta superioridade científica. O que se busca é confrontar as perspectivas, evidenciar o tom de conflitualidade presente no pensamento geográfico, que resulta na unidade, na diversidade e na diferencialidade temática e paradigmática da geografia agrária.

Para as pesquisas que compartilham do PQA, a questão agrária é intrínseca ao desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo. A possibilidade de solução da problemática agrária está fincada na perspectiva de superação deste sistema. No PCA, a questão agrária não comparece como uma problemática de fato, e os eventuais problemas do capitalismo são resolvidos com a ação do próprio capital. A subalternidade é a condição posta, pois o futuro do campesinato é interpretado na direção da lógica do capital. Enquanto, no PQA, as pesquisas se direcionam na luta contra o capital e nas práticas de resistência, no PCA, as soluções estão nas políticas públicas desenvolvidas que visam à integração ao mercado e ao capital. A principal diferença entre os dois paradigmas é a perspectiva de “superação” do capitalismo (Fernandes, 2006). É neste limiar que os grupos de pesquisa foram analisados.

Os dois paradigmas não apresentam apenas pontos de divergência, mas também de convergência: a crítica e o reconhecimento das contradições da sociedade capitalista – mesmo com significados diversos e diferentes, em que se realçam as dinâmicas de modernização da agricultura e de subordinação dos sujeitos sociais.

Na construção dos diferentes territórios paradigmáticos, ainda que dentro de um mesmo paradigma, os grupos não são homogêneos. Cada um possui seu próprio lugar dentro das tendências que os diferenciam. É a diversidade dentro da unidade. As duas tendências do PCA (a agricultura familiar e o agronegócio) demonstraram a heterogeneidade deste paradigma. O GEDRA, o grupo Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro, o NEA e o grupo Geografias da Modernidade, mesmo analisados dentro da tendência da agricultura familiar, apresentaram uma diversidade de temáticas, em que as políticas públicas, a pluriatividade, as novas ruralidades e a diversificação e a integração produtiva estão para a agricultura familiar como parte do sistema capitalista. A solução dos problemas estaria, portanto, na própria lógica do capital. O grupo Geografia Agrária, o CEGeT e o NERA também construíram suas pesquisas dentro de territórios heterogêneos no PQA, cuja postura foi de enfrentamento e de superação da lógica capitalista. O CEGeT participa, ao mesmo tempo, da tendência da proletarianização e do campesinato; o grupo Geografia Agrária e o NERA, da tendência do campesinato (Organograma 3).

Organograma 3: Territórios paradigmáticos da geografia - grupos de pesquisa e paradigmas da geografia agrária de São Paulo



Organização: Janaína Francisca de Souza Campos

Estruturados pelas suas temáticas, linhas de pesquisa, publicações e redes de socialização, os grupos disseminaram seus paradigmas e construíram poderes explicativos distintos para interpretar o espaço geográfico. Entender estes poderes explicativos é reconhecer a disputa paradigmática da qual a geografia agrária participa.

O organograma ilustra em quais grupos os paradigmas estão territorializados. Ao lerem as referências dos respectivos paradigmas, os pensadores dos grupos foram influenciados por estes poderes explicativos e passaram a produzir os territórios paradigmáticos. Do mesmo jeito como os paradigmas foram territorializados nos grupos, estes territorializaram os paradigmas. No caso do grupo Agricultura e Urbanização, por exemplo, o grupo participa dos dois paradigmas.

Os temas de estudo revelaram a unidade temática compartilhada por cada grupo de pesquisa. O conjunto das unidades temáticas evidenciou a diversidade e a diferencialidade de temas, fazendo da geografia agrária um saber plural. As temáticas selecionadas pelos grupos ajudam na identificação das tendências e perspectivas da geografia agrária, neste início do século XXI: relação campo/cidade, comunidades tradicionais (quilombolas, caiçaras e indígenas), gênero, migração, impactos da modernização agrícola e tecnológica, luta pela terra e pela água, disputa territorial, movimentos sociais e socioterritoriais, sindicatos, agroenergia e biocombustíveis, agricultura orgânica/agroecológica, agricultura familiar/camponesa, tecnologias da informação no campo, infraestrutura logística, relação capital *versus* trabalho, agronegócio, abordagem teórico-metodológica, debate paradigmático, turismo rural, pluriatividade, multifuncionalidade da agricultura familiar, novas ruralidades, rendas agrícolas e não agrícolas, envelhecimento no meio rural, cadeias produtivas, políticas públicas, desenvolvimento territorial e educação do campo.

É também por intermédio das temáticas e linhas de pesquisa que os grupos iniciam a delimitação dos seus paradigmas. No entanto, estas temáticas não são exclusivas de cada eixo paradigmático, apenas sinalizam perspectivas dentro de cada um. Isto quer dizer que, embora ajudem na delimitação de territórios paradigmáticos, os temas compartilhados não são elementos determinantes na interpretação paradigmática do PQA ou do PCA. As mesmas temáticas podem comparecer tanto para grupos analisados no mesmo paradigma como para grupos de paradigmas distintos.

No primeiro caso, os grupos analisados no PQA têm em comum a reforma agrária, o campesinato e a luta pela terra. Já nos grupos analisados no PCA, existe o predomínio de temas relacionados à pluriatividade, às novas ruralidades e ao novo mundo rural. O grupo Geografia Agrária, o CEGeT, o NERA

e o grupo Agricultura e Urbanização têm em comum o estudo das formas de (re)criação do campesinato e a luta pela terra. O grupo Geografia Agrária, o NERA e o grupo Agricultura e Urbanização expressam melhor esta afinidade temática, pois ambos empregam o conceito de campesinato em suas pesquisas. O mesmo foi observado entre o GEDRA e o NEA, grupos que direcionaram seus olhares para a influência das novas ruralidades e o estudo dos impactos das políticas públicas para o campo.

No segundo caso, grupos analisados em territórios paradigmáticos distintos também compartilharam as mesmas temáticas. Trabalho e gênero, por exemplo, foram selecionadas pelo CEGeT (PQA) e pelo grupo Geografias da Modernidade: Geografia e Gênero, Família e Trabalho (PCA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os territórios paradigmáticos explicitam posições teóricas e políticas. A geografia constrói territórios (i)materiais, pois os grupos precisam produzir poderes explicativos que confirmam *status* e legitimidade à sua forma peculiar de interpretação da realidade. Nesta busca pela legitimidade, dos quais poderes explicativos emanam, as disputas paradigmáticas se materializam nos grupos de pesquisa, cujo potencial pode repercutir no modelo de desenvolvimento rural brasileiro – políticas públicas e privadas, movimentos socioterritoriais e partidos políticos, por exemplo –, criando novos territórios.

É importante esclarecer que, como parte constituinte das relações sociais e da realidade, o conhecimento produzido pelos grupos de pesquisa também está em movimento constante e não pode ser estancado pelas reflexões aqui apresentadas. Além disso, há uma infinidade de publicações e estudos que, devido à sua vastidão, não foram incorporadas a esta análise, mas que podem mostrar outros caminhos. Por isso, não temos o objetivo de generalizar as discussões aludidas, mas realizar reflexões seminais sobre o papel dos grupos de pesquisa e dos paradigmas junto ao pensamento geográfico brasileiro, que conformam territórios paradigmáticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Flamarion Dutra. *Trajectoria teórico-metodológica da geografia agrária brasileira: a produção em periódicos científicos de 1939-2009*. Tese de doutorado em geogra-

fia. Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE)/Universidade Estadual Paulista (Unesp). 350 f. 2010.

ANDRADE, Manuel Correia de. “Geografia rural: questões teórico-metodológicas e técnicas.” In: *Boletim de Geografia Teórica*. Rio Claro, v. 25, n. 49/50, p. 4-14, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual*. Tucuman: Montessor, 2002.

_____. *Homo Academicus*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 320, 2008.

CAMPOS, Janaína Francisca de Souza. *Leituras dos territórios paradigmáticos da geografia agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo*. Doutorado em geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP. 389 f. 2012.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza; FERNANDES, Bernardo Mançano. “A importância dos grupos de pesquisa/pesquisadores e dos encontros científicos para a produção do pensamento em geografia agrária: um ensaio teórico-metodológico da produção paulista no Simpósio Internacional de Geografia Agrária”. In: *Anais do 12º Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL)*, 12, Montevideu, Uruguai, 2009. CD-ROM.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. “(Des)Realização do trabalho no campo e os limites da teoria – repensar crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil.” In: *Anais do Encontro da Rede de Estudos Rurais*. Universidade de São Paulo, p. 1-15, 2006. CD-ROM.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. “A geografia brasileira, hoje: algumas reflexões.” In: *Terra Livre*, São Paulo, n. 18, p. 161-178, 2002.

FELICIO, Munir Jorge. *Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário*. Doutorado em geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP. 215 f., 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. “Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.” In: BUAINAIN, A. M. (org.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2005.

_____. “Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais.” In: *A pesquisa em educação do campo*, v. 20, 2006.

_____. “Sobre a tipologia de territórios.” In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, p. 197-215, 2009.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LEFÉBVRE, Henri. *Lógica formal e lógica dialética*. 3 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEFÉBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao “Estado isolado” de Von Thunen*. Tese de doutorado em geografia. Departamento de Geografia. FFLCH-USP. 1978.

_____. “Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura.” In: *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, v. 25, nº. 49-50, p. 17-57, 1995.

_____. “Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI.” In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, p. 27-64, 2004.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. “O espaço geográfico como categoria filosófica.” In: *Terra Livre*, São Paulo, n. 5, s/p, 1988.

_____. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAQUET, Marcos Aurélio. “A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais.” In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. Universidade de São Paulo, p. 13882-13894, 2005. CD-ROM.

_____. “Construindo uma proposta de abordagem territorial (i)material.” In: SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, p. 157-200, 2007.

SEARLE, John. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SILVA, Anderson Antônio da; FERNANDES, Bernardo Mançano; VALENCIANO, Renata Cristiane (coords.). *RIST – Relatório de Impactos Socioterritoriais. Desenvolvimento territorial e políticas públicas no Pontal do Paranapanema*. Presidente Prudente/SP: [s.n.], 2006.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. “(Des)Realização do trabalho no campo e os limites da teoria – repensar crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil.” In: *Anais do Encontro da Rede de Estudos Rurais*. Universidade de São Paulo, p. 1-15, 2006. CD-ROM.

**INTERESSE PÚBLICO E JUSTIÇA DISTRIBUTIVA
NA REESTRUTURAÇÃO DAS PERIFERIAS
METROPOLITANAS DE BELO HORIZONTE: ESBOÇO
DE UMA CRÍTICA À PERSPECTIVA JURÍDICA DA
EMANCIPAÇÃO**

**PUBLIC INTERESTED AND DISTRIBUTIVE JUSTICE
INTO THE RESTRUCTURING OF METROPOLITAN
OUTSKIRTS IN BELO HORIZONTE: DRAFT OF A
CRITICISM OF THE LEGAL PERSPECTIVE ON THE
EMANCIPATION**

**INTERÉS PÚBLICO Y JUSTICIA DISTRIBUTIVA EN
LA REESTRUCTURACIÓN DE LAS PERIFERIAS
METROPOLITANAS DE BELO HORIZONTE:
PRIMERA CRÍTICA A PERSPECTIVA JURÍDICA DE LA
EMANCIPACIÓN**

LUIZ ANTÔNIO EVANGELISTA DE ANDRADE^{1*}

Resumo: A partir da necessidade de problematizarmos a urbanização de Belo Horizonte, incorporamos dois níveis de análise que lhe são pertinentes: 1) os direitos humanos e sua presença no âmbito da chamada justiça distributiva; 2) o papel das políticas de Estado ligadas à urbanização e sua inscrição sobre várias favelas daquela metrópole. A realidade empírica que articulará os dois níveis assinalados será o Vila Viva, um alardeado programa de urbanização de vilas e favelas em Belo Horizonte, iniciado em 2005. A incorporação do par direitos humanos/justiça distributiva à reflexão se deve à constatação de que, sobretudo nos últimos 25 anos, ambas as concepções têm ganhado proeminência, por exemplo, nas representações sobre o que vem a ser o interesse público. A partir dos postulados que o definem, impõe-se refletir sobre seu papel atual nas estratégias de Estado na viabilização da reprodução de relações sociais de produção.

Palavras-chaves: urbanização; interesse público; direitos humanos; Estado; Vila Viva

Abstract: From the need to discuss the urbanization of Belo Horizonte, two relevant levels of analyze are incorporated: 1) human rights and their presence within the named distributi-

.....
1 Docente do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). E-mail: luizantoniogeografo@gmail.com

ve justice; 2) the role of the policies of the State linked to urbanization and its influence on those metropolitan slums. The empirical reality that will articulate both flagged levels is Vila Viva, an urbanization of villages and slums program in Belo Horizonte, started in 2005. The addition of pair human rights/distributive justice into the observation is because of the fact of, especially in the last 25 years, both have raised prominence in the representations about what has to be considered public interested, for instance. Based upon the postulates that define that interested, it becomes important to think about its current role in the strategies of the State on the establishing of the reproduction of the social relations of production.

Keywords: urbanization; public interested; human rights; State; Vila Viva

Resumen: De la necesidad de problematizarce la urbanización de Belo Horizonte, incorporar dos niveles de análisis que sean pertinentes: 1) los derechos humanos y su presencia en la llamada justicia distributiva, 2) el papel de las políticas estatales relacionadas con la urbanización y su inscripción en diversos barrios de la ciudad. La realidad empírica que articulan los dos niveles será la Vila Viva marcó una urbanización cacareado programa de villas en Belo Horizonte, se inició en 2005. La incorporación de los derechos humanos par / reflexión justicia distributiva es debido al hecho de que, especialmente en los últimos 25 años, ambos han ganado importancia, por ejemplo, en la representación de lo que ha de ser el interés público. A partir de los postulados que definen, es oportuno reflexionar sobre su papel actual en las estrategias del Estado para permitir la reproducción de las relaciones sociales de producción.

Palabras clave: urbanización; interés público; derechos humanos; Estado; Vila Viva

INTRODUÇÃO

Nossa proposta de reflexão sobre a urbanização de Belo Horizonte – e o fenômeno urbano, na qualidade de sua expressão concreta – parte da sua problematização como processo indutor e decorrente da entrada do espaço na reprodução de relações sociais de produção. Tal problematização implicará na articulação de dois níveis de análise pormenorizada, por nós considerados pertinentes na tarefa de melhor compreender as relações entre urbanização e reprodução de relações sociais de produção. O primeiro deles se refere àquilo que, sob diferentes demarcações conceituais, nas ciências sociais e nas instituições estatais, se convencionou chamar de justiça distributiva, e sua aproximação com a temática dos direitos fundamentais – isto é, os direitos humanos positivados na Constituição de 1988. O segundo nível de análise, dado aqui como particularidade mais imediata, implica na tarefa de trazer elementos para melhor compreender o papel das políticas de Estado ligadas

à urbanização, mais precisamente aquelas voltadas para algumas favelas de Belo Horizonte.

Ainda que descrita e analisada de maneira ligeira, a realidade empírica que articulará os dois níveis assinalados será o Vila Viva, um programa de urbanização de vilas e favelas em Belo Horizonte, iniciado em 2005, na gestão do ex-prefeito Fernando Pimentel, e alardeado como parte de um “novo modelo de gestão” das políticas sociais desta cidade.² Vejamos as definições em torno deste programa, contidas na chamada de sua divulgação:

O Vila Viva engloba obras de saneamento, remoção de famílias, construção de unidades habitacionais, erradicação de áreas de risco, reestruturação do sistema viário, urbanização de becos, implantação de parques e equipamentos para a prática de esportes e lazer. Após o término da urbanização, a área será legalizada com a emissão das escrituras dos lotes aos ocupantes.

As intervenções do programa estão melhorando a qualidade de vida de cerca de 193 mil moradores, dos aglomerados da Serra, Morro das Pedras e Santa Lúcia; das vilas Califórnia, São José, Pedreira Prado Lopes, Taquaril, São Tomás, Aeroporto, Cemig, Alto das Antenas; além dos moradores do entorno da avenida Belém e do Córrego Santa Terezinha, e do Complexo Várzea da Palma, o que representa 38% do total da população de vilas e favelas. O montante dos recursos para as obras do Vila Viva – R\$1,15 bilhões – foi obtido junto ao PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) do governo federal e por meio de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal.³

Nosso entendimento é que, com o Vila Viva, essas favelas, outrora quase relegadas pelos agentes que atuavam nos negócios com a produção do espaço pela e para a urbanização, foram a eles integradas, mas num grau de complexidade e num sentido estratégico que não se explicam mais pelo “mercado informal” que historicamente nelas tem atuado.

.....
2 Embora o tratamento aprofundado desse “novo modelo de gestão” e a “ilusão estatista” em torno dele pudessem nos levar aos pormenores acerca das concepções urbanísticas, institucionais e políticas que norteiam a formulação e a implementação do programa Vila Viva em Belo Horizonte, o limite de páginas deste ensaio não nos permitiu realizar tal procedimento analítico. O mesmo pode ser encontrado em Andrade (2010), principalmente no capítulo 4, e em Gomes (2012), principalmente no capítulo 2.
3 Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecp-TaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8178&lang=pt_br&pg=5580&taxp=0&

A observância de ambos os níveis de análise aludidos exige a igual problematização das representações jurídicas que norteiam o modo de tratar e de atuar dos agentes envolvidos com as políticas de Estado ligadas à urbanização de Belo Horizonte. Assim sendo, duas questões merecem apreço, como veremos a seguir. Como se erigiu a noção de interesse público na qualidade de postulado que se encontra no seio da constituição do direito administrativo como ramo jurídico que disciplina o exercício do poder do Estado na sociedade – e, mais especificamente, na formação social brasileira? A partir de quais mecanismos jurídicos (além de filosóficos e morais) a política moderna – tornada meio e fim do Estado e incorporada à ação de sua tecnoburocracia – elabora e inscreve nos seus fins a realização do interesse público?

Essas questões ganharam relevância, para nós, pelo fato de a noção de interesse público ser um princípio evocado por tais agentes envolvidos com a urbanização, tanto na dimensão jurídica – somando-se aí o aspecto de uma ética do direito consoante aos novos limites que esta coloca à ordem de Estado – quanto na dimensão de constituir-se em pilar de uma “ordem social justa”. Inclua-se aí o fato de que este princípio é a pedra angular de toda ação do Estado, produzindo significantes acerca de si mesmo e englobando aqueles definidos no contexto das chamadas reestruturações urbano-metropolitanas e também aqueles concernentes às políticas sociais.

Atentar para as políticas de Estado ligadas à urbanização implica na necessidade de melhor compreender de que modo a justiça distributiva, calcada na positividade e na promoção de direitos fundamentais, relaciona-se à norma-princípio que a move, ou seja, a busca pelo interesse público. Por produzirem um sistema de mediações na reprodução das relações sociais, são essas políticas e os programas e ações definidos em seu seio que permitem ao Estado atuar de maneira privilegiada, no contexto da metrópole de Belo Horizonte e em suas periferias.

E é precisamente aí que reside outra indagação importante: afinal de contas, quais são os sentidos e significados da prática de Estado na viabilização do Programa Vila Viva? Nosso pressuposto de análise atenta para o fato de que este programa não pode ser analisado em si mesmo, posto que suas contradições e seu sentido estratégico não se esgotam numa dimensão das políticas sociais voltada para o tratamento diferenciado da questão social, ancorado em critérios de justiça distributiva. Critérios estes (também) baseados nos “mínimos sociais” que se integram à noção – elevada à condição de princípio constitucional – de “dignidade humana”.

Num momento em que se assiste ao aprofundamento da urbanização brasileira, torna-se urgente verificar como a noção de interesse público tem se reve-

lado nos debates sobre os direitos fundamentais, na atualidade. E mais: como o tratamento da questão social sob o prisma da justiça distributiva afeta o alcance das decisões e deliberações sobre o Vila Viva, sobretudo quando se pensa nos bloqueios à verdadeira democracia, que são próprios à política moderna? Os novos arranjos concretos decorrentes da crítica interna ao Estado, mediante os quais se propõe romper com os limites da democracia representativa, têm contribuído para retirar a política dos seus pressupostos institucionais? Ou, na medida em que não se atenta para os fundamentos da representação política nessa sociedade, tais arranjos têm mais contribuído para se manterem os abismos escavados nas origens da formação do Estado moderno, aqueles que se formaram entre o social e o político, entre o ser genérico e o cidadão?

O PROGRAMA VILA VIVA NA ATUALIDADE DAS POLÍTICAS DE ESTADO VOLTADAS PARA A GESTÃO DA URBANIZAÇÃO: PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Um princípio importante a partir do qual expomos nossa argumentação concerne à impossibilidade de se pensar a magnitude da urbanização brasileira e de Belo Horizonte, bem como as diferentes estratégias para se lidar com as obsolescências surgidas no seio das formas, funções e estruturas contidas no planejamento desta última, se deixamos nas sombras o papel assumido pelo Estado na sua gestão. Não é nosso propósito inventariar suas características, nesse momento. Contudo, é relevante considerarmos que o grau crescente de sofisticação das políticas municipais para levar a cabo essa gestão corresponde às suas dificuldades em lidar com as contradições surgidas na esteira dos seus resultados teóricos e práticos.

Tais políticas são sofisticadas, porque, atualmente, no âmbito dos programas e ações a elas ligados, em alguma medida, estão contemplados dois aspectos que tradicionalmente fizeram parte das reivindicações dos movimentos sociais e das organizações populares em Belo Horizonte. O primeiro deles se refere à mudança nas formas de condução das remoções, mudança esta que as tornou, pelo menos em tese, dotadas de menor truculência, sobretudo se comparadas àquelas outrora realizadas. O segundo aspecto concerne ao modo pelo qual estão se dando os reassentamentos: as novas moradias têm sido produzidas em locais próximos de onde ocorreram as remoções. Entretanto, as dificuldades de se lidar com as contradições são crescentes, porque a criação das forças de contrapeso à crise de reprodução de relações

sociais exige que haja reestruturações espaciais cada vez mais rápidas e intensas, não sem resistências.

A nosso ver, o Vila Viva se inscreve no novo campo de tensões ali presentes. Se, por um lado, tal programa traz consigo expressões de lutas e conquistas sociais, por outro, ajuda a alocar investimentos na perspectiva de um planejamento que visa a aperfeiçoar os meios para a circulação do capital, no quadro atual da acumulação capitalista. Da mesma forma, estas alocações geram imbricações mais complexas entre a propriedade fundiária, a extração de rendas fundiárias e as estratégias de valorização diferencial do espaço. Estas estratégias têm abrigo na produção de uma sociabilidade centrada nas determinações do valor que reifica os sentidos daquelas lutas, pois os coloca como constatação da ratificação consensual das políticas de Estado voltadas para a promoção social e a “dignidade humana”.

A orientação, no plano legal, para a formulação e a implementação de programas como o Vila Viva⁴ vem da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, comumente denominada “Estatuto da Cidade”. Juntamente com seu campo correlato, o “Direito Urbanístico”, a referida lei é considerada, por Gustin (2006), um marco na chamada “política de desenvolvimento urbano” no Brasil. Seus princípios mais aventados são “a função social da propriedade” e “a função social da cidade”, que estariam calcados naquilo que a citada autora denominou “elementos ético-jurídicos”, centrados na “dignidade da pessoa humana, a solidariedade e a justiça social” (Gustin, 2006, p.163). Conforme adiantado acima, estes princípios permitiriam realizar o que historicamente esteve na pauta dos movimentos sociais, mormente a partir da década de 1970, quando demandas como a regularização fundiária e o provimento de serviços urbanos em favelas, entre outras, culminaram na aprovação da Lei nº 6766, de 19 de dezembro de 1979, que “definia diretrizes para o parcelamento do solo, criminalizando os responsáveis por loteamentos ilegais” (Gustin, 2006, p. 166).

O Estatuto da Cidade (Brasil, 2001) trouxe consigo “instrumentos de política urbana”, entre outros, a “transferência do direito de construir”, a “outorga onerosa do direito de construir” e as “operações urbanas consorciadas”. Vale ainda acrescentar a “concessão especial para fins de moradia” (no caso de terras pertencentes ao Estado) e o “usucapião coletivo” (para as terras privadas),

.....

4 Não teceremos considerações sobre aquele que talvez seja o principal instrumento sócio-técnico utilizado para definir as “intervenções” de “programas estruturantes” como o Vila Viva: o chamado Plano Global Específico (PGE). Para mais detalhes sobre as concepções que o PGE traz acerca da produção do espaço e de como este processo se inscreve nas vilas e favelas, ver Gomes (2012).

estabelecidos no estatuto por meio da Medida Provisória 2220, de 4 de setembro de 2001. Estes últimos forneceram as diretrizes para os programas estatais de “regularização fundiária”.⁵

No conjunto, a aplicação desses “instrumentos de política urbana” daria efetividade ao que, na Constituição de 1988, definiu-se como “a função social da propriedade”. A “incorporação à cidade legal e formal” de milhões de famílias que “vivem de forma irregular” em assentamentos precários por meio do reconhecimento da posse de terrenos e investimentos em infraestruturas urbanas comparece, no plano discursivo e nas ações do Ministério das Cidades, como essencial na garantia do “direito à moradia e à cidade” para essas famílias.

Se não podemos fazer ouvidos moucos para as vozes que insistem na positividade das execuções das obras do Programa Vila Viva, das regularizações fundiárias e do próprio Estatuto da Cidade – percebidos como conquistas sociais, frutos de mobilizações e de reivindicações desde fins dos anos 1980, nas periferias de Belo Horizonte –, é preciso trazer elementos que se acham ocultos na percepção destes falantes. Seu alarde ao caráter da “formalização” e da “integração” das periferias metropolitanas à “cidade” se inscreve numa abordagem que as localiza nos critérios da racionalidade economicista e produtivista levada a cabo por políticas de Estado. Estamos falando de uma formalização e de uma integração que respondem a estratégias orientadas por uma reestruturação planejada para estes fins, em que o chamado “social” e tudo aquilo que é tido como “bem comum” passam também a integrar o rol dessas estratégias. Tratemos, a seguir, da razão de Estado e dos mecanismos jurídicos que lhe dão sustentáculo.

.....

5 O programa de regularização fundiária, em Belo Horizonte, foi implantado pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), por meio da Lei 3532/83, que instituiu o Programa Municipal de Regularização de Favelas (PROFAVELA), e, atualmente vem sendo implementado nas chamadas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). O Estatuto da Cidade, ao fornecer os instrumentos de “política urbana”, passa a determinar as modalidades de intervenção do Estado, entre outras, via regularização fundiária nas ZEIS. De um lado, estão as “intervenções urbanísticas”, baseadas na provisão de toda uma gama de “infraestruturas sociais” – neste caso, serviços e “equipamentos” estatais de natureza diversa. Noutra via, há as modalidades de implantação de dispositivos legislativos e administrativos, principalmente as medidas de endereçamento, o reconhecimento administrativo e a implantação de sistema viário, a identificação dos habitantes e das construções no cadastro fiscal do município e as normatizações referentes ao uso do solo.

A RAZÃO DE ESTADO NA PRODUÇÃO DA “VERDADE” SOBRE A URBANIZAÇÃO: INTERESSE PÚBLICO, DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA DISTRIBUTIVA NO ÂMBITO DA LEGALIDADE BURGUESA

Michel Foucault ([1978-79] 2008) aborda a paulatina emergência do Estado e da racionalização da prática governamental, a partir do século XVI, quando esta última procura tornar o Estado um dado e, ao mesmo tempo, um ente a ser edificado. Nesse longo e conflituoso processo de constituição do Estado e da razão que lhe forneceu abrigo, tem-se o protótipo da constituição dos diferentes marcos que orientariam a sua ação. Essa razão de Estado passava a demonstrar os seus significados e os seus resultados concretos mediante um certo regime de produção de verdade,⁶ que logrou, progressivamente, frequentar as mais diferentes dimensões das vidas individual e social. Para o autor, trata-se do progressivo aprofundamento de um sistema de mediações políticas e jurídicas, cujos direcionamentos foram permitindo ao governo de Estado, face às circunstâncias e às contradições sociais em torno das quais historicamente se viu exposto, empreender um movimento tanto mais intenso e presente quanto aparentemente mais necessário à vida social.

Tal necessidade, seja como justificativa de si mesma, seja no que se refere à sua contínua penetração nas entranhas da vida social, se fez e se faz pela via do que Foucault ([1975], 2010) chamou de uma dada “governamentalidade”. Eis aqui uma noção que nos permite apreender todo um conjunto articulado de instituições, técnicas, procedimentos, cálculos, análises e reflexões que permitem viabilizar o exercício de uma modalidade específica de poder – e do seu exercício por um governo – sobre as diferentes populações. E isso, por meio de uma forma de saber: a economia política.

Para Foucault ([1978-79] 2008 e [1975] 2010), foi por meio da economia política que, no tocante ao Estado, se constituíram as formulações teóricas que permitiram, ao mesmo tempo, dotar a sua atuação de legitimidade histórica e

.....

6 A concepção de verdade passa a se evidenciar e a se referenciar mediante um “conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros” (Foucault [1975] 2010, p. 233). Igualmente, a concepção de verdade passa a ser produzida no interior de domínios do fazer científico, que permitem codificar os procedimentos, defini-los e definir os instrumentos a serem por eles utilizados. Portanto, a produção de um regime de verdade não se dá como um fato da natureza ou da simples contingência das relações sociais, mas por intermédio de mecanismos que, em diferentes épocas históricas, foram arregimentados por distintas modalidades de saber – saber este que, na medida em que contribui para produzir verdades sobre si e orientar a prática social, inaugura, consolida e reproduz relações de poder.

social e demarcar e limitar as dimensões da sua atuação. Foucault ressaltou que não tencionou dizer que essa modalidade de saber, por si mesma, teria produzido um modelo de governo ou critérios de bom tipo de conduta de gestão a serem seguidos pelos governos. De maneira mais sutil, a economia política se colocaria como sanção necessária para a indicação em que o governo do Estado deveria buscar o princípio de verdade, por meio do qual legitimaria e daria conteúdo normativo à sua prática governamental. E o cerne para o qual se direcionariam as maiores energias deste princípio de verdade seria o mercado, que “deve ser revelador de algo que é como uma verdade” (Foucault [1978-79], 2008, p. 44).

É possível apreender, na obra marxiana, toda uma trajetória intelectual de entendimento da economia como saber produtor de um regime de verdade, cujas representações foram sendo produzidas ao sabor das contingências postas à ordem social que se desenrolava ao longo do século XIX. Nos *Grundrisse*, Marx ([1857-58] 2012) expôs sua crítica teórica ao método da economia política por intermédio do que qualificou como produção do concreto por meio de uma síntese de determinações e relações abstratas. Na medida em que o conteúdo real das relações sociais ganhava forma e passava a se expressar nas e pelas nascentes instituições econômicas, políticas e sociais sob o abrigo do Estado e do direito, na sociedade burguesa europeia, sua conformação também foi uma resultante das representações acerca de tais determinações e relações abstratas. E é partindo do conteúdo concreto assumido por elas que nos enveredamos na tarefa de melhor compreender a relação entre a sua suposta evidência empírica e a “evidência” da verdade em torno do mercado como seu desdobramento “natural”.

Ademais, a prática governamental, cuja mundialização se deu mormente a partir do século XX, guardadas as devidas especificidades, teria passado a ser o governo em que a marca de eficiência administrativa estaria na criação das condições para que os mercados funcionem. Tal prática é a resultante histórica e política dos diversos confrontos envolvendo os significados da validade e da presença do Estado numa realidade dentro da qual brotou todo um corpo de doutrinas que, se não eram meros apêndices da racionalidade mercantil, fundaram as bases da sociedade que se erigiu no transcurso do século XVIII. Este corpo de doutrinas alcançou não só o significado do Estado e da política modernos, mas também o significado dos elementos fundadores da noção de justiça⁷ via consagração do direito público.

.....
7 Com efeito, a noção de justiça contém uma historicidade que, de maneira alguma, pode ser negligenciada. Pode-se dizer que se desdobram daí dois grandes significados para esta noção: um antigo e um moderno. Assim sendo, “se é verdade que, desde há muito tempo, as pessoas veem suas demandas

Partindo-se da afirmação acima, um aspecto da análise merece ser aqui elencado: a relação entre o exercício do direito público e os limites essenciais necessários à intervenção do Estado sobre os mercados – uma preocupação que surge no século XVIII – fornece pistas para o entendimento sobre qual seria a verdade que este Estado passava a elaborar sobre si mesmo e a enunciar, balizado pela economia política. Por sua vez, se há também uma verdade sobre o mercado que é evidente – o que traz como consequência, nos termos de Foucault ([1978-79] 2008), a criação de uma espécie de zona de “não-intervenção” do Estado –, como é que “o governo vai poder formular esse respeito à verdade em termos de lei a respeitar?” (idem, p. 52). E mais: como tornar possível, em termos de direito, uma definição que, ao mesmo tempo, limite e crie os instrumentos de ação do Estado sem sacrificar essa morada da verdade na qual o mercado, merecedor de apreço e respeito, ocupa lugar privilegiado? Estava-se diante de questões com as quais as teorias política e jurídica teriam que lidar, não mais alusivas ao modo de se fundar a soberania e legitimar o soberano – temas presentes nos séculos XVII e XVIII –, mas aos limites jurídicos a serem traçados para a atuação do governo de Estado.

Duas vias propositivas nesse sentido, pertencentes ao início do século XIX, foram identificadas por Foucault ([1978-79] 2008), e traziam consigo concepções distintas de regulação do poder de Estado, de definição de lei e de definição de liberdade. A primeira delas, ele chamou de “via axiomática” ou “via jurídico-dedutiva”, cujas raízes estavam na Revolução Francesa, e consistia em dois pontos nodais: 1) inicialmente, esta via definiu quais eram os direitos naturais que pertenciam a todos os indivíduos; e 2) definiu quais direitos eram objetos de cessão e quais eram considerados direitos imprescritíveis, isto é, que deveriam permanecer em todos os governos possíveis. Assim, definidas a divisão dos direitos e a esfera de soberania, deduziam-se quais eram as esferas de competência do governo, os limites postos à sua intervenção. Para tal, dever-se-ia “partir dos direitos do homem para chegar à delimitação da governamentalidade, passando pela constituição do soberano” (idem, p. 54). A concepção de lei, nessa primeira via, diz respeito àquela que seria a expressão da manifestação da vontade geral. Já a segunda via não partiria do direito, mas da prática governamental, analisando-a em função dos limites concretos que a ela deveriam ser colocados. Tais limites

.....
 conflitantes de propriedade como uma questão de justiça, e se também é verdade que, desde há muito tempo, os filósofos se preocupam com princípios sociais de distribuição de recursos, disso não se segue que também, desde há muito tempo, esses dois tipos de questão venham sendo tratados em conjunto” (Fleischacker, 2006, p. 4).

seriam necessários, haja vista que se referiam aos propósitos da ação do Estado relacionados aos diversos assuntos concernentes à vida econômica do país, e cuja intervenção deveria ser mensurada pelo nível de utilidade ou inutilidade das consequências de tal ato. A concepção de lei aqui seria a do “efeito de uma transação que vai colocar, de um lado, a esfera de intervenção do poder público e, de outro, a esfera de independência dos indivíduos” (idem, p. 57).

Trata-se do desenvolvimento do regime de legalidade e o acoplamento ao seu conjunto de duas concepções formais e jurídicas de liberdade que, embora não inviabilizem uma intensa zona de articulação entre si, trazem algumas diferenças importantes. Neste sentido, a “via axiomática” apregoa que “todo indivíduo detém originalmente certa liberdade da qual cederá ou não certa parte”; já a “via radical” concebe a noção de liberdade afastando-a da ideia de exercício de determinados direitos fundamentais para aproximá-la da ideia de “independência dos governados em relação aos governantes” (idem, p. 57).

No tocante ao mercado, a razão governamental se inscreve nas abstrações do valor e na troca de mercadorias como lugar da verdade. Já no tocante às formas de intervenção do Estado, temos que a razão governamental se move com base no critério da utilidade. Assim, seriam os pressupostos das abstrações do valor para a produção da riqueza e o princípio da utilidade para a ação do Estado os elementos centrais a partir dos quais a razão governamental articularia entre si os fundamentos da sua autolimitação (Foucault [1978-79] 2008). Englobando os pressupostos das abstrações do valor – tornando-se, portanto, o seu princípio – e o critério da utilidade, redefine-se e consolida-se, no âmbito da razão governamental, a categoria do *interesse público* no seu significado moderno.

[Esse] interesse já não é, evidentemente, o do Estado inteiramente referido a si mesmo e que visa tão somente seu crescimento, sua riqueza, sua população, sua força, como era o caso na razão de Estado. Agora, interesse a cujo princípio a razão governamental deve obedecer são interesses, é um jogo complexo entre os interesses individuais e coletivos, a utilidade social e o benefício econômico, entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder público, é um jogo complexo entre direitos fundamentais e independência dos governados. O governo, em todo caso o governo nessa nova razão governamental, é algo que manipula interesses.

(...) Os interesses são, no fundo, aquilo por intermédio do que o governo pode agir sobre todas estas coisas que são, para ele, os indivíduos, os atos, as palavras, as riquezas, os recursos, a propriedade, os direitos, etc. (Foucault [1978-79] 2008, p. 61).

É nesse sentido que a modernidade do direito administrativo, um ramo jurídico do direito público, deu relevo a um dos seus paradigmas clássicos: o do interesse público e o de sua supremacia sobre o interesse privado. Realizar uma análise mais detida acerca do que trata o interesse público e as inúmeras controvérsias em torno desta categoria em muito ultrapassaria nossos objetivos, neste artigo. Ainda assim, cabe assinalar dois aspectos importantes em algumas destas controvérsias, conforme veremos.

O primeiro aspecto é que, no limite, tal categoria jurídica atribui sentido e assevera o caráter de necessidade do Estado moderno, cuja razão se acha encarnada no governo que assume e exerce o poder político. O segundo aspecto, adverso àquele, é que a categoria do interesse público e o princípio que a tomou de empréstimo para evidenciar a supremacia que ela possuía em relação aos interesses privados não têm passado incólumes na teoria do direito e na teoria política contemporâneas.

Já as controvérsias em torno daquele princípio jurídico alcançam a própria natureza do direito.⁸ A primeira delas, que não receberá considerações neste artigo, concerne ao papel do direito nas sociedades, mais precisamente do conflito entre o que seria a sua dimensão ética e o seu papel normativo, tendo como um dos seus desdobramentos aquele entre validade e facticidade. A segunda controvérsia merecerá, a seguir, mais apreço de nossa parte.

No transcurso que levou a concepção de interesse público até os seus significados contemporâneos, observa-se a sua definição como substância basal da formação do Estado político, cuja característica marcante é a sua inscrição (assim como a dos indivíduos no interior da sociedade civil) ao regime de legalidade. A partir do direito administrativo como um dos escopos da legalidade, formou-se um instituto jurídico que permitiu determinar quais eram (e quais são) as prerrogativas do Estado, sob duas importantes dimensões. A primeira delas se refere aos princípios reguladores dos direitos individuais, entre eles a igualdade e a liberdade formais; a segunda tem como pressuposto a satisfação do que seriam as necessidades sociais e os interesses da coletividade de indivíduos (o interesse público), cuja definição estaria no âmbito do próprio Estado, via administração pública, e se tornariam parte do objetivo da sua ação não sujeito à transigência – isto é, sendo a realização uma de suas obrigações.

Ademais, e embora o objetivo dito acima fosse algo obrigatório, parte da doutrina jurídica, nos últimos anos, trouxe o entendimento de que haveria na

.....

8 Para mais informações sobre as diferentes perspectivas em torno dessas controvérsias, vide o livro organizado por Friedrich (1968) e intitulado *O interesse público*.

administração pública brasileira uma zona lacunar e pouco explorada em torno dos significados da noção de interesse público. De acordo com esta doutrina, um dos efeitos do descuido exploratório daí proveniente seria a abertura de uma margem que, em nome da primazia e da indisponibilidade de tal classe de interesse, acabaria por cancelar ações do Estado na figura da administração pública que possuiriam cunho autoritário, além de impedirem o controle social desta última (Justen Filho, 2005).

A agudização dos questionamentos em torno da noção de interesse público anterior à Constituição de 1988 vem impondo uma releitura do direito administrativo, fato este que tem reverberado em outras concepções sobre esta noção e a quem caberia a sua titularidade. Nestes termos, esta deveria necessariamente pertencer à sociedade e não ao Estado, pois o caráter da função deste último é o de concebê-lo e fazê-lo agir como um gestor do interesse público, bem como zelar pela sua proteção (Breus, 2006).

Apesar de ainda continuar comparecendo como pedra angular de toda e qualquer ação do Estado, a partir da Constituição de 1988, a noção de interesse público adquire uma nova forma, que o desvincula de um caráter absoluto, dado pela sua supremacia em relação ao interesse privado, e o lança nas considerações acerca da proporcionalidade e da razoabilidade em relação ao interesse privado. Ademais, a norma constitucional passa a vincular e a orientar o interesse público à concepção de “dignidade da pessoa humana”. Esta, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, e sob a influência da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, tornou-se um princípio presente nas constituições ocidentais. Tal princípio vem fundamentando jusfilosoficamente a formulação e a implementação das políticas de Estado, visto que age na determinação de direitos e garantias fundamentais previstos no texto constitucional. No rol daquelas políticas, as políticas sociais vieram a assumir forte relevância no cenário contemporâneo da questão social, no conjunto da urbanização e da reprodução de relações sociais de produção.

Marx ([1843] 2010), em *Sobre a questão judaica*, talvez tenha sido o primeiro intelectual a questionar o conteúdo social dos direitos humanos da declaração promulgada em 1791. Esta obra revela o definitivo desvio de perspectiva do filósofo alemão no tocante às reflexões de 1841 e 1842,⁹ que estão contidas nos textos que inauguraram o seu interesse sobre o estatuto da política na modernidade. Sem

.....

9 Uma instigante problematização desses textos se encontra em Abensour (1997).

adentrarmos aqui nas influências teóricas que informaram a construção inicial de sua crítica filosófica da política, convém ressaltar que Marx estava interessado em traçar um caminho que passava pela necessidade de pensar a política não mais como derivação do teológico, expressa na submissão dos homens a uma esfera transcendente e determinante dos seus destinos. Refutando a realidade política alemã, Marx via no Estado racional a realização, na vida política e na vida prática, do direito e do dever dos homens de pensar o mundo a partir da filosofia; do direito e do dever de pensarem racionalmente sobre seu destino, produzindo-o a partir de sua natureza própria: a natureza humana (Abensour, 1997).

O desvio de perspectiva,¹⁰ no entendimento marxiano do lugar da política e do Estado no mundo dos homens, se mostra como uma espécie de descoberta da verdade sobre o lugar e o sentido do político, que não se encontrariam nas formas de produção e de realização da política universalizadas por uma classe na sociedade: a burguesia. Desvio de perspectiva que se compõe de dois aspectos importantes. O primeiro deles é a negativa de Marx em conceber o Estado a partir da autodeterminação de seu conceito e pela subjetivação do homem a um todo racional e a ele exterior. Trata-se de um acerto de contas com a elaboração teórica hegeliana, expondo a inversão ontológica que esta opera ao colocar o Estado como sujeito que passa a produzir a sociedade civil, tornando-se a sua “necessidade externa” e “seu fim imanente”. O segundo aspecto se refere à negativa de Marx em aceitar uma nova transcendência da política, desta feita, pela sua circunscrição a uma totalidade fechada e avessa às decisões políticas fora de sua órbita. Esta negativa deriva da compreensão dos limites encontrados pela crítica filosófica da religião e das formas sagradas da política objetivadas no Estado teológico, crítica esta que o pensador alemão não deixou de ter em conta.¹¹

E foi na esteira desse desvio de perspectiva que a crítica marxiana ganhou seu principal e mais radical capítulo, alguns meses depois, em *Crítica da filosofia*

.....
10 A elaboração contida em *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, escrita em 1843, anunciava uma espécie de elo intermediário na revisão crítica que Marx fazia nas suas reflexões acerca do estatuto da política na modernidade, ainda que o autor alentasse a possibilidade de o Estado democrático se deslocar a si mesmo para o seu devido lugar mediante um ato da sua política.

11 Para Marx, tratava-se de uma crítica que, não obstante sua importância histórica – e a influência que teve na sua formação –, não mais alcançava o conteúdo adquirido pela política, conteúdo este que se ocultava nas formas profanas (em aparência) assumidas pelo Estado. Nas palavras do autor, a “tarefa da história, depois que o outro mundo da verdade se desvaneceu, é estabelecer a verdade deste mundo. A tarefa imediata da filosofia, que está a serviço da história, é desmascarar a auto-alienação humana nas suas formas não sagradas, agora que ela foi desmascarada na sua forma sagrada. A crítica do céu transforma-se deste modo em crítica da terra, a crítica da religião em crítica do direito, e a crítica da teologia em crítica da política” (Marx ([1843] 2005, p. 146).

do direito de Hegel – introdução. Ao censurar os alemães em seu contentamento com a revolução meramente política, Marx insta-os a empreender não apenas a crítica negativa da filosofia anterior, mas a empreender a *negação da negação*. Já não bastava mais a crítica política revelada empiricamente no e pelo Estado racional como projeção humana, sede da política mundana superadora do privilégio, da sentimentalidade e da inclinação política do soberano. Seu teor se esgotara no movimento do pensamento, que apontava para a insuficiência da crítica e convidava à atitude filosófica e prática que o ultrapassasse. A crítica política se metamorfoseava em crítica *da* política, pois via no Estado político o próprio “mundo invertido”, o lugar por excelência da alienação humana, um ente cujas estruturas mistificavam o caráter *limitado* da emancipação, embora o apresentassem como emancipação humana total.

A crítica da política e das suas formas profanas encerradas no Estado coincidem com a crítica da legalidade, posto que esta definira institucionalmente o direito, tratado por Marx ([1843] 2005) como “*pensamento* extravagante e abstrato acerca do Estado moderno” (p.151, grifo do autor). Sua afirmação objetiva provinha de uma idealidade absurda: a constituição do Estado político separado da sociedade civil. Tal separação cindia também o homem, pois fazia dele, ao mesmo tempo, um “homem” abstrato e geral e um “cidadão” (Marx [1843] 2010). Em verdade, a declaração dos direitos humanos, em vez de elucidar as aporias desta sociedade, viera para reforçá-las: na medida em que provocava a cisão mencionada, criava o “homem” localizado na esfera privada dos seus desejos egoístas e criava o “cidadão”, como simples depositário de liberdades civis e políticas conferidas pelo Estado. Este último transfigurara o homem, retirando dele a condição que o fazia um ser genérico para lançá-lo na rede de relações sociais, cujas mediações esboroavam sua autonomia. Sua identidade original fora-lhe subtraída: identidade que fazia desse homem uma unidade entre o ser de necessidades vitais e o de necessidades superiores. Amiúde, onde o Estado havia assumido uma forma secularizada e política, o homem, como ser real e vivente, teria passado a levar “uma vida dupla não só mentalmente, na consciência, mas também na realidade, na vida concreta” (idem, p. 40).

Sem dúvida, um importante aspecto da atualidade de *Sobre a questão judaica* é a sua crítica filosófica acerca da impossibilidade da realização da emancipação humana a partir do Estado e de seu edifício jurídico e político – isto porque uma das questões mais candentes em torno do tema da emancipação concerne ao seu fulcro. Fechada em seus horizontes quando referida à esfera política, a emancipação conhece suas armaduras institucionais: uma soberania política que delimita e determina a ação do Estado com base no(s) interesse(s) públi-

co(s) e o direito como ciência jurídica do Estado na sua relação alienada com a sociedade civil.

E é aqui que têm lugar as elaborações teóricas referidas à justiça distributiva, as quais se imbricam aos debates sobre os direitos fundamentais e sua inscrição nas formulações acerca do(s) interesse(s) público(s). E de que modo a categoria jurídica do interesse público se articula à noção de justiça distributiva que alimenta as políticas de Estado contemporâneas? E como a compreensão dos sentidos de tal articulação nos forneceria uma chave de interpretação do Vila Viva como um programa ligado às políticas sociais em Belo Horizonte, mas que pode ser situado no amplo contexto de suas reestruturações, entendidas aqui como reinserção do espaço no processo de valorização do valor? Argumentemos sobre o que primeiro afirmamos neste parágrafo.

A nosso ver, o estatuto de princípio constitucional dado às políticas sociais no âmbito das políticas de Estado só pode ser apreendido pela análise quando a ela acrescentamos a problematização da noção de “justiça social”¹² – ou justiça distributiva. Nos limitaremos a esboçar um caminho de abordagem para a compreensão das concepções contidas na referida noção e de como elas se concretizam, seja nas políticas sociais direcionadas à habitação e sua relação com a urbanização, seja no modo pelo qual os “atendidos” interpretam este fenômeno.

John Rawls ([1971] 2008), em seu livro *Uma teoria da justiça*, colocou as discussões sobre a noção de justiça num novo cenário, retirando a temática do campo exclusivo do direito e interrogando-a a partir de outros prismas disciplinares. Assumindo o caráter pragmático do seu empreendimento intelectual, Rawls pretendeu expor um projeto de ordem jurídica que fosse além das normas e sentenças, de modo a solucionar o que ele via como limites à disseminação do bem-estar e da qualidade de vida a amplas parcelas da sociedade: as desigualdades sociais e de oportunidades.

Num texto mais recente e submetido a algumas revisões conceituais, John Rawls (1992) retomou elementos com os quais buscou tratar da concepção de justiça a que denominou de “justiça como equidade” no contexto das “demo-

.....
 12 Nossa proposta não intenta uma análise mais fina dessa noção, muito embora entendamos que se faz necessária uma aproximação que vise a alcançar uma genealogia do que se concebe como “justiça social”. A nosso ver, este empreendimento implicaria em analisar a produção da verdade sobre aquela concepção a partir de um ordenamento jurídico, cujas normas e princípios pretenderiam levar a mais “justiça social”. Trata-se, aqui, de uma manifestação cujo privilégio se encontra nas representações no interior das quais germinam os princípios da teoria da justiça e a formulação de parâmetros sociais históricos para se identificar a presença ou a ausência de justiça social – de uma falsa e uma verdadeira concepção de justiça social.

cracias constitucionais”. Para o autor, haveria um conceito *a priori* de justiça, cujos princípios determinariam e limitariam as “concepções do bem”. Tais concepções, embora fizessem parte das características próprias de uma “cultura democrática livre” e fossem salutares e correspondentes à plena racionalidade das pessoas humanas, deveriam ser contrastadas com o fato de que, “numa democracia constitucional, a concepção pública de justiça deveria ser, tanto quanto possível, independente das controvérsias doutrinárias, filosóficas e religiosas” (Rawls, 1992, p. 26). Isso porque, no entender do autor, na história das sociedades, algumas questões fundamentais causaram intensas controvérsias políticas, frutos da presença de uma pluralidade de “concepções opostas e incomensuráveis”, situação esta que produziria não poucos obstáculos à construção de uma base compartilhada de acordo político. E, para que essa necessária concepção política de justiça pudesse se realizar, seria preciso que tais concepções respeitassem “os limites especificados pelos princípios apropriados da justiça” (p. 56). Assim, de acordo com o autor,

a unidade social e a lealdade dos cidadãos com respeito a suas instituições comuns não se funda em que todas sustentam a mesma concepção do bem, mas em que aceitam publicamente uma concepção política da justiça para regular a estrutura básica da sociedade (Rawls, 1992, p. 56).

Se as divergências não poderiam ser de todo resolvidas, ao menos poderiam ser dirimidas, de modo que a cooperação política com base no respeito mútuo fosse mantida. Tratar-se-ia de um dilema encontrado nos próprios fundamentos da sociedade. Porquanto esta se achasse ancorada numa democracia constitucional com cidadãos considerados livres e iguais, não haveria acordo sobre como estabelecer as instituições básicas que visassem a assegurar direitos e liberdades fundamentais, bem como a igualdade democrática destes cidadãos. Assim, a concepção política de justiça baseada na equidade tentaria suprimir as tensões e os conflitos decorrentes do dilema mencionado. E isso por meio de dois princípios de justiça, que deveriam ser aplicados pela estrutura básica¹³ da sociedade com vistas a realizar os valores da liberdade e da igualdade:

.....
13 Para Rawls, a estrutura básica da sociedade corresponderia a um conjunto articulado entre as regras e o seu exercício, que corroborariam os procedimentos legais, a Constituição política, as modalidades de julgamento, bem como toda a legislação pertinente à regulação dos mercados e da propriedade e das relações de propriedade.

1. Cada pessoa tem direito igual a um esquema plenamente adequado de direitos e liberdades básicas iguais, sendo esse esquema compatível com um esquema similar para todos.
2. As desigualdades sociais e econômicas devem satisfazer duas condições: primeiro, elas devem estar ligadas a cargos e posições abertos a todos em condições de justa igualdade de oportunidade; segundo, elas devem beneficiar maiormente os membros menos favorecidos da sociedade. Cada um desses princípios aplica-se a uma parte diferente da estrutura básica; ambos dizem respeito não somente aos direitos, liberdades e oportunidades básicos, mas também às demandas de igualdade (Rawls, 1992, p. 30-31).

No entendimento de Rawls, tratava-se de debater sobre a necessidade de uma ordem jurídica que se combinasse com uma concepção “distributiva” de justiça, que se acharia purificada de juízos quaisquer. Tal concepção estaria baseada na categoria jurídica de interesse público fundada na razão contratual de Estado, em tese, encarregada de racionalizar as racionalidades parciais dispersas e desorganizadas, porque marcadas por controvérsias. Para o autor, o interesse público pressuporia que as diferenças existentes entre visões políticas concorrentes poderiam ser “pelo menos moderadas, senão inteiramente removidas, de tal maneira que a cooperação social com base no respeito mútuo possa ser mantida” (idem, p. 34). Conforme se verá, o mesmo consenso político reivindicado por Rawls, a rigor um desejo de erosão e de suspensão do conflito social combinado com um desvio que o transformaria em divergências de cunho privado, apontava que existiam certos direitos individuais que não poderiam ser postos em suspenso, nem mesmo em nome daquela classe de interesse. A proporcionalidade e a razoabilidade aqui se inseriam numa vontade universal a partir da qual se fundaria uma exequível rede de relações em cuja dinâmica não caberia o político.

O PROGRAMA VILA VIVA: QUANDO A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO SE ARTICULA ÀS POLÍTICAS DE ESTADO NA REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

Em nome do interesse público, as diferentes transformações na cotidianidade das pessoas atingidas por um programa estruturante como o Vila Viva devem ser consideradas por elas como transtornos específicos – embora necessários,

sobretudo quando se pensa na gama de “benefícios públicos” trazidos pelo programa. À primeira vista, e a se julgar pela maciça publicidade que edifica seu caráter factual, tais benefícios parecem ser unânimes em seu alcance social. Mas, quando descemos ao chão dos acontecimentos, o factual ganha contornos muito mais diversos – e, por vezes, dramáticos – do que a publicidade se propõe a captar.

Emblemáticas, para ilustrar a afirmação acima, são as diversas denúncias, tanto de coerção e de discriminação de habitantes das favelas “objetos” de intervenções urbanísticas, quanto do não-pagamento devido das indenizações por parte da Prefeitura de Belo Horizonte àqueles que estão sendo removidos.¹⁴ O valor correspondente a tais indenizações, num contexto em que o espaço é artificialmente tornado raro, pelo fato de se revelar insuficiente para a aquisição de um imóvel em condições de habitabilidade no interior da própria favela,¹⁵ leva os habitantes afetados pelas remoções a aceitarem se transferir para os apartamentos construídos pelo Vila Viva. Somem-se a estas denúncias as ameaças de remoções forçadas, com casos em que se chega à via judicial diante do impasse entre o poder estatal e os habitantes afetados por intervenções consideradas estratégicas para o programa.

A presença dos conflitos acima assinalados pode nos revelar contradições agudas e próprias à crise de reprodução das relações sociais constitutivas da sociedade em ato. Ao mesmo tempo, o capital, na medida em que coloca as determinações fundamentais desta reprodução, precisa transpor tais contradições. Todavia, se esta crise geral guarda parte de suas motivações na unidade contraditória das crises de acumulação, torna-se preciso vê-la no movimento de formulação e de articulação das forças de contrapeso em seu combate.

A busca pela diminuição da média social do tempo de rotação do capital, aliada à busca por uma taxa de lucro acima da média social, se dá com o objetivo de se alcançarem lucros extraordinários, mobilizando a concorrência intercapitalista e lançando todos aos seus imperativos. Os lucros extraordinários provêm, entre outras fontes, da possibilidade de se auferirem condições excepcionais de extração de mais-valia relativa, dadas pela associação entre

.....
14 Sobre as remoções em curso no Brasil e as denúncias sobre as coerções e a pressões para os deslocamentos involuntários de populações, ver o relatório da ONG Terra de Direitos. <http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2011/06/Dossie-relatoria-remoc3a7c3b5es-megaeventos-brasil-2011.pdf>
15 Tal como relatam alguns habitantes, a favela se tornou “cara”. Tal constatação pode ser conferida em http://www.crecimg.gov.br/Noticias_OnLine/id-1630/. Com relação às audiências públicas visando à apresentação do programa, ver <http://observatoriovilaviva.blogspot.com.br/p/vila-viva-santa-lucia-ata-de-audiencia.html>

a capacidade para a mudança tecnológica (renovação do capital fixo) e aquilo que Harvey (1982) denominou de busca por “situações superiores” – ou, pelo menos, de dispor de uma destas condições. No tocante a tais situações, mais precisamente das vantagens competitivas proporcionadas e os elementos necessários para que elas se deem, o autor assinala que:

La ventaja de determinada situación para el capitalista individual depende del costo del capital constante y variable, de la transportación a los mercados con suficiente demanda efectiva, del costo del capital a interés, el costo y disponibilidad de una serie de servicios subordinados, así con el precio de la tierra (Harvey, 1982, p. 391).

No transcurso histórico e social que marcou a entrada do espaço na reprodução das relações sociais de produção, a criação de situações superiores paulatinamente se tornou mais intensa e dinâmica, como tem sido na busca por lucros extraordinários entre os capitalistas individuais. Arranjos institucionais são formulados, aprimorados e implementados com vistas a dar o ambiente de investimentos necessário aos capitais interessados em se instalarem em determinado lugar, região ou país. Uma voraz disputa se estabelece, tanto entre as diferentes escalas assinaladas quanto entre os capitalistas, para buscarem as vantagens competitivas necessárias à obtenção de lucros, pelo menos na média social. Esta é uma dimensão do que Harvey (1982, p.376) chamou de “desenvolvimento geográfico pouco uniforme” do capitalismo, conceito que nos permite apreender, entre outras nuances da mobilização do capital pelo espaço, as suas valorizações diferenciais, que repercutem no surgimento de eixos de expansão de investimentos do setor imobiliário ou da indústria e também no abandono de áreas inteiras pelos capitais outrora ali empregados.

E as características da circulação do capital no espaço entram nesse rol. As mudanças tecnológicas, em ritmo cada vez mais vertiginoso, ampliam os tentáculos lançados pelo “mundo das mercadorias,” ordenado pela monetarização das relações – numa palavra: das formas generalizadas de valorização do valor – e a partir da *complexificação* de uma realidade social em que a troca e o valor de troca progressivamente ganharam primazia. Logo, tais revoluções exigem condições de materialidade propícias para que atinjam, dentro dos preceitos de integração espacial em ritmos e condições desiguais, os mais diversos recônditos das vidas individual e social. Se, por um lado, esta materialidade proveio, como já enfatizado, de lutas sociais, por outro, não podemos negligenciar os processos de integração espacial por meio da circulação do capital no e pelo

espaço – numa composição de estratégias de produção de situações –, de modo a lidar com os entraves à sua reprodução ampliada.

As favelas que vêm sendo integradas às estratégias de produção dessas situações superiores têm em comum a sua localização estratégica na metrópole de Belo Horizonte, portanto, no quadro atual e/ou futuro dos interesses dos capitais imobiliários/financeiros em consonância com a ação estratégica dos agentes de Estado. Numa dessas favelas, a construção de uma grande via, inserida no programa Vila Viva, faz parte de um amplo projeto de integração do município de Nova Lima a Belo Horizonte.¹⁶ Estas situações superiores são aprimoradas por meio da melhoria das condições de materialidade nas favelas em questão. Por isso, não devemos pensar o Vila Viva apenas como programa estruturante que visa a dar “qualidade de vida” à população, mediante a implantação do capital fixo de “utilidade social” pela construção de conjuntos habitacionais, obras de saneamento, construção de equipamentos diversos etc.

As transformações na materialidade das periferias metropolitanas passam pela constante necessidade que o capital tem de (re)criar as condições para a produção da mais-valia. Não só esta dimensão, mas todos os gastos improdutivos – todavia socialmente necessários –, muitas vezes, não podem ser realizados pelos capitalistas na forma de investimentos.¹⁷ Daí se pensar na importância da atuação do Estado¹⁸ na melhoria das condições sociais, seja porque elas “absorben valor durante un período de tiempo y generan beneficios mucho más tarde y por largos períodos”, seja porque investimentos desta natureza propiciam a “absorción del capital excedente acumulado, retardando así la devaluación” (Harvey, 1982, p. 405) mediante a geração de demanda efetiva.

.....
16 A via a que nos referimos é denominada Avenida do Cardoso. De acordo com Gomes (2012), citando o programa Vila Viva do Aglomerado da Serra, conjunto de favelas localizado na região sul de Belo Horizonte, esta avenida constitui-se num fragmento do antigo projeto viário denominado Anel da Serra, datado dos anos de 2005/2006. Tendo consumido boa parte do aporte de recursos do Vila Viva do Aglomerado da Serra, a construção desta via se inscreve, por um lado, na necessidade de superação da barreira que o Aglomerado da Serra representa para a integração viária entre os empreendimentos imobiliários localizados ao sul de Belo Horizonte e no município de Nova Lima; por outro lado, sua construção representa a própria viabilização do Anel da Serra, que integraria à região central as áreas destes empreendimentos, majoritariamente pertencentes a mineradoras, como a MBR, controlada pela companhia Vale.

17 Ainda assim, faz-se necessário melhor compreender os mecanismos que se convencionou chamar de Parcerias Público-Privadas (PPP's), algo que, a nosso ver, coloca-se como uma estratégia de contrapeso às dificuldades de se amealharem capitais na forma de investimentos no capital fixo e nas infraestruturas sociais.

18 Por isso mesmo, a regulação estatal (ou esforço de coordenação) não é exterior aos processos sociais, como se aquela fosse “impessoal”, “neutra” e centrada apenas no interesse público. Tal regulação é feita de intervenções que lhe são inerentes, com vistas à produção política da sociedade.

O Vila Viva demonstra tanto a circunstância descrita acima quanto a produção de situações. Isto se dá à medida que as favelas, nessas áreas periféricas, passam a ter potencial para abrigar a atuação de capitais a eles ligados, haja vista a sua dependência de fontes de financiamento. Os investimentos estatais aplicados neste programa são de 572,3 milhões, com o aval de agências governamentais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal (CEF), além dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e dos empréstimos de organismos multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BM). Tal é a magnitude da ação do Estado e dos organismos multilaterais para dar aportes de financiamento para os diferentes subsetores que compõem o setor imobiliário e, assim, coordenar certos fluxos de capital no espaço.

A ação do Estado por intermédio do Vila Viva também pode contribuir para atenuar ou resolver temporariamente diversos entraves à reprodução dos capitais do setor imobiliário envolvidos na sua execução. Um deles é imposto pela propriedade fundiária à medida que esta precisa ser regulamentada sob a égide jurídica, haja vista a “segurança” exigida por estes capitais (por exemplo, o retorno de seus investimentos) na salvaguarda das rendas diferenciais. Tendo em conta que esses “programas estruturantes” têm sido realizados, na maior parte dos casos, em áreas em que vem ocorrendo a regularização fundiária,¹⁹ cabe ao Estado, na figura dos poderes públicos, executá-la. E quem arca com o pagamento das rendas absolutas àqueles que serão removidos para a execução das obras também é o Estado, por meio das indenizações. Enfim, o Estado libera o caminho para os agentes econômicos executarem os projetos sem que tenham de se preocupar com os limites da própria natureza da valorização do valor, como o tempo de rotação dos capitais e a conseqüente diminuição da taxa de lucro.

As contradições gestadas e alargadas no movimento da produção de infraestruturas sociais trazem outros traços importantes dos significados dos investimentos realizados em “projetos estruturantes” como o Vila Viva. A melhoria nas condições sociais de determinado lugar com vistas ao incremento das possibilidades da produção de mais-valia – no caso do Vila Viva, na valorização diferencial do espaço e da apropriação de rendas diferenciais alhures – pode

.....
 19 Em certos casos, a morosidade tem sido uma marca registrada, o que nos faz inferir sobre os interesses estratégicos que ali recaem, pois a ausência da regulação jurídica da propriedade pode facilitar remoções futuras.

dirimir o problema da acumulação excessiva. Desta forma, o caráter de produtividade ou improdutividade de determinado investimento não está atrelado às suas qualidades inerentes, mas à “capacidade de los capitalistas para aprovecharlas” (Harvey, 1982, p. 405).

A miríade de “projetos sociais” instalados nas favelas atendidas pelo Vila Viva, durante e após a sua execução (por meio de programas e de ações formuladas, implementadas e monitoradas pelos agentes de Estado), consubstancia-se, na dimensão *mediata* da acumulação, aos lucros extraordinários, e, na sua dimensão *imediata*, ao aprofundamento do mundo das mercadorias e da monetarização das relações nessas espacialidades, o que expressaria a realização de mínimos sociais baseados no princípio da dignidade humana. Harvey nos ajuda a pensar na relação das políticas sociais com a produção da mais-valia:

Las mejoras en la calidad y cantidad de la fuerza de trabajo por medio de servicios de salud y educación, así como a través de multitud de medios intangibles que afectan la disciplina, la ética del trabajo, el respeto a la autoridad, la conciencia, y cosas por el estilo, puede tener un efecto saludable sobre la producción de plusvalía (...). Por tanto, algunas de las corrientes a la infraestructura social se pueden ver como inversiones diseñadas para fomentar las condiciones sociales favorables a la producción de plusvalía (Harvey, 1982, p. 404).

A brutalidade da crise de reprodução de relações sociais acaba por engolir mesmo aquelas posições honestas, ainda que inocentes quanto ao seu teor. Essa brutalidade vem para derrubar mesmo as defesas mais agudas em torno das concepções de justiça distributiva fundadas no legalismo dos direitos humanos fundamentais e de seus mínimos sociais.

Marx ([1875] 2012), num escrito crítico ao programa do Partido Operário Alemão, falava da necessidade de se problematizarem categorias que haviam se tornado, no interior do programa, verdadeiros princípios de ação, obscurecendo as relações sociais constitutivas que permitiam a formulação de tais termos e sua transformação em princípios. Ao se localizar, por exemplo, a noção de trabalho no interior das concepções que lhe atribuíram sentidos na sociedade burguesa (trabalho socialmente homogêneo), já não se pensa mais nos fundamentos sociais do trabalho. Passa-se, desde então, a se discutir tão somente as formas de distribuição e de apropriação do *produto* deste trabalho. Os critérios aí utilizados subsumem o qualitativo ao quantitativo: o “justo” passa a ser o “igual direito” ao “fruto do trabalho”.

Marx recusava propor um “ótimo de justiça”, baseado num parâmetro aceitável ou mínimo a partir do qual se estabeleceria a linha demarcatória entre o justo e o injusto, na sociedade capitalista. Igualmente, Marx não propunha uma teoria da justiça “mais justa”, baseada na combinação entre equidade jurídica e o estabelecimento de uma “presença” do Estado via políticas sociais sobre aqueles que viviam a iniquidade. Para ele, fazia-se necessário entender que as relações de distribuição da riqueza socialmente produzida eram determinadas relações de produção como dimensão das relações sociais fundamentais capitalistas. O combate às injustiças deveria ver, nessas relações sociais, o cerne da destituição da condição genérica do homem, a retirada de sua humanidade mediante a separação desta das capacidades de produzir sua existência.

Sem sombra de dúvida, a discussão em torno de uma exploração “justa” ou “injusta” tem ganhado um relevo que não lhe corresponde, a ponto de se legitimar, inclusive, a própria exploração, na medida em que esta, sob a ótica da concorrência capitalista generalizada, supostamente recompensa o risco, a iniciativa ou a responsabilidade do empreendedor (Bensaïd, 1997). Ora, não se pode falar numa busca por justiça com base nas representações que lhe preenchem de sentido nessa sociedade, traçando uma correspondência lógica entre ela e a legalidade, como se esta fosse a condição imanente daquela. Os direitos, na sociedade burguesa, estão baseados não na igualdade, mas numa desigualdade econômica fundamental que necessitou (e necessita) de marcos jurídicos para se afirmar e se consolidar. A igualdade dos indivíduos perante a lei está, portanto, baseada no trabalho socialmente homogêneo como “medida comum”. Mas existe uma desigualdade entre os indivíduos reais e o trabalho concreto que não se explica e nem se resolve por meio da positivação das normas.

A busca pelo consenso político advinda da teoria da justiça impõe a tarefa de que os envolvidos se coloquem acima das controvérsias, de modo a suspendê-las em nome de uma dada concepção de negociação e de pacto social. Intenta-se fazer consolidar uma concepção que nega o conflito e, ao mesmo tempo, supostamente o admite, desde que ele esteja situado no interior do terreno estipulado pelos “princípios de justiça” considerados “apropriados”. Assim, a suspensão do conflito embota sua politização possível, bem como as capacidades de subjetivação dos indivíduos que o põem à mesa. Por conseguinte, passa-se a considerar o conflito como decorrência das “doutrinas compreensivas” e os indivíduos que o provocam como defensores intransigentes dos corporativismos profissional ou de grupo. Enfim, nega-se o conflito como essência dinâmica da luta de classes em nome do consenso (Bensaïd, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de “resgate de uma dívida histórica com os pobres” habitantes das periferias metropolitanas por meio de políticas de Estado, tais como as voltadas para a urbanização, por se tratar de uma estratégia que visa a inscrever, nos termos do formalismo jurídico, dimensões da vida que ainda se encontram fora dele, acaba por não ultrapassar o horizonte limitado das concepções de bem-estar e de realização da vida na sociedade burguesa. Os fins da justiça distributiva se encontrariam no arcabouço jurídico que dá fundamento às políticas de Estado, devendo abarcar aqueles que, pelo “acaso da sorte”, tiveram seus mínimos sociais negados. A desigualdade, as repressões, opressões e coações econômicas reais são “purificadas” de seu caráter nefasto pela razão jurídica (e estatista) burguesa, supostamente produtora do social.

Todavia, o encaminhamento teórico com vistas ao entendimento do direito moderno não pode tomá-lo apenas como superestrutura de um capitalismo que se reproduz por relações econômicas num sentido estrito, atribuindo a ele a característica essencial de uma resultante da economia política burguesa. A crítica à colonização do social pelo mundo das mercadorias e do seu papel de matéria elementar da produção da riqueza na sociedade capitalista não pode coincidir com uma crítica que reivindica para si o adjetivo de econômica. Dito de outro modo, a crítica das relações sociais de produção capitalistas coincide com a crítica aos arcabouços da modernidade fundadora do próprio capitalismo, posto que este é derivado daquela, embora a reconfigure e a redefine substancialmente.

Tratar assim o direito pode fazer incorrer nos perigos da remodelação, algo que leve a crer em um “novo” direito, cujo ordenamento, pautado na justiça distributiva e simpático à eliminação da pobreza dos mais vulneráveis, acabe por interditar a compreensão dos limites da emancipação estritamente jurídica. Ao ser mantida em sua pureza conceitual, a emancipação transita livremente pela democracia burguesa atual e pela legalidade, reiterando-se como um prolongamento ideal de ambos, uma abstração que as transpõe para a vida cotidiana.

Por isso mesmo, torna-se urgente retirarmos o véu que encobre os amplos limites dessa feição de democracia, em suas versões representativa e participativa, posto que esta comparece reforçada pelas mesmas relações contratuais e legais, concebida e praticada na condição de resultante destas relações. O Estado, munido e, ao mesmo tempo, orientado pelo direito administrativo, conforme afirma Bensaïd (1997, p. 216), torna-se o enviado “de uma missão idealizada de

educador, garantia de neutralidade do espaço jurídico público para com doutrinas compreensivas e sua sede de absoluto”. O Estado e este seu “pensamento” se colocam como “articuladores” e “negociantes”, de modo a acomodar as racionalidades e filosofias (“doutrinas compreensivas”, nos termos de Rawls ([1971] 2008)) parciais dentro de limites, de modo que o pacto social – este, sim, importante, pois suas consequências o são para todos – não seja quebrado.

No tocante à insistência, por parte de alguns grupos, de aderirem às “doutrinas compreensivas”, opera-se então o retrocesso da via democrática conquistada, pois se deixam de exprimir, por meio de uma boa ética argumentativa, relações ou interesses sociais. Ao contrário, expressam, na qualidade de retrocessos, a adesão a uma pletera dispersa de “escolhas de consciência” e de “caprichos individuais”. Num verdadeiro ilusionismo, as relações de classe “são dissolvidas numa rede de relações jurídicas interindividuais” (Bensaïd, 1997, p. 216), ilustradas pelo direito do consumidor, do trabalho, de ações civis etc.

Portanto, o campo reivindicativo dos movimentos sociais, não obstante deva buscar conhecer a legislação vigente e exigir que os direitos fundamentais sejam, de fato, praticados, expõe limites à emancipação humana que devem ser observados. O direito deve ser o resultado da prática social, não o seu fundador (Marx, [1843] 2008). Alcançar a emancipação humana, superadora da ordem social burguesa, em suas dimensões econômica, política e jurídica, passa pela luta estratégica para se reorientar o curso do desenvolvimento das forças produtivas, de reorientar a industrialização com vistas a realizar a *sociedade urbana*, uma *sociedade livre*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABENSOUR, Miguel. *A democracia contra o Estado: Marx e o movimento maquiaveliano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

ANDRADE, Luiz Antônio Evangelista de. *Espaço e reprodução social na periferia da metrópole de Belo Horizonte: a experiência da “família popular”*. Belo Horizonte: Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, 301 p., 2010 (Dissertação de mestrado em geografia).

BENSAÏD, Daniel. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

BRASIL, Lei N° 10257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e

dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 25 abr. 2013.

BREUS, Thiago Lima. *Políticas públicas no Estado constitucional: a problemática da concretização dos direitos fundamentais sociais pela administração pública brasileira contemporânea*. Curitiba: Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, 246p., 2006 (Dissertação de mestrado em direito do Estado).

FLEISCHACKER, Samuel. *Uma breve história da justiça distributiva*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, [1979] 2008.

_____. *Estratégia, poder-saber*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1974] 2010 (Coleção Ditos & Escritos, v. IV).

FRIEDRICH, Carl. (Org.) *O interesse público*. São Paulo: O Cruzeiro, 1967.

GOMES, Gláucia Carvalho. *A inscrição da produção do espaço na valorização do valor: reflexões acerca da (re)produção socioespacial contemporânea de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, 396 p., 2012 (Tese de doutorado em geografia).

GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. “A cidade ilegal: espaço de anulação da cidadania”. In: CARLOS, Antônio Leite Brandão (Org.). *As cidades da cidade*. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, v. 1, p. 157-169, 2006.

HARVEY, David. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

JUSTEN FILHO, Marçal. “O direito administrativo reescrito: problemas do passado e temas atuais”. In: *Revista Negócios Públicos*, São Paulo, Ano II, N° 6, p. 39-41, 2005.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo Editorial, [1843] 2008.

_____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo Editorial, [1843] 2010.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-58. Esboços da crítica de economia política*. São Paulo: Boitempo editorial, [1857-58] 2011.

_____. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo Editorial, [1875] 2012.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, [1971] 2008.

_____. “Justiça como equidade: uma concepção jurídica, não metafísica”. In: *Lua Nova*, nº 25. São Paulo, p. 25-59, abr. 1992.

**DA CRISE ECONÔMICA AO
NEODESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO:
CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE
CONTEMPORÂNEO**

**DE LA CRISIS ECONÓMICA AL NEO-DESAROLLISMO
BRASILEÑO: CONTRIBUCIÓN PARA EL DEBATE
CONTEMPORÁNEO**

**FROM ECONOMIC CRISIS TO BRAZILIAN NEW
DEVELOPMENTALISM: A CONTRIBUTION TO THE
CONTEMPORARY DEBATE**

CÁTIA ANTÔNIA DA SILVA^{1*}

Resumo: Adquiriu capital importância o debate a respeito da crise pela qual se assinalou a economia do Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, pois os meios de comunicação e a literatura acadêmica amplamente o difundiram. O modo de ver a crise como estando relacionada à ordem da globalização ou a alguma desordem do capitalismo teve a anuência de intelectuais, gestores e políticos, e converteu-se em formulações, projetos e ações para superar a crise econômica brasileira mediante estratégias destinadas a integrar o Brasil ao contexto da globalização. De tais estratégias acompanharam-se discursos, muitos com forte conteúdo emocional, que se baseavam na crença de que os investimentos estrangeiros garantiriam a geração de empregos e de renda para o país. Na década de 2000, surgiram processos modernizantes que vêm originando um novo modelo de desenvolvimento no território nacional, segundo têm mostrado os indicadores de produção e os níveis de investimento. O presente artigo analisa os referidos discursos no contexto da crise da década de 1990 e reconhece algumas estratégias de inserção do país como uma potência econômica que emerge, bem como os impactos territoriais da modernização em curso, na década de 2010.

Palavras-chaves: crise, desenvolvimento, espaço brasileiro, modernização.

Abstract: Of central importance became the public debate surrounding the crisis by which Brazil's economy was marked in the 1980s and the 1990s, for the media and the academic lite-

.....
1 Seção local AGB-Niterói. Docente associada do Departamento de Geografia e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em História Social (FFP-UERJ). E-mail: catia.antonia@gmail.com

rature used to render the debate widely spread. The view that the crisis related to globalisation or to some disorder in capitalism was adhered to by intellectuals, administrators and politicians, and it turned into formulations, projects and actions to overcome the Brazilian economic crisis by adopting strategies meant to integrate the country into the context of globalisation. Along with such actions there came ideological discourses which, often with a strong emotional content, were based on the belief that foreign investment would guarantee job and income creation to Brazil. In the 2000s, modernising processes arose which have stamped a new development pattern on the national territory, as production indicators and investment levels show. This article analyzes the discourses in the context of the 1990s crisis and recognizes some strategies for inclusion of the country as an economic power that emerges and territorial impacts of the ongoing modernization in the late 2010s.

Key words: crisis, development, Brazilian space, modernisation.

Resumen: Si hizo de la mayor importancia el debate acerca de la crisis por la cual se caracterizó la economía de Brasil en las décadas de 1980 y 1990, pues lo difundían ampliamente los medios de comunicación y la literatura académica. El parecer de que la crisis se relacionaba con la globalización o con algún problema del capitalismo fue acogido por intelectuales, gestores y políticos, y se convirtió en formulaciones, proyectos y acciones para vencer la crisis económica brasileña mediante estrategias destinadas a integrar a Brasil en el contexto de la globalización. Estas acciones se acompañaron de discursos que, muchos con fuerte contenido emocional, se basaban en la creencia de que los investimentos extranjeros garantizarían al país la creación de empleo y de renta. En la década de 2000 surgieron procesos modernizantes que están imprimiendo al territorio nacional un nuevo modelo de desarrollo, según muestran los indicadores de productividad y los niveles de investimento. Este artículo analiza los discursos en el contexto de la crisis de 1990. Reconoce algunas de las estrategias para la inclusión del país como una potencia económica que emerge y los impactos territoriales de la modernización en curso a finales de 2010.

Palabras-clave: crisis, desarrollo, espacio brasileño, modernización.

O mundo – não somente o nosso – está fragmentado. Porém não cai aos pedaços. Refletir me parece uma das principais tarefas da filosofia de nossos dias.

Cornélio Castoriadis (*Advertências* - Paris, dezembro de 1989)

INTRODUÇÃO

O Brasil vive, na década atual, um momento histórico sem precedentes, que tem como marco o ano de 2010, quando o seu produto interno bruto (PIB) ul-

trapassou os de países como Portugal, Espanha, Itália e Grécia. Mediante este contexto, certamente, o que precisamos discutir é o significado do crescimento da riqueza socialmente produzida. Desse modo, o presente artigo realiza uma reflexão acerca do debate sobre a crise da economia, ocorrido nas décadas de 1980 e 1990, e analisa a percepção, nas décadas de 2000 e 2010, da manifestação concreta do desenvolvimento, a partir da análise do produto interno bruto nacional.

Nas décadas de 1980 e 1990, o debate sobre a crise da economia brasileira adquiriu grande centralidade devido às reflexões vindas da literatura acadêmica, principalmente a econômica, e à sua veiculação na mídia nacional. A evocação da crise, associada à globalização ou à desordem do capitalismo, penetrou no senso comum, lastrando o consenso alcançado entre economistas e outros cientistas sociais. Entretanto, as análises mais profundas da própria natureza da crise eram de difícil realização, porque se confundia facilmente a compreensão analítica com discursos ideológicos, muitos de forte conteúdo emocional. Na etapa precedente à do “crescimento econômico”, segundo os indicadores de produto interno bruto nacional e de grau de investimentos, os discursos apareciam como continuidade da crise, mas então sob o debate da crise internacional europeia, quando o Brasil surgia como a “possibilidade emergente”, passível de contribuir com recursos aos países europeus abatidos pela crise.

Neste sentido, torna-se relevante a realização de uma reflexão das conjunturas econômicas, ideológicas e políticas sobre a problemática da crise na economia brasileira, nos períodos 1980-1999, inserida em seu contexto real-concreto e orientada por uma visão interpretativa que incluía a problemática do espaço e como esse discurso se conforma na secularização – projeto de futuro para a inserção do país na globalização, o que se torna ação “bem-sucedida” (ou seja, de real resultado de atração de investimentos internacionais e aumento da renda nacional), mas evidente na segunda metade da década de 2000 e na década de 2010, em andamento.

A finalidade, portanto, do presente texto é contribuir para a compreensão atual da emergência do Brasil frente à globalização, diante do *boom* de desenvolvimento, e tendo como referência a construção do projeto fundado no debate da crise na economia brasileira contemporânea, nos anos 1980 e 1990. Deste modo, o artigo apresenta três seções: a primeira se refere à contextualização da crise brasileira contemporânea instalada em meados da década de 1970 e aprofundada nos anos 1980-1990. Com esta contextualização, sistematizaremos interpretações da crise e formulações para o seu equacionamento, que consistem em projetos (intenções e práticas) de modernização. Intencionamos

discutir a modernização, nos limites deste artigo, buscando contribuir para a compreensão da verdadeira face da crise brasileira.

Na segunda seção, para o melhor entendimento da natureza da crise e do processo de modernização a ela articulado, faremos uma reflexão sobre o espaço geográfico como indispensável à interpretação do real-concreto brasileiro e como referência teórico-metodológica necessária ao desvendamento da crise e das ações efetivas da modernização no território nacional. E, na terceira e última seção, demonstraremos como o tempo presente (2010-2011) é fruto de ideologias, ações e práticas plantadas nos períodos antecedentes, tendo sido a década de 1990 marcada por fortes reformas, mutações e consolidações que criaram um novo formato de leitura da crise como transição e de concepção de desenvolvimento.

A CRISE NA ECONOMIA BRASILEIRA E O DEBATE INTELLECTUAL: A CONSTRUÇÃO DO FUTURO

A conceituação da crise na economia tem sido realizada, no contexto internacional, a partir de diferentes orientações teórico-metodológicas que vão desde aquelas que se apóiam em modelos elaborados sobre o funcionamento do sistema capitalista, como as análises de Schumpeter (1982 – publicada pela primeira vez em 1911, na língua alemã) e de Keynes (1936) sobre a crise da economia, até as interpretações críticas de orientação marxista, conduzidas pela possível destruição do modo de produção capitalista e emergência potencial de outro modo de produção (Corazza, 1986; Chesnais, 1998; Domingues, 2003; Harvey, 1992).

Essas orientações, em geral, conforme ensinou Habermas (1980), consideravam a crise econômica como uma crise sistêmica decorrente da incapacidade do sistema capitalista de resolver as suas contradições de forma a permitir a sua contínua reprodução. Quando alterações estruturais são reconhecidas por diferentes agentes, sendo identificados riscos de anomia e ameaças à identidade social, estabelece-se o denominado “estado de crise”. A crise possui, portanto, duas dimensões: uma real-concreta, vinculada à desintegração das instituições sociais, e a segunda, referente à dimensão discursiva da crise, em que os agentes elaboram a sua interpretação/representação, ou seja, a construção lógico-ideológica da crise orientada por argumentos e propostas de solução concebidos com base em modelos e abordagens econômicas (Habermas, 1980). A análise da crise, portanto, tem como pressuposto orientador, de um lado, os

processos concretos de ruptura e a destruição de um sistema social, e, de outro, as representações e projetos dos agentes sociais sobre alterações concretas e interpretativas acerca da disfunção da estrutura econômica.

No Brasil, a percepção da crise econômica foi verificada a partir de meados da década de 1970 e aprofundada nos anos 1980 e 1990. É importante salientar que os elementos definidores da crise, propostos pelos economistas, se apóiam, geralmente, em abordagens macroeconômicas e na verificação de variações conjunturais nos indicadores de desempenho da economia: produto interno bruto, balanço de pagamentos, taxas de controle de câmbio, taxa de emprego e renda, entre outros (Belluzzo, 1996; Furtado, 1998; Silva, 1994). Deve-se perceber que a análise macroestrutural da crise tende a identificá-la como expressão do sistema econômico, partindo do pressuposto de que seus elementos constituintes são responsáveis por processos mais amplos. Um exemplo disto é a crítica, feita pelos economistas e sociólogos, em relação às políticas adotadas para o controle da inflação que atravessaram boa parte do período de crescimento econômico (anos 50-1975) e que continuaram até o início da década de 1990, quando os governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique implementaram o controle da inflação sem engendrarem o crescimento da economia.

Os anos 1980 e 1990, neste sentido, são reconhecidos como um período de agudização da crise da economia brasileira, já que o crescimento macroestrutural foi mais lento, aprofundando as contradições criadas nos períodos de crescimento anteriores (década de 1960 e primeira metade da de 1970).² É interessante verificar que esta análise vinha acompanhada imediatamente de interpretações e buscas por soluções, conforme veremos adiante, o que, em princípio, contrariava o caráter abrangente e hegemônico das interpretações sistêmicas que a sustentariam. Analisando mais especificamente os anos 1980, estes são apontados, pelos economistas internacionais e nacionais, como a “década perdida” por terem se caracterizado pela articulação entre inflação e estagnação econômica, confirmada pelos indicadores econômicos e a redução da taxa geral de mais-valia (Silva, 2002). No caso brasileiro, além disso, ocorreram sucessivas desvalorizações da moeda que se articularam com os limites apresentados pela inovação do país na competitividade internacional, impedindo o avanço do desenvolvimento científico e tecnológico. O diagnóstico da crise,

.....

2 Esta crise econômica foi, segundo Egler (1993, 1996), uma crise de um padrão de financiamento que havia sido adequado ao processo de substituição de importações, mas que não dava conta dos novos requerimentos da economia brasileira devido à diversificação da estrutura produtiva e à ampliação do mercado doméstico.

realizado por economistas e outros analistas, recomendava a inserção do país no novo padrão das formas de produção e de trabalho, isto é, no denominado pós-fordismo (Velloso, 1990a, 1990b, 1990c).

A crise brasileira da década de 1980, neste contexto, era vista de forma privilegiada, a partir dos seguintes ângulos: 1) a questão inflacionária, contraditoriamente associada aos investimentos na industrialização, e; 2) a dificuldade de inserção do país nos novos rumos do capitalismo, estabelecidos com a lógica da produção pós-fordista, engendrada pelas tecnologias de informatização e de automação e pelas novas formas de organização do trabalho. O chamado paradigma pós-fordista implicava na análise da busca do aumento da produtividade e da competitividade e na alta qualidade, segundo os parâmetros das ISOs (Qualidade Internacional), e da flexibilização da produção (Silva, 2002). Neste sentido, a inspiração da vertente modernizadora dos economistas brasileiros enfatizava a necessidade de adequação do país ao novo paradigma produtivo, apontando, simultaneamente, para o controle da inflação, este tomado como estratégia a ser preservada na retomada do crescimento econômico brasileiro. Estas análises, realizadas no final da década de 1980 e no início dos anos 1990, apontavam, portanto para a indispensável inserção do país na modernização decorrente da atual fase do capitalismo, marcado pelo pós-fordismo e pela globalização. No que se referia à transformação da relação Estado-economia, economistas de orientação (neo)liberal propunham a reforma do Estado, com ajuste fiscal, privatizações de empresas, enxugamento do gasto público-social e reforma administrativa (Furtado, 1998; Oliveira, 2009).

Neste período, foram vários os esforços realizados pelos analistas da crise, com base em diferentes orientações político-analíticas (visões críticas ou conservadoras), para inserir o país na atual fase do capitalismo. Entre estes esforços, destacou-se a realização do Fórum Nacional “Ideias para a Modernização do Brasil”.³ Entre as diferentes questões apresentadas, neste evento, foram feitas referências ao fato de que a crise brasileira não se limitava à crise econômica, embora esta constituísse sua manifestação mais visível e dramática. Nestas referências, foi reconhecido o caráter abrangente da crise brasileira, que teria raízes na modernização incompleta do país, experimentada no período 1950-1980. Foi discutido também o paradoxo modernização-crise, apreendido pelos

.....
3 Este evento ocorreu no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na cidade do Rio de Janeiro, de 23 a 25 de novembro de 1988. Deste encontro participaram cerca de 60 economistas e 15 sociólogos e cientistas políticos, de diferentes tendências políticas e abordagens econômicas, que discutiram e apresentaram propostas para a superação da crise econômica e a modernização da sociedade brasileira.

limites existentes ao dinamismo da economia, responsáveis pela estagnação e pelo processo inflacionário. Foram indicadas, ainda, as distorções do caráter desigual da trajetória social e a ausência de modernização política, no período em que a sociedade brasileira teria se transformado numa sociedade marcada pela cultura do consumo de massa.

Com a finalidade de retomar-se o crescimento econômico e de tentar resolver o déficit público, foram elaboradas diferentes proposições. Entre estas, podem-se destacar:

1. sobre a modernização política e a reforma do Estado, apontou-se como indispensável o controle do gasto público, sendo analisadas questões relativas à pós-constituinte e ao dilema político-institucional. Foram propostos um novo modelo de Estado e a modernização da administração pública, sendo vinculadas as empresas estatais ao “desequilíbrio financeiro do Estado”;
2. sobre a dívida externa e o desenvolvimento da economia, foram realizadas reflexões dirigidas às suas possíveis soluções;
3. sobre a reforma do mercado de capitais, foram discutidas a sua crise e o problema da capitalização das empresas nacionais, sendo indicadas novas possibilidades de financiamento da economia;
4. e sobre a inserção do país na nova estratégia industrial e tecnológica, sinalizou-se com a implementação de uma política econômica e estratégia industrial, sendo pontuadas as diretrizes da política científica e tecnológica, os elementos do novo paradigma tecnológico e os novos vetores tecnológicos (microeletrônica, novos materiais e a biotecnologia).

Muitas destas propostas tornaram-se inspirações teórico-metodológicas para as reformas institucionais e para as políticas econômica e fiscal implementadas no governo de Collor e, principalmente, nos governos de Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso. Tais reformas tiveram como objetivo recriar um Estado normativo, adequado aos interesses das grandes corporações, à atuação de capitais externos e à inserção do país na competitividade imposta pela atual divisão internacional do trabalho. Nota-se, em geral, que a leitura da crise e as propostas de solução, conforme antes referido, apostavam na *modernização da economia e do Estado* – conjunto de alterações institucionais (econômicas, políticas e tecnológicas) que interferiam na construção da sociedade e do espaço. Tratava-se, portanto, da configuração de um novo projeto de modernização, anseio tão caro à realidade brasileira. Afinal, durante os anos de “desenvolvimentismo” e do “milagre econômico”, as estratégias de industrialização estiveram dirigidas e encontraram a sua justificativa na

promessa de ingresso do país na modernidade (Velloso, 1990a, 1990b, 1990c, 1990d, 1990e). As consequências destas diretrizes – uma mudança profunda na relação sociedade, economia, Estado e espaço –, foram a constituição do mercado nacional e o acentuado processo de urbanização e de metropolização, num contexto marcado por profundas desigualdades regionais e exclusão social e espacial (Silva, 2002; Santos, 1993). No período analisado, a modernização, apresentada como solução para a crise econômica, consistia num conjunto de orientações ansiosas por modernidade, sem que se admitisse a necessidade de implementação de políticas voltadas à distribuição de riqueza e ao combate à pobreza (Souza, 1992).

No contexto da atual modernização tecnológico-econômica, as propostas para a gestão do espaço e da sociedade se inscrevem no paradigma administrativo, que, segundo Ribeiro (2012), reúne um conjunto de práticas sociais, aí incluídas as científicas, que buscam interferir no presente, transformando a relação Estado-sociedade. Estas proposições, de cunho (neo)liberal, buscam criar reformas institucionais, seguindo orientações de eficiência e de eficácia provenientes da lógica empresarial. Estas análises, em geral, criticam as práticas políticas centralizadas pelo Estado, veiculando o esgotamento das possibilidades de se preservarem e ampliarem as garantias sociais conquistadas historicamente (Ribeiro, 1998, 2011). Salientamos, neste sentido, a necessidade de reflexão da economia política do país na atual fase do capitalismo (Marx, 1987), ou seja, a necessidade de um entendimento mais abrangente das questões econômicas, políticas e sociais, como um conjunto de questões que originam uma dada visão de mundo e de influências disciplinares.

A leitura da crise e as soluções decorrentes que alcançam a hegemonia influem no presente e orientam o futuro, inclusive como formas para o alcance de legitimidade dos grupos sociais dominantes (Ribeiro, 2013). A leitura da crise e as correlatas propostas de modernização pareciam, nos anos 1980 e 1990, restaurar a crença de que desenvolvimento econômico decorreria naturalmente do desenvolvimento social. A promessa de modernização e de desenvolvimento social já foi, aliás, bem analisada pela vertente acadêmica do pensamento crítico (O'Donnell, 1972; Santos, 1998; Ribeiro, 1994, 1996; Oliveira, 2009; Barcelar de Araújo, 1999).

Qual o papel da geografia na reflexão da crise e do neodesenvolvimentismo?

Acreditamos que a geografia tem a possibilidade de contribuir para a reflexão brasileira contemporânea da crise e das formas de transição para o crescimento econômico, conforme tentaremos demonstrar a seguir, nos limites deste artigo.

A ANÁLISE DO ESPAÇO COMO CAMINHO DE DESVENDAMENTO DA CRISE

O espaço geográfico, como um objeto de estudo científico e possibilidade de interpretação do real-concreto brasileiro, pode permitir a superação das leituras da crise que impõem leituras abstratas da formação social brasileira. A finalidade desta seção é, portanto, demonstrar como o espaço geográfico se comportou diante da crise e quais as condições territoriais de transição para o crescimento econômico sentido no período 2006-2011.

Em primeiro lugar, ressaltamos que entendemos o espaço como um dado do presente (contemporaneidade), em que técnicas, ambiente construído, ações, atores, intenções e práticas econômicas, políticas e sociais coexistem. O espaço pode ser apreendido, portanto, como um conceito constituído de sistema de ações e sistema de objetos tecnológicos (fixos e redes), conforme nos ensinou Santos (1993, 1994, 1996). O espaço como construção social é, então, resultante da modernização (material e cultural) que possibilita a inserção de novas intencionalidades (projetos, programas) em seus vínculos com a materialidade propiciada pela técnica (Santos, 1996; Bernardes, 1993, 2004, 2013; Silva, 2002, 2011).

O espaço, neste sentido, é a própria expressão da modernização efetivamente alcançada, conforme orientaram Santos e Silveira (2001): o espaço é a coexistência de todos os processos e de racionalidades dominantes e dominadas. O espaço, tomado como uma totalidade analítica, permite identificar contradições sociais, acordos, conflitos e territorialidades de agentes econômicos. É na leitura da relação entre sociedade e espaço que podemos identificar a realidade concreta brasileira e os caminhos para uma interpretação renovada da crise – esta realidade, que apresenta já na observação da paisagem o paradoxo entre inovação tecnológica e miséria. O movimento reflexivo e analítico, que permite caminhar-se da aparência (paisagem) para a análise do espaço (a existência), o que permite a apreensão da contradição profunda entre a incorporação de elementos da nova modernização na vida social (cultura de consumo globalizado e nas relações sociais)⁴ no espaço, em pleno contexto de aprofundamento da exclusão social, decorrente, inclusive, da difusão de inovações tecnológicas.

.....
4 É importante termos em mente a interdisciplinaridade entre a geografia e a sociologia. O reconhecimento de agentes, sujeitos, práticas e intencionalidades por meio de categorias sociológicas pode contribuir para o aprofundamento da análise das relações sociedade-espaço.

Nas linhas a seguir, tentaremos refletir um pouco mais sobre esta contradição, apresentando alguns exemplos que nos permitem ilustrar a análise desejada da relação crise-modernização-desenvolvimento.

MUTAÇÕES NO ESPAÇO, MODERNIZAÇÃO E ACIRRAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL

Em pleno contexto de crise dos anos 1980 e 1990, identificou-se o seu reverso em alguns processos concretos contemporâneos. Durante a “década perdida” (anos 1980), houve, no Brasil, um grande dinamismo, por exemplo, no mercado de filmes em videocassete, que gerou bilhões de dólares para empresas eletro-eletrônicas e para firmas produtoras-distribuidoras de filmes, ao mesmo tempo em que o mercado nacional passava a atrair multinacionais do mesmo ramo (Silva, 1994). Velhas e novas firmas, produtoras e distribuidoras, concentravam-se nas grandes metrópoles brasileiras, estimulando o surgimento de novas atividades econômicas e de profissões. Citando outro exemplo: os shoppings centers constituem um fenômeno que emergiu em pleno contexto de crise. Inicialmente localizados nas áreas nobres das grandes cidades, hoje, se encontram dispersos em diferentes bairros das metrópoles, inclusive nos populares, assim como em cidades de porte médio (Pintaudi e Frúgoli, 1992). Outros estudos, por exemplo, referidos a São Paulo demonstram a expansão da urbanização e a simultânea desconcentração industrial a partir da Grande São Paulo. Tratava-se de um novo quadro de mutações engendrados pela atual modernização inscrita no movimento de reestruturação produtiva e de reorganização urbano-industrial da produção pós-fordista. Neste sentido, atividades e pessoas migraram para o interior do Estado de São Paulo, construindo um espaço modernizado, múltiplo e variado (urbanização de grande escala), embora a dispersão não tenha sido acompanhada de uma real descentralização da economia. Segundo Lencioni,

esta dispersão expressa muito mais processos de centralização do capital que ocorrem através de associações, absorções e fusões de empresas e que, se utilizando de estratégias de multilocalização ou desenvolvendo a subcontratação industrial, conformaram um espaço industrial mais distendido (Lencioni, 1994, p. 8).

A metrópole de São Paulo, por sua vez, continua a comandar a gestão das empresas. O processo de centralização da metrópole continuava e quali-

ficava-se por meio da especialização do comércio e da instalação de serviços modernos. O espaço metropolitano, no contexto do novo papel da metrópole, incorporava elementos característicos das cidades globais, abrigando atividades de gestão empresarial e de produção de conhecimento: escritórios de administração das grandes corporações e de firmas de consultoria em reengenharia e marketing (Castro, 1998; Lencioni, 1994; Gonçalves, 1994; Campolina Diniz e Lemos, 1990; Negri e Pacheco, 1994). Estes serviços necessitavam de pouca mão de obra e de profissionais muito qualificados. Boa parte dos trabalhadores brasileiros estava excluída da onda modernizadora e modernizante, o que contribuiu para o aumento do desemprego e da pobreza nos espaços metropolitanos (Lipietz e Leborgne, 1988; Storper, 1990). A modernização, nas grandes ou médias cidades, era acompanhada de exclusão social, o que sustentava a interpretação que apontava para o caos e a anomia. O desemprego e a pobreza decorrentes da modernização anterior – a denominada modernização conservadora (período autoritário) –, aprofundados pela lógica da atual modernização e pela recessão econômica, podiam ser observados nos novos postos de trabalho que não absorviam os trabalhadores excluídos do mercado formal (Silva, 2002, 2011). Ao contrário, os espaços metropolitanos apresentavam alto nível de desemprego, num contexto marcado por desindustrialização e reestruturação urbano-metropolitana de produção, o que implicava em ampliação da periferação e da favelização e no aumento acentuado da indigência familiar (Ribeiro, 1996), além da emergência e da formação de uma nova problemática social: a população de rua. Os espaços urbano-metropolitanos possibilitaram, na década de 1990, a observação da coexistência da modernização e do acirramento da exclusão social, aumentando a violência e as formas ilícitas e ilegais de sobrevivência (sequestros, assaltos e tráfico de drogas (Souza, 1992)).

A modernização, neste sentido, inscreve os espaços na modernidade, gerando o estímulo crescente do consumo e o anseio pelo acesso à técnica (Ribeiro, 1994). O acesso ao crédito, igualmente, é um elemento importante, configurando elos entre o consumidor potencial e os agentes econômicos. Estes últimos buscam ampliar o acesso ao crédito por grupos de baixa renda, num contexto de construção simbólica e ideológica do consumidor, estimulado pela moda e pelo marketing. Mas o consumidor não é necessariamente um cidadão (Santos, 1987). Com efeito, quando refletimos sobre a crise brasileira, por meio da valorização do espaço, verificamos a sua natureza de crise social no contexto dos espaços urbanos e metropolitanos. Trata-se também de uma crise agrária, manifesta na falta de políticas que valorizam o pequeno e o médio agricultores, na arena política nacional, do Movimento dos Sem-Terra, em pleno contexto

de modernização do espaço agrícola no país (Bernardes, 1996, 2004, 2013; Alentejano, 2000). O que buscamos salientar, neste momento, é que a leitura da crise realizada por meio dos indicadores macroeconômicos não incorpora os processos da existência e das condições de vida dos homens, que podem ser incorporados a esta análise por meio de contribuição da geografia.

Neste sentido, concordamos com Santos, quando ele assim reflete sobre o teor da leitura da crise brasileira: “Há uma crescente despreocupação com o que eu chamaria de economia de campo, ou seja, a análise da problemática local, regional e nacional a partir de um conjunto de variáveis que definem a situação” (Santos, 1998, p. 91).

A geografia pode apoiar a compreensão da crise como um processo de transição entre fases, marcadas por diferentes formas de regulação das relações sociais e de formas de produzir. Trata-se de um novo patamar de modernização que aprofunda as desigualdades socioespaciais, principalmente nos países historicamente periféricos, como é o caso do Brasil (Egler, 1993, 1995). Na compreensão da realidade brasileira contemporânea, a ciência geográfica tem a oferecer conceitos e categorias pertencentes ao seu instrumental teórico-metodológico, entre os quais podemos destacar o conceito de espaço e as categorias escala e território. Devemos ressaltar aqui que não é objetivo desta seção analisar de forma profunda as diferentes abordagens destes instrumentos, mas apenas indicá-los como caminhos úteis ao desvendamento da crise brasileira.

A compreensão do espaço geográfico favorece a identificação e a análise da coexistência entre modernização e exclusão. O espaço surge, neste sentido, imediatamente, como forma em fragmentação, porém, tomando em empréstimo a reflexão de Castoriadis (1992), esta forma “não cai aos pedaços”. O entendimento dos processos de totalização e fragmentação do espaço, identificados por muitos pelo binômio globalização-fragmentação, tem grande significado para a análise da coexistência de processos políticos, sociais, econômicos e culturais – coexistência que pode ser apreendida por meio da materialidade em transformação do ambiente construído. A análise do espaço oferece uma totalidade compreensiva, constituída de diferentes escalas: a escala mundo (globalização), a escala nacional, a escala regional (intranacional ou metropolitana) e a escala do lugar (as relações de proximidade, as vivências cotidianas). O entendimento do espaço em sua dimensão real-concreta, permite refletir até que ponto a crise econômica do país – econômica no seu aspecto conjuntural e no seu sentido crônico-estrutural –, é, de fato, uma crise social profunda, vivenciada em contextos socioespaciais. Além disso, a análise do espaço permite apreender as características atuais da modernização: inovações

tecnológicas, reestruturação produtiva, formas de organização da produção e do trabalho, processos de industrialização e de desconcentração industrial que modificam conteúdos da urbanização brasileira. A crise econômica pode ser analiticamente aproximada, portanto, de mutações observadas na regulação social e produtiva. Esta aproximação analítica permitirá aferir, provavelmente, que está longe a disfunção generalizada, desordem do sistema social, com o fim das instituições. A crise brasileira é, de fato, uma crise socioespacial que tem suas manifestações específicas em diferentes contextos e escalas. A crise não é de todos, não atinge todos os lugares, mas ocorre, sim, de forma seletiva. A consideração analítica do espaço permite levantar a hipótese de que as representações da crise econômica são, em grande parte, alarmistas. O trabalho com esta hipótese exige o aprofundamento da pesquisa dirigida às conseqüências sociais e espaciais do processo de modernização em curso.

1. Escala – a escala é uma velha categoria geográfica. Porém, sem dúvida, ainda é um grande instrumento para a compreensão da contemporaneidade considerar-se a escala geográfica, ou seja, a escala de análise do fenômeno e não simplesmente a escala cartográfica. A investigação da crise brasileira pressupõe o seu recorte fenomenológico, em diferentes escalas (mundial, nacional, sub-regional, intranacional e local). Em cada escala, a crise pode ser compreendida por meio da articulação de processos concretos, representações sociais e agentes, segundo impulsos globais (Ribeiro e Silva, 2004; Rodrigues, 1997; Silva, 2002). Neste sentido, na escala mundial ou nacional, a crise brasileira pode ser lida, de forma extremamente útil, a partir dos indicadores macroeconômicos e sociais. Esta leitura pode permitir a constatação de processos abrangentes, entretanto, há limites nos estudos de contextos específicos do reverso da crise (da não-crise) para determinados espaços e das conseqüências sociais e políticas da exclusão social no lugar. Daí, a importância do estudo das outras escalas: a sub-regional e a local, para o entendimento da crise e de sua relação com as condições de vida, com a experiência social. Deve-se ter em mente também as relações entre as escalas. Nem todos os processos (intenções e práticas) se explicam só pela análise de uma única escala, o que torna necessário, além do estudo escalar, a análise interescalar, já que processos globais ou nacionais articulam-se a interesses de agentes locais (Santos, 1994, 1998; Ribeiro e Silva, 2004).

No que se refere ao entendimento da atual modernização, é possível identificar a espacialidade ou territorialidade de agentes econômicos e do poder

público, em suas diferentes esferas. Vamos apresentar, a seguir, um exemplo referente às instituições públicas envolvidas na difusão da modernização. Trata-se da difusão do princípio das denominadas vantagens comparativas, que reflete a competição dos governos estaduais.

A MODERNIZAÇÃO TERRITORIAL COMO ESTRATÉGIA: A COMPETITIVIDADE

Nos anos 1990, observa-se um amplo processo de desconcentração espacial das plantas fabris do setor automotivo. A instalação de plantas do setor tem ocorrido, em geral, naquelas cidades que apresentam vantagens comparativas construídas pelo poder público nas esferas estatal e municipal. Vejamos alguns exemplos, a seguir.

Em 1997, a Renault oficializou a decisão de instalar sua planta em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, após negociações com o governo do Paraná, tendo como atrativos a proximidade com o porto de Paranaguá e o fácil acesso aos demais países do Mercosul. O sul do Brasil apresenta, neste contexto, condições preexistentes favoráveis, que, com apoio de incentivos fiscais, estimularam a instalação de montadoras e firmas de autopeças na região. O mesmo ocorreu em Minas Gerais, com a criação pelo governo estadual do “Fundo Mega”, que ofereceu recursos do Programa de Modernização Industrial (PROIM) para a Mercedes-Benz, atualmente, instalada em Juiz de Fora.

No contexto de reorganização espacial do setor automotivo, identificou-se a vantagem comparativa dos lugares decorrente da atuação estratégica de governos estaduais e de administrações municipais. A criação de incentivos tem permitido o menosprezo de outros elementos constituintes das vantagens comparativas, como a proximidade dos grandes centros urbanos (Dieese, 1998). Outro exemplo, ocorrido na década de 1990, consistiu na “guerra fiscal” travada entre os estados do Rio Grande do Sul e da Bahia pela instalação da montadora Ford. A Bahia ganhou esta disputa, com apoio dos governos federal e estadual, tendo a Ford anunciado, em julho de 1999, a instalação de sua planta fabril em Camaçari. Neste sentido, a desconcentração espacial do setor automotivo orientou-se por disputas regionais, por territorialidades construídas.

As políticas de incentivos fiscais têm envolvido a isenção e a redução de impostos, o adiamento de ICMS, ISS e IPTU, além da coparticipação em investi-

mentos e facilidades de infraestrutura, como doação de terrenos e construção de portos, aeroportos, rodovias, ferrovias etc. (Dieese, 1998). A modernização contemporânea, como proposta genérica para a solução da crise econômica, apresenta processos novos que se inscrevem em novas práticas de modernização territoriais desenvolvidas por diferentes atores. O Estado, em suas diferentes esferas, tem assumido, cada vez mais, um conjunto de práticas dirigidas ao aumento da competitividade, ou seja, à produção de vantagens comparativas que estimulam a competição entre os lugares.

As corporações dos setores automotivo e siderúrgico, por sua vez, deslocam-se em busca das vantagens oferecidas. Trata-se da complexidade crescente da competição capitalista, que, para as empresas, adquire dimensões novas, vinculadas às operações e projetos negociados entre os diferentes agentes econômicos e Estado. A concentração geográfica dos investimentos, agora, tem menos peso pela redução dos custos da distância, pelas novas tecnologias implementadas. Os lugares que detêm articulações favoráveis entre Estado e corporação são os novos espaços da modernização, que podem ser tanto as cidades médias, que abrigam as novas plantas fabris, quanto as grandes metrópoles, incorporadas com suas redes técnicas modernas articuladas à gestão das grandes corporações (Santos, 1994).

Diante do que foi exposto, podemos concluir que a crise contemporânea assinalada na década de 1990, contribuiu para o surgimento de novos projetos e ações, marcados principalmente pela “guerra dos lugares” e pela disputa de projetos da dita Parceria Público-Privada. Na verdade, para a nova conjuntura precedente (décadas de 2000 e 2010), isto significa uma superação da crise, realizada sob a égide de um novo formato de pensar o desenvolvimento, pautado na super-atração de investimentos internacionais, em diversas áreas: industrial, comercial, turismo, logística etc. Isto faz com que ações apareçam, nos anos 2000-2011, expandindo-se no território nacional (Porto Açu, no Norte Fluminense (RJ); Posto Sul, em Ilhéus (BA); ampliação dos usos na Baía de Guanabara (RJ) e na Baía de Todos os Santos (BA); ampliação do Porto de Sepetiba (RJ), entre outras), o que representa a ampliação da fluidez de mercadoria ao alterar a infraestrutura de portos, aeroportos, rodovias e ferrovias, e possibilitar a expansão de plantas siderúrgicas e metalúrgicas, desenvolvendo a base de produção da indústria de base.

Neste processo de produção social do espaço, o envolvimento dos estados, municípios e governo federal tem sido central, embora o que vejamos seja o Estado, na maioria das vezes, menos precursor de projetos de desenvolvimento, pois vêm assumindo este papel as empresas e suas associações representativas

(tais como a FIRJAN, no Rio de Janeiro, segundo o documento intitulado *Mapa do Desenvolvimento Fluminense*). São as empresas, sobretudo as grandes corporações, que passaram a ditar os princípios de sua própria acumulação, como ensinou Milton Santos (1998): trata-se do totalitarismo da globalização e das grandes empresas. São novos sentidos de pensar e impor o “projeto moderno”, o projeto de futuro.

O Estado, nesse contexto, com feições neoliberais, age por meio de leis, normas, formas de gestão e de ação pública, fazendo garantir estes princípios, o que pode ser resumido na realização de certa estabilização geral dos salários dos trabalhadores e na redução dos investimentos sociais, quando comparados aos investimentos para as empresas. Ele encontra-se cada vez mais coercitivo na sua ação relacionada às seguranças econômica e social, para dar estabilidade aos investidores internacionais no país. A criminalização da pobreza, na concorrência capitalista global, tem sido uma marca da construção de uma espacialidade segura para garantir a atração de interesses econômicos. As ações governamentais seguem, assim, a proposta (neo)liberal de ajustes administrativo e fiscal, orientando a modernização do espaço.

A leitura do texto de Rodrigues (1997), que apresentou um quadro amplo das manifestações de empresários, secretários de Estado e governadores sobre intenções de investimentos para o período 1996-2000, esclareceu o caráter estratégico das políticas econômicas urbanas ou regionais inscritas também no atual patamar da modernização dos anos 2010. O denominado planejamento estratégico tem sido utilizado como instrumento que favorece a parceria entre governo e empresários, orientado por ideários de modernização e pelo aumento da competição entre lugares.

CONJUNTURA 2000-2010 – RESULTADOS DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DE CRISE À NOVA ETAPA DO DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO

Gostaríamos de ponderar aqui se alguns indicativos, discursos e ações do modelo de “saída da crise” e de inserção do Brasil na globalização deram certo, pelo menos à luz dos projetos dominantes. Um dos indicadores mais notáveis, na mídia e na leitura dos economistas (portadores do discurso dominante), das propostas de gestores e políticos é o crescimento vertiginoso do produto interno bruto do Brasil numa década (2000-2011) marcada pela crise econômica nos Estados Unidos e na Europa (vide Tabela 1).

Sabemos das implicações e dos limites da análise do PIB, mas, para o objetivo desta seção, buscamos utilizá-lo e analisá-lo a fim de compreender a conjuntura que supera o debate da crise para colocá-lo na euforia do debate referente ao Brasil como país emergente, na nova divisão internacional do trabalho. Neste sentido, os termos “neodesenvolvimentismo” e “nova etapa do desenvolvimento brasileiro” referem-se à ideia de processo de modernização, de entrada de investimentos, dos debates de superação da crise, de conjuntura marcada por indicadores que sintetizam o marco deste crescimento e da crença na superação do Brasil como “país de Terceiro Mundo” para “país emergente” (Monteiro, 2013). Aliás, se nos referirmos, hoje, aos termos “Terceiro Mundo” e/ou “subdesenvolvimento”, parecerá que estamos ultrapassados, na linguagem contemporânea.

Na mídia e na literatura mais recente, há a crença no “Brasil, país emergente” e na importância dos BRICS (grupo composto de Brasil, Rússia, Índia, China e, mais recentemente, África do Sul), que, segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, corresponde a um grupo de países que vêm apresentando importante crescimento de renda no cenário internacional:

O peso econômico dos BRICS é certamente considerável. Entre 2003 e 2007, o crescimento dos quatro países representou 65% da expansão do PIB mundial. Em paridade de poder de compra, o PIB dos BRICS já supera hoje o dos EUA ou o da União Européia. Para dar uma ideia do ritmo de crescimento desses países, em 2003, os BRICS respondiam por 9% do PIB mundial, e, em 2009, esse valor aumentou para 14%. Em 2010, o PIB conjunto dos cinco países (incluindo a África do Sul) totalizou US\$ 11 trilhões, ou 18% da economia mundial. Considerando o PIB pela paridade de poder de compra, esse índice é ainda maior: US\$ 19 trilhões, ou 25%.⁵

De acordo com a Tabela 1, o produto interno bruto brasileiro, na ordem de 2,088 trilhões de dólares, tendo como marco expressivo o ano de 2006, representa, sem dúvida, os investimentos realizados pelo Estado, na lógica da “guerra dos lugares” – subsídios e financiamentos públicos às empresas, nas reformas, no ajuste da máquina pública e da previdência social a reduzir os di-

.....
5 Itamaraty. Ministério das Relações Exteriores. “BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul”. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>, Acesso em janeiro de 2014.

reitos trabalhistas, no aumento dos juros e no investimento em infraestruturas fundamentais à fluidez do capital e das mercadorias, nos territórios nacional e internacional.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto em dólares – Brasil

Ano	PIB (US\$)	Taxa de crescimento anual *(%)
1968	27.063.000.000	4,2
1970	33.876.000.000	8,8
1972	42.328.000.000	12,1
1974	105.136.000.000	14
1976	152.678.000.000	9,8
1978	200.801.000.000	3,2
1980	235.025.000.000	9,1
1982	281.682.000.000	0,6
1983	203.305.000.000	-3,4
1984	209.024.000.000	5,3
1986	268.137.000.000	8,0
1988	330.397.000.000	-0,1
1990	491.952.000.000	-4,3
1992	390.567.000.000	0,5
1994	546.233.000.000	5,3
1995	768.951.000.000	4,4
1996	839.683.000.000	2,2
1998	843.827.000.000	0,0
1999	586.863.000.000	0,3
2000	644.702.000.000	4,3
2002	504.221.000.000	2,7
2004	663.000.000.000	5,7
2006	1.089.000.000.000	4,0
2008	1.653.000.000.000	5,2
2009	1.594.000.000.000	-0,6
2010	2.088.000.000.000	7,5
2011	4.143.000.000.000	2,7
2012	4.403.000.000.000	0,9

* A taxa de crescimento é calculada levando-se em conta o ano antecedente.

OBS: Para reduzir o tamanho da tabela, optamos por fazer preferencialmente a sequência bianual.

Fonte: Banco Mundial, 2011. Fonte: <http://www.worldbank.org/base> - 1962-2010, e IBGE: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000342.pdf>

O interessante é que, de fato, a geografia permite territorializar o processo de modernização, conforme vimos anteriormente, em décadas de crise. A construção social e espacial da transição ao novo desenvolvimento, pautada por discursos, projetos e ações – planejamentos econômicos estratégicos em diversos campos (trabalho, educação, previdência social, gestão econômica) –, do ponto de vista territorial (conforme vimos na seção dois, em que a crise é condição de novas inserções de modernização), não se dá igual em todo espaço brasileiro. Se alguns lugares agudizavam com a crise, outros ressurgiam ou surgiam por meio de fortes investimentos públicos e privados, nacionais e internacionais, reatualizando o Brasil na divisão internacional do trabalho. Esta talvez seja uma das explicações possíveis para compreender a ascensão do Brasil no contexto recente de queda acentuada do PIB de países como Espanha, Grécia, Itália e Reino Unido. O crescimento do PIB do Brasil inscreve-se nos contextos de crescimento da China e Índia, marcados principalmente pela atração de investimentos internacionais e por certa estabilidade garantida pelo Estado e pelo mercado interno, que estes países passaram a experimentar (ver Tabela 2).

Tabela 2 – Produto Interno Bruto em dólares dos 25 países, em 2010, segundo o Banco Mundial

Lugar	País	PIB (USD)
—	Mundo	63 048 775 278 782
1	Estados Unidos	14 582 400 000 000
2	China	5 878 629 246 677
3	Japão	5 497 812 568 086
4	Alemanha	3 309 668 874 172
5	França	2 560 002 000 000
6	Reino Unido	2 246 079 096 749
7	Brasil	2 087 889 553 822
8	Itália	2 051 412 153 370
9	Índia	1 729 010 242 154
10	Canadá	1 574 052 204 913
11	Rússia	1 479 819 314 058
12	Espanha	1 407 405 298 013
13	México	1 039 661 515 603
14	Coreia do Sul	1 014 483 158 314
15	Países Baixos	783 413 245 033

Fonte: <http://www.worldbank.org/base> - 2010, http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_pa%C3%ADses_por_PIB_nominal

Houve, de fato, uma euforia presente na mídia e entre os intelectuais que veneravam o “crescimento econômico” brasileiro, quando, em 2010, o Brasil assumiu o sétimo lugar no *ranking* mundial, de acordo com o Banco Mundial. Outra posição de destaque, que elevou o Brasil a lugar de prestígio no espetáculo da economia, constou nas fontes do FMI: o país saiu da 14ª posição de prestígio junto ao FMI, em 2010, com uma cota de 1,79%, passando para 2,31% de sua cota de contribuição, estando assim na 10ª posição, em 2011.

Tabela 3 – Posição dos países no Fundo Monetário Internacional, segundo cota de contribuição (2010-2011)

Ordem	2010*		2011*	
	Países	Cotas (%)	Países	Cotas (%)
1º	Estados Unidos	17,70	Estados Unidos	17,40
2º	Japão	6,57	Japão	6,46
3º	Alemanha	6,12	China	6,39
4º	Reino Unido	4,51	Alemanha	5,58
5º	França	4,51	Reino Unido	4,22
6º	China	4,00	França	4,22
7º	Itália	3,31	Itália	3,16
8º	Arábia Saudita	2,94	Índia	2,75
9º	Canadá	2,68	Rússia	2,70
10º	Rússia	2,50	Brasil**	2,31
11º	Índia	2,45	Canadá	2,31
12º	Holanda	2,17	Arábia Saudita	2,09
13º	Bélgica	1,94	Holanda	1,82
14º	Brasil	1,79	Bélgica	1,34

Fonte: FMI 2011

* Fonte dos dados: <<http://correiodobrasil.com.br/sesto-pib-mundial-brasil-avanca-no-fmi-mas-ainda-e-so-o-decimo/> 347829/>

A posição do Brasil na DIT (divisão internacional do trabalho) representa um rearranjo da lógica capitalista, da nova geoeconomia política na escala global e de sua nova posição de país dependente, receptor de recursos do FMI, para financiador de países em crise. A estrutura desta nova conjuntura político-econômica e espacial do desenvolvimento deve ser identificada como um acirramento da globalização no país, visto que boa parte deste crescimento se deve à inserção de capitais internacionais articulados aos capitais nacionais e

à chamada Parceria Público-Privada, que, na maioria das vezes, representa as intencionalidades das empresas, por serem as mesmas produtoras dos projetos privados, sendo que no Estado predomina a sua forma coercitiva de impor aos habitantes dos lugares a construção das próteses – projetos modernizadores – de forma veloz e eficaz. Vale também aprofundar as políticas econômicas que vêm orientando este crescimento do PIB, entre as quais podemos destacar: o aumento de atividades de serviços e privatizações de serviços públicos e as tendências de oligopolização de mercados, ligados às grandes obras, serviços de logística e indústrias de base, entre outras. Compreender, ainda, como essas modernizações vêm ampliando a desigualdade social e espacial, as novas formas de conflitos, de fragmentação socioterritorial e de destruição das histórias dos lugares (em áreas costeiras, com pescadores e quilombolas, em áreas indígenas) são os desafios que fogem aos limites das páginas deste artigo.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma dificuldade de reflexão sobre a economia política da realidade brasileira, na atual fase do capitalismo, decorrente da aceitação do modelo econômico hegemônico sem que ocorra a busca de alternativas que reflitam uma outra visão de mundo e de desenvolvimento. A crise, neste sentido, foi tomada como justificativa para o alcance de outros fins: a difusão dos princípios do projeto de modernização vigente. Assim, foi no interior da crise brasileira dos anos 1990 que emergiram as condições (projetos, discursos ideológicos, ações e formas de gestão) formatadoras do novo desenvolvimento – posto pelos dados estatísticos mais gerais e neodesenvolvimento, e marcado pelas ações do Estado na garantia de atrair investimentos internacionais.

É necessário refletir sobre a atual “teoria da modernização”, que parece abandonar a totalidade das propostas provenientes das teorias de identidade nacional, tão marcada nos períodos de Vargas, de JK e da Ditadura Militar. Assume-se, agora, que a finalidade do desenvolvimento é a maximização da riqueza material frente à inserção do país na escala global. Por isso, o neodesenvolvimentismo apóia-se no discurso e em algumas constatações singulares de realização de “geração de emprego” e de investimentos sociais, no aumento de impostos e na projeção internacional do país. O discurso ideológico do Estado frágil é cada vez menor ou não verdadeiro, pois as ações estatais estão cada vez mais eficazes, com forte investimento econômico de empresas e bancos estatais (como o BNDES), com a atração de investimentos e com a resolução

rápida das licenças ambientais para os grandes empreendimentos e obras de logística. A grande diferença dos períodos de auge anteriores (Vargas, JK e governos militares) é que o Estado deixou de ser o formulador do projeto de território-nação, ficando à mercê, cada vez mais, dos interesses das empresas. Seu discurso repete as intencionalidades e justificativas das empresas. Estamos orientados por uma visão hegemônica de mundo, como ensinaram Gramsci (1988) e Castoriadis (1992) a respeito da construção da realidade instituída pelos interesses dominantes. Esta visão tem determinado as estratégias de difusão de tecnologias, as políticas de emprego e de redução dos direitos trabalhistas e previdenciários em direção à reestruturação do espaço.

Ora, visões de mundo são criadas e justificadas também pelas ciências humanas, interferindo na construção do presente e do futuro. A geografia, com seu instrumental teórico e metodológico, pode contribuir para desvendar a verdade (científica) a respeito da crise e do neodesenvolvimento brasileiros, apontando atores, processos, lugares que ganham ou perdem com a modernização. Neste sentido, o olhar geográfico pode construir uma visão mais abrangente dos processos de modernização, orientando a reflexão da economia política do país.

De fato, a tarefa não é fácil. Estamos experimentando, na história do tempo presente, os labirintos da modernização (práticas e intenções) e sua sedução, em que somos objeto – pois experimentamos os frutos da modernização – e, concomitantemente, sujeitos do conhecimento potencial. Daí, é fundamental compreender a geografia do presente para a construção e reconstrução do pensamento crítico que leia a totalidade e os interstícios das formas de racionalização econômico-política e da vida coletiva, conforme muito nos ensinou a socióloga Ana Clara Torres Ribeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENTEJANO, Paulo R. R. “O que há de novo no rural brasileiro?” In: *Terra livre*, São Paulo, v. 15, p. 87-112, 2000.
- ARAÚJO, T. Barcelar de. “Dinâmica regional brasileira nos anos 90: rumo à desintegração competitiva.” In: CASTRO, I. E. de et al (orgs.). *Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 73-91, 1999.
- BELUZZO, L. G. de M. “Prefácio”. In: OLIVEIRA, C. A. B. de e MATOSO, J. E. L. (orgs.). *Crise e trabalho no Brasil: modernização ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, p. 9-20, 1996.

BERNARDES, Júlia Adão. “As estratégias do capital no Complexo da Soja.” In: CASTRO, I. E. et al. (orgs.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 326-366, 1996.

_____. “Territorialização do capital, trabalho e meio ambiente em Mato Grosso.” In: *Terra Livre*, São Paulo, v. 21, p. 157-167, 2004.

_____. “Novas fronteiras no setor sucroenergético brasileiro: estratégias e contradições.” In: BERNARDES, Júlia Adão; SILVA, Cátia Antônia da; ARRUZZO, Roberta Carvalho (orgs.). *Espaço e energia: mudanças no setor sucroenergético*. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 250-272, 2013.

CAMPOLINA DINIZ, C. e LEMOS, M. B. “Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil.” In: *Revista IPEA*. Brasília: IPEA/IPLAN, v. 3, p. 161-199, 1990.

CASTORIADIS, C. *O mundo fragmentado: encruzilhadas do labirinto*. V. 3. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

CASTRO, A. B. de. “Limitações e potencialidades da safra de investimento.” In: MINEIRO, A. dos Santos; ELIAS, I. A. e BENJAMIN, C. (orgs.). *Visões da crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 129-140, 1998.

CHESNAIS, F. “A fisionomia das crises no regime de acumulação sob dominação financeira.” In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: CEBRAP, v. 52, p. 21-53, novembro de 1998.

CORAZZA, G. *Teoria econômica e Estado: de Quesnay a Keynes*. Porto Alegre: FEE, n. 11, p. 35-54, setembro de 1986.

DOMINGUES, J. M. *Do ocidente à modernidade: intelectuais e mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIEESE. *Diagnóstico do complexo metal-mecânico brasileiro* (relatório). São Paulo: DIEESE / Confederação Nacional de Metalúrgicos, p. 69-118, 1998.

EGLER, C. A. G. *Crise e questão regional no Brasil*. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP (Tese de doutorado em ciências: economia). 312 p., 1993.

_____. “Questão regional e gestão do território no Brasil.” In: CASTRO, I. E. de et al. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 207-138, 1995.

_____. “Crise e dinâmica das estruturas produtivas regionais no Brasil”. In: CASTRO, I. E. de et al. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 185, 1996.

FURTADO, Celso. “Há risco de uma ingovernabilidade crescente.” In: MINEIRO, A. dos Santos; ELIAS, I. A. e BENJAMIN, C. (orgs.). *Visões da crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 11- 24, 1998.

GONÇALVES, M. F. “Novas configurações no desenvolvimento urbano paulista.” In: *Espaço e debates*. São Paulo: Neru, ano XIV, n. 38, p. 39-53, 1994.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6ª edição, 1988.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HABERMAS, J. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

IBGE. Notícias: Em 2012, PIB cresce 0,9% e totaliza R\$ 4,403 trilhões. Disponível < <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2329> > Consulta em janeiro de 2013.

ITAMARATY. Ministério das Relações Exteriores. *BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul*. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>. Consulta em janeiro de 2013.

LENCIONI, S. “Reestruturação urbano-industrial no estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada.” In: *Espaço e debates*. São Paulo: Neru, ano XIV, n. 38, p. 54-61, 1994.

LIPIETZ, A. e LEBORGNE, D. “O pós-fordismo e seu espaço.” In: *Espaço e debates*. São Paulo: Neru, n. 25, ano VIII, p. 12-29, 1988.

KEYNES, John Maynard. *General Theory of Employment, Interest and Money*, The. London: Macmillan Press; New York: St. Martin’s Press, 1936.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. volume III, 5ª edição. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

MONTEIRO, Simone R. da R. P. *Neodesenvolvimentismo no contexto brasileiro e as novas configurações da proteção social: uma análise da política de assistência social*. Niterói: UFF. (Mimeo), 2013.

NEGRI, B. e PACHECO, C. A. “Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: a nova dinâmica espacial da indústria paulista”. In: *Espaço e debates*. São Paulo: Neru, ano XIV, n. 38, p. 62-82, 1994.

O’DONNELL, G. *Modernización y autoritarismo*. Buenos Aires: Paidós, 1972.

OLIVEIRA, F. *El neotrasto brasileño: los procesos de modernización conservadora, de Getúlio Vargas a Lula*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno & CLACSO, 2009.

PINTAUDI, S. M. e FRÚGOLI Jr, H. (orgs.). *Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: ed. UNESP, 1992.

RIBEIRO, A. C. T. “Relações sociedade-Estado: elementos do paradigma administrativo.” In: *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, ano XII, n. 2, p. 107-125, ago-dez. 1998.

_____. *Urbanidade e vida metropolitana*. Rio de Janeiro: JOBTRAN, 1996.

_____. “Reforma urbana nos limites da modernização.” In: *Espaço e Debates*, São Paulo: Neru n. 37, p. 101-105, 1994.

_____. “Território da sociedade: por uma cartografia da ação.” In: SILVA, Cátia. A. da (org.). *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*, Rio de Janeiro: Lamparina, p. 19-51, 2011.

_____. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

_____ & SILVA, C. A. da. “Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo.” In: RIBEIRO, Ana C. et al. (orgs.). *El rostro urbano de América Latina*. Buenos Aires, CLACSO, 2004.

RODRIGUES, D. A. “Cenários de desenvolvimento regional.” In: *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro: BNDES, n. 7, junho de 1997.

SANTOS, Mílton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. “A grande crise já se instalou.” In: MINEIRO, A. dos Santos; ELIAS, I. A. e BENJAMIN, C. (orgs.). *Visões da crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 141-160, 1998.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

_____ e SILVEIRA, M. L. S. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHUMPETER, Joseph. A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVA, C. A. da. *Novas relações entre espaço, técnica e cultura: filmes em videocassete e vida urbana* (Tese de mestrado). Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 1994.

_____. *Qualificação profissional na construção do Brasil urbano moderno: secularização e sociedade, modernização e espaço*. Rio de Janeiro. PPGG/UFRJ (Tese de doutorado em ciências: geografia humana). 345 p., 2002.

_____. “Economia política do território: desafios para pensar a metrópole.” In: SILVA, Cátia. A. da (org). *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*, Rio de Janeiro: Lamparina, p. 19-51, 2011.

STORPER, M. “A industrialização e a questão regional no Terceiro Mundo.” In: VALLADARES, L. e PRETECEILLE, E. (orgs). *Reestruturação urbana; tendências e desafios*. Rio de Janeiro: Nobel/IUPERJ, p. 120-147, 1990.

VELLOSO, J. P. dos R. (org). “A crise brasileira e a modernização da sociedade.” In: *Anais do Fórum Nacional Ideias para a Modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1990a.

_____. (org). “Dívida externa e desenvolvimento.” In: *Anais do Fórum Nacional Ideias para a Modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1990b.

_____. (org). “O Brasil e a nova economia mundial.” In: *Anais do Fórum Nacional Ideias para a Modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1990c.

_____. (org). “Crise do Estado e retomada do desenvolvimento.” In: *Anais do Fórum Nacional Ideias para a Modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1990d.

_____. (org). “Brasil: agenda para sair da crise, inflação e déficit público.” In: *Anais do Fórum Nacional Ideias para a Modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1990e.

GEOGRAFIA: SOBRE SUA UNIDADE E FRAGMENTAÇÃO

GEOGRAPHY: ABOUT YOUR UNITY AND FRAGMENTATION

GEOGRAFÍA: ACERCA DE SU UNIDAD Y FRAGMENTACIÓN

RODRIGO DUTRA-GOMES¹

ANTÔNIO CARLOS VITTE²

Resumo: Neste artigo, pretende-se discorrer sobre aspectos da situação da unidade e da fragmentação da geografia como disciplina acadêmica. Objetiva-se oferecer um olhar inicial e genérico para potencializar as discussões em âmbito nacional sobre o estado da fragmentação e a necessidade de diálogos intra e interdisciplinares. A leitura será realizada com referência aos dualismos de destaque na modernidade.

Palavras-chaves: geografia, unidade e fragmentação disciplinar, dualismos, intra e interdisciplinar.

Abstract: This article aims to discuss aspects of the situation of unity and fragmentation of geography as an academic discipline. It is intended to provide a generic context to encourage discussion on national level about the need for intra and interdisciplinary dialogue. The reading will be based on dualisms emphasized on modernity.

Key-works: Geography, disciplinary unity and fragmentation, dualisms, intra and interdisciplinary.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir los aspectos de la situación de la unidad y la fragmentación de la geografía como una disciplina académica. Su objetivo es proporcionar un contexto genérico de fomentar el debate a nivel nacional acerca de la necesidad de un diálogo intra e interdisciplinar. La lectura se basará en los dualismos enfatizó en la modernidad.

Palabras Clave: geografía, unidad y la fragmentación disciplinar, dualismos, intra e interdisciplinar

.....
1 Doutor em geografia pelo IG/UNICAMP. E-mail: rdutragomes@gmail.com

2 Prof. Dr. Departamento de Geografia do IG/UNICAMP. E-mail: vitte@uol.com

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a unidade e a fragmentação da geografia, embora não seja perene, persiste pela história desta disciplina. A atualidade da discussão se vincula ao problema da necessidade de diálogos inter e intradisciplinares, entre outros. Este problema não é específico desta disciplina. Com o fim dos monismos declarado pelos contextos cultural e filosófico da chamada pós-modernidade e, na ciência, pelo contexto da complexidade, o diálogo entre os diversos conhecimentos – métodos, abordagens, teorias, epistemologias, mitologias, artes, ciências etc. – tornou-se um dos principais desafios e perspectivas para o conhecimento, no século XXI.

Neste panorama, como destacou Thrift (2002, p. 295), para a geografia, a problemática intelectual e institucional do diálogo intradisciplinar e interdisciplinar é um dos problemas mais importantes a serem enfrentados pelo futuro da disciplina; isto tendo em vista a urgência de problemas como a definitiva problemática da sustentabilidade ambiental da sociedade, reconhecidamente um problema cultural, social, econômico, habitacional etc. Tal diálogo entre os conhecimentos se tornou, como também defendeu Richards (2004, p. 436), uma questão ética, pois exige, mais do que nunca, a potencialidade sintética da geografia na articulação das humanidades e científicas. E, nesta direção, diversos trabalhos já estão exaltando e buscando esclarecimentos e brechas para a realização de tais comunicações (Rhoads & Thorn, 1994, p. 90-101; Bauer, 1999, p. 677-679; Massey, 1999, p. 261-279, 2001, p. 257-261; Rhoads, 1999, p. 760-771; Lane, 2001, p. 243-256; Raper & Livingston, 2001, p. 237-242; Powell, 2002, p. 261-272; Demeritt & Dyer, 2002, p. 229-241). Contudo, para que haja diálogos, é necessária a caracterização da situação de unidade e fragmentação da geografia, como reconhecimento do que precisa ser posto em comunicação.

Em âmbito internacional tal conscientização de diálogos decorreu justamente de discussões ocorridas em forma de publicação de artigos, nas últimas décadas, em diversos periódicos, sobre a natureza e a situação da fragmentação da disciplina. Pretende-se, então, a partir de uma leitura internalista do campo, oferecer, em contato com essas discussões internacionais e autores conhecidos, um olhar inicial e genérico da natureza e do estado da unidade e fragmentação da geografia, isto para ajudar a potencializar as discussões sobre o assunto em âmbito nacional e a necessidade de diálogos intra e interdisciplinares, tarefa já inicialmente realizada, por exemplo, por Suertegaray (2006, p. 29-38) e Santos (2006, 14 p.), ambos dando destaque à questão ambiental. A leitura desta ques-

tão será realizada com referência aos dualismos e epistemologias de destaque na modernidade, que, no caso das perspectivas que se desenham para o dualismo, pretende-se ultrapassar, e, no caso das epistemologias, colocar em diálogo. Este artigo está dividido em duas partes: a primeira realiza uma breve leitura sobre as características de unidade da disciplina, e a segunda sobre as características de sua fragmentação.

SOBRE SUA UNIDADE

Participando como uma legítima representante de disciplina científica ocidental moderna, e em comunhão com suas principais características, a geografia apresenta-se *unida* por um veio comum e *fragmentada* em seus diversos ramos, muitas vezes, de forma literalmente incomunicante entre si. A disciplina científica começou a ser revestida a partir da Renascença e se desenvolveu pelas heranças teóricas e experimentais constituídas e firmadas como paradigmas (Kuhn, 1978) ou programas de pesquisa (Lakatos; Feyerabend; Lakatos & Musgrave, 1979, 343 p.), sofrendo inserções, modificações, abandonos etc., ao longo dos anos.

Ela pertence, então, ao mesmo movimento de construção da ciência e da sociedade ocidental capitalista moderna, projeto de conhecimento que trazia implícito a “dominação” da natureza e o ordenamento espacial, e que caracterizou a ciência-filosofia como um corpo unido e distinto de conhecimento da natureza. Neste projeto, alguns raciocínios, paradigmas, teorias e procedimentos apareceram como guias de conduta reflexiva e experimental a serem seguidos, entre eles, um dos mais influentes e comumente citados: o paradigma da *separabilidade* (Morin & Le Moigne, 2000), com a separação (fragmentação) do problema (a Natureza) em partes, proposto por René Descartes. Sobre este procedimento, a ciência fragmentou o real-natureza em partes, representada nos diversos campos de conhecimento, nos quais a geografia é a perspectiva espacial do constructo da relação Homem (Ser Humano) e Natureza, na superfície da Terra – e que, por sua vez, também se fragmentou internamente para abarcar a complexidade e multifaces do fenômeno geográfico estudado.

Em relação à unidade da geografia, acompanha-se a opinião daqueles que a consideram como óbvia (Douglas, 1986, p. 459; Graham, 1986, p. 466). Assim, a geografia detém seu lugar natural entre as outras ciências institucionalizadas, tendo por definição, portanto, um corpo organizado, coerente e unificado que representa um segmento do conhecimento científico moderno.

A formalização intelectual e institucional da disciplina acompanhou a constituição e organização do projeto científico moderno que foi sistematizado e implantado ao longo dos séculos XVIII e XIX. Desde a delimitação e definição formal de Varenius, no contexto renascentista do século XVII, somaram-se contribuições como, por exemplo, a sua concepção como ciência corológica (por Kant, no século XVIII), a sua organização intelectual (por Humboldt e Ritter) e sua institucionalização acadêmica (com os alemães e franceses no século XIX), com destaque ainda para as fundações das sociedades geográficas no contexto decimonônico, que garantiram a peculiaridade e a singularidade de um saber geográfico no conhecimento ocidental moderno. A distinção de sua “parcela” de investigação do mundo em meio aos outros campos foi, assim, decorrente tanto da consolidação conceitual e metodológica, quanto de aspectos políticos e institucionais que fortaleceram o saber geográfico. Esta unidade foi proclamada de diferentes formas, nos diferentes tempos, tanto nas discussões referentes à relação homem-ambiente, síntese regional e teoria espacial geral, quanto na sua formação como conhecimento profissional reconhecido (Taylor, 1986, p. 447).

Como conhecimento geral, o termo geografia pode ser visto detendo dois sentidos básicos. O primeiro, em seu sentido *vernacular*, referente ao assunto – ou “região” do conhecimento – que a disciplina abarca no âmbito do conhecimento humano em geral. Neste sentido, a geografia é um conhecimento que sempre esteve presente em toda a história humana e dos outros animais, preocupado com as questões espaciais na interação com o ambiente: localização de recursos, demarcação de territórios, conhecimento de diferentes localidades e regiões, migrações etc. O segundo sentido seria o *acadêmico*, que a localiza dentro das disciplinas institucionalmente firmadas. A geografia acadêmica foi consolidada formalmente na segunda metade do século XIX, e se estabeleceu como o campo de investigação científica que se refere à manifestação espacial da relação entre a humanidade e o ambiente. Sua consolidação acadêmica foi acompanhada de questões políticas e de representatividade, presentes de forma intrínseca à sua formação em relação aos outros campos, que também buscavam firmar sua legitimidade como ramos da ciência (Johnston, 1986a, p. 449-450).

A institucionalização das sociedades geográficas, nos diversos países, desempenhou um papel decisivo como importante instrumento político. O reconhecimento destas sociedades, a partir da primeira metade do século XIX, decorreu de uma maior aceitação de seus rebentos acadêmicos e profissionais, nas universidades e no mercado de trabalho. Sob tais estruturas institucionais, a geografia garantiu a demanda para seus estudos nos ensinamentos básicos, como disciplina fundamental para o conhecimento geral do mundo, e no campo

profissional, com requisitada atuação para pesquisas de planejamento de uso e controle de áreas (Taylor, 1986, p. 448). No âmbito universitário, a unidade ficou garantida pela identidade departamental em meio aos outros conhecimentos que asseguraram uma seguridade acadêmica da disciplina. Assim, despida das discussões entre os geógrafos sobre a natureza da disciplina, suas desagregações, fragmentações e especializações, a sua unidade ficou estabelecida pela identidade do departamento acadêmico, que uniu as temáticas para o desenvolvimento de um currículo em comum (Graham, 1986, p. 464).

A necessidade de lidar com fenômenos naturais, humanos e suas interações, visando ainda a fornecer a “síntese geográfica”, acabou fazendo esta disciplina se apegar a teorias que traziam a tentativa de unidade intelectual, e que permitiam tratar e articular as dicotomias, ambiguidades e multidomínios que lhe atravessavam. Neste sentido, em níveis teóricos menos fundamentais, o positivismo e o determinismo de Ratzel, a síntese regional (com o método corológico Vidal-Hettner-Hartshorne), o materialismo histórico de Marx e as análises sistêmicas de Von Bertalanffy são representantes destas teorias que buscaram oferecer uma unidade teórica à geografia científica. De forma diversa ao dito por Kuhn (1978, 257 p.), como lembrou Johnston (1979), esses diferentes paradigmas utilizados pela geografia não foram vividos em termos de “vencedores” e “vencidos”, com supremacias e repelências absolutas, mas conviveram juntos, embora sob diferentes hegemonias, pelas diversas escolas nacionais e regionais, contudo, nunca deixando de pertencer a um único e mesmo corpo intelectual organizado.

Este convívio pode ser visto como suportado por consensos ou tradições (paradigmas? programas de pesquisa?) de níveis mais fundamentais em que estão os primordiais direcionamentos em torno do conhecer geográfico. Entendidas sob este ponto de vista, como sugeriu Pattison (1977, p. 102-109), a geografia pode ser vista girando, ao longo da história, em torno de um pequeno número de tradições que dão consistência à sua unidade essencial. Operam assim, como elementos de união nas mentes dos membros da profissão, independentemente da definição do objeto, epistemologia e métodos utilizados internamente. Essas tradições, de acordo com Goodchild & Janelle (1988, p. 5), referem-se à: (1) tradição *espacial*, que, desde a Antiguidade, sempre ligou este conhecimento à perspectiva de estudo do espaço, com atos ligados à distância, forma, direção e posição, cujo principal instrumento representativo é o mapa; (2) tradição de *estudo de área*, apresentada desde as descrições dos chineses e de Estrabão sobre a natureza dos lugares, seu caráter, diferenciações e conexões com outros lugares. Nesta tradição, a história está conectada à evolução espacial da área, com ambos os conteúdos sendo idiográficos (ligados à singularidade

de geográfico-histórica dos fenômenos); (3) tradição *homem-terra*, que, em vista de ser um aspecto essencial de construção do seu objeto de estudo, pode ser considerada uma das tradições mais evidentes para qualquer um que examine a produção geográfica. Mesmo que esta tradição tenha vivido, em muito, ligada às discussões da relação pessoa-ambiente em termos ambientalistas-darwinistas, possibilistas-historicistas, deterministas-analíticos, dialéticos-marxistas etc. Muitas vezes, excedendo nas unilateralidades e na contraposição umas às outras, esta tradição inscreveu-se de forma implícita em todas as considerações acerca de um conhecimento geográfico; e finalmente (4) tradição da *ciência da terra*. Se a tradição espacial abstrai certos aspectos da realidade, a tradição das áreas distingue um ponto de vista e a tradição homem-terra frisa relações, a tradição da ciência da terra identifica a geografia como tratando de objetos concretos. Esta tradição é muito ligada à temática da geografia física, acabando por dificultar a inserção dos estudos sociais e os fenômenos da noosfera (esfera das ideias) na geografia, o que foi mais amplamente realizado pelos marxistas e humanistas, a partir do final da década de 1960 a 1980, em decorrência da revolução teórica da década de 1950. Contudo, a tradição da ciência da terra ainda permanece detendo um sentido mais fundamental, considerado como um dos mais significativos da herança geográfica: o da Terra como uma unidade e habitat comum do homem.

Na geografia em geral, essas quatro tradições são perseguidas simultaneamente, de forma que, tomadas por variadas combinações, abarcam suas convencionais divisões internas, com as três primeiras aplicadas às sociedades humanas e a quarta mais ligada à geografia física, mas sob a restrição das duas primeiras.

SOBRE SUA FRAGMENTAÇÃO

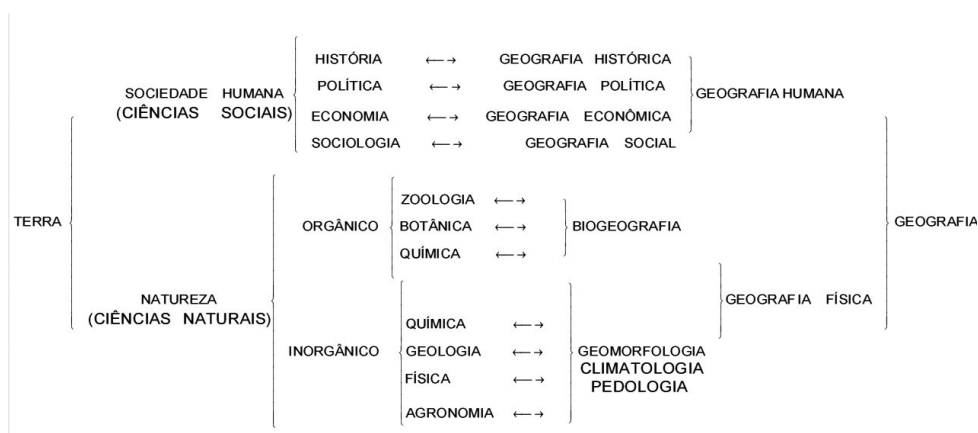
Legítima representante do projeto moderno, e de forma contraditória, a unidade da ciência geográfica sempre carregou, de forma inerente, as crescentes fragmentações e especializações dos campos do conhecimento científico, intensificadas no século XIX e aceleradas no século XX. A especialização e o grande êxito das ciências sistemáticas, juntamente com a dificuldade de se catalisar tamanho número de considerações teóricas e metodológicas do mundo, provocaram certa inquietude na geografia, com a possível desvalorização de sua generalidade e função sintética para a sociedade. Tais perturbações ultrapassaram as questões epistemológicas, atingindo, por exemplo, aquelas referentes à autenticidade de

sua atuação como campo profissional. Se a “separação da realidade em partes” (Descartes) é um dos aspectos do método da ciência, sua corroboração se deu em meio às legitimações institucionais e acadêmicas que operavam sob a firmamento de tais princípios. Assim, além das questões epistemológicas, os geógrafos, ao longo do século XX, ainda tiveram que manter bem definidas questões sobre a legitimidade e a representatividade institucional e profissional no tratamento de aspectos como a legitimação e pertinência da profissão, a abertura de concursos e a destinação de recursos financeiros, entre outras.

A dificuldade da situação de unificação da geografia dentro do marco conceitual no qual está localizada é bem nítida, quando se consideram as duas grandes áreas do conhecimento ocidental: natureza e a sociedade humana (Figura 1). A especialização disciplinar e subdisciplinar de campos como a economia, a política, a sociologia, a agronomia e a arquitetura, por exemplo, trouxe aprofundamentos de análises teóricas e prático-funcionais de forma a fazer estes campos ganharem poder de tratar de aspectos da realidade e desempenhar papéis que antes estavam sob jurisdição do geógrafo. Os geógrafos, por sua vez, ao se especializarem, também começaram a enfrentar o risco de descaracterização do seu próprio campo disciplinar. A utilização de teorias e procedimentos de outras disciplinas à investigação geográfica acabou, em muitos casos, gerando direcionamentos argumentativos muito mais ligados ao objeto e fenômenos abarcados pela disciplina auxiliar do que ao próprio fenômeno geográfico.

Tomando a realidade como total, pode-se dizer que esta sobreposição disciplinar é uma questão vivida não só pela geografia, mas característica das ciências sistemáticas em geral. Entretanto, a sua situação não peculiar de tradição generalista e sintética trouxe aos geógrafos a necessidade de obterem formação e conhecimentos os mais amplos possíveis para evitar o risco de se postarem de forma inadequada frente às tênues fronteiras limítrofes entre os campos disciplinares. Não se pretende aqui se aventurar nas pertinências sociológicas da ciência geográfica, mas apenas reconhecer que a questão de sua união e fragmentação não é somente uma questão de dualidade, mas que ela também está revertida e referenciada, de forma mais ampla, em questões psicológicas, existenciais, místicas, políticas e econômicas. Temos como exemplo o conhecido sentimento do homem ocidental moderno de não-pertencimento, de externalização em relação à natureza, com o “espírito” como externo ao corpo, com a razão ordenando o mundo externo, com o sujeito sendo externo ao objeto, ligado a um Deus que o torna “dono” e não “filho” da natureza, e que subjaz toda a reflexão de conhecimento, sociedade e humanidade modernos – aspectos também notados em Suertegaray (2006, p. 26-38).

Figura 1 – Duas grandes áreas e os reflexos na especialização da geografia. Modificado de Kirk (1977, p. 309).



Mesmo envolvendo questões externas à epistemologia, o dualismo primordial da ciência moderna (sujeito/objeto – homem/natureza) ainda fica bem refletido na geografia como as ciências do objeto-natureza (geografia física) e as do sujeito-sociedades humanas (geografia humana). Em relação a esta questão, é pertinente lembrar e retomar os argumentos de Hartshorne (1978, p. 70), para quem, em relação às características do objeto de estudo da geografia, a perspectiva espacial da relação homem-meio declara o fato de não haver qualquer antinomia que justifique um conhecimento dos aspectos humanos em oposição aos aspectos físicos naturais, ou vice-versa. Na perspectiva espacial da superfície da Terra, tudo o que se observa num golpe de vista, na paisagem, resulta da interação de muitos elementos que incluem, em graus variáveis, tanto fatores humanos quanto físico-naturais.

Ligada às diversas modalidades de relações que existem entre os muitos fatores ambientais e humanos, que, em seu conjunto, constituem a realidade existente em qualquer área, a distinção entre dois grupos particulares de fatos (humanos e naturais) acaba sendo uma abstração intelectual que pode empobrecer a unidade e o progresso da geografia. Assim, mesmo que a especialização e a fragmentação do saber científico reflitam na geografia sua principal dualidade (homem / natureza), considerar uma geografia humana como separada da geografia física constitui um equívoco primordial. Sendo o homem um animal terrestre, conforme lembrou Hartshorne (1979), não existe espacialmente qualquer fenômeno humano que não esteja vinculado, em maior ou menor grau, aos fenômenos naturais. E, de maneira inversa, investigar a operação das leis dos elementos da natureza em exclusão à influência da sociedade humana em

suas diversas pertinências ao ambiente torna-se também uma descaracterização da unidade real de todos os elementos terrestres em interação (Hartshorne, 1979, p. 70-79).

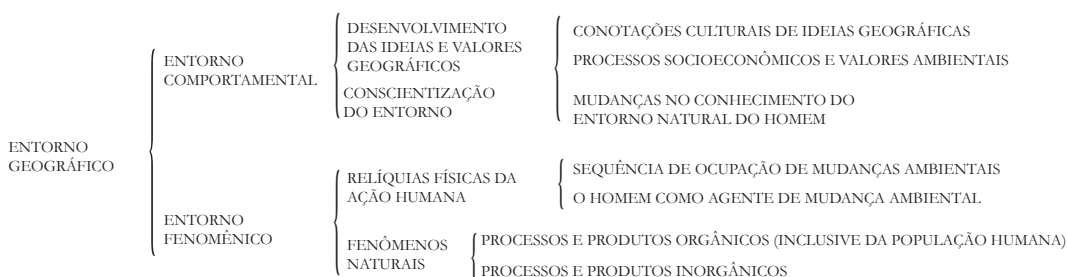
A separação entre o homem e a natureza sempre foi estranha à geografia. Pelos estudos de Hartshorne (1979, p. 65), discorre-se que esta separação penetrou na geografia em consequência da posição religiosa e teleológica de Ritter e seus discípulos, e que tomou, depois, importância capital, nos períodos posteriores. Como é característica do projeto científico moderno, a conduta da geografia também decorreu da desconsideração da especificidade existencial humana nos procedimentos metodológicos, estando, no início, vinculada à “descrição” das línguas e costumes das áreas, numa recorrência à história. Pela classificação kantiana, o espaço e a geografia eram uma propriedade vinculada aos objetos-Natureza externos, enquanto o Tempo e a História vinculavam-se à percepção interna do sujeito-Humano. Com isso, pela via histórico-descritiva, a atividade do sujeito-homem adentrou a geografia com Ritter, reconhecendo a sua mesma idiografia histórica de percepção do sujeito nas expressões particulares das áreas, nas regiões. Com isso, apesar de se discernirem o histórico-sujeito e o geográfico-objeto, para o estudo geográfico, estes dois domínios deveriam sempre ficar inseparáveis para a descrição das áreas, com a superfície da Terra afetando os habitantes e os habitantes afetando a superfície da Terra (Thatam, 1960, p. 44-47; Holt-Jensen, 1981, p. 18).

Esta atitude foi acompanhada da crença de que o homem, como parte da natureza total, também poderia ser descrito, em todas as suas manifestações, nos termos das ciências físicas naturais, ou seja, com seus comportamentos regidos por regras e leis gerais descobertas a partir do método analítico. Esta crença foi sendo desmistificada pelos próprios progressos das ciências humanas. Dilthey, na metade final do século XIX, foi um dos precursores da crítica aos reducionismos, porém, estas críticas e a busca por alternativas somente se tornaram mais destacadas depois da década de 1960, quando as ciências humanas procuraram por outras fontes epistemológicas para embasar uma descrição mais flexível e adequada da manifestação humana. A hermenêutica e a fenomenologia inseriram-se, neste contexto, como uma das alternativas epistemológicas para o estudo dos fenômenos humanos, assim como a dialética e o marxismo. Vividas na geografia depois da revolução teórica das décadas de 1950-60, estas perspectivas vieram em resposta ao reconhecimento das singularidades e não redutibilidades das noções de *ser* e *existência* à causalidade linear e ao método científico, considerando-as como pertinentes aos entendimentos dos processos humanos.

Neste sentido, participando da hegemonia materialista e naturalista do positivismo e neopositivismo, deu-se, até a década de 1960, uma maior ênfase aos aspectos e princípios dos conhecimentos causais-funcionais. Poder-se-ia conceber que o humano, não se adequando a tal perspectiva, começou a ser tratado e realçado em oposição ao ambiente-natureza, de maneira que, na geografia, o homem e seu entorno passariam a ser vistos como coisas separadas, dando isto margem a interpretações dicotômicas que se estabeleceriam com a oposição homem e natureza – ou geografia humana e física. Contudo, como visto, não foi necessariamente este o caso. Na ciência, em geral, e na geografia, o homem nunca foi considerado como separado da natureza, ou o seu oposto, mas foi, sim, submetido aos paradigmas *reducionista* e de *exclusão* da noção de *ser* e *existência*, que reduziram as suas manifestações singulares ao entendimento analítico do método científico, apoiado, por exemplo, na causalidade linear, lógica e matemática.

A divisão que se estabeleceu no trabalho geográfico – e no científico em geral – foi, neste panorama, mais bem expressa na dualidade entre um “entorno fenomenológico do objeto”, que abarcava as questões materiais da realidade, incluindo as obras do homem, e o “entorno comportamental” do sujeito, que se referia à sua conduta sociocultural, com sua “existência” sendo tomada como exigindo procedimentos alternativos mais interpretativos para uma mais eficiente investigação do fenômeno (Kirk, 1977, p. 317) (Figura 2). Essa dualidade também se apresentava na biologia, nas descrições dos seres vivos em geral (Mayr, 2008), em que as regras e leis do domínio fisiológico (objeto: funcional biofísico-químico) encontravam dificuldades para a descrição e o entendimento dos domínios comportamentais (sujeito: histórico da percepção-conduta do animal), que requeriam procedimentos mais compreensivos e interpretativos.

Figura 2 – Dicotomia entre o entorno fenomênico material e o entorno comportamental. Retirado de Kirk (1977, p. 316).



Por outro lado, o processo de especialização e fragmentação também tem sido caracterizado positivamente, e pode também ser tratado como algo inevitável e necessário ao progresso da geografia (Worsley, 1979 *apud* Goudie, 1986, p. 456). Vinculada ao projeto científico moderno, cuja especialização é uma de suas características básicas, a especialização, na geografia, também foi interpretada como um progresso para a disciplina. Esta divisão de tarefas também tem sido vista como promotora de um definitivo crescimento para a disciplina pelo aumento da diversificação do campo e complexificação dos entendimentos de seu objeto. Assim, seria somente por meio da especialização que a geografia, como ciência moderna, elaboradora de teorias e modelos, poderia refinar os conhecimentos e a investigação dos multidomínios e dimensões que compõem os processos de seu objeto total. A relação unidade/especialidade constitui, portanto, uma associação que também pode ser vista como necessária para o aprofundamento do conhecimento do fenômeno geográfico e o progresso da disciplina (Goodchild & Janelle, 1988, p. 3; Johnston, 1998, p. 142).

A geografia, como todas as outras disciplinas acadêmicas, é, assim, fragmentada num amplo número de comunidades de especialistas, dentro das quais as pesquisas são elaboradas e estruturadas. Mesmo sendo considerada como necessária ao progresso desta disciplina, tal situação, frente às suas tradições (como a da relação homem/natureza), torna sua desunião interna um grande empecilho para a elaboração de um conhecimento sintético que ultrapasse as inerentes unilateralidades e reducionismos das especialidades. Com isso, mesmo que refinem em profundidade e especifiquem o conhecimento do fenômeno geográfico, a fragmentação e a clivagem da relação homem e natureza tornam a sua integração muito contraditória em relação ao que se propõe. Frente aos desafios da sociedade humana, isto gerou, no final do século XX e, agora, no início do século XXI, debates sobre a problemática da fragmentação, integração, união e exaltação da necessidade de diálogos intradisciplinares na geografia, em autores como: Morrill (1983, p. 1-9), Johnston (1983, p. 127-146; 1986, p. 449-453; 1998, p. 139-147), Taylor (1986, p. 443-448), Goudie (1986, p. 454-458), Douglas (1986, p. 459-463), Graham (1986, p. 464-467), Goodchild & Janelle (1988, p. 1-28; 1988b, p. 547-549), Gatrell (1988, p. 538-539), Marcus (1988, p. 540-542), Bird (1989, p. 210), Bailey et. al (1999, p. 169-183), Bauer (1999, p. 677-679), Massey (1999, p. 261-276; 2001, p. 257-261), Gober (2000, p. 1-11), Lane (2001, p. 243-256), Demeritt & Dyer (2002, p. 229-241), Powell (2002, p. 261-272), Norton (2003, p. 418-426), Harrison et. al (2004, p. 435-442), Bracken & Oughton (2006, p. 371-382), Santos (2006, 14 p.), Surtegaray (2006, p. 26-36). Estes autores destacam que a inércia que se estabeleceu com

a especialização e o isolamento intelectual de seus profissionais acabou enfraquecendo a potencialidade integrativa e sintética da geografia, uma das características que sempre constituiu uma das principais potências e contribuições da disciplina para o conhecimento moderno. Suas discussões buscam, ao mesmo tempo, caracterizar a natureza da fragmentação e valorizar a necessidade e a importância das práticas intradisciplinares.

De acordo com Johnston (1998, p. 141-142), o estudo da geografia tem sido correntemente fragmentado de quatro principais formas: a diferenciação substantiva, a diferenciação epistemológica, a diferenciação na racionalidade e a diferenciação entre as comunidades. Assim, (1) a *diferenciação substantiva* envolve as divisões subdisciplinares, cada qual se identificando por um assunto tratado. A primordial divisão, amplamente reconhecida, é a repartição entre o humano/físico-natural, ou, acompanhando Kirk (1977, p. 317), o comportamental/fenômeno, isto em se tratando de duas comunidades temáticas cindidas, cada uma detendo uma coerência interna e tendo pequeno contato substancial com a outra. Destaca-se que a terceira maior comunidade, a da geografia ambiental, é uma das que raramente tentam combinar a atividade intelectual das duas, embora, muitas vezes, de forma dificultosa e superficial. Suertegaray (2006) já destacou a potencialidade desta temática para o diálogo interno na disciplina, referenciado no conceito de sítio urbano.

A partir desta separação inicial, existem as subdivisões dentro da geografia física (geomorfologia, pedologia, biogeografia etc.) e humana (social, política, econômica etc.), e algumas contextuais e composicionais (como geografia urbana, agrária, regional). Estas distinções se especificam ainda em tópicos para as investigações das áreas (estrutura urbana, economia socioespacial, morfologia do solo, biogeografia aquática, entre outras).

Segue-se (2) a *diferenciação epistemológica*, sobre as divisões de acordo com as diferentes crenças na natureza do conhecimento, referente a “o que” pode ser conhecido e “como”. Buttimer (1993) *apud* Johnston (1998, p.142) identificou quatro metáforas envolvendo as visões de mundo: como um mosaico de formas; como um sistema mecânico; como um “todo” orgânico; e como uma arena de eventos. As duas primeiras estão associadas aos modos das ciências naturais e ciências sociais, com as duas últimas associadas às visões mais interpretativas de mundo. Contudo, para as diferenciações epistemológicas, a simples divisão entre humano e físico não se torna o foco primordial, visto que, de um lado, na análise espacial da geografia humana, por exemplo, também se aplica a racionalidade científica para o entendimento dos processos humanos, e, de outro, a dialética também é utilizada como abordagem epistemológica na geografia física.

Neste sentido, para os objetivos aqui pretendidos, optou-se por destacar as três principais correntes epistemológicas atualmente refletidas e familiares na geografia, e que se encontram deveras incomunicáveis entre si: a herança *analítica*, o *crítico-dialético* e a *hermenêutica-fenomenológica* (Spósito, 2001, p. 51). A herança analítica é aquela própria, iniciada na Renascença, com pensadores como Descartes, com a elaboração do método científico moderno em estreito vínculo com a lógica e a matemática. A herança analítica é a principal estrutura na qual a ciência moderna pautou seu desenvolvimento, e esta herança sempre esteve muito vinculada ao conhecimento do espaço (Galileu, Descartes, Newton, Kant, Einstein). Por isso, em meio às proposições teleológicas românticas dos séculos XVIII e XIX, a corrente analítica, aplicada pelo método científico, constituiu a principal estrutura paradigmática pela qual a geografia buscou firmar-se como campo moderno de investigação científica, a exemplo das contribuições de Humboldt, Ritter, Ratzel, Peschel, Hartshorne, Schaefer, Faissol, Christofolletti, entre outros. Dessa forma, a geografia sempre se desenvolveu procurando estar em consonância aos desenvolvimentos teóricos e metodológicos da corrente analítica: positivismo, darwinismo, filosofia analítica, neopositivismo, modelos matemáticos, teoria dos sistemas etc.

O crítico-dialético constituiu, na geografia, uma renovada vivência da herança historicista e possibilista de Vidal, só que fortemente vestido pelo materialismo histórico-dialético, pelo engajamento político-social e pela captação dos processos socioeconômicos-políticos. A perspectiva histórica como vivência do sujeito foi reajustada à evolução das condições materiais de existência sob o movimento contraditório das relações sociais de produção capitalista. É a principal corrente epistemológica utilizada pela geografia crítico-radical (Unwin, 1992, p. 58; Spósito, 2004, p. 47). Muito influenciada pela teoria marxista, a investigação materialista da história, com o método dialético, ganhou força nas ciências humanas, depois da década de 1960, em resposta ao contexto sociopolítico mundial e à rígida racionalidade neopositivista. Veio realçar aspectos ligados às dinâmicas e contradições sociais, econômicas e políticas, que eram, inclusive, omitidos pela perspectiva analítica, vindo a apresentar-se, portanto, com um enfoque mais adequado e adaptado a estas questões socioeconômicas e políticas.

A hermenêutica apresentou-se como outra alternativa epistemológica utilizada pelas ciências humanas, no final da década de 1960, vindo também em resposta à rigidez e à limitação da corrente analítica para o entendimento dos fenômenos comportamentais tipicamente humanos (cultura, costumes, valores, crenças, condutas, linguagens etc.), todos vinculados à vivência do espaço. A

hermenêutica teve origem no esforço das interpretações científicas dos escritos antigos que expressavam as culturas e os mitos de sociedades antigas (como as escrituras sacras), que exigiam, de fato, muito mais procedimentos interpretativos e compreensivos do que matemático-estatísticos.

Diferentemente da separação do sujeito e do objeto que ocorre na pesquisa analítica, as informações a serem trabalhadas na hermenêutica são apreendidas por meio da experiência íntima de um sujeito cognoscitivo em correlação com a estrutura do objeto “capturado”, caracterizando-se, na contemporaneidade, por ser uma reflexão filosófica interpretativo-compreensiva sobre os símbolos e os mitos em geral (Spósito, 2004, p. 35). Na geografia, a hermenêutica foi muito utilizada pela corrente humanística em conexão com a abordagem fenomenológica de apreensão das “essências” (Husserl, Merleau-Ponty, Heidegger).

Sobre a distinção epistemológica entre as correntes analítica, dialética e hermenêutica, reexpressou-se, na geografia, no final do século XX, a principal dualidade vivida em dicotomia do conhecimento ocidental (sujeito/objeto, homem/natureza). Reexpressou-se em termos temáticos de *espaço* e *lugar*, com o primeiro mais ligado à corrente analítica pela análise explicativa “nomotética” espacial, e o lugar com a aplicação dos procedimentos dialéticos e hermenêuticos para o estudo dos processos “idiográficos” que requerem maior interpretação/compreensão dos diferentes indivíduos nas sociedades. Ou, ainda, podemos postar esta dualidade temática novamente, nos termos de Kirk (1977, p. 316), como entorno fenomênico do objeto (espaço-explicativo) e entorno comportamental do sujeito (lugar-interpretativo).

Na geografia, esta vivência dicotômica é bem clara, com os ramos da análise espacial reduzindo muitas das complexas manifestações humanas aos processos funcionais e causais, e o estudo interpretativo do lugar não conseguindo bem se conectar à funcionalidade do mundo material. Com ambas as visões pouco enxergando uma à outra, as dificuldades de captação dos fenômenos geográficos total tornaram-se óbvias. Tratando-se de um dos principais problemas do conhecimento ocidental em geral, as flexibilizações entre o explicativo e o compreensivo já estão sendo “sentidas” e exclamadas em sua pertinência em direção à consolidação das geografias híbridas (Kwan, 2004, p. 756-763). Contudo, a fragmentação entre espaço e lugar é uma condição basilar e atual do conhecimento ocidental e geográfico, por isso, mesmo com esforços significativos nesta direção, tais flexibilizações (com construções epistemológicas), que visam a instituir mais diálogo entre as dicotomias, ainda estão sendo vistas em perspectiva.

A (3) *diferenciação na racionalidade* envolve a divisão entre os geógrafos sobre a “razão de ser” da geografia. Esta diferenciação tem sido interpretada de

diferentes maneiras pelos autores, sendo as mais comuns aquelas expressas em termos de disciplina “teórica” e “prática”, e também de disciplina “pura” e “aplicada”. Distinções deste tipo, comuns nas ciências exatas (matemática, física, química, por exemplo), são consideradas muito tênues em disciplinas tradicionalmente empíricas como a geografia, pois teoria e prática acabam se mesclando de forma quase que indissociável pelo contato sujeito-objeto, nas aplicações pelas diversas correntes epistemológicas: analítica (teoria-hipótese/experiência), dialética (pesquisa-ação) e hermenêutica (fluidez sujeito-objeto e pesquisa participante). A razão de ser da disciplina também se distingue em termos de ciência “explanativa” e “interpretativa”, com a primeira mais ligada à “explicação” da conduta analítica e a segunda às perspectivas mais “compreensivas”, como a hermenêutica e a dialética, que, por sua vez, podem ainda se conectar às familiares distinções nomotética e idiográfica, e, novamente, às de espaço e lugar.

Finalmente, observa-se a fragmentação entre as (4) *diferentes comunidades*, variando pelas diversas escolas: das escolas nacionais (alemã, francesa, anglo-saxã) às instituições acadêmicas, como a de Berkeley, de Sauer e a de Chicago, com Hartshorne. A fundação das sociedades geográficas em geral e as especializadas, a partir do início do século XIX, desempenhou um papel definitivo no reconhecimento da geografia como campo disciplinar e profissional. Por esse caminho, a geografia, como uma disciplina universitária moderna, garantiu sua parcela na divisão profissional da sociedade, com o geógrafo tendo sua ocupação identificada e aceita. Contudo, estas sociedades também se constituíram e se tornaram até opostas umas em relação às outras, muitas vezes, detendo aspectos ideológicos e epistemológicos divergentes. Exemplos históricos destas divergências foram os da escola francesa (de Vidal) em oposição à alemã (de Ratzel) e o da corrente crítica-radical em oposição à corrente analítica.

Contudo, foi principalmente depois da revolução quantitativa e teórica das décadas de 1950-60 que o brotamento de comunidades se intensificou. Sendo a própria divisão do trabalho profissional, na sociedade, baseada na divisão dos conhecimentos em especializações, decorreu disto a constituição de comunidades geográficas especializadas nas subdisciplinas, sob a baliza das temáticas físicas e humanas (urbana, política, econômica, geomorfológica, biogeográfica etc.). Cada comunidade defendeu a sua especialização e suas epistemologias em relação às outras, organizando encontros e congressos particulares, que não atraíram somente profissionais geógrafos, mas muitos especialistas de outras áreas do conhecimento. Isto causou tanto um frutífero núcleo de debates e refinamento de perspectivas e subdisciplinas quanto a intensificação

da incomunicabilidade e do isolamento intelectual dos diferentes geógrafos profissionais especializados, cada vez mais distantes daquela síntese e generalidade de seu campo maior (Taylor, 1986, p. 447).

A fragmentação da geografia não se restringe, assim, aos termos temáticos de uma geografia física e outra humana, nomotética e idiográfica, mas, de maneira mais ampla, encontra-se enraizada numa generalizada compartimentação e isolamento do real pelo conhecimento ocidental, expressos nas diversas estruturas humanas criadas: a intelectual, a educacional, a estatal, a institucional, a financeira etc. Assim, novamente, destaca-se que, na geografia, a distinção em seções físicas e humanas pode até expressar o sentimento de não-pertencimento e de externalização do homem moderno em relação à natureza e servir como uma útil referência para maiores categorizações, mas não serve como caracterização plena, dos níveis e motivos envolvidos na fragmentação do conhecimento geral e da geografia. Com isso, então, fica claro que não se resolverá qualquer dicotomia somente pelas discussões epistemológicas e paradigmáticas, requerendo-se também grande esforço de adequações institucionais, de organização e de efetivação para incentivarem-se as pesquisas intra e interdisciplinares.

Os argumentos que têm sido articulados sobre essa fragmentação declaram que a geografia humana, nos últimos quarenta anos, no que se refere à análise dos padrões espaciais das atividades humanas, não tem tido a necessidade básica de contextualizar-se em referência aos aspectos naturais do ambiente. Com isso, em muitos estudos, o ambiente físico acaba desempenhando um papel negligente para o entendimento da natureza dos padrões da atividade humana e seu controle. Da mesma forma, os geógrafos físicos também começaram a estudar os fenômenos espaciais sem a referência das atividades humanas, somente pela explanação da dinâmica física dos elementos físico-naturais causais, sem qualquer menção às atividades e importância para os humanos. Outro aspecto que caracteriza tal desunião refere-se aos próprios embasamentos para as pesquisas, com os geógrafos físicos estando mais ligados às ciências físico-exatas e os humanos mais ligados às ciências sociais.

Desta dupla exclusão se expressa, inclusive, um dos aspectos básicos da crise ambiental e, logo, da condição existencial do *homo sapiens* – culturalmente humano e ocidentalmente moderno – na Terra: de um lado, os estudos humanos que não relevam a natureza física e, de outro, a descrição da natureza-física que não consegue reconhecer a condição e a complexidade humanas. Nesta perspectiva, os impactos humanos na Terra acabaram por oferecer aos geógrafos físicos maiores necessidades epistemológicas, ao tentarem procurar os conheci-

mentos humanos, do que aos geógrafos humanos em relação à importância do físico-ambiental para os entendimentos de muitos de seus processos. Com isso, muitos modelos foram criados, no âmbito da geografia física, no esforço de se incorporarem assuntos culturais e socioeconômicos. A abordagem sistêmica tem sido muito importante como instrumento teórico-metodológico para a inserção desta atividade, como, por exemplo, em Kolars & Nystuem (1975, 344 p.), Monteiro (1978, 43 p.; 2001, 127 p.), Oliver (1977, 315 p.), Penteado Orellana (1985, p. 125-148). Contudo, as dificuldades e ineficiências dos modelos ambientais em tratar dos fenômenos humanos são claras e declaradas (Smith, 1975, p. 502-504, p. 573; Clifford, 2008, p. 675-686).

Em estudos de geografia rural ou agrária, as conexões entre físico e humano ficam bem mais tênues, com os geógrafos humanos tendo que investigar e detalhar aspectos do ambiente biofísico, como, por exemplo, ao se analisar o comportamento do sistema agrícola da área. Em casos como este, os estudos envolvem aspectos do clima, da declividade do relevo, da porosidade, da densidade, da microbiologia do solo, além das misturas químicas e orgânicas de fertilizantes, bem como do jeito que as pessoas necessitam, entendem, vivem e utilizam as tecnologias de uso e aproveitamento do solo. Outras áreas de estudo da interface entre homem e ambiente que se observam na geografia são as advindas dos processos sociais associados às condições de riscos ambientais (*hazards*). Estas envolvem problemas relacionados aos planejamentos urbano e social, ao gerenciamento ambiental e de recursos, aos impactos humanos no ambiente e no retorno para si e às mudanças ecológicas no ambiente (por exemplo: desbarrancamento de encostas ocupadas, processos erosivos, desertificação, eutrofização etc.).

Os estudos na relação homem e ambiente são, muitas vezes, realizados sob o contexto da ecologia humana e agroecossistemas, que constituiu uma perspectiva explorada por muitos autores, após a revolução quantitativa e teórica. Ligado à perspectiva sistêmica, Haggett (1981) *apud* Douglas (1986, p. 459) caracterizou, sob o enfoque ecológico, a geografia em três partes: (1) a variação espacial dos fenômenos físicos e humanos da superfície da Terra, (2) a ênfase ecológica nas relações homem-meio e (3) a fusão entre as abordagens espaciais e ecológicas na análise espacial. Contudo, mesmo recorrendo às abordagens diversas, as tentativas dos geógrafos de mostrarem a relevância dos domínios físicos e as atividades humanas sob o mesmo enfoque analítico, ainda que no âmbito da ecologia humana, não tem demonstrado grande sucesso de aceitação, em vista da impaciência provocada pelo reducionismo característico, com severas críticas sobre a simplificação das complexidades humanas às leis da

casualidade física, principalmente depois da emergência das correntes radical e humanística (Goudie, 1986, p. 454; Douglas, 1986, p. 460).

O debate da integração entre o humano e o físico é também, muitas vezes, palco de confusões sobre o sentido que os autores dão à geografia nas discussões – se ela é “vernacular” ou “acadêmica” (Johnston, 1986a, p. 449). Em geral, os argumentos sobre a integração dos componentes geográficos humanos e físicos parecem empregar usualmente o sentido vernacular do termo, ou seja, a geografia como conhecimento de mundo humano e animal, e não como disciplina científica. Assim, um geógrafo físico integra a geografia humana no estudo dos processos da paisagem quando avalia o impacto da urbanização nos processos de escoamento e inundação (vernacular), embora não bem entendendo as causas e os processos de urbanização envolvidos (acadêmico). Da mesma forma, um geógrafo humano interessado nos estudos dos processos de distribuição da população (acadêmico) não estará muito interessado, embora não os negligencie, nos fatores e influências ambientais (vernacular). Nestes dois casos, se está referindo ao sentido vernacular da integração entre humano e físico. Por estes termos, o problema da integração humano-física desaparece, visto que nem os geógrafos humanos negam a necessidade e a importância da consideração do ambiente físico – é claro, somente se ele for relevante para o entendimento dos processos humanos –, nem, muito menos, os geógrafos físicos deixarão de aceitar as atividades humanas como as principais fontes de perturbações nos processos ambientais.

Essa fluidez, no âmbito vernacular, não se torna, entretanto, o argumento para a integração das duas atividades, em termos acadêmicos. Johnston (1986, p. 450; 1998) acreditava que as diferenças acadêmicas não eram passíveis de serem integradas, uma vez que possuíam diferentes epistemologias (analítica, hermenêutica, dialética etc.), de forma que se apresentavam como diferentes perspectivas e formas de se fazer ciência. Por comporem distintas visões de mundo, elas não poderiam ser simplesmente misturadas ou unidas, por constituírem diferentes perspectivas de inquérito (método), que concebiam de diferentes maneiras a realidade e o ato de conhecê-la. Assim, por exemplo, enquanto na ciência analítica tradicional o sujeito é externo ao objeto, privilegiando suas determinações e regularidades a partir de leis e regras gerais, na dialética, o sujeito se transforma e se torna objeto e vice-versa. Neste caso, a constituição da realidade e da busca pelas verdades se dá por um processo que envolve um confronto, por contradição, entre a tese e a antítese, que resulta numa síntese fruto da razão e mais próxima do real “verdadeiro”. Na hermenêutica-fenomenológica, por sua vez, a descrição parte do sujeito, mas o objeto (ou a realidade)

não é externo a ele, mas somente construído em sua relação. O conhecimento e a ideia da verdade estão vinculados à compreensão da significação estabelecida “entre” as estruturas do sujeito e do objeto. O conhecimento objetivo advém da interpretação do sujeito auto-objetivado (redução fenomenológica), que se reconhece como parte integrante da constituição da realidade estudada.

Dessa forma, mesmo que pertencentes a um mesmo movimento desde a Antiguidade, estas epistemologias foram sendo refletidas, principalmente depois do Iluminismo, como rebentos epistemológicos detentores de princípios ou paradigmas distintos dos do conhecimento analítico-mecanicista tradicional. Com isso, não apresentam similares “visões de mundo”, mas preceitos e significados próprios para o ato de conhecer, que, por sua vez, se revertem nos diferentes procedimentos e parâmetros adotados no inquérito. Não podem, assim, ser simplesmente conectadas de forma displicente, sem qualquer esclarecimento de seus princípios fundamentais, que, talvez, não possam mesmo ser fundidos. Contudo, positivamente, podemos também ver tais epistemologias como diferentes alternativas para um conhecimento rigoroso sobre o real, úteis para o tratamento das multifaces dos fenômenos reais do mundo, expressando, portanto, muito mais a riqueza do que a limitação do conhecimento humano. Assim, desde autores como Dilthey, o viés analítico poderia ser considerado o mais apropriado para o tratamento das dinâmicas causais do objeto, e os vieses interpretativos, no período atual, vistos mais pelos rebentos da dialética e da hermenêutica, seriam mais apropriados para os assuntos que envolvem o mundo pré-interpretativo, como os significados e as criações humanas. Esta parece ser uma das considerações que podem ser tiradas das críticas e reclamações advindas em oposição à extrema simplificação e redução da perspectiva analítica.

Johnston (1983, p. 127) concordou com a ideia de que existe grande mérito na simbiose entre humano e físico, no sentido vernacular do termo. Contudo, em relação ao sentido acadêmico, por possuírem diferentes perspectivas epistemológicas e visões de mundo, ele não acreditava que tal tipo de integração (ou simbiose) fosse possível, pelo menos não de uma forma tão evidente (Johnston, 1986, p. 450). Neste sentido, muitos autores argumentaram que as conexões desmedidas entre geografia humana e física poderiam acabar enfraquecendo a primeira pela sua maior necessidade de vínculos com as outras epistemologias e ciências sociais (economia, sociologia, política etc.). Contudo, acreditamos também que não se pode restringir a importância da união e integração dos conhecimentos somente em relação às vantagens das temáticas ou subdisciplinas, em esquecimento e redução às características essenciais do campo geográfico como um todo. Por isso, defende-se aqui a necessidade de diálogo entre as di-

versas formas de se conhecer a realidade, embora ainda haja todo um caminho de esclarecimentos e ajustes a se percorrer – problema do qual não se deve esquivar por sua dificuldade, mas se enfrentar devido à sua grande pertinência.

Não se trata aqui de ignorar as vantagens e os aspectos positivos da divisão temática entre uma geografia física, inserida nas ciências da terra, e uma geografia humana, nas ciências sociais, principalmente com respeito ao aprofundamento dos componentes da disciplina, aspecto notado por Goudie (1986, p. 456). Mas, sim, de perceber que, mesmo que a hegemonia da especialização, nos séculos XIX e XX, tenha dado significativos resultados, agora, no século XXI, muitos dos problemas urgentes e desafios traçados na geografia, na ciência e no mundo exigem uma atitude mais dialógica dos conhecimentos, com algumas das principais questões apresentando-se diretamente conectadas à relação homem-natureza (o crescimento global da população, o consumo, a degradação dos recursos, as mudanças climáticas globais), e suas inerentes conexões ligadas às questões ideológicas, culturais, sociais, econômicas, habitacionais etc.

Estas questões exigem, como nos lembrou Douglas (1986, p. 459), mais do que nunca, o poder de síntese da geografia e o diálogo entre os conhecimentos direcionados a esta síntese. Dessa forma, concebendo a geografia acadêmica como uma criação humana de inquérito da natureza, suas diversas abordagens e interpretações revelam que cada uma detém temas e métodos com coerência interna própria, e cada uma delas pode oferecer diferentes visões de um mesmo problema, ou oferecer entendimentos que possam se somar a outros, de forma a oferecer uma visão mais ampla e menos unilateral dos fenômenos geográficos. Contudo, a realização de tal diálogo para uma síntese mais plural – que seja feita não somente em equipes, mas também em nível individual (pesquisadores) – requer esclarecimentos em nível epistemológico para a sua realização, assim como a especialização os requereu. As influências e decorrências desta problemática parecem ultrapassar as questões teóricas, pois, como alertou Graham (1986, p. 466), a seguridade acadêmica departamental e as diversas sociedades geográficas disciplinares e subdisciplinares podem muito bem perder sua unidade, caso os conflitos ideológicos e epistemológicos internos não forem reconhecidos e resolvidos.

Assim, mesmo com a geografia apresentando uma histórica e contemporânea unidade vernacular e acadêmica, as fragmentações e os reducionismos excessivos podem criar problemas para os desenvolvimentos intelectuais, a continuidade e a vitalidade da disciplina, e, conseqüentemente, a sua capacidade de resolver os atuais problemas. De acordo com Taylor (1986, p. 448), o

interesse atual pela questão da unidade da geografia vem em resposta à conjuntura de dois processos: o primeiro, uma falha interna de coerência reducionista advinda do século XIX, e o segundo, a urgência de uma necessidade externa para a solidariedade entre os profissionais dos diversos campos, pela interdisciplinaridade, para os problemas atuais da sociedade. Por isso, mesmo que as especializações sejam consideradas como inevitáveis e inerentes ao método científico moderno – e, com isso, revelando o progresso da disciplina como campo científico –, elas têm que ser consideradas como “meios” de investigação, e não como “fins” em si mesmas.

Assim, se a primeira metade do século XX necessitou de considerações para a defesa da geografia na demarcação científica, depois da revolução teórica da década de 1950 e das rupturas epistemológicas de 1960-70, o movimento foi de adesão às diversas epistemologias. Com isso, os geógrafos acabaram se esquivando e minimizando as discussões sobre a unidade e a integração da disciplina, em favor da consolidação das novas perspectivas epistemológicas que se apresentavam (estruturalista, sistêmica, fenomenológica, marxista etc.). Com a retomada dos debates, nas últimas décadas, houve um maior reconhecimento das contradições internas que fragmentam a disciplina, com os autores associando suas discussões à necessidade e às potencialidades das comunicações intradisciplinares frente às limitações enfrentadas pelas subdisciplinas para a resolução dos problemas reais. Esta situação exige, em perspectiva, um maior esforço dos geógrafos na busca de embasamentos para a fundamentação das comunicações entre as perspectivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para remediar a problemática da incomunicabilidade entre as formas de conhecimento (epistemologias, teorias, abordagens, modelos, técnicas) aplicadas na geografia, é necessário explorar os motivos e a natureza de tal situação. Talvez somente desta forma, os diálogos e as novas proposições decorrentes possam despontar de maneira mais segura e frutífera. Neste sentido, a partir de uma leitura internalista do campo, reconheceram-se alguns aspectos do estado de unidade e de fragmentação da disciplina. Pode-se observar que a geografia se apresentou, desde os séculos XVIII e XIX, unida por um veio comum (de caráter inicialmente biológico e, depois, formal) de organização intelectual e institucional, por meio das universidades e sociedades geográficas. Para buscar a “síntese geográfica”, se apegou às diversas teorias que buscavam abarcar este

múltiplo, e que caracterizou a diversidade de apreensão do seu objeto ao longo da história. Mas, de forma a manter implicitamente sua unidade essencial, pode-se dizer que esta diversidade girou em torno de algumas tradições que ainda mantiveram coesa suas proposições.

Por outro lado, a geografia também se apresentou como fragmentada pela especialização do conhecimento, visto tanto de forma positiva, quanto negativa. Seguindo a referência primordial do dualismo da modernidade, apesar de ainda muito recorrente, a divisão geografia humana e geografia física não serve para caracterizar o estado de fragmentação da disciplina, considerada, no máximo, como uma divisão temática, o que já foi firmado desde Hartshorne, em 1959. A divisão dual que se estabeleceu parece ser mais bem expressa em termos de incomunicabilidades entre entorno “fenomenológico do objeto”, com a materialidade da realidade (incluindo as obras humanas), e “entorno comportamental do sujeito”, cujas “existência” e “culturalidade” exigem procedimentos mais interpretativos – com ambos tendo grande dificuldade de incluir um ao outro nas pesquisas. A fragmentação interna pode ser vista de quatro principais formas: diferenciação substantiva, diferenciação na racionalidade, diferenciação nas comunidades e diferenciação epistemológica. Neste último caso, apoiada sobre balizas duais, reexpressa-se, atualmente, a persistente dicotomia da modernidade, agora em termos de espaço e lugar: o primeiro, nos estudos normotéticos mais ligados à analítica e lógico-formais, e o segundo, nos estudos idiográficos mais interpretativos e mais ligados às correntes crítico-dialética e fenomenológica-hermenêutica.

No contexto de discussões que tanto realçam a necessidade da síntese e comunicações quanto a da proficuidade do aprofundamento da especialização, a dificuldade que se coloca em perspectiva e desafio é a de tanto continuar aprofundando os conhecimentos quanto, e principalmente, o de colocar para dialogar as diversas formas de conhecimento refletidas e praticadas. Assim, pode-se dizer que, mesmo não negando a especialização, a consciência atual traz justamente o sentimento de limitação enfrentado por cada uma dessas formas de conhecimento na apreensão das multifaces e dimensões da manifestação total dos fenômenos estudados, e que parece colocar a construção da disciplina, para o século XXI, balizada em diálogos internos e externos a fim de que haja novas e outras proposições para além das unilateralidades e dualidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AN, L.; LINDERMAN, M.; QI, J.; SHORTRIDGE, A.; LIU, J. “Exploring Complexity in a Human–Environment System: An Agent-Based Spatial Model for Multidisciplinary and Multiscale Integration.” In: *Annals of the Association of American Geographers*, 95 (1), pp. 54-79, 2005.
- BAILEY, C.; WHITE, C.; PAIN, R. “Evaluating qualitative research: dealing with the tension between ‘science’ and ‘creativity’”. In: *Area*, 31.2, p. 169-183, 1999.
- BAKER, V. R.; TWIDALE, C. R. “The reenchantment of geomorphology.” In: *Geomorphology*, Vol. 4, p. 73-100, 1991.
- BAUER, B. O. “On methodology in geographical physical: Current status, implications, and future prospects.” In: *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. 89, n. 4, p. 677-679, 1999.
- BIRD, J. *The changing worlds of geography. A critical guide to concepts and methods*. Oxford: Clarendon Press, 299 p., 1989.
- BRACKEN, L. J.; OUGHTON, E. A. “‘What do you mean?’ The importance of language in developing interdisciplinary research.” In: *Transactions of the Institute British Geographers*. New Special, 31, p. 371-382, 2006.
- BUTTIMER, A. *Geography and the human spirit*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993.
- CHRISTOFOLETTI, A. “As perspectivas dos estudos geográficos.” p. 11-36. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.) *Perspectivas da geografia*. DIFEL-Difusão Editorial S.A., 318 p., 1982.
- CLIFFORD, N. J. “Models in geography revisited.” In: *Geoforum*, 39, pp. 675-686, 2008.
- DEMERITT, D.; DYER, S. “Dialogue, metaphors of dialogue and understanding of geography.” In: *Area*, 34.3, p. 229-241, 2002.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *Handbook of qualitative research*. USA: Sage publications, 643 p., 1994.
- DOUGLAS, I. “The unity of geography is obvious.” In: *Transactions of the Institute British Geographers*. 11: p. 459-463, 1986.
- GANDY, M. “Above the treetops: nature, history and the limits to philosophical naturalism.” In: *Geoforum*, 2007, doi:10.1016/j.geoforum.2006.08.009

GATRELL, A. "Commentary on 'Specialization in the structure and organization of geography'". In: *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. 78, n. 3, p. 538-539, 1988.

GOBER, P. "Presidential Address: In Search of Synthesis." In: *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. 90, n. 1, p. 1-11, 2000.

GOODCHILD, M. F.; JANELLE, D. G. "Specialization in the structure and organization of geography." In: *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. 78, n. 1, p. 1-28, 1988.

_____. "Questions Regarding 'Specialization in the structure and organization of geography': A reply." In: *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. 78, n. 3, p. 547-549, 1988b.

GOUDIE, A. S. "The integration of human and physical geography." In: *Transactions of the Institute British Geographers*. New Series, Vol. n. 4, 11: p. 454-458, 1986.

GRAHAM, E. "The unity of Geography: A comment." In: *Transactions of the Institute British Geographers*. New Series, Vol. n. 4, 11: p. 464-467, 1986.

HARRISON, S.; MASSEY, D.; RICHARDS, K. "Conversations across the divide" (Editorial). In: *Geoforum* 39, pp. 549-551, 2008.

HARRISON, S.; MASSEY, D.; RICHARDS, K.; MAGILLIGAN, F. J.; THRIFT, N.; BENDER, B. "Thinking across the divide: perspectives on the conversations between physical and human geography. Observation." In: *Area*, 36.4, p. 435-442, 2004.

HARTSHORNE, R. *Propósitos e natureza da geografia*. São Paulo: Editora Hucitec, 203 p., 1979.

HOLT-JENSEN, A. *Geography, its history and concepts*. London: Harper & Row, Publishers, 171 p., 1981.

JOHNSTON, R. J. *Geography and Geographers*. Anglo-american Human Geography since 1945. London: Edward Arnold, 232 p., 1979.

_____. "Resource analysis, resource management and the integration of physical and human geography." In: *Progress Physical Geography*. Vol. 7, p. 127-146, 1983.

_____. "Four Fixations and the Quest for Unity in Geography." In: *Transactions of the Institute British Geographers*. New Series, Vol 11, n. 4, p. 449-453, 1986a.

_____. *Philosophy and human geography: an introduction to contemporary approaches*. USA: Edward Arnold, 178 p., 1986b.

_____. “Fragmentation around a defended core: Territoriality of Geography.” In: *The Geographical Journal*. Vol. 164, n. 2, p. 139-147, Jul. 1998.

KIRK, W. “Problemas de la geografía.” In: RANDLE, P. H. *Teoría de la Geografía* (primeira e segunda partes). Buenos Aires: GAEA, Sociedad Argentina de Estudios Geográficos. Série especial, n° 3, 330 p., 1976; n. 4, 403 p., 1977.

KOLARS, J. F.; NYSTUEM, J. D. *Physical geography: environment and man*. New York: McGrall-Hill, 344 p., 1975.

KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 257 p., 1978.

KWAN, M. “Beyond Difference: From Canonical Geography to Hybrids Geographies.” In: *Annals of the Association of American Geographers*, 94 (4), pp. 756-763, 2004.

LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Ed. Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 343 p., 1979.

LANE, S. N. “Constructive comments on D. Massey ‘Space-time’, ‘science’ and the relationship between physical geography and human geography.” In: *Transactions of the Institute British Geographers*, New Series, 26, p. 243-256, 2001.

LAU, L.; PASQUINI, M. “‘Jack of all trades’? The negotiation of interdisciplinarity within geography.” In: *Geoforum*, 39, p. 552-560, 2008.

MAGILLIAN, F. J. “Perspectives from a physical geographer.” p. 437-438. In: HARRISON, S.; MASSEY, D.; RICHARDS, K.; MAGILLIGAN, F. J.; THRIFT, N.; BENDER, B. “Thinking across the divide: perspectives on the conversations between physical and human geography. Observation.” In: *Area*, 36.4, p. 435-442, 2004.

MARCUS, M. G. “New twists on the horns of an old dilemma.” In: *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. 78, n. 3, p. 540-542, 1988.

MASSEY, D. “Space-time, “science” and the relationship between physical geography and human geography.” In: *Transactions of the Institute British Geographers*, New Series, 24, p. 261-276, 1999.

_____. “Talking of space-time.” In: *Transactions of the Institute British Geographers*. New Series, 26, p. 257-261, 2001.

MAYR, E. *Isto é biologia: a ciência do mundo vivo*. São Paulo: Companhia das Letras, 428 p., 2008.

MCKENDRICK, J. H. "Multi-method research: An introduction to its application in population geography." In: *Professional Geographer*, Vol. 51, n. 1, p. 40-50, 1999.

MONTEIRO, C. A. F. "Derivações antropogênicas dos geossistemas terrestres no Brasil e alterações climáticas. Perspectivas urbanas e agrárias ao problema da elaboração de modelos de avaliação." In: *Anais do Simpósio sobre a Comunidade Vegetal como Unidade Biológica, Turística e Econômica*. ACIESP, 15. Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia. Academia de Ciências do Estado de São Paulo, 43 p., 1978.

_____. *Geossistema: a história de uma procura*. São Paulo: Contexto, 127 p., 2001.

MORIN, E.; LE MOIGNE, J. L. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Ed. Peirópolis, 263 p., 2000.

MORRILL, R. "The nature, unity and value of geography." In: *Professional Geographer*, Vol. 35, n. 1, p. 1-9, 1983.

NORTON, W. "'After-the-fact causality': a different direction for cultural geography." In: *Area*, 35.4, p. 418-446, 2003.

OLIVER, J. E. *Perspective on applied physical geography*. North Scituate, Mass: Duxbury Press, 315 p., 1977.

ORESKES, N.; SHRADER-FRECHETTE, K.; BELITZ, K. "Verification, Validation and Confirmation of Numerical Models in the Earth Sciences." In: *Science*, New Series, Vol. 163, n. 5147, pp. 641-646, Feb. 4, 1994.

PATTISON, W. D. "As quatro tradições da geografia." In: *Boletim de Geografia Teórica*. Rio Claro: 7 (13): p. 101-110, 1977.

PENTEADO ORELLANA, M. "Metodologia integrada no estudo do meio ambiente." In: *Geografia*, Rio Claro: 10(20), p. 125-148, 1985.

POWELL, R. C. "'The Sirens' voices? Field practices and dialogue in geography." In: *Area*, 34.3, p. 261-272, 2002.

RAPER, J.; LIVINGSTONE, D. "Let's get real: spatio-temporal identity and geographic entities." In: *Transactions of the Institute of British Geographers*, New Series, vol. 26, n. 2, p. 237-242, 2001.

REICHARDT, C. S.; RALLIS, S. F. *The qualitative-quantitative debate: New perspectives*. San Francisco: Jossey-bass Publishers, n. 61, 98 p., 1994.

RHOADS, B. “Beyond pragmatism: the value of philosophical discourse for physical geography.” In: *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. 89, p. 760-771, 1999.

_____. “Whither Physical Geography?” In: *Annals of the Association of American Geographers*, 94 (4), pp. 748-755, 2004.

RHOADS, B.; THORN, C. E. “Contemporary philosophical perspectives on physical geography with emphasis on geomorphology.” In: *Geographical Review*, vol. 84, n. 1, p. 90-101, Jan. 1994.

RICHARDS, K. “Some ethical ground for an integrated geography.” p. 436-437. In: HARRISON, S.; MASSEY, D.; RICHARDS, K.; MAGILLIGAN, F. J.; THRIFT, N.; BENDER, B. Thinking across the divide: perspectives on the conversations between physical and human geography. *Observation. Area*, 36.4, p. 435-442, 2004.

SANTOS, M. “A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar.” In: *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*. V. 1, n. 1, Trad 1, 14 p., ago 2006.

SMITH, E. A.; LEAKE, C. D.; NILSSON, T. H.; GYR, J. W.; BARASCH, STENT, G. S. “Limits to Understanding?” In: *Science*, New Series, Vol. 189, n. 4020, pp. 502-504, 573, Aug.15, 1975.

SPÓSITO, E. S. *Geografia e filosofia*. São Paulo: Editora Unesp, 218 p., 2004.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. “Ground theory methodology: an overview.” p. 273-285. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *Handbook of qualitative research*. USA: Sage Publications, 643 p., 1994.

SUERTEGARAY, D. M. A. “Um antigo debate (a divisão e unidade da geografia) ainda atual?” In: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 85, pp. 26-38, dez. 2006.

TAYLOR, P. J. “Locating the question of unity.” In: *Transactions of the Institute British Geographers*. New Series, Vol. n. 4, 11, p. 443-448, 1986.

TATHAM, G. “Geography in the nineteenth century.” p. 29-69. In: TAYLOR, G. *Geography in the Twenty Century. A study of growth, fields, techniques, aims and trends*. New York: Philosophical Library. London: Methuen, 674 p., 1960.

THRIST, N. "The place of complexity." In: *Theory Culture & Society*, v. 16(3), p. 31-69, 1999.

_____. "The future of geography." In: *Geoforum*, 33, pp. 291-298, 2002.

THRIFT, N. "Double geography." p. 438-440. In: HARRISON, S.; MASSEY, D.; RICHARDS, K.; MAGILLIGAN, F. J.; THRIFT, N.; BENDER, B. Thinking across the divide: perspectives on the conversations between physical and human geography. Observation. *Area*, 36.4, p. 435-442, 2004.

UNWIN, T. *The place of Geography*. New York: Longman Scientific & Technical, 269 p., 1992.

WAINWRIGHT, J. "Can modelling enable us to understand the rôle of humans in landscape evolution?" In: *Geoforum*, 39, pp. 659-674, 2008.

A GEOGRAFIA, O GEOGRÁFICO E A LINGUAGEM

GEOGRAPHY, GEOGRAPHIC AND LANGUAGE

GÉOGRAPHIE, GÉOGRAPHIQUE ET LA LANGUE¹

FELIPE MOURA FERNANDES²

Resumo: Este ensaio pretende expor três reflexões sobre elementos de naturezas distintas: a geografia (ciência), o geográfico (como algo que adjectiva a ciência) e a linguagem (em uma perspectiva ontológica). O terceiro elemento desponta como unificador das outras duas discussões, visto que a linguagem está presente em todas as formas de discurso, seja ele científico ou não. Este trabalho apresenta uma tentativa de sistematização teórica para o desenvolvimento de pesquisas em história do pensamento geográfico brasileiro. Será por meio desses balizamentos teóricos que construiremos a nossa proposta de diálogo da geografia com a literatura ou da arte com a ciência.

Palavras-chaves: geografia, geográfico, literatura, linguagem, ontologia.

Abstract: This essay intends to present three reflections on elements of different natures: geography (science), geographical (as something that adjectival science) and language (in an ontological perspective). The third element emerges as unifying the two other discussions, since the language is present in all forms of discourse it is scientific or not. The paper presents a systematization theoretical attempt to develop research in the history of Brazilian geographical thought. It is through these theoretical guideposts to build our proposed dialogue geography to literature or art with science.

Keywords: geography, geographic, literature, language, ontology.

Résumé: Cet essai se propose de présenter trois réflexions sur des éléments de différentes natures: géographie (science), géographique (comme une chose que la science adjectivale) et la langue (dans une perspective ontologique). Le troisième élément émerge comme l'unification des deux autres discussions, puisque la langue est présente dans toutes les formes de discours, il est scientifique ou non.

.....
1 Uma primeira versão deste texto foi feita para a disciplina Ontologia e Epistemologia em Geografia, ministrada pelo professor Dr. Elvio Rodrigues Martins (orientador). A segunda versão, aqui apresentada para publicação, contou com a fundamental colaboração do Prof. Msc. Astrogildo Luiz de França Filho (SEEDUC-RJ).

2 Doutorando em geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. / Seção local Niterói. Instituto Superior Anísio Teixeira (ISAT). E-mail: geomoura2004@yahoo.com.br

Le document présente une tentative théorique systématique de développer la recherche dans l'histoire de la pensée géographique brésilien. C'est grâce à ces jalons théoriques pour construire notre dialogue géographique proposé à la littérature ou de l'art à la science.

Mots-clés: géographie, géographique, littérature, langue, ontologie.

Tempo lento,
 espaço rápido,
 quanto mais penso,
 menos capto.
 Se não pego isso
 que me passa no íntimo,
 importa muito?
 Rapto o ritmo.
 Espaço-tempo ávido,
 lento espaçodentro,
 quando me aproximo,
 apenas o mínimo
 em matéria de máximo
Paulo Lemisnki

INTRODUÇÃO

Um debate que não abandona geógrafos e não-geógrafos consiste na resposta à questão: “o que é geografia?”. Mas, afinal de contas, o que permite afirmar que esta questão é mais central, hoje, que em outros momentos da história da geografia? – O fato de estarmos vivendo este momento (início do século XXI) com esta questão em riste, ou por identificarmos uma relação direta entre esta pergunta e a orientação política dos geógrafos que a exercem? Sobre esta problemática, poderemos desenvolver alguns argumentos

Entendemos que existem duas possibilidades metodológicas para abordarmos esta questão.³ Uma delas consiste na construção de uma narrativa que

.....

3 Sobre essa discussão metodológica, ver Compagnon (1999, pp. 27-45). Questionar a natureza de um campo científico – “o que é?” – já aproxima nossa discussão de um conteúdo ontológico, ainda que não seja o debate sobre a ontologia propriamente dita.

perfaça os diferentes momentos da história da disciplina, levando ou não em consideração os períodos de suas diferentes institucionalizações nas sociedades geográficas, nos institutos históricos e geográficos e nas universidades. Após a construção da narrativa – que (em si) já revela a tendência do autor –, as respostas podem ser colocadas explícita ou implicitamente. É evidente que o fato de estas tendências não estarem explícitas não significa que não existam, na medida em que revelam as escolhas na forma de ligar os fatos e construir a narrativa.⁴

A segunda possibilidade envolve a ênfase aos diferentes discursos, teorias, conceitos e categorias desenvolvidos ao longo de um determinado período da história desse campo, ou seja, possui uma natureza menos histórica e mais epistemológica: é uma reflexão da geografia sobre si mesma. Nesta proposta, a necessidade de criar um discurso narrativo lógico que ligue determinados fatos, em relação à discussão de determinados temas e conceitos, fica em segundo plano.⁵ Acrescentaríamos que, em diferentes níveis, sempre há uma sobreposição entre o epistemológico e o narrativo, apesar de alguns trabalhos serem mais narrativos que epistemológicos e vice-versa. Ao criarmos uma narrativa sobre a história da geografia, não conseguimos deixar em casa nossa predileção por determinados conceitos, categorias, valores, posicionamentos ideológicos, histórias de vida que nos constituem como *seres*. De igual forma, quando fazemos a análise e a avaliação de determinados conceitos e categorias (espaço, território, lugar, paisagem, região etc.), não deixamos de lado a história da geografia.

Pensar o que a geografia é significa pensar o que é *ser geógrafo*. E ser geógrafo nunca se resume ao que os geógrafos fazem da geografia. Por que o ser não se resume na ação, e, sim, se revela na relação desta com a *intenção*. Por isso, aqui buscamos relacionar o histórico com o epistêmico, muito longe de ser avistado: “apenas o mínimo em matéria de máximo”.⁶

A GEOGRAFIA

A partir da década de 1960, observamos uma mudança de mentalidade no mundo ocidental,⁷ simbolizada, entre outros aspectos, pelos movimentos de

.....

4 Essa opção parece estar contemplada em Souza Neto (2012).

5 Essa parece ser a proposta de Moreira: 2008.

6 Título da poesia de Paulo Leminski (2013, p.1 83), vista na epígrafe.

7 Falar em mudança de “mentalidade” a partir de um determinado período histórico, de imediato, significa assumir a relativização desta mudança, visto que ela toma diferentes tons em diferentes lugares e

contracultura do final dos anos 1960 e início dos 70, o que significou o estabelecimento de novas formas de ver o mundo e de relações entre os homens. Ou seja, estas novas formas de ver o mundo vinham articuladas à busca de novas formas de viver. Ver e viver o mundo novo, portanto, propiciavam novas expressões do feminino e de sua libertação do patriarcalismo milenar, por exemplo.⁸

Se os homens colocam uma insatisfação com relação ao mundo e aos valores vigentes, as ciências sociais, já bem estabelecidas na segunda metade do século XX, não ficam indiferentes a essas mudanças no âmbito da forma e do conteúdo da realidade. Assim, a geografia, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, realizou uma grande modificação no seu conteúdo e na sua forma de desenvolver pesquisas a partir dos questionamentos dos modelos quantitativos e da geografia clássica, o que permitiu o diálogo com as ciências sociais e a filosofia em geral,⁹ dada a necessidade de se pensar uma geografia adequada às novas realidades. Em outras palavras, a geografia precisava criar uma forma de entendimento crítico da realidade, comprometida com a sociedade que se tinha e com a que se desejava ter.

Como exemplo deste movimento no contexto brasileiro, destacamos o livro *O que é geografia?* (Moreira: 1994), tentando responder a questão que o título propõe, sem ignorar o caráter didático da coleção e a complexidade que a pergunta traz em si mesma. A geração de geógrafos que se estabeleceu nos anos 1980 procurou dar uma resposta a tal pergunta, sendo que esta resposta não foi uníssona. De fato, a renovação da geografia não se deu hegemonicamente por meio do diálogo com o marxismo: o movimento de renovação era plural e apresentava as tensões internas do campo.¹⁰ Ainda é de destaque o livro *Pequena história crítica* (Moraes: 2009), que, como o anterior, também possuía um caráter didático, com uma síntese da história da geografia em seu contexto geral, sem

.....
 tempos (regiões). De fato, sabemos que o mundo se “ocidentalizou”, com a expansão e a consolidação das relações capitalistas. No entanto, para serem aceitas, estas relações precisavam fazer algumas concessões e manter algumas tradições, mesmo que de forma fetichizada. Sobre mentalidades, ver Ariès (2005).

8 Do ponto de vista filosófico, podemos afirmar que é a partir desse momento que se ampliaram algumas tendências no campo da arte, da filosofia e das ciências sociais.

9 A mudança e a abertura da geografia às ciências sociais e à filosofia estão propostas e explicitadas em Santos (2002). Há duas interessantes análises desse período, encontradas em Moreira (2000) e Silva (1983/84).

10 Ver entrevista com Milton Santos (2004). Uma das perguntas feitas, nesta entrevista, foi: “como definir geografia hoje?”. Em nossa interpretação, a resposta traria o seguinte aprendizado: mais importante que estabelecer a resposta, é manter a pergunta. A definição de geografia de Milton Santos contrapôs-se às definições anteriores, por ter como chão o tempo presente.

apontar grandes especificidades da história da geografia no Brasil.¹¹ Em nossa avaliação, entendemos que, para responder a “o que é geografia”, é necessário pensar as possibilidades epistemológicas de realização desta ciência em diálogo permanente com a história da disciplina, com suas obras clássicas, com a filosofia e com as outras ciências sociais.

Especificamente no contexto brasileiro, a bibliografia tradicional, hoje reconhecida como clássica, vem ganhando um novo *status* no cenário da geografia. Mas o que ocasionou esta inflexão historiográfica que transformou a tradição em clássico? Alguns geógrafos contemporâneos, e entre eles incluímos Moreira (2008) e Martins (2007; 2009), perceberam a necessidade de retornar aos clássicos para redimensionar-se a definição do nosso campo no tempo presente. Pensar os caminhos que a geografia percorreu, na visão de diferentes autores, antes e após sua institucionalização, parece uma tarefa premente que traz como origem a necessidade de respondermos a uma definição de geografia.

No cenário recente da pós-graduação no Brasil, observamos uma ampliação precária do acesso à universidade, pontuada pelas necessidades do mercado globalizado, e a produtividade virou critério de avaliação dos professores e pesquisadores universitários. A associação entre a necessidade do mercado e a produtividade deixa pouco espaço para nos questionarmos sobre os fundamentos da nossa disciplina. Nesse sentido, cabe muito bem a confortável resposta: a geografia é o que os geógrafos fazem dela, ou seja, não há articulação do que fazemos particularmente com uma perspectiva de totalidade da disciplina.¹²

Assim, tiramos a essência da definição de geografia, e, com isso, despolitizamos nosso discurso que não consegue despertar interesse nos homens: operários, camponeses, agricultores, alunos do ensino fundamental e médio, entre outros. O discurso extremamente especializado interessa somente aos especialistas da geografia agrária, da geomorfologia, da pedologia etc. Não nos preocupamos em tencionar o discurso especializado com as fronteiras do campo, com nossas acomodadas definições do campo: a geografia é a ciência que

.....
11 Tais publicações ainda parecem ser tentativas de sistematização didática da geografia e de sua história entre nós, sendo que o livro de Moreira foi reeditado recentemente com alterações de conteúdo, enquanto o de Moraes também foi reeditado com um prefácio e texto adicional. O livro de Ruy Moreira foi editado e publicado pela editora Brasiliense, fundada por Caio Prado Júnior. Este intelectual foi um dos fundadores da Associação dos Geógrafos Brasileiros, em 1934. Para mais detalhes sobre a relação de Caio Prado com a AGB, consultar Lummatí, Seabra e Heidemann (2008).

12 Nas palavras de Martins (2007, p. 31), “o tempo todo, a questão aqui é a relação. Relação entre os homens, relação dos homens em sociedade com a natureza e relação entre lugares. Ou seja, o que aqui está em questão é o Todo e sua natureza, ou seja, a totalidade. Velha preocupação da geografia, hoje tanto enfraquecida.”

estuda o espaço, mas que espaço? Como o espaço geográfico difere do espaço da física e da arquitetura? Qual a diferença entre cidade e geografia urbana?¹³

O GEOGRÁFICO

O que é o geográfico frente à geografia? Esta distinção se sustenta? Pensamos que sim. Para explicar por que, vamos lançar alguns exemplos que nos fornecem uma diferenciação entre os pensamentos e suas possíveis institucionalizações.

Darwin estudou teologia e medicina, ganhou renome internacional como geólogo e naturalista, e, apesar de não ser biólogo de formação, foi um pensador seminal para o surgimento da biologia como ciência. Humboldt foi geógrafo, naturalista, explorador, linguista, e, apesar de não ser geógrafo de formação, foi um pensador importante para o surgimento da geografia como ciência. Sausurre estudou química e física, mas acabou enveredando pelos estudos da linguagem, e é, hoje, uma das principais figuras responsáveis pelo surgimento da linguística como um campo da ciência. Ou seja, os principais responsáveis pelo surgimento dessas ciências sociais como campos específicos do conhecimento não eram especialistas nestes campos. Há o biológico, antes do surgimento da biologia como ciência. Há o geográfico, antes do surgimento da geografia como ciência. E, de igual forma, os linguistas não inventaram a linguística, mas a instituíram como um campo da ciência.

Então, o geográfico existe antes e após a geografia como ciência. Não sendo exclusividade da ciência geográfica, existe desde o momento em que o homem é fundado como um *ser social*¹⁴ e cultural, e é um elemento fundante da

.....
13 De acordo com Martins (2007, p. 38), “a ciência geográfica, portanto, são atos de teoria na prática, de práticas teóricas e, no limite, representa até mesmo sua institucionalização. A ciência geográfica, quem a faz e a identifica, em diferentes contextos, são os geógrafos. Mas se a prática identifica a disciplina, o que identifica o fundamento dessa disciplina não está na prática. A prática pode, muitas vezes, se distanciar desse fundamento que consagra a disciplina. E esse fundamento está presente na constituição da realidade, e não necessariamente nas práticas profissionais. É recorrente que no desespero, ou na impotência de identificar o objeto da ciência geográfica, a frase salvadora é revestida de tolerância seja: “a geografia é o que os geógrafos fazem dela”. Isso abre para o espaço “vale tudo”, e eventualmente se perde com isso o fundamento geográfico que é presente na realidade. Perde-se isso, e o que é pior, perde-se também a importância e o significado do geográfico na constituição da realidade. Não saber identificar esse fundamento geográfico é não saber o que é geografia, ou então, confundir isso com a disciplina e suas práticas e institucionalizações.”

14 Para mais detalhes sobre essa discussão, ver Lukács (1978). Este autor desenvolveu a reflexão ontológica tendo como base o pensamento de Marx, e, nesse caminho, a categoria de trabalho assumiu uma centralidade na discussão ontológica.

existência humana, assim como a temporalidade, ou seja, o homem existe em um onde (lugar) e um quando (tempo).

Ainda poderíamos dizer que há um pensamento geográfico no homem medieval e no homem da Antiguidade clássica. O que não havia era a ciência geográfica organizada e distribuída em sua acepção moderna. Este mesmo raciocínio pode ser utilizado para a história – a história como narrativa é quase tão antiga quanto o homem. No entanto, a razão histórica que organiza e sistematiza a história como discurso científico só foi possível no modernismo. Dessa forma, pensamos que é necessário retomar o debate sobre o *geográfico*, mas sem enclausurá-lo na discussão desgastada sobre o *objeto da geografia*.¹⁵

Entendemos que pensar uma geografia para além da ciência geográfica – em nosso caso, uma geografia na literatura – pode nos ajudar a redimensionar a ciência geográfica, a aproximar o seu discurso dos homens e a fazer com que a geografia produzida no Brasil não seja apenas um diálogo entre especialistas.¹⁶

A história do pensamento geográfico brasileiro esteve mais atenta às práticas dos geógrafos no tempo do que nas concepções que direcionavam estas práticas. Nesse caso, talvez esta característica esteja relacionada a dois fatos: primeiro, à extrema institucionalização que a geografia sofreu, a partir da Segunda República (a necessidade da educação primária universal, a criação das universidades e a criação do IBGE posteriormente); segundo, a história da geografia só iria avançar de seu caráter mais ensaístico, na virada dos anos 1980 para 90, quando as pesquisas nessa área se especializaram em termos de pós-graduação,¹⁷ o que

.....
15 De acordo com Martins (2009, p. 22), destacamos que “há outro aspecto sumamente importante neste processo: descontando as arbitrariedades por parte do sujeito em definir o espaço como objeto da geografia, como podemos tomar uma categoria como objeto de uma disciplina? Ou seja, para tomarmos o paralelo com a história mais uma vez, os historiadores não têm no tempo como objeto da ciência da história. Podem eles até discutir as diferentes temporalidades, mas o tempo aí é adjetivo de processos, ou de sucessão de fatos, ou seja, a forma que os historiadores dizem o que é história. E, certamente, a história é muito mais que o tempo. Assim, como a história não pertence e nem se restringe aos historiadores como fundamento da realidade. Idem para a geografia”.

16 No documentário intitulado “O abecedário de Deleuze,” nas letras C e N, o autor dissertou, respectivamente, sobre cultura e neurologia. Na primeira letra apontada, o filósofo demonstrou metaforicamente como era importante sair do seu campo da filosofia e atingir os diversos campos culturais (ciências, cinema etc), mas sair da filosofia não significava abandonar a filosofia e sim continuar na filosofia: “Quero sair da filosofia pela filosofia”. Na segunda letra, o filósofo disse: “Ou seja, não-especialistas lêem filosofia e a leitura não-filosófica da filosofia não carece de nada, possui sua suficiência. É simplesmente uma leitura. Isso talvez não valha para todos os filósofos. Vejo com dificuldade uma leitura não filosófica de Kant, por exemplo. Mas um camponês pode ler Spinoza. Não me parece impossível que um comerciante leia Spinoza”. Será que podemos e devemos aproximar este raciocínio da ciência geográfica? Um operário deve poder ler um tratado de geografia humana?

17 Para um panorama desse movimento, ver Moraes (2008, p. 15): “(...) foi com base nessa agenda que organizei uma linha de pesquisa na pós-graduação do DG-USP, onde venho trabalhando ao longo dos anos 90”.

representou um avanço nas pesquisas e uma maior conexão às perspectivas desenvolvidas na história da ciência, de maneira geral.¹⁸

Nas últimas décadas, as ciências sociais viveram uma crise de suas identidades estabelecidas em termos institucionais. As fronteiras entre as ciências foram extremamente questionadas e convidadas a se abrirem. Esta crise pode assumir características positivas e/ou negativas, dependendo da interpretação e das ações assumidas perante ela. Se aproveitamos esta crise de identidade para despolitizarmos o discurso da ciência, pensamos que ela assumirá um caráter negativo. Outro encaminhamento seria aproveitarmos esta crise e fazermos dela um momento de crítica e diálogo (interno e externo ao campo da geografia). Julgamos a segunda opção mais interessante. Crise e crítica devem andar juntas.

Pensar sobre a geografia é evitar que outros deem a resposta à pergunta que interessa primeiramente a nós, geógrafos (como campo de pesquisa). Não afastamos a possibilidade de contribuições externas ao campo, mas, para haver diálogo, é necessário que não nos furtemos a pensar sobre o nosso cenário. Este fato já ocorreu em nossa história e causou um grande esvaziamento teórico da disciplina, vide os posicionamentos de Lucien Febvre, identificados por Lacoste (1988).

A LINGUAGEM

Se podemos afirmar que o geográfico existe desde o momento em que o homem se realiza como um *ser social* e cultural, esta afirmação não vale para a geografia – ciência universitária, instituída na França e na Alemanha, no segundo quartel do século XIX. Mas a questão que nos conduz, a partir deste momento, é a seguinte: como articular a geografia como ciência com os diversos geográficos que existem fora da ciência geográfica, como a literatura?

Entendemos que arte e ciência possuem naturezas diferentes, e uma das coisas que diferenciam estas modalidades do conhecimento é a linguagem. O discurso da ciência está condicionado a um ritual (afinidades intelectuais, normas de citação, formatação, campo e subcampo de pesquisa etc.), o que acaba por determinar uma forma de dizer as coisas. No que diz respeito à arte, apesar de existirem continuidades dentro de uma tendência, há mais liberdade na construção do discurso, em que as possibilidades de sentir, pensar e expressar

.....

¹⁸ Para uma contextualização da história do pensamento geográfico brasileiro com a história da ciência, ver o artigo de Souza-Neto (2001).

estão diretamente mais conectadas à linguagem. Enfim, a arte possui uma maior liberdade linguística.¹⁹

PENSAMENTO É LINGUAGEM

Qual o fundamento de um pensamento? O que move o pensamento em uma determinada direção ou posição? O que faz o pensamento pensar de uma determinada forma? Estas são questões ontológicas²⁰ que possuem uma dimensão epistemológica. Dessa forma, ao pensar o que a geografia é, flertamos com uma dimensão do *ser* que não está dissociada das diferentes manifestações do geográfico na dinâmica do tempo.

Heidegger propôs a superação da metafísica estabelecida a partir dos filósofos socráticos (Platão e Aristóteles), e, para isso, propôs a distinção radical entre *ser* e *ente*.²¹ O pensamento filosófico metafísico está extremamente arraigado a uma dimensão das coisas em que pesa o absoluto (como expresso na ideia de Deus). Nesta proposta, a compreensão do ser aponta para algo ininteligível, como em Platão, em que o *ser* do *ente* é a ideia. A relação entre ser e ente se desdobra na constituição do *ser-aí* (*dasein*: termo em alemão utilizado pelo filósofo). O *aí* traz para o ser a dimensão da experiência: o conduz ao *mundo*, à *mundanidade*.

Nesse sentido, Heidegger tentou romper com o dualismo entre objetividade (existência) e subjetividade (essência), tão presente na filosofia ocidental, uma vez que o ser não existe separado do ente: todo ser é ser de um ente ou todo ser é no ente pelo *homem*.²² O homem seria a categoria genérica, em que se coadunariam ser e ente. Heidegger tentou se afastar do *cogito ergo sum* de René Descartes, em que o pensar era uma condição para existir, alcançada por meio da dúvida metódica. Para isso, em nosso breve entendimento sobre a reflexão heideggeriana, pensar é existir.

.....
19 O debate sobre a linguagem é amplo e passa por diversos campos do conhecimento, como a linguística, a filosofia da linguagem, a filosofia e a literatura. Um parâmetro amplo nos é ofertado por Mora (2001, p. 422).

20 Sobre a questão ontológica, ver Blanc (1998, p. 12): “À descoberta fáctica do ser segue-se, neste caso, a interrogação ontológica, que instaura a assunção do ser pelo pensar e, abrindo uma direcionalidade e um horizonte à inquirição, dá início à sua expressa dilucidação”.

21 Sobre os termos “ser” e “ente”, consultar Blanc (1998, pp. 13-14) e Mora (2001, p. 634), no verbete “ser”.

22 Para Heidegger, essência e existência eram termos usados pela metafísica ocidental, que ele desejava romper por meio do resgate da discussão ontológica, numa primeira fase de sua obra. A busca da “verdade do ser” fez parte do segundo momento de sua obra, após a década de 1950.

A partir disso, entendemos melhor a afirmação de Heidegger, quando afirmou que o homem é um ser *para* a morte. Assumir a morte como uma condição existencial significa desenvolver a consciência e o sentido da finitude da vida. Nesse sentido, também significa assumir a unidade inequívoca entre ser e ente, visto que a extinção do ente implica necessariamente na eliminação do ser – não há nada além da morte. Em outras palavras, se o corpo (ente) for eliminado por meio da morte (experiência última, única e irrevogável do homem), a verdade (ou a verdade *do ser*) também será extinta. Dessa forma, Heidegger reforçou o coro do existencialismo, que já tinha seu conteúdo explícito na literatura de Dostoievsky: “se Deus não existe, tudo é possível”. Na realização do ser no ente e pelo homem, tudo se torna possível em busca de uma *vida autêntica* e, ao mesmo tempo, *inautêntica*, visto que autenticidade e inautenticidade possuem uma perspectiva relacional.²³

Heidegger (1979) afirmou, em sua *Carta sobre o humanismo*, que “a linguagem é a casa do ser”. Quais consequências, preliminares, podemos aferir desta afirmação? Parcialmente, diríamos que uma das formas de o ser se realizar no ente por meio do homem é a partir da linguagem. A concepção de linguagem desenvolvida por Heidegger não se limitou a reproduzir a definição dos linguistas e dos filósofos da linguagem, esta caracterizada como algo que diferenciava o homem dos outros animais junto do pensamento (razão).²⁴ Este grupo de pensadores desenvolveu a ideia de linguagem como algo que comunicava/

.....
23 De acordo com Reynolds (2013, pp. 35-79), Heidegger criou um vocabulário específico para sua filosofia, em que algumas definições possuíam grande importância: ser, ente, ser-aí (*dasein*), à mão, ser com (*mitsein*), impessoal (*Das Man*), decadência, autenticidade, inautenticidade, cuidado, ser-para-a-morte etc. Neste momento, foi inevitável tocar nas ideias de vida autêntica e inautêntica, mas estas unidades de pensamento não parecem centrais para o desenvolvimento de nossa reflexão sobre a linguagem. Apesar disso, Mora (2001, p. 425) destacou a relação da linguagem com a inautenticidade: “Em Heidegger, a linguagem apresenta-se, primeiro, sob a fala (*rede*) como um dos modos em que se manifesta a degradação ou a inautenticidade do *Dasein*. Em face desse modo inautêntico, a autenticidade parece consistir não na fala, nem sequer em alguma linguagem, mas no “silêncio”, no “chamado” da consciência. Mas esse modo “existenciário” de considerar a linguagem transformou-se, em Heidegger, num modo propriamente “ontológico”, quando a linguagem é vista como o próprio falar do ser. A linguagem como um “poetizar primeiro” é o modo como pode efetuar-se a “irrupção do ser”, de tal sorte que a linguagem pode converter-se, então, em ‘um modo verbal do ser’”.

24 “Mas a linguagem não é apenas linguagem, no sentido em que a concebemos, quando muito, como a unidade de fonema (grafema), melodia e ritmo e significação (sentido). Pensamos fonema e grafema como o corpo da palavra; melodia e ritmo como alma e o que possui significação adequada, como o espírito da linguagem. Pensemos comumente a linguagem a partir da correspondência à essência do homem, na medida em que esta é apresentada como *animal rationale*, isto é, como a unidade entre corpo e espírito. Todavia, assim como na *humanitas* do *homo animalis* a ec-sistência permanece oculta e, através dela, a relação da verdade do ser com o homem historial. De acordo com ela, é a linguagem a casa do ser manifestada e apropriada pelo ser e por ela disposta. Por isso, trata-se de pensar a essência da linguagem a partir da correspondência, o que quer dizer, como habitação da essência do homem” Heidegger (1979, p. 159).

expressava a dimensão interna do homem (pensamento) com a dimensão externa (meio) por meio do aparelho fonador. Heidegger não concordava com esta definição, porque ela criava uma dualidade entre pensamento e linguagem. Para este filósofo, o pensamento era linguagem. Heidegger, em *A linguagem*,²⁵ afirmou que “o pensamento fala”. Para ele, toda vez que pensamos, falamos, porque a linguagem está presente no pensamento como um dos seus elementos fundantes. *Pensar* não é propriedade única do *homem*, e, sim, atributo da relação entre *ser*, *ente* e *homem*, associados pelo pensamento-linguagem.

Por isso, Heidegger também discordava da definição de homem como animal racional que possuía linguagem. Se o homem era o animal que pensava, o que fazia o homem pensar da forma como pensava? O que pensava o pensamento do homem? O que era o ser do homem? Pensamos que, naquele momento, Heidegger retomava a discussão em termos ontológicos, em que a distinção e a unicidade entre *ser* e *ente* eram essenciais e estavam postas no *ser-aí* (*dasein*). Quando pensamos, realizamos a linguagem e “falamos no completo silêncio”. A fala não se limita à expressão (externalização): já está manifestada interiormente na maneira como pensamos ou na forma como realizamos o nosso pensamento – a realização da expressão linguística do pensamento por meio da palavra representa um segundo momento deste processo.

Dito isto, vale notar que Heidegger desenvolveria uma concepção ontológica de linguagem, esta encarada como algo que manifestava a realização do ser no ente. Por isso, para ele, “a linguagem é a casa do ser”, que não existe fora do ente. Heidegger afirmou, em sua *Carta sobre o humanismo*, que os poetas e os pensadores eram os mestres da linguagem por levarem a sua realização aos limites extremos, muitas vezes, não se preocupando com as normas linguísticas e a repetição de ideias. Os poetas e pensadores autênticos trabalhavam nos limites da expressão, desejavam transformar o mundo em palavra por meio do pensamento e sua realização por meio da linguagem.

.....
25 Essa posição fica clara em Heidegger (2008, p. 7): “O homem fala. Falamos quando acordados e em sonho. Falamos continuamente. Falamos mesmo quando não deixamos soar nenhuma palavra. Falamos quando ouvimos e lemos. Falamos igualmente quando não ouvimos e não lemos e, ao invés, realizamos um trabalho ou ficamos à toa. Falamos sempre de um jeito ou de outro. Falamos porque falar nos é natural. Falar não provém de uma vontade especial. Costuma-se dizer que, por natureza, o homem possui linguagem. Guarda-se a concepção de que, à diferença da planta e do animal, o homem é o ser vivo dotado de linguagem. Essa definição não diz apenas que, dentre muitas faculdades, o homem também possui a de falar. Nela se diz que a linguagem é o que faculta o homem a ser o ser vivo que ele é enquanto homem. Enquanto aquele que fala, o homem é: homem. Essas palavras são de Wilhelm von Humboldt. Mas ainda resta pensar o que se chama assim: o homem”.

Quais são as breves consequências desta reflexão sobre a linguagem, em termos ontológicos, para nosso exercício (o diálogo entre a geografia e a literatura, ou a ciência e a arte)?

Onde estamos é algo que *determina* o que *somos*. Isto não quer dizer que todos que habitam em um mesmo lugar vão ser da mesma forma (determinismo). A determinação condiciona, mas não fecha possibilidades – abre infinitas! Posso afirmar que a leitura desta determinação não está enclausurada em um campo científico. Nesse sentido, a geografia, pensada a partir de conteúdos e reflexões ontológicas, deve se interessar pelas diferentes formas com que o geográfico infesta a manifestação do ser (presente na literatura, por exemplo, como obra de arte).

Partindo da premissa de que “pensamento é linguagem”, podemos afirmar que uma obra literária não representa o autor: ela *é* o seu autor. Assim, entendemos que o debate ontológico sobre a linguagem apresenta um grande potencial analítico para pensarmos a obra literária e as determinações geográficas presentes na literatura.

Nesses termos, o geográfico não é só o resultado da apreensão racional-sensitiva do sujeito que a representa por meio da literatura (narrativa). O geográfico é uma condição determinante que modifica a forma como o sujeito apreende a realidade. O elemento geográfico é parte daquilo que o autor *é* (ser), por isso, condiciona e está presente na sua maneira de *ser* e *escrever* (linguagem). Dessa forma, a geografia coaduna internalidades e externalidades, em um mesmo discurso.

Vale acrescentar que o diálogo entre arte e ciência pode ampliar a nossa capacidade de diálogo e intervenção junto às ciências sociais (história, antropologia, sociologia etc.). Em virtude disto, potencializamos a nossa capacidade de ler, compreender e agir perante as normatizações estabelecidas e impostas por uma determinada gramática territorial no espaço brasileiro.

IN-CONCLUSÕES

A geografia, como ciência, produz e divulga um tipo de conhecimento, que qualifica como geográfico. No entanto, quando os geógrafos produzem e divulgam o conhecimento geográfico, não se dão conta de que há uma dimensão geográfica que condiciona o seu pensamento e sua linguagem. Dessa forma, há uma geografia ou uma dimensão geográfica que é inerente à vida de todos os homens – inclusive, dos homens que escolhem pensar sobre a geografia

como ciência. Nestes termos, pensar a relação entre a geografia, o geográfico e a linguagem (em termos ontológicos) é um exercício importante. Porque há uma geografia no que *somos*, e não só no que executamos como um ofício profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. “A história das mentalidades”. In: GOFF, Jacques Le; CHARTIER, Roger; REVEL, Jaques (org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BLANC, Mafalda de Maria. *Introdução à ontologia*. Portugal: Ed. Instituto Piaget. 1998.
- COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- DELEUZE, Gilles. “Abecedário.” Realização de Pierre-André Boutang. Entrevista feita por Claire Parnet, filmada nos anos 1988-1989. Tradução e legendas: Raccord.
- HEIDEGGER, Martin. “Sobre o ‘humanismo’: carta a Jean Beaufret, Paris”. In: *Conferências e escritos filosóficos* (Col. Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- _____. *A caminho da linguagem*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes; Bragança Paulista, SP: Ed. Universitária São Francisco, 2008.
- LACOSTE, Yves. *A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1989.
- LEMINSNK, Paulo. *Toda poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- LUKÁCS, Georg. “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem”. In: *Temas de ciências humanas*, nº 4. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1978.
- LUMMATI, Paulo; SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, Heinz Dieter (org.). *Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo: AGB, IEB: Edusp, 2008.
- MARTINS, Élvio Rodrigues. “Pensamento geográfico é geografia em pensamento”. In: KATUTA, Ângela M. (org.) *Geografia e mídia impressa*. Londrina, Morιά, 2009.

- _____. *Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do ser*. GEOUSP, São Paulo: Espaço e Tempo: nº 21, p. 33-51, 2007.
- MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MORAES, Antônio Carlos R. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2008.
- _____. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Annablume. 2009.
- MOREIRA, Ruy. *O que é geografia?* São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *O pensamento geográfico brasileiro*. Vol. I. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. “Assim se passaram dez anos (a renovação da geografia no Brasil, no período 1978-1988).” In: *Geographia*. Ano II, nº 3, Universidade Federal Fluminense, 2000.
- REYNOLDS, Jack. *Existencialismo*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2013.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Edusp, 2002.
- _____. *Testamento intelectual: Milton Santos*. Entrevista a Jesus de Paula Assis; colaboração de Maria Encarnação Spósito. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- SILVA, Armando Corrêa da. “A renovação geográfica no Brasil – 1976-1983: as geografias radical e crítica na perspectiva teórica.” In: *Boletim Paulista de Geografia*, nº 60. São Paulo: AGB-São Paulo, 1983/84.
- SOUZA-NETO, Manoel Fernandes de. *Planos para o Império: os planos de viagem para o Segundo Reinado (1869-1889)*. São Paulo: Alameda, 2012.
- _____. “Geografia nos trópicos: história dos naufragos de uma jangada de pedra?” In: *Terra Livre*. Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo: nº 17, p. 119-138, 2001.

Grupos de Trabalho

MINERODUTO E MINERAÇÃO: A LÓGICA DES-ENVOLVIMENTISTA E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA (MG)

GRUPO DE TRABALHO EM MEIO AMBIENTE¹
SEÇÃO LOCAL VIÇOSA

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de pesquisas do Grupo de Trabalho em Meio Ambiente da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), seção local Viçosa, cidade localizada na Zona da Mata do estado de Minas Gerais.

Este grupo de trabalho (GT) começou sua trajetória no início do ano de 2012, no contexto de vários debates e polêmicas em torno do projeto do mineroduto da empresa Ferrous Resources do Brasil e seus possíveis impactos no município de Viçosa (MG) e região. A partir disso, o debate foi lançado na AGB-Viçosa, fazendo com que uma série de discussões fosse trazida para esta entidade, fomentando, então, a formação de um grupo de trabalho que atuasse a partir de tal problemática. Assim sendo, vários espaços de articulação e resistência ao projeto de mineroduto passaram a ser frequentados pelo GT, não só no município de Viçosa, mas também em outros da região. O informativo local, *Prosa Geográfica*, passou, a partir daí, a veicular matérias, em suas edições, divulgando o trabalho que começava a ser realizado.

Com a chegada da AGB nesses espaços, percebeu-se a necessidade de se realizar um estudo que relatasse os diversos danos socioambientais decorrentes do referido empreendimento. Isto foi o que o GT se propôs a investigar, levantando ali a ocorrência de diversos danos ambientais (tais como a sobreposição de nascentes e uma série de direitos humanos violados) e elaborando o *Relatório*

.....
1 Os participantes que contribuíram para a elaboração deste artigo e para a constituição do grupo de trabalho foram: Luiz Henrique Vieira, Isabela Leão Ponce Pasini, Jaqueline Rocha, Renan Ferreira Nascimento, Lucas Magno e Nina Zamagno Pinheirom.

de impactos socioambientais do mineroduto da Ferrous Resources na microrregião de Viçosa. Este relatório foi amplamente divulgado na região, e fez parte dos documentos utilizados na ação civil pública² aberta no Ministério Público Federal. É sobre este estudo e seu desenrolar político que iremos dissertar, neste artigo.

SURGE O GT AMBIENTE DA AGB – VIÇOSA

Com a criação do GT Ambiente da AGB-Viçosa, em 2012, é dado o passo inicial desta entidade a fim de se posicionar e se manifestar sobre o tema ambiental, principalmente na Zona da Mata de Minas – denominação esta que não é mais tão pertinente, já que boa parcela de suas matas não se encontra mais presente. O termo ambiental, ou outros ligados diretamente a ele, tem sido usado, de forma intensiva, por quase todos os segmentos da sociedade, porém, na maioria das vezes, de maneira deslocada da realidade, com uma deficiência qualitativa: algo como uma “moda do momento”. Diante disso, neste cenário conflituoso, a AGB Viçosa se coloca numa perspectiva crítica de debate e intervenção, procurando trazer reflexões para a entidade (e fora dela) que possam também subsidiar a discussão em nível nacional.

A perspectiva do GT consiste em atuar, de maneira geral, em parceria com movimentos sociais do campo e da cidade e outras organizações autônomas que estejam envolvidas com a questão socioambiental; denunciando e refletindo sobre os diversos impactos e conflitos ocorridos devido ao modelo de desenvolvimento brasileiro imposto, principalmente na Zona da Mata de Minas Gerais; e dando maior visibilidade a esta questão nas discussões teórico-práticas da geografia. Como entidade técnico-científica e cultural, procuramos nos posicionar diante do cenário de interesses diversos e contraditórios relativos ao campo ambiental.

O PROJETO DO MINERODUTO DA FERROUS

O mercado global envolvendo o minério de ferro tem se intensificado no Brasil, alimentado principalmente pela China. O estado de Minas Gerais se destaca, neste cenário, como um grande fornecedor deste recurso natural. Várias minas

.....

2 Essa ação possui o número nº 872-70.2013.4.01.3823, e está aberta na Vara Federal de Viçosa. A ação civil pública foi intentada pela sociedade civil organizada na Campanha pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous. O autor da ação é o Instituto Universo Cidadão, que contratou o escritório Leonardo Rezende Advogados Associados para representá-lo.

são abertas com consentimento dos órgãos ambientais, projetos de transporte são planejados, integrando sistemas de escoamento por minerodutos e complexos portuários, conformando assim a crescente infraestrutura do setor. Esta realidade só demonstra como tais intervenções, no *boom* dos grandes empreendimentos em escalas nacional e continental,³ vêm contribuindo para a devastação e a acentuação dos conflitos socioambientais.

É possível entender a emergência de conflitos a partir do confronto com populações e grupos sociais, inseridos no chamado território nacional, e que, muitas vezes, possuem uma relação direta com o ambiente, tanto no sentido material como no simbólico. Como apontou Acselrad,

Assim é que no processo de sua reprodução, as sociedades se confrontam a diferentes projetos de uso e significação de seus recursos ambientais. Ou seja, o uso desses recursos é (...) sujeito a conflitos entre distintos projetos, sentidos e fins. Vista de tal perspectiva, a questão ambiental é intrinsecamente conflitiva, embora este caráter nem sempre seja reconhecido no debate público (Acselrad, 2004: 8).

O que ocorre, em muitos casos, é uma transferência de impactos ambientais para regiões mais pobres ou vulneráveis politicamente. Dessa forma, estas regiões acabam pagando um preço alto decorrente da má utilização da natureza em prol do chamado “progresso econômico”. Muitas vezes, o grande capital emprega um discurso calcado em ações mitigadoras do meio ambiente, porém, sem maiores preocupações com populações locais, que são as mais atingidas pelos impactos socioambientais. Nesse sentido, na utilização e no acesso desigual ao território, dos impactos e riscos resultados de práticas dominantes de apropriação dos recursos naturais evidenciam-se os conflitos materiais e simbólicos. Assim, segundo Acselrad, os conflitos ambientais são

aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (Acselrad, 2004: 26).

.....
3 Por intermédio principalmente do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e do IIRSA (Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana).

Esta perspectiva nos remete ao discurso da modernidade/colonialidade, como nos sugeriu Santos (2005) ao mostrar, por meio das lentes pós-coloniais sobre os marcos históricos, que o fim do colonialismo político não significou o fim do colonialismo como relação social, uma vez que grandes interesses privados se mantêm à frente do interesse popular, negligenciando suas próprias formas de saber com a terra e suas relações para com seu verdadeiro desenvolvimento na perspectiva espaço-temporal. Percebe-se assim que o

neocolonialismo reproduz o modelo colonial de ocupação, que é, ao mesmo tempo, predador do patrimônio natural e da biodiversidade, espoliador das terras, culturas e saberes dos povos indígenas e de outras populações tradicionais, concentrador da terra e dos bens e riquezas que ela produz e violador dos direitos humanos (...). Há como que um “preceito da prioridade da mineração” sobre as demais atividades econômicas, o que “vem transformando a indústria extrativa mineral no Brasil em uma devoradora de terras” (*Conflitos no campo Brasil*, 2012: 7).

Formas próprias e autônomas de projetos, como indivíduos e sociedades, são inferiorizadas, se não expressam conformidade com o sistema hegemônico. No contexto da Zona da Mata mineira, um dos atuais exemplos de imposição de projeto à sociedade se expressa por intermédio do projeto de construção do polêmico mineroduto da Ferrous.

A empresa Ferrous foi fundada em 2007, e, um ano depois, em 2008, começou a realizar as primeiras visitas técnicas na microrregião de Viçosa, em Minas Gerais. A partir daí, iniciou-se o processo burocrático de aquisição de licenças e “negociações” de representantes da empresa com os moradores que estavam na rota do projeto.

Os principais investidores da Ferrous Resources são de origens estadunidense, inglesa e australiana. Esta empresa extrai e beneficia minério de ferro de três minas, sendo elas: a MinaViga, no município de Congonhas, a de Esperança, em Brumadinho, e a Santanense, em Itatiaiuçu, todas situadas no quadrilátero aquífero de Minas Gerais. Denominaremos aqui de “quadrilátero aquífero” o conhecido “quadrilátero ferrífero”, e esta mudança de perspectiva deve-se ao fato de se encontrarem, nesta região, milhares de nascentes. Mas a lógica da exploração minerária não atenta a este fato, que colocamos em destaque para posteriores reflexões. A quantidade de nascentes que, por exemplo, abastecem importantes afluentes de grandes bacias hidrográficas (como a do rio São Francisco e rio Doce) é ali significativa. Esta discussão já é pautada

nos debates dos movimentos que se articulam contra os grandes impactos das mineradoras, em Minas Gerais: “Terra, água, territórios e pessoas não podem ser reduzidos a “reserva mineral” ou “jazida”. Territórios “ferríferos” antes são territórios “aquíferos”, lugar da vida!”⁴ Segundo Porto-Gonçalves (2004), a água tem de ser pensada como território, como inscrição da sociedade na natureza, haja vista sua extrema importância na manutenção biológica. Para as empresas mineradoras, é considerada apenas mais um recurso a ser utilizado indiscriminadamente no processo produtivo.

O mineroduto da Ferrous faz parte de um megacomplexo industrial e logístico desta empresa, que abarca ainda três usinas de pelotização, uma planta de filtragem e o superporto. Inicialmente, conforme o mapa abaixo, o projeto pretendia passar por 22 municípios entre os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, transportando o minério retirado da mina Viga (Congonhas/MG) ao superporto a ser construído no município litorâneo de Presidente Kennedy (ES).

Figura 1. Mapa do trajeto do mineroduto.



Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2008.

Atualmente, por meios oficiais, não se sabe qual será o novo trajeto até o porto, pois a empresa anunciou na imprensa⁵ que o lugar de desembarque do

.....

4 Trecho retirado da carta final do Encontro dos Atingidos e Atingidas pela Mineração na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, realizado em Ouro Preto (MG), entre os dias 19 e 22 de março de 2011.

5 Retirado do sítio eletrônico: www.gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013/03/noticias/dinheiro/1413768-ferrous-tira-estado-de-suas-prioridades.html. Acessado em 29/06/13.

minério passaria a ser em Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro. Porém, não houve nenhum pronunciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) a respeito.

A empresa planejou a passagem do mineroduto, primordialmente, por zonas rurais dos municípios afetados, consideradas como “vazias em termos demográficos, pouco produtivas economicamente e atrasadas em termos tecnológicos” (EIA, 2008), critérios estabelecidos segundo uma concepção urbana industrial do espaço geográfico. Tal concepção pode ser associada ao discurso moderno de “superação do subdesenvolvimento”, que busca o alcance dos progressos científico e tecnológico ligado à inovação, numa visão determinista que reforça a ideia de que todo progresso humano é necessariamente originado no avanço da ciência e da tecnologia.

Contudo, diferentes do cenário apresentado pelo empreendedor, as áreas rurais em questão têm como característica principal as pequenas propriedades fundiárias, produção agrícola para o mercado local e regional e empenho de mão de obra familiar (IBGE, 2006). Assim, em conflito com a concepção da empresa, estes territórios apresentam um grande número de pessoas residentes nas zonas rurais que têm o ambiente como a base para reprodução de seus modos de vida e a garantia da segurança alimentar regional.

O mineroduto está programado para transportar, inicialmente, cerca de 25 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, podendo expandir sua capacidade para 50 milhões de toneladas de minério anuais, na segunda fase de operação. Dentro do mineroduto, 1/3 do conteúdo transportado é de água e o restante de polpa de minério. Esta água será captada no rio Paraopeba, no município de Congonhas, em Minas Gerais (BRANDT Meio Ambiente, EIA – 2010, p. 9).

Quanto ao licenciamento do empreendimento, antes do parecer do IBAMA,⁶ o governo do estado de Minas Gerais decretou todas as porções de terra para os estudos, a instalação e as obras do mineroduto como sendo de utilidade pública:

Declara de utilidade pública, para desapropriação, constituição de servidão administrativa e ocupação temporária, terrenos situados nos municípios que menciona, necessários à construção do Mineroduto

.....
6 O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) é o responsável pela emissão da licença, tendo em vista que o empreendimento, que corta três estados da União, é de responsabilidade federal.

Ferrous, bem como de suas instalações complementares, e dá outras providências.⁷

Este decreto autorizou as desapropriações para as obras da empresa, afetando todas as populações e ambientes. Ele foi publicado e validado em maio de 2010, sendo que sua licença prévia (LP nº 409/2011) só seria emitida pelo IBAMA pouco mais de um ano depois, em 22 de junho de 2011. Aqui, percebemos que o executivo se antecipa ao órgão ambiental, já adiantando os trâmites jurídico-burocráticos necessários para os processos de desapropriação e permissão para o empreendimento.

A RESISTÊNCIA AO PROJETO

Nesse contexto, as populações locais atingidas direta e indiretamente, inseguras quanto à viabilidade e à chegada do empreendimento, começaram a se informar e a questionar sobre os possíveis impactos socioambientais e seus direitos. Estes questionamentos se deram por intermédio de um crescente processo de mobilização e articulação com diversos atores e movimentos sociais das regiões afetadas.

Como resultado desta articulação, iniciou-se uma intensa campanha de resistência, no município de Viçosa, para discutir a viabilidade socioambiental do projeto, que, depois, ressoou em outras cidades da Zona da Mata mineira. A Campanha Pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous⁸ surgiu no início de 2012, como uma forma de articulação de diversas organizações populares em resistência à implantação do mineroduto da empresa. Entre elas, encontram-se o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Associação de Moradores do Palmital, a Associação de Moradores de Santa Clara, a Paróquia Nossa Senhora de Fátima, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), o Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (PACAB), o Levante Popular da Juventude, a Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), a Entidade Nacional dos Estudantes de Biologia (ENEBIO), a Articulação Nacional dos Estudantes de

.....
7 Minas Gerais, Decreto s/n. de utilidade pública, publicação *Diário do Executivo*, Minas Gerais, em 21/05/2010, pg. 2 col. 2.

8 Para mais informações, acesse o sítio eletrônico www.campanhapelasaguas.blogspot.com.br

Ciências Sociais (ANECS), o Grupo Primavera nos Dentes e o Observatório de Movimentos Sociais, entre outros.

A articulação da campanha culminou em várias ações, como a audiência pública da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em Viçosa, com a participação de várias autoridades ambientais das esferas municipal, estadual e federal e da sociedade civil; em assembleias populares com a população local na região; em atos públicos, como passeatas e panfletagens; em uma denúncia do Ministério Público Estadual sobre violações de direitos humanos e ameaça ao abastecimento de água, no município de Viçosa; e, por fim, numa ação civil pública.

Sendo assim, a AGB, juntamente com a rede de organizações contrárias ao empreendimento, decidiu fazer a apuração dos fatos, baseando-se em dados concretos do número de nascentes afetadas e na violação de direitos humanos, contando, para isto, com a ajuda dos proprietários rurais ameaçados.

AS FORMA-AÇÕES DO GT

A análise do GT Ambiente sobre a referida situação foi elaborada com base numa série de documentos disponíveis sobre o empreendimento, no sítio eletrônico do IBAMA, principalmente o Estudo de Impactos Ambientais (EIA) e o Relatório de Impactos Ambientais (RIMA), e por meio de trabalhos de campo realizados entre os meses de maio a julho de 2012, nas localidades ameaçadas em Viçosa e microrregião (comunidades rurais Palmital, Paraíso, Machado e Córrego do Engenho (Viçosa) e áreas rurais dos municípios de Coimbra e de Ervália), levantando-se dados diretos sobre os seus recursos hídricos e coletando depoimentos dos moradores ameaçados pelo projeto a respeito das violações de direitos e do assédio moral que vinham sofrendo pela empresa.

Assim, neste contexto de conflito ambiental, permeado de preocupações e contradições, que a AGB, por intermédio do GT Ambiente, elaborou um relatório com o objetivo de apurar as informações (apresentadas pela empresa Ferrous por meio do EIA/RIMA) e qualificar o debate com relação ao problema da água em Viçosa. Soma-se a isto o ímpeto da entidade de se manifestar sobre as questões socioambientais próximas à sua realidade.

O objetivo geral do relatório foi o de elaborar um estudo dos impactos socioambientais da construção do mineroduto da Ferrous, no município de Viçosa e microrregião, tendo como objetivos específicos averiguar o processo de levantamento (ou sua ausência) de dados dos Estudos de Impacto Ambiental

(EIA) com relação aos impactos nos recursos hídricos deste município; analisar as informações levantadas com as populações ameaçadas sobre o processo de negociação da terra e as indenizações; e levantar possíveis casos de violações de direitos humanos.

Sendo assim, duas áreas de investigação foram delineadas: uma, voltada ao impacto nos recursos hídricos, no traçado do mineroduto; a outra, voltada à violação de direitos humanos na relação da empresa com a população atingida. Para atingir os objetivos relacionados à questão hídrica, em Viçosa, foram feitos trabalhos de campo, entre os meses de maio a julho de 2012, na microbacia hidrográfica do Ribeirão São Bartolomeu (principal rio da cidade, em termos hídricos e de abastecimento), e análises técnicas do EIA/RIMA sobre o empreendimento com relação ao mapeamento das nascentes ameaçadas neste município. Quanto às denúncias de violações de direitos humanos nas negociações, foram realizadas entrevistas com os ameaçados, nos municípios de Viçosa, Ervália e Coimbra. Assim, realizamos a análise documental (EIA e RIMA), a consulta a periódicos e jornais locais e os trabalhos de campo, nas áreas rurais afetadas, a fim de fazermos as entrevistas com as famílias em situação de risco e o mapeamento dos recursos hídricos ameaçados, usando técnicas de geoprocessamento.

As entrevistas foram feitas a partir de questões levantadas pelos ameaçados pelo mineroduto, nas audiências públicas e assembleias ocorridas em Viçosa, especificamente, e na região da Zona da Mata mineira, de uma maneira geral. Construímos, então, um roteiro semiestruturado, em que se fizeram presentes problemas levantados nestes espaços públicos, tais como invasões de propriedades, assédio moral, ameaças veladas etc. As entrevistas não tiveram um tempo de duração determinado, deixando os entrevistados à vontade para se expressarem e relatarem pontos que consideravam relevantes. Além das entrevistas casa a casa, a população foi ouvida em três momentos: 1º) numa reunião da população atingida, que ocorreu na paróquia de Nossa Senhora de Fátima, na cidade de Viçosa; 2º) nas reuniões dos dias 06 e 07 de julho de 2012, com um representante do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), nas localidades de Córrego dos Moinhos (Coimbra) e Palmital (Viçosa); e 3º) na audiência do MPMG, na Escola Municipal Altamiro Paraíso, na localidade de Paraíso, em Viçosa, em 12 de julho de 2012. Com estas informações, foi possível compreender a diversidade de casos relativos à violação de direitos e de assédio moral nas negociações impositivas.

Em relação ao mapeamento das nascentes atingidas, tivemos como referências os mapas do traçado do mineroduto disponíveis no EIA/RIMA do empreendimento. A AGB mapeou, com GPS (Sistemas de Posicionamento Global),

as nascentes presentes na faixa de servidão e usou máquinas fotográficas com o objetivo de localizar suas coordenadas geográficas e registrá-las. Além de integrantes do GT, algumas pessoas atingidas participaram do trabalho de campo, bem como outros integrantes da campanha que se disponibilizaram a realizar o trabalho. As pessoas do local foram fundamentais para o reconhecimento das nascentes. Os dados foram trabalhados em *software* livre do SIG (Sistema de Informações Geográficas) visando à confecção de mapas temáticos e à sua contraposição com os mapas apresentados no EIA/RIMA do empreendimento.

A RELAÇÃO DA EMPRESA COM OS ATINGIDOS E AS DENÚNCIAS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do mineroduto, 625.411 pessoas serão afetadas diretamente, ao longo de todo o traçado do empreendimento, nas distintas etapas de execução do projeto. Em Viçosa, segundo o EIA, 65 superficiários serão atingidos (BRANDT Meio Ambiente, EIA – Parte V, p. 114). Este contingente sofrerá restrições e expropriações de diversos tipos, como desapropriação fundiária e/ou impossibilidade de uso do solo na área denomina de “faixa de servidão” (100 metros a cada lado do duto), e, assim, em muitos casos, a impossibilidade de realizar atividades agropecuárias.

A empresa possui “agentes mediadores” para os processos de indenização e desapropriação, que fizeram visitas aos moradores “explicando” como se darão tais processos, no sentido de convencer as pessoas a aceitarem a proposta da empresa, e mostrando que o empreendimento já é uma realidade. As entrevistas apontam para a falta de informações sobre a questão jurídica e a pressão psicológica sobre os moradores, como no relato a seguir:

“Acharam que eu era louca. Trouxeram aqui, na minha casa, uma psicóloga e um assistente social pra me convencer que aquilo que eles estavam me pagando era bom, que eu poderia comprar um carrinho com isso e que era um absurdo eu não aceitar. Agora, me diz: que carro eu compro com 10 mil reais? Vou perder minha casa, minha roça, e comprar um carro? Dez mil eu tiro aqui com meu trabalho.” (entrevista da Sra. Magnólia, moradora do Palmital, Viçosa, julho de 2012).

“A empresa chegou a levar em minha propriedade duas psicólogas, que, na tentativa de convencer a aceitar as indenizações, conversaram, alegando

que, caso tivesse que morar na cidade, não teria problema, pois, hoje, a cidade não está tão ruim assim para morar. Eu até adoeci, recentemente, e acho que isso tem a ver com o stress causado pela Ferrous.” (depoimento de uma moradora do Palmital, durante a audiência do MPMG em Viçosa, MG, 12 de julho de 2012).

Em Viçosa, percebe-se que existem poucos moradores satisfeitos com as indenizações recebidas por seus terrenos; outros ainda esperam receber o dinheiro, ou ainda não concordam com o valor acertado com a Ferrous, estando claramente insatisfeitos com a forma de condução das negociações. Estes moradores estão lutando na justiça para receberem um valor justo pelo seu terreno, uma vez que o valor da indenização oferecida pela Ferrous é bem abaixo ao valor real que a terra apresenta. Já outros afirmam que foram indenizados, sendo obrigados a ceder parte de suas terras, salientando que, se fosse por vontade própria, não queriam ser vizinhos do mineroduto, pois o valor do terreno, quando planejado para o futuro, renderia mais do que os preços atuais. O depoimento abaixo ilustra esta situação:

“A minha terra é meu sonho, e meu sonho não tem preço. No entanto, a empresa colocou um preço no meu sonho: eles disseram que era R\$20.000,00. Além disso, tenho licenciada no CREA a construção de três casas que serão para aluguel. Pretendo alugar cada uma por R\$300,00, me dando um lucro de R\$ 900,00 mensais. No final de um ano, eu teria um lucro de R\$ 10.800,00, que é mais da metade do que eles estão me empurrando” (depoimento de um morador residente na região de Machado, durante a audiência pública do MPMG, em Viçosa, em 12 de julho de 2012).

Já em visitas a outros moradores, percebemos que os trabalhadores meeiros, parceiros ou funcionários de outrem, que vivem da terra e/ou que necessitam do trabalho na terra para seu sustento, não terão direito a nenhum tipo de indenização ou benefícios. Logo, serão afetados diretamente e não terão nenhum direito de contestação diante do projeto, uma vez que a empresa não os considera como atingidos.

No município de Ervália, por exemplo, na unidade produtiva identificada pela empresa com a placa de código MPK 3-710034AP1, há um trabalhador em regime de parceria há mais de 20 anos. O cafezal em que ele trabalha será todo atingido. Além disso, o mineroduto passará a menos de cinco metros da

casa onde reside, e ele nem sequer foi procurado pela empresa para futuras ações indenizatórias.

Durante os trabalhos de campo, casos semelhantes foram, cada vez mais, se tornando corriqueiros. Em Viçosa, no bairro Palmital, há um caso semelhante de não-indenização de uma casa que ficará a menos de três metros da faixa de servidão do empreendimento. Nesse caso, a proprietária também se mostrou preocupada com o que ocorrerá com sua casa devido ao trabalho de máquinas “pesadas” tão próximas. Outro atingido em Viçosa relatou que o mineroduto irá passar em cinco lugares distintos, em seu terreno, conforme vimos numa reportagem na *Folha da Mata* (2011, p. 7):

“O mineroduto pretende passar no local onde está a minha casa.” (...) E [o morador] disse que já tentou o diálogo com a Ferrous, “mas o advogado já me comunicou que disseram que não tem jeito e que realmente terão que passar no local.” (...) “Eu vou ser o último morador que será passado para trás por essa empresa. Se ela passar por cima da minha casa, o meu sangue vai junto”, concluiu José Geraldo.

Segundo os vários depoimentos e conversas informais efetuados em atividades do trabalho de campo, ficou evidente que a maioria dos moradores também não possui informações claras provindas da empresa Ferrous no que diz respeito à passagem do mineroduto e das áreas de “bota-fora” (áreas de despejo de resíduos sólidos). Pelos relatos, no mapa elaborado pela Ferrous, as áreas de bota-fora não são reconhecidas por alguns moradores, que afirmam que os mapas apresentados pela empresa contêm informações divergentes. Além disso, alguns moradores alegam que a Ferrous não divulgou publicamente onde ficarão os terrenos de bota-fora, apresentando informações diferentes, em momentos distintos. Sabe-se que um dos moradores não negociou com a empresa, recusando-se a aceitar a vinda dos Depósitos Controlados de Materiais Excedentes (DCME) 120 para o seu lote.

Outro exemplo pode ser observado com o DCME-119, planejado para a localidade de Paraíso, em Viçosa, na unidade do senhor Toti. Entretanto, ele e seu filho, Ivan, responsável pela produção de suínos na família, dizem que, até hoje, nunca foram informados de que haveria a instalação de um bota-fora em sua propriedade. Ivan sabe que será retirado um morro de sua propriedade, mas não sabia que sua retirada daria acesso a um bota-fora. Segundo Rita, irmã de Ivã,

“Em 2011, estiveram algumas pessoas da empresa aqui procurando onde seria o bota-fora. Eles vieram aqui e disseram que vai ser no vizinho (...), mas não falaram que vai ser aqui, não. Agora, você me mostra o mapa e diz que vai ser aqui, uai! (...) Isso tá errado! Eles não podem fazer isso, não. Essa área aí pega mais de 80% da propriedade.” (Rita, entrevista durante trabalho de campo, Viçosa, junho de 2012)

Já para o sítio do senhor Luís, na localidade do Palmital, também em Viçosa, está projetado um bota-fora, sobre o qual, segundo ele, só ficou sabendo no dia em que recebeu uma carta dizendo que ele era réu em um processo movido pelo empreendedor. Quando o senhor Luís foi ao fórum, viu que seu sítio seria atingido e ele perderia seu pomar, o curral e também uma grande área de pastagem. No entanto, quando o perito agrário foi fazer a avaliação de seu imóvel, ele averiguou que o local onde se encontram a casa e o campo de futebol também seria atingido pelo empreendimento. Ou seja, em sua avaliação, o perito percebeu diferenças em relação àquilo que os documentos no fórum informavam sobre a localização da área de despejo de resíduos sólidos. Estas contradições e disparidades nas informações fazem com que os ameaçados fiquem inseguros e sem parâmetros para a negociação, pois não sabem qual a real área afetada pelo empreendimento e o que, de fato, será indenizado.

Foi relatado pelos moradores que funcionários a serviço da empresa invadiram terrenos particulares, para o término dos estudos físicos e ambientais e também para a instalação das placas demarcando as áreas de servidão do empreendimento. O senhor Emerich, dono de um imóvel rural localizado no município de Coimbra, também passou por esta situação, e destacou que visitou uma área, em Viçosa (região do Córrego do Engenho, em frente à rodovia MG-248), que a empresa adquiriu para abrigar seu maquinário e que também se tornará ponto de depósito de materiais necessários à obra, quando da instalação do empreendimento. No entanto, Emerich destacou:

“Quando eu cheguei lá, vi a placa com a seguinte inscrição: “propriedade particular, proibida a entrada”. Eu me surpreendi. Ora, minha propriedade também é particular, e nem por isso fui procurado por alguém para poder entrar em meu terreno e instalar placas dizendo que lá seria área de servidão da Ferrous. Isso é invasão de propriedade!” (Sr. Emerich, entrevista durante trabalho de campo, Viçosa, 2012).

Foram várias as reclamações dos moradores do Palmital, Córrego do Engenho e Paraíso a respeito de que, em nenhum momento, foram procurados pela Ferrous a fim de que a empresa pudesse adentrar em seus terrenos para fazer qualquer tipo de levantamento de dados ou instalação de placas delimitando a área de servidão do empreendimento. Este fato, por si só, já seria relevante para se questionarem a forma e a natureza do levantamento dos dados do EIA nas propriedades rurais.

“A empresa veio aqui e invadiu minha propriedade, a minha e de mais um tanto de gente aí, sem o consentimento de ninguém. Aqui, a empresa chegou invadindo, sem negociação, somente com um documento de posse via oficial de justiça. Aqui, o mineroduto vai cortar quase todo o terreno e, ao final, será retirado um morro para que ele não impeça a pressão de bombeamento do mineroduto. A empresa veio aqui, um dia, sem meu conhecimento, para fazer sondagem da área a ser escavada. A Ferrous entrou com um trator, derrubando a cerca e soltando o gado na estrada, realizou a sondagem e, depois, partiu, deixando tudo destruído aqui. Quando cheguei aqui, no dia seguinte, foi que eu percebi a cerca no chão derrubada. Assustei com a situação, e também porque minhas criações não estavam aqui, e também com o rastro e as perfurações por causa das sondagens. Indignado, senti constrangido e humilhado pela situação que vi de invasão. Agora, eu construí um portão eletrônico na minha propriedade para garantir que entra aqui quem eu quiser. E a Ferrous aqui não é bem-vinda! Essas pessoas, às vezes, podem ser boas, melhores até que nós, mas podem também ser pessoas que não têm nada a ver com a vida, né? Como falei, aqui, nunca precisei de portão, mas, depois da chegada do mineroduto, fui obrigado a colocar.” (depoimento de um morador do Palmital, trabalho de campo, Viçosa, junho de 2012)

Assim, percebemos que o processo de instalação das placas (com os dizeres “Faixa de servidão. Construção do mineroduto da Ferrous. Tel. 0800 9401270”), nas áreas direcionadas às obras do mineroduto, em Viçosa, foi realizado, em sua maioria, sem a permissão ou o conhecimento dos proprietários dos terrenos.

Nesse contexto, vários moradores estão entrando na justiça, com seus advogados particulares, para minimizarem suas perdas e prejuízos e lutarem por seus direitos. Soma-se a isto o fato de alguns moradores terem tido sérios problemas de saúde devido à pressão da passagem do mineroduto por suas terras e

também por conta das pressões psicológicas dos agentes mediadores da empresa no local, obrigando-os a aceitarem os valores preestabelecidos pela empresa.

REMAPEANDO AS NASCENTES

Viçosa tem como fontes de abastecimento de água as microbacias do rio São Bartolomeu e do rio Turvo Sujo. O ribeirão São Bartolomeu configura-se como principal fonte de abastecimento da cidade, pois, atualmente, abastece cerca de 65% do município e fornece 100% da água utilizada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). O rio Turvo Sujo, por sua vez, é responsável por 35% do abastecimento público (Fontes et al, 2006, p. 2). O ribeirão São Bartolomeu é um dos afluentes do rio Turvo Sujo e pertence à bacia do rio Doce. Seus principais tributários são os córregos do Engenho, Palmital, Paraíso, Machados, Posses e Araújo.

Especificamente em relação à questão do comprometimento do abastecimento hídrico de Viçosa, a população local se mostra bastante preocupada, visto que o manancial terá várias de suas nascentes afetadas e cursos d'água comprometidos, com a construção do mineroduto, que passará primordialmente nas áreas de várzeas e brejos, locais com grande concentração de recursos hídricos, em especial de nascentes.

Atualmente, o município de Viçosa já se encontra em situação de risco no que se refere ao abastecimento público de água. Há anos que a cidade enfrenta falta de água nos bairros mais altos, que não se restringe apenas ao período de estiagem. No ano de 2012, por exemplo, os bairros de Lourdes, Santa Clara e Fátima ficaram sem água durante duas semanas, em pleno período de chuvas, isto é, nos meses de janeiro e fevereiro, quando os índices de pluviosidade são maiores.

Segundo o EIA, trinta nascentes ao todo, em Viçosa, serão diretamente atingidas, mas, na imprensa local, a empresa garante que o empreendimento não afetará nascentes, ou afirma que o abastecimento será comprometido apenas por alguns dias, sendo que ela garantirá água por meio de caminhões pipas para as áreas atingidas, como consta no EIA. O mineroduto chegaria a Viçosa pelo município de Paula Cândido, percorrendo quinze quilômetros no território viçosense e seguindo em direção ao município de Coimbra.

De acordo com o IBGE (2004), uma nascente se caracteriza como uma “surgência natural de água, em superfície, a partir de uma camada aquífera”. Assim, nascentes não se caracterizam apenas como o local onde nasce um rio

ou seu afluente, mas também qualquer surgência de água que possa estar localizada em brejos, cabeceiras de rios ou ainda em áreas alagadas. Com base nesta conceituação prática que a AGB Viçosa realizou o mapeamento das dezenas de nascentes ali localizadas.

Durante o trabalho de remapeamento das nascentes realizado pela AGB, foram identificadas trinta nascentes apenas na bacia hidrográfica do ribeirão São Bartolomeu, informação esta que vai de encontro à da empresa Ferrous, que garantiu que o empreendimento não atingiria nenhuma nascente no município de Viçosa. Segundo a empresa, na microbacia do ribeirão São Bartolomeu, existem apenas seis nascentes atingidas pelo mineroduto, e, na sub-bacia do Palmital, apenas duas nascentes mapeadas.

Os dados de nascentes impactadas levantados pela empresa são muito contrastantes com os dados levantados pelos trabalhos de campo da AGB. Os dados da empresa não representam nem 25% das nascentes que realmente serão impactadas, segundo o levantamento da AGB. A disparidade é tamanha, pois todos os impactos que foram enumerados, levando-se em consideração a intervenção em apenas seis nascentes, estarão muito fora da realidade, visto que, na verdade, serão impactadas trinta nascentes, na microbacia do São Bartolomeu. Somando as nascentes mapeadas pela Ferrous e as que a AGB mapeou, o total é de sessenta nascentes, somente no município de Viçosa. Este é um dado mínimo, pois, no trajeto proposto pelo projeto, o mineroduto passará por inúmeras áreas de brejo que serão afetadas, sendo que nelas existem vários pontos de emersão de água para a superfície e nascentes intermitentes.

Dessa forma, os impactos no abastecimento de água foram subestimados, e, com certeza, serão superiores aos que constam no EIA-RIMA, principalmente durante a construção da obra, que realizará inúmeras escavações e movimentações de terras, ocasionando o carregamento de sedimentos para os corpos d'água e contribuindo para o assoreamento dos corpos hídricos. Além disso, este número tende a aumentar devido ao não-mapeamento de diversas nascentes, nos arredores das áreas de bota-fora. Além da microbacia do São Bartolomeu, também serão afetadas nascentes que desembocam no rio Turvo Limpo (entretanto, estas não foram remapeadas no trabalho da AGB).

Nas conversas com os agricultores de Ervália, Paula Candido e Viçosa, foi relatado que eles nunca viram nenhum representante da empresa fazendo o levantamento dos cursos d'água nas localidades, muito menos foram contatados para saber das nascentes que serão atingidas em seus terrenos. O contato direto da AGB com esses agricultores e outros moradores foi um fator determinante para o mapeamento, pois eles conheciam seus terrenos e puderam nos infor-

mar a respeito de todas as nascentes existentes dentro da área prevista para a construção do mineroduto.

Analisando a carta topográfica contida no EIA (Parte I, anexo 3: mapas de localização do mineroduto Ferrous), que apresenta o trajeto proposto no município, percebe-se que o traçado corta córregos e atravessa o rio São Bartolomeu em diversos pontos. Várias placas da área de servidão estão em pontos de várzeas e brejos, como, por exemplo, na confluência entre o rio São Bartolomeu e o córrego do Engenho.

Figura 2 - Placa da faixa de servidão fincada dentro de um brejo, na comunidade de Palmital, em Viçosa



Considerando os impactos de um empreendimento do tipo subterrâneo (como um mineroduto), podemos estimar que essas nascentes vão sofrer processos de degradação, tendo em vista o impacto direto sofrido com a intensa movimentação de massa, a probabilidade de assoreamento dos cursos d'água e a alteração da dinâmica hídrica local.

Além de implicar em desmatamento de brejos e matas, a construção do traçado do mineroduto executará grandes movimentações de massa de terra, com abertura de valas feitas por máquinas para a instalação da rede de tubulação, cortes de taludes, abertura de acessos a veículos e equipamentos, instalação de canteiros de obra, de depósitos, de faixas de manutenção e de áreas de bota-fora. Estas áreas conformam nove pontos de DCME, em Viçosa (referenciais de números 115 a 123), este último na divisa com o município de Coimbra (mapas das ps. 298 e 300 do EIA- parte 1). Fora a degradação das áreas existentes,

ainda haverá os prováveis efeitos de assoreamento dos corpos hídricos locais a partir de processos erosivos dos materiais depositados, bem como alteração da própria dinâmica geomorfológica e pedológica local.

O DCMEs-119 está programado para ser instalado numa das principais nascentes de um afluente do córrego do Paraíso, numa área caracterizada como “anfiteatro”, que, por sua forma, funciona como local ideal para a infiltração de água e recarga do lençol freático, maximizada pela proteção de suas matas nas cabeceiras e o cerceamento da nascente e do curso d’água. O impacto na nascente do DCMEs-119 trará sérias consequências para a disponibilidade em sua sub-bacia, o que trará reverberações sérias na economia local e até regional, pois se trata de um importante curso d’água, que serve para a irrigação das culturas agrícolas locais. Assim, há de se considerar o impacto na economia local a partir da diminuição na disponibilidade de água.

O primeiro impactado pelo empreendimento será o senhor Toti, pelo fato de este bota-fora abranger cerca de 80% de sua propriedade, sendo que ela depende quase que 100% da água provinda desta nascente para suas atividades de olericultura e suinocultura. A jusante da morada do senhor Toti, tem-se a propriedade do senhor Sílvio, que, para realizar sua atividade de olericultura, necessita da água que vem de um ribeirão, cuja nascente de maior contribuição é a nascente afetada pelo DCME-119. Além destes dois agricultores, que se destacam na produção olerícola local, a bacia do Palmital tem sua atividade agropecuária voltada para a olericultura (que ocorre nas várzeas e áreas planas) e a produção de café (que ocorre nos topos de morros e encostas). O destino destas produções olerícolas e de café são os grandes mercados locais e mercadinhos de bairros, bem como quitandas.

Em nenhum momento, no EIA e no Relatório Técnico Complementar (RTC) 8, na parte que tange às nascentes em Viçosa, afirmou-se que as nascentes são para uso humano, o que contradiz as informações fornecidas pelos moradores à AGB, uma vez que, segundo eles, há, sim, o uso e o consumo humano destas águas, e, em alguns casos, toda a unidade produtiva familiar é abastecida por elas.

DESDOBRAMENTOS

Em março de 2013, foi movida uma ação civil pública contra a Ferrous, que possui três laudos técnicos (um elaborado pela AGB Viçosa (*Relatório de impactos socioambientais do mineroduto da Ferrous Resources na microrregião de Viçosa*), um

segundo pela UFV e um terceiro pelo SAAE⁹) que apontam vários erros no EIA/RIMA do empreendimento, sobretudo a omissão do impacto em mais de trinta nascentes da bacia do ribeirão São Bartolomeu, em Viçosa. De acordo com os relatórios anexados na ação, da forma como o projeto foi concebido, há risco irreparável de danos à população de Viçosa em relação ao comprometimento do abastecimento de água. Passado um mês, o juiz federal encarregado da ação determinou que iria adiar a análise da liminar devido ao fato de a Ferrous possuir apenas a licença prévia do empreendimento, e que somente com a licença de instalação é que poderiam ocorrer os impactos denunciados.

Após a abertura da ação civil pública, pouco, de fato, foi feito, situação que tem preocupado os integrantes da campanha contra o empreendimento. Diante disso, em 16 de maio de 2013, houve uma manifestação na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Na ocasião, a ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes, esteve presente na universidade para ministrar a aula inaugural do ano letivo de 2013, que tinha por tema “Direitos humanos: avanços e desafios”.

Aproveitando este evento, manifestantes da Campanha pelas Águas Contra o Mineroduto da Ferrous se organizaram e protestaram em frente ao prédio do Departamento de Engenharia Florestal da UFV, com cartazes e encenações teatrais. Segundo Luiz Paulo, um dos participantes da campanha,

O protesto foi realizado objetivando encaminhamentos concretos. Aproveitamos a vinda da ministra para solicitar uma intervenção direta da Secretaria de Direitos Humanos no processo de licenciamento ambiental do mineroduto da Ferrous. É inadmissível, depois de tantas denúncias e laudos técnicos comprovando a inviabilidade do empreendimento, o IBAMA prosseguir com o processo concedendo recentemente a prorrogação da licença prévia. Exigimos que a recomendação protocolada pelo Ministério Público Federal, em setembro de 2012, seja acatada e o processo de licenciamento cancelado devido às sistemáticas violações de direitos e impactos socioeconômicos não mensurados pela multinacional.¹⁰

Nesta ocasião, a campanha entregou uma carta e documentos produzidos pelo Ministério Público Federal (MPF) que evidenciavam violações

.....
9 O SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Viçosa) é uma autarquia de prestação de serviços de saneamento básico do município.

10 Retirado do sítio eletrônico: www.campanhapelasaguas.blogspot.com.br. Acesso em junho de 2013.

aos direitos humanos e ambientais relativos ao empreendimento da Ferrous. Além disso, o MPF solicitou a imediata anulação da licença prévia e a suspensão geral do licenciamento ambiental do empreendimento, por comprovar que a construção do mineroduto comprometeria negativamente os modos de vida das comunidades atingidas e o abastecimento público de água, em Viçosa e região.

COM AS LUZES APAGADAS, CÓDIGO DA MINERAÇÃO EM ALTERAÇÃO

Atualmente, no Brasil, a mineração é regida pela Lei 227/1967 – o intitulado Código Mineral. Minas Gerais possui 63% das reservas brasileiras de minério de ferro. Em 2010, o Brasil representou 15,5% da produção mundial, sendo este estado responsável por 70% deste total. Estes números nos dão a dimensão da intensidade de produção que se encontra em Minas Gerais. Segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), em 2010, o setor mineral participou com 4,2% do PIB e 20% do total das exportações brasileiras.

De acordo com o Plano Nacional de Mineração (PNM–2030), referência para o planejamento do setor mineral para os próximos vinte anos, divulgado pelo MME, os investimentos previstos até 2030 serão da ordem de R\$ 350 bilhões. Este é o quarto planejamento para o setor mineral feito pelo MME. Os anteriores foram: I Plano Mestre Decenal para Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil (1965-1974); II Plano Decenal de Mineração (1981-1990) e o Plano Plurianual para o Desenvolvimento do Setor Mineral (1994).

Almejando avançar no ritmo da exploração e aumentar a participação dos lucros ligados à mineração, o governo federal está “rediscutindo” o Código de Mineração, por meio do Projeto de Lei n.º 5.807/2013 (do Poder Executivo), com objetivo de alterá-lo. O contexto sociopolítico desta preterida mudança no país é o das grandes manifestações populares contra os gastos excessivos para com a Copa do Mundo da Fifa, em 2014. Esse código foi elaborado em 1967, e, assim como o Novo Código Florestal, também é alvo de muita polêmica. Hoje, a taxa da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais (CFEM) é de 2% em cima do faturamento bruto das empresas, de acordo com as leis n.º 7.990, de 1989, e n.º 8.001, de 1990. Uma das mudanças pretendidas com o novo código é dobrar esta arrecadação para o governo realizar a mudança da base de cálculo dos *royalties* e criar as denominadas Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIM).

As alterações preveem, ainda, que as minas serão leiloadas em um pregão público, seguindo uma lógica semelhante à do setor de petróleo e gás. O marco regulatório e o modelo institucional serão modificados e deverão ser apresentados ao Congresso Nacional por meio de medidas provisórias, inicialmente. Diante destas futuras modificações, no dia 28 de maio de 2013, foi criado o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, para, assim, exigir-se a necessidade de um maior debate público no Brasil, envolvendo a sociedade, e especialmente os impactados, sobre a política mineral e seu marco legal. Este comitê é formado por 48 entidades de todo o país, envolvendo organizações de trabalhadores(as) das áreas de mineração, quilombolas, assentados(as) e agricultores(as) familiares, povos indígenas, ribeirinhos(as), pescadores(as), cidadãos(ãs), comunidades atingidas e ameaçadas pela cadeia produtiva da mineração, organizações não governamentais, movimentos sociais, populares e ambientalistas. Estes sujeitos vêm questionando o momento atual do cenário da mineração e a perspectiva de que o governo brasileiro pretende triplicar as explorações minerais até o ano de 2030. Desde 2012, estas organizações vêm pensando a forma de (re)agir frente a esse modelo e se preparar para questionar, de forma crítica e massiva, o Novo Código Mineral.

Analisando o PNM-2030, vemos que nele não foi discutida, com a devida importância, a questão das construções de minerodutos pelo país, principalmente em Minas Gerais. Aliás, o termo mineroduto só aparece uma vez no documento, e mesmo assim ao falar de infraestrutura e logística. Já no Projeto de Lei nº 5.807/2013, o termo mineroduto nem sequer é mencionado. Segundo seu artigo terceiro (capítulo II, página 3), a atividade de mineração no país abrange “somente a pesquisa, a lavra, o desenvolvimento da mina, o beneficiamento dos minérios e o fechamento da mina”. Por meio desta definição limitada, percebemos que a presença de minerodutos não é considerada como parte integrante do processo produtivo da mineração, mesmo que eles façam a ligação dos setores de produção/beneficiamento/escoamento.

Uma das dificuldades da população é a de encontrar informações e estudos dos órgãos estaduais e federais sobre esse tipo de obra. Existe a negligência do governo quanto ao tema, e some-se a isto o fato de que, no documento acima mencionado, existe a ausência da participação da sociedade. Este documento mostra, ainda, os territórios sem a presença de pessoas, como se fossem já pre-estabelecidos para serem usados para atividades mineradoras. Tais alterações estão sendo efetuadas sob forte influência de diversas empresas mineradoras (Vale, Ferrous, Anglo American, Novelis, Samarco etc.), e, como consequência disto, as questões que fogem dos interesses empresariais (como a das popula-

ções atingidas) são ignoradas neste processo. Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), no Brasil, existem em operação 52 grandes e médias empresas ligados ao setor.

Para termos uma noção da grandeza da perspectiva de construção de minerodutos no estado mineiro, está sendo construído o maior mineroduto do mundo, o Minas-Rio, da Anglo American, ligando Conceição do Mato Dentro (MG) a São João da Barra (RJ),¹¹ já apresentando várias paralisações determinadas pela justiça devidas a inúmeras irregularidades. A Samarco possui dois minerodutos, que ligam a unidade de Germano, em Mariana (MG), à unidade de Ubu (ES), sendo que a empresa já estuda a construção do terceiro cano. Além destes, existem projetos de construção dos minerodutos da Manabi (de Morro do Pilar/MG a Linhares/ES), da Sul-Americana Metais (de Grão Mogol/norte de Minas a Ilhéus/BA) e da MMX (de Bom Sucesso/MG a Itaguaí/RJ).

Percebemos que estes projetos que estão sendo planejados e construídos para escoar a produção mineral constituem obras de grande porte que serão facilitadas e incentivadas pelo Novo Código da Mineração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das inúmeras resistências populares contra as políticas desenvolvimentistas que estão em vigor não somente no Brasil, mas na América do Sul, a AGB se insere também neste contexto, com possibilidades de atuação por meio dos seus grupos de trabalho, de maneira crítico-geográfica, construindo posicionamentos e ações de reexistência.

Os objetos e ações de diversas empresas, como os do setor minerário, e as decisões tomadas para desencadear no território suas obras de infraestrutura, em diversas escalas, têm gerado impactos significativos sobre os recursos hídricos, as florestas e os mananciais, e sobre a população que se encontra na rota do projeto. A partir de várias obras e empreendimentos já em funcionamento, percebemos que a realidade dos impactados é bastante expressiva.

A expansão das atividades ligadas à mineração é crescente, no estado de Minas Gerais, e, como consequência disto, cresce a pressão pelo uso indiscriminado dos recursos naturais em nome do criticado “desenvolvimento sus-

.....
11 Para compreender os impactos que São João da Barra vêm recebendo com a implantação de grandes projetos, ver o relatório elaborado pela AGB Rio/Niterói: *Relatório dos impactos socioambientais do Complexo Industrial-Portuário do Açú – São João da Barra/RJ*.

tentável”. A tendência da lógica desenvolvimentista é a de valorar apenas os grandes empreendimentos espalhados por todo o país, ignorando o valor de territórios e populações locais. A questão econômica é privilegiada e vem em primeiro lugar, respaldada pelo apoio governamental, em todas as esferas de governo (municipal, estadual e federal). Projetos como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 1, lançado em 2007, e o PAC 2, lançado em 2010, vêm reforçar ainda mais o papel que o estado de Minas Gerais possui na história como exportador de *commodities*.

É preciso repensar caminhos e alternativas ao desenvolvimento – e não dos tipos de desenvolvimento –, pois este modelo imposto, presente desde o pós-Segunda Guerra Mundial, já demonstrou, há tempos, sinais de decadência, uma vez que os recursos naturais, tão almejados neste sistema, estão cada vez mais limitados. O discurso político-econômico do globalitarismo neoliberal vem demonstrando o quão poderoso é este modelo, que contou com a ONU e a Doutrina Truman como instrumentos de disseminação do pensamento desenvolvimentista. Este discurso, por sua vez, com a ideologia da propagação da ciência, do capital e da tecnologia, dominou e domina os pensamentos e também os fazeres em vigor pelo planeta. Vemos a grandeza desta construção, e cabem a nós os desafios cotidianos para rompê-la, nas mais diversas escalas e contextos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henry et al. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, pp. 7-36, 2004.
- AGB. *Relatório sobre os impactos socioambientais do mineroduto da Ferrous na microrregião de Viçosa-Mg (Seção local Viçosa)*. UFV. Minas Gerais, 56 f, 2012.
- BRANDT Meio Ambiente. *Estudo de Impactos Ambientais: mineroduto Ferrous Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo*. PARTE I, IV e V. *Avaliação de Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras, Programas de Gestão e Monitoramento*. Julho, 2010. Disponível em: <http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento_ambiental/Dutos/Mineroduto/Mineroduto%20Ferrous%20-%20julho%202010/>. Acesso em jun. 2013.
- CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; LAZZARIN, Flávio (coords.). *Conflitos no campo – Brasil 2012*. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2013.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo agropecuário*. 2006. _____ . *Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente*. [et.] Eco-Terra Brasil. 2ª edição. 2004.

Jornal Folha da Mata. Data: dia 01 de julho de 2011.

MME (Ministério de Minas e Energia). Brasil. *Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM/2030)*. Brasília: MME, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *O desafio ambiental: os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização*. Org: Emir Sader. Rio de Janeiro. Ed. Record, 2004.

Projeto de Lei nº 5.807, de 2013. Câmara dos Deputados. Brasília. Mensagem nº 248/2013 – URGÊNCIA ART. 64, § 1º – CF. Aviso nº 450/2013 – C. Civil

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Introdução. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo.” In: *Semear outras soluções. O caminho da biodiversidade e dos caminhos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Normas

REVISTA TERRA LIVRE NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Terra Livre é uma publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), cujo objetivo é divulgar a produção do conhecimento geográfico. Publicam-se textos sob as formas de artigos, notas, resenhas e comunicações, entre outras, dos que se interessam e participam do conhecimento propiciado pela geografia.

1. Os textos deverão ser enviados para o e-mail – terralivre@agb.org.br.

2. Todos os textos enviados à Terra Livre devem ser inéditos e redigidos preferencialmente na língua portuguesa e, excepcionalmente, em outras línguas.

3. Os textos devem ser apresentados com o máximo de 30 laudas, com margem (direita, esquerda, superior e inferior) de 3 cm, e parágrafos de 2 cm, em Word para Windows, utilizando-se a fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1 e 1/2, formato A-4 (210x297mm).

4. Os arquivos não poderão ultrapassar 2,0 Mb, incluindo texto, referências bibliográficas, tabelas, figuras etc.

4.1. As ilustrações (figuras, tabelas, desenhos, gráficos, fotografias etc.) devem ser enviadas nos formatos JPG ou TIF, e somente serão aceitas em tons de cinza. Não serão aceitas ilustrações coloridas, a menos que o(s) autor(es) do texto arquem com os custos adicionais decorrentes.

5. O cabeçalho deve conter o título (e subtítulo, se houver) em português, inglês e espanhol ou francês. Na segunda linha, o(s) nome(s) do(s) autor(es), e, na terceira, as informações referentes à seção local a que está(ão) associado(s) ou instituição(ões) a que pertence(m), bem como o(s) correio(s) eletrônico(s) e endereço postal do(s) autor(es).

6. O texto deve ser acompanhado de resumos em português, inglês e espanhol ou francês, com no mínimo 10 e no máximo 15 linhas, em espaço simples, e uma relação de 5 palavras-chaves que identifiquem o conteúdo do texto.

7. A estrutura do texto deve ser dividida em partes não numeradas e com subtítulos. É essencial conter introdução e conclusão ou considerações finais.

8. As notas de rodapé não deverão ser usadas para referências bibliográficas. Este recurso pode ser utilizado quando extremamente necessário, e cada nota deve ter em torno de 3 linhas.

9. As citações textuais longas (mais de 3 linhas) devem constituir um parágrafo independente. As menções a ideias e/ou informações, no decorrer do texto, devem subordinar-se ao esquema (Sobrenome do autor, data) ou

(Sobrenome do autor, data, página). Ex.: (Oliveira, 1991) ou (Oliveira, 1991, p.25). Caso o nome do autor esteja citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses. Ex.: “A esse respeito, Milton Santos demonstrou os limites... (1989)”. Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano devem ser identificados por uma letra minúscula após a data. Ex.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).

9.1. As citações, bem como vocábulos e conceitos que não estejam em português, deverão ser oferecidas ao leitor em nota de rodapé.

10. A bibliografia deve ser apresentada no final do trabalho, em ordem alfabética de sobrenome do(s) autor(es), como nos seguintes exemplos.

a) no caso de livro:

SOBRENOME, Nome. Título da obra. Local de publicação: Editora, data.
Ex.:

VALVERDE, Orlando. Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: editora Vozes, 1985.

b) No caso de capítulo de livro:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (org.). Título do livro. Local de publicação: Editora, data, página inicial-página final. Ex.: FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.67-93.

c) No caso de artigo:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico, local de publicação, volume do periódico, número do fascículo, página inicial- página final, mês(es). Ano. Ex.: SEABRA, Manoel F. G. Geografia(s)? Orientação, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.

d) No caso de dissertações e teses:

SOBRENOME, Nome. Título da dissertação (tese). Local: Instituição em que foi defendida, data. Número de páginas. (Categoria, grau e área de concentração). Ex.: SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos sociais populares em Fortaleza: uma abordagem geográfica. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986. 268p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).

11. O descumprimento das exigências anteriores acarretará a não-aceitação do referido texto; tampouco seguirá a tramitação usual para os pareceristas da Revista Terra Livre.

12. Os artigos serão enviados a dois pareceristas, cujos nomes permanecerão em sigilo, omitindo-se também o(s) nome(s) do(s) autor(es). Em caso de divergência nos pareceres, o texto será submetido a um terceiro parecerista.

13. Os originais serão apreciados pela Coordenação de Publicações, que poderá aceitar, recusar ou rerepresentar o original ao(s) autor(es) com sugestões de alterações editoriais.

14. Cada trabalho publicado dá direito a dois exemplares a seu(s) autor(es), no caso de artigo, e um exemplar, nos demais casos (notas, resenhas, comunicações). A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) se reserva o direito de facultar os artigos publicados para reprodução em seu sítio ou por meio de cópia xerográfica, com a devida citação da fonte.

15. Os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), não implicando, necessariamente, na concordância da Coordenação de Publicações e/ou do Conselho Editorial.

16. Os autores poderão manter contato com a Comissão Editorial por meio do endereço eletrônico da Revista Terra Livre - terralivre@agb.org.br

TERRA LIVRE MAGAZINE STANDARDS FOR PUBLICATION

Terra Livre is an Association of Brazilian Geographers' biannual publication that aims to disseminate materials pertaining to the themes present in the training and practice of geographers and your participation in the citizenship construction. Its texts are received in the form of articles, notes, reviews, communications, among others, of all who are interested and participate in the knowledge afforded by Geography, and which are related with the discussions that involves the theories, methodologies and practices developed and used in this process, as well as the conditions and situations under which they are manifesting and prospects.

1. All the texts sent to this journal must be unpublished and written in Portuguese, English, Spanish or French.

2. The texts must be presented with minimum length of 15 and maximum 30 pages, with margins (right, left, top and bottom) of 3 cm, and paragraphs of 2 cm, in Word for Windows, using the Times New Roman, size 12, space 1 and ½, A4 format (210x297mm).

3. The files don't exceed 2.0MB, including text, references, tables, figures etc.

3.1 The illustrations (figures, tables, pictures, graphics, photographs etc.) must be available in JPEG or TIF formats, and not only be accepted in black, or that details are accented in shades of gray, no color pictures will be accepted.

4. The header should contain the title (and subtitle, if any) in Portuguese, English and Spanish or French. In the second line, the name (s) of author (s), and the third, the information of the institution (s) you belong to and mailing address of the author (s).

5. The text should be accompanied by summaries in English, Portuguese and Spanish or French, with a minimum 10 and maximum of 15 lines, single-spaced, and a list of 5 keywords identifying the content of the text.

6. The structure of the text should be divided into unnumbered and with subtitles. It is essential to include an introduction and conclusion or closing remarks.

7. Footnotes should not be used for references. This feature can be used when absolutely necessary and every note should be about 3 lines.

8. Textual quotes long (more than 3 lines) should be a separate paragraph. The words to ideas and / or information during the text should be referred to the scheme (author's surname, date) or (author's surname, date, page). Exam-

ple: (Oliveira, 1991) or (Oliveira, 1991, p.25). If the author's name is mentioned in the text, indicate only the date in parentheses. E.g.: In this regard, Milton Santos revealed the limits ... (1989). Different works by the same author published in the same year should be identified by a letter after the date. E.g.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).

8.1. The quotes and words, concepts that are not in Portuguese, must be offered to the reader in a footnote.

9. References must be submitted at the end of the work, in alphabetical order by surname of the author (s) (s), as the following examples.

a) For a book:

LAST NAME, Name. Title. Place of publication: Publisher, date.

Example:

Valverde, Orlando. Agrarian Studies Geography Brazilian. Petrópolis: Vozes, 1985.

b) In the case of book chapter:

LAST NAME, Name. Title of chapter. In: SURNAME, Name (ed.). Title of book. Place of publication: Publisher, date, page-last page.

E.g.:

Frank, Monica Weber. Geographical analysis for implementation of the Municipal Park of Niterói, Canoas - RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luis Verdun, Roberto (eds.). Environment and place in the city: the Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.67-93.

c) In the case of article:

LAST NAME, Name. Title of article. Journal title, place of publication, journal volume, issue number, page-last page, month (s) Year.

E.g.:

SEABRA, Manoel F. G. Location (s)? Guidance, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.

d) In the case of dissertations and theses:

LAST NAME, Name. Title of dissertation (thesis). Location: Institution where

it was held, date. Number of pages. (Category, grade and area of concentration).

E.g.:

SILVA, José borzacchiello da. Popular social movements in strength: a geographical approach. São Paulo: Faculty of Philosophy and Humanities at the University of São Paulo, 1986. 268p. (Thesis, Doctor of Science: Human Geography).

10. Failure to comply with the above requirements will result in the rejection of the text; neither follows the usual procedure for ad hoc of the journal Terra Livre.

11. The articles will be sent to referees, whose names remain in secrecy and is also the name (s) of author (s).

12. The originals will be considered by the Coordination Office, which may accept, reject or return the original to the author(s) with suggestions for editorial changes. The versions that contain the comments of the reviewers, and also parts of evaluations

of the reviewers that the Editorial Board considers important to direct the authors, are compared with the versions that the authors should return to the Commission, if there is compliance with the requests signaled by the referee that carry the disfigurement and demerits of the journal, the texts will be refused by the Editorial Board.

13. The Association of Brazilian Geographers (AGB) reserves the right to provide the published articles for playback on your website or by photocopy, with proper citation of the source. Each published work is entitled to two copies of your author (s), if the article, and a copy in all other cases (notes, reviews, communications ...).

14. The concepts expressed in papers are the sole responsibility of the author (s) (s), not implying necessarily the agreement of the Coordination Office and / or the Editorial Board.

15. E-mail addresses, for which the texts are to be targeted will be announced in each call specifies for each issue.

16. Authors may contact the Editorial Board via e-mail address of the Editorial Board of Revista Terra Livre, terralivre@agb.org.br as well as through the postal address of the AGB / National: National Executive / Coordination Office – Terra Livre- Av. Lineu Prestes, 332 - Historical Geography and History - Cidade Universitária - CEP 05508-900 - São Paulo (SP) - Brazil.

TERRA LIVRE

NORMAS PARA PUBLICACIÓN

Terra Livre es una publicación semestral de la Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) que tiene como objetivo divulgar materias concernientes a los temas presentes en la formación y la práctica de los geógrafos y su participación en la construcción de la ciudadanía. En ella se recogen textos bajo la forma de artículos, notas, reseñas, comunicaciones, entre otras, de todos los que se interesan y participan del conocimiento propiciado por la Geografía, y que estén relacionados con las discusiones que incluyen las teorías, metodologías y prácticas desarrolladas y utilizadas en este proceso, así como con las condiciones y situaciones bajo las cuales se vienen manifestando y sus perspectivas.

1. Todos los textos enviados a esta revista deben ser inéditos y redactados en portugués, inglés, español o francés.

2. Los textos deben ser presentados con extensión mínima de 15 y máxima de 30 páginas, con margen (derecho, izquierdo, superior e inferior) de 3 cm, y párrafos de 2,0 centímetros, en Word para Windows, utilizando la fuente Times New Roman, tamaño de fuente 12, espacio 1,5 formato A-4 (210x297mm).

3. Los archivos no podrán sobrepasar 2,0 Mb, incluyendo texto, referencias bibliográficas, tablas, figuras, etc.).

3.1. Las ilustraciones (figuras, tablas, dibujos, gráficos, fotografías, etc.) deben estar dispuestos en los formatos JPG o TIF, y no solamente se aceptarán en color negro, o que los detalles se acentúen en tonos grises; no se aceptarán figuras en colores.

4. El encabezado debe contener el título (y subtítulo, si hubiera) en portugués, inglés y español o francés. En la segunda línea, el(los) nombre(s) del(s) autor(es), y, en la tercera, las informaciones referentes a la(s) institución(ones) a la que pertenece(n), así como el(los) correo(s) electrónico(s) y dirección postal del(los) autor(es).

5. El texto debe estar acompañado de resúmenes en portugués, inglés, español o francés, con un mínimo 10 y como máximo 15 líneas, en espacio simple, y una relación de 5 palabras clave que identifiquen el contenido del texto.

6. La estructura del texto se debe dividir en partes no numeradas y con subtítulos. Es esencial contener introducción y conclusión o consideraciones finales.

7. Las notas al pie de página no deberán ser usadas para referencias bibliográficas. Este recurso puede ser utilizado cuando sea extremadamente necesario y cada nota debe tener alrededor de 3 líneas.

8. Las citas textuales largas (más de 3 líneas) deben constituir un párrafo independiente. Las menciones a ideas y/o informaciones en el transcurso del texto deben subordinarse al esquema (Apellido del autor, fecha) o (Apellido del autor, fecha, página). Ej.: (Oliveira, 1991) u (Oliveira, 1991, p.25). En el caso de que el nombre del autor esté citado en el texto, se indica sólo a la fecha entre paréntesis. Ej.: “A este respecto, Milton Santos demostró los límites... (1989)”. Diferentes títulos del mismo autor publicados en el mismo año se deben identificar por una letra minúscula después de la fecha. Ej.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).

8.1. Las citas, así como vocablos, conceptos que no estén en portugués, deberán ser ofrecidas al lector en nota al pie de página.

9. La bibliografía debe ser presentada al final del trabajo, en orden alfabético de apellido del(los) autor(es), como en los siguientes ejemplos.

a) En el caso de libro:

APELLIDO, Nombre. Título de la obra. Lugar de publicación: Editorial, fecha.

Ej.:

VALVERDE, Orlando. Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

b) En el caso de capítulo de libro:

APELLIDO, Nombre. Título del capítulo. In: APELLIDO, Nombre (org). Título del libro. Lugar de publicación: Editora, fecha, página inicial - página final.

Ej.:

FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora de la Universidad, 2000, p.67-93.

c) En el caso de artículo:

APELLIDO, Nombre. Título del artículo. Título del periódico, lugar de publicación, volumen del periódico, número del fascículo, página inicial – página final, mes(es). Año.

Ej.:

SEABRA, Manoel F. G. Geografia(s)? Orientação, São Paulo, n.5, p.9-17, oct. 1984.

d) En el caso de disertaciones y tesis:

APELLIDO, Nombre. Título de la disertación (tesis). Lugar: Institución en que fue defendida, fecha. Número de páginas. (Categoría, grado y área de concentración).

Ej.:

SILVA, José Borzacchiello da. *Movimentos sociais populares em fortaleza: uma abordagem geográfica*. São Paulo: Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo, 1986. 268p. (Tesis, doctorado en Ciencias: Geografía Humana).

10. El no cumplimiento de las exigencias anteriores, acarreará la no aceptación del referido texto; tampoco seguirá la tramitación usual para los funcionarios de pareceres ad hoc de la Revista Terra Livre.

11. Los artículos se enviarán a los funcionarios de pareceres, cuyos nombres permanecerán en sigilo, omitiéndose también el(los) nombre(s) del(los) autor(es).

12. Los originales serán apreciados por la Coordinación de Publicaciones, que podrá aceptar, rechazar o representar el original al(los) autor(es) con sugerencias de alteraciones editoriales. Las versiones que contendrán las observaciones de los funcionarios de pareceres, así como partes de las evaluaciones de los funcionarios de pareceres que la Comisión Editorial juzgue importante dirigir a los autores, serán comparadas con las versiones que deberán retornar de los autores a la Comisión; caso en el caso que no haya el cumplimiento de las solicitudes señalizaciones por los funcionarios de pareceres y que implican en la desfiguración y demérito de la Revista, los textos serán rechazados por la Comisión Editorial.

13. La Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) se reserva el derecho de facultar los artículos publicados para reproducción en su sitio o por medio de copia xerográfica, con la debida citación de la fuente. Cada trabajo publicado da derecho a dos ejemplares a su(s) autor(es), en el caso de artículo, y un ejemplar en los demás casos (notas, reseñas, comunicaciones, ...).

14. Los conceptos emitidos en los trabajos son de responsabilidad exclusiva del(los) autor(es), no implicando, necesariamente, en la concordancia de la Coordinación de Publicaciones y/o del Consejo Editorial.

15. Direcciones electrónicas, para las cuales los textos deberán ser dirigidos serán divulgados en cada llamada específica para cada número de la revista.

16. Los autores podrán mantener contacto con la Comisión Editorial a través de la dirección electrónica de la Comisión Editorial de la Revista Terra Livre, terralivre@agb.org.br, así como por medio de la dirección vía postal de la AGB/Nacional: Dirección Ejecutiva Nacional / Coordinación de Publicaciones – Terra Livre - Av. Prof. Lineu Prestes, 332 – Edificio Geografía e Historia – Ciudad Universitaria – CEP 05508-900 – São Paulo (SP) – Brasil.

Esta revista foi editorada por Letra e Imagem Editora, em caracteres Garamond, e impressa por Nova Letra Gráfica e Editora, em papel apergaminhado 75g, capa papel reciclado 240g, formato 180x265mm, em julho de 2014.

Preparação de originais e revisão de textos: Cláudia Rubim.

Tiragem: 1000 exemplares.